

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**"Entre a lagoa e o mar":
Propriedade e mercado de terras em
Santa Vitória do Palmar (1858-1888)**

Edsiana de Belgrado Aita

Porto Alegre

2014

EDSIANA DE BELGRADO AITA

**“Entre a lagoa e o mar”: Propriedade e mercado de terras em
Santa Vitória do Palmar (1858-1888)**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Helen Osório

Porto Alegre
2014

CIP - Catalogação na Publicação

Aita, Edsiana de Belgrado

"Entre a lagoa e o mar": Propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888) / Edsiana de Belgrado Aita. -- 2014.
168 f.

Orientadora: Helen Osório.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. história agrária. 2. século XIX. 3. propriedade de terra . 4. mercado de terra. 5. Rio Grande do Sul. I. Osório, Helen , orient. II. Título.

EDSIANA DE BELGRADO AITA

“Entre a lagoa e o mar”: Propriedade e mercado de terras
em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Helen Osório

Banca Examinadora:

Dr. Jonas Moreira Vargas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti
Universidade Federal de Santa Maria

Dra. Maria Inés Moraes
Universidad de la República (UDELAR) - Uruguai

Porto Alegre, Julho de 2014.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais por compreenderem, às vezes a contragosto, o ritmo deste trabalho, e por, sempre, cada um, a seu modo, me pedirem um pouco mais de coragem e otimismo.

À professora Helen Osório por ter aceitado orientar este trabalho e, principalmente, por ter criado condições tão autônomas e seguras para o seu desenvolvimento. Sua orientação detalhista e preocupada com o progresso da pesquisa foi inspiradora e essencial nesse momento da minha trajetória acadêmica.

Agradeço, também, aos professores - Paulo Zarth, Luis Augusto Farinatti, Jonas Vargas e Maria Ines Moraes - que acompanharam de perto este trabalho, participando da banca de qualificação e também da banca examinadora. Suas sugestões e críticas foram indispensáveis assim como seus trabalhos para a compreensão desse vasto mundo rural oitocentista.

Aos funcionários do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, que tantas vezes aceitaram e atenderam meus pedidos de documentos na última hora.

À Janis e ao Endrigo (Muzunga) por acompanharem de perto todo o desenvolvimento da dissertação, desde a chegada a Porto Alegre bem como a volta para Santa Maria. Tê-los conhecido nos últimos três anos foi incrível.

À Luiza, pela amizade, por tudo aquilo que dividimos nesses anos todos e pelo tanto que torcemos uma pela outra. Junto a Luiza, agradeço também ao Tiago e à Bruna, pelos acampamentos improvisados e pela conversa leve.

Ao pessoal da “velha guarda da Anibal”, Manuela, Lucas e Igor, que, às vezes, não tão pacientemente, aceitaram meus sumiços diante dos prazos – “até o final da noite!”.

Ao Gilson, pela sinceridade com que me ouviu e opinou sobre as primeiras ideias do projeto de mestrado e também sobre o seu fim.

Aos colegas, que eu encontrei nos espaços acadêmicos e, também, pelas “ruas de Santa Maria” e com quem compartilhei as aventuras e desventuras da pesquisa e de docência, entre eles, especialmente, a Rebeca e a Priscila.

À Ananda, minha irmã, eu agradeço pelas correções, pelo tempo que tantas vezes foi consumido me ajudando com os fichamentos de fontes e me ouvindo comentar sobre outros trabalhos. Em meio a suas atividades finais de graduação, ter sua atenção voltada para as minhas obrigações foi de um companheirismo absurdo. Esse que, por sinal, combina muito conosco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPITULO 1. ESTRUTURA AGRÁRIA	26
1.1 Sobre os inventários <i>post-mortem</i>	27
1.2 Perfil dos patrimônios	28
1.2.1 Terra	31
1.2.2 Escravos	33
1.2.3 Rebanhos	35
1.2.1 Construções e ferramentas.....	45
1.2 Estratificação econômica de Santa Vitória do Palmar	51
CAPITULO 2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PRODUÇÃO	62
2.1 Uma aproximação à estrutura fundiária do Rio Grande do Sul a partir dos Registros Paroquiais de Terra	64
2.1.1 Definição de extensão mediana de propriedade de terra no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX.	69
2.1.2 Transformações no século XIX: as partilhas e as fragmentações das propriedades	71
2.2 Características da propriedade da terra em Santa Vitória do Palmar	77
2.2.1 A propriedade de terras através dos inventários <i>post-mortem</i>	77
2.2.2. Localização e formas de medir a terra	80
2.3. Estrutura fundiária e produção	87
2.3.1 Produtores sem terra	87
2.2.2. Extensão dos campos e taxas de ocupação	91
CAPÍTULO 3. MERCADO DE TERRAS	100
3.1 O mercado fundiário e a Lei de Terras	101
3.2 Os preços da terra em Santa Vitória do Palmar através dos inventários post- mortem	106
3.3 O comércio de terra na historiografia brasileira e argentina	114
3.4 Os registros de compra e venda	117

3.4.1 Constituição dos registros de compra e venda: informações sobre extensão e localização das terras	123
3.4.2 A dimensão das propriedades negociadas	125
3.4.3 O preço da terra em Santa Vitória do Palmar e no Uruguai	132
3.4 Sobre a constituição dos mercados impessoais e as características do mercado de terras em Santa Vitória do Palmar e no Uruguai.....	141
CONCLUSÃO	153
Anexo 1	157
Anexo 2	158
Anexo 3	159
Anexo 4	160
Fontes	161
Bibliografia	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de produtores segundo a faixa de tamanho do plantel de escravos por década. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.	35
Tabela 2. Quantidade de animais e frequência nos inventários por década*. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.....	43
Tabela 3. Frequência de rebanho vacum por faixa de tamanhos. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888	52
Tabela 4. Hierarquias das fortunas, em libras esterlinas. Santa Vitória do Palmar, 1858- 1888	59
Tabela 5. Estrutura Fundiária de Santana do Livramento, Registros Paroquiais de Terra	66
Tabela 6. Estrutura Fundiária de Alegrete, Registros Paroquiais de Terra 1854-1857	67
Tabela 7. Estrutura Fundiária de Bagé, Registros Paroquiais de Terra, 1855.....	68
Tabela 8. Número de estabelecimentos segundo a extensão das propriedades rurais – Alegrete, Bagé, Santana do Livramento e Santa Vitória do Palmar, 1920	72
Tabela 9. Denominação das propriedades rurais em Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.	77
Tabela 10. Formas utilizadas pras designar a área dos campos. Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.....	82
Tabela 11. Distribuição das propriedades por faixa de extensão, Santa Vitória do Palmar, 1858 - 1888	93
Tabela 12. Formas de apropriação nos Registros Paroquiais de Terra – Alegrete, Taquari, Cruz Alta e Santana do Livramento	103
Tabela 13. Número de registros de compra e venda com extensão declarada, por década, Santa Vitória do Palmar, 1858 - 1888	124
Tabela 14. Forma de aquisição das terras negociadas em Santa Vitória do Palmar, 1858 - 1888.....	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Presença e média de escravos nos inventários. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888	34
Quadro 2. Número médio de animais por produtor rural. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888	43
Quadro 3. Número médio de animais por estância segundo o “Mapa numérico das estâncias” 1858	45
Quadro 4. Tamanho médio das propriedades inventariadas em Jaguarão e Bagé segundo Chasteen (1801 – 1892)	73
Quadro 5. Tamanho médio das propriedades inventariadas em Santa Vitória do Palmar, 1858-1888	76
Quadro 6. Extensão da superfície analisada, n° de propriedades, animais vacuns e ovinos, Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888	95
Quadro 7. Relação entre a taxa de ocupação, escravos, média de animais vacuns e ovinos, Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888	97
Quadro 8. Preço médio do hectare de campo em Santa Vitória do Palmar, por década - inventários <i>post-mortem</i> , 1858 – 1888	109
Quadro 9. Preço médio do animal vacum por década, inventários <i>post-mortem</i> , Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.	112
Quadro 10. Preço médio (£) do hectare de campo em Santa Vitória do Palmar, por década - Registros de Compra e Venda, 1858 – 1888	137
Quadro 11. Preço médio (£) do hectare de no Uruguai, por década - Registros de Compra e Venda, 1858 – 1888	138
Quadro 12. Preço médio (£) e extensão média das propriedades negociadas por familiares, vizinhos e estranhos. Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição (%) de todos os bens dos inventários rurais. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.	30
Gráfico 2. Participação dos bens produção nos patrimônios produtivos rurais. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.	30
Gráfico 3. Composição dos patrimônios produtivos por décadas. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888	32
Gráfico 4. Frequência dos animais vacuns, bois mansos, eqüinos, ovinos, novilhos e mulas. Santa Vitória do Palmar, 1858 - 1888.	37
Gráfico 5. Composição (%) do rebanho total por década, Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.	39
Gráfico 6. Participação (%) dos diferentes animais no valor total do rebanho. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888	41
Gráfico 7. Frequência (%) das ferramentas e equipamentos nos inventários. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.	47
Gráfico 8. Frequência de benfeitorias nos estabelecimentos produtivos. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.	49
Gráfico 9. Tamanho rebanho vacum: frequência. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.	52
Gráfico 10. Número de registros de campo nos inventários <i>post-mortem</i> . Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.	79
Gráfico 11. Participação dos bens de produção nos patrimônios produtivos de produtores rurais sem terras. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.	89
Gráfico 12. Dispersão do tamanho das propriedades em Santa Vitória do Palmar, 1858 - 1888.	92
Gráfico 13. Evolução do preço médio (£) do hectare de terra, inventários <i>post-mortem</i> . Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.	108
Gráfico 14. Evolução do preço médio (£) do animal vacum, inventários <i>post-mortem</i> . Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.	112
Gráfico 15. Evolução do preço médio (£) das terras e dos animais vacuns, inventários <i>post-mortem</i> . Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.	113
Gráfico 16. Negócios rurais em Santa Vitória do Palmar, Registros Tabelionais, 1858 – 1888.	118
Gráfico 17. Negócios rurais no Uruguai, Registros Tabelionais, 1858 – 1888.	118
Gráfico 18. Volume anual de transações de compra e venda envolvendo bens em Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.	119
Gráfico 19. Volume anual de transações de compra e venda envolvendo bens no Uruguai, 1858 – 1888.	119
Gráfico 20. Extensão das propriedades negociadas em Santa Vitória do Palmar: dispersão. (1858 – 1888)	126
Gráfico 21. Extensão das propriedades com até 300 hectares negociadas em Santa Vitória do Palmar: dispersão. (1858 – 1888)	126
Gráfico 22. Evolução da extensão média (hectares) das propriedades negociadas em Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.	127

Gráfico 23. Evolução da extensão média (hectares) das propriedades negociadas no Uruguai, 1858 – 1888.	129
Gráfico 24. Extensão das propriedades uruguaias negociadas: dispersão. (1858 – 1888) ...	130
Gráfico 25. Dispersão do preço médio (£) do hectare de terra em Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.	134
Gráfico 26. Evolução do preço médio do hectare de terra apresentado no inventário <i>post-mortem</i> e nos Registros de Compra e Venda. Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.	136
Gráfico 27. Preço médio (£) do hectare de terra negociado com “estranhos”, Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.	145
Gráfico 28. Preço médio (£) do hectare de terra negociados com “vizinhos”, Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.	145
Gráfico 29. Preço médio (£) do hectare de terra negociados com “familiares”, Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.	145

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Divisão Municipal da província do Rio Grande do Sul, 1850 – Adaptado..	17
Mapa 2. Mapa território de Santa Vitória do Palmar – localização aproximada das localidades...	85
Mapa 3. Distribuição das propriedades no Rio Grande do Sul segundo o tamanho – Censo de 1920 – Stephen Bell (1998)	98

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender as características da propriedade e do mercado de terras na fronteira sul do Rio Grande do Sul, Santa Vitória do Palmar, na segunda metade do século XIX. As fontes utilizadas foram, principalmente, os inventários *post-mortem* e os registros cartoriais de compra e venda de terras. Sem desvincular a propriedade da terra do panorama da economia rural de Santa Vitória do Palmar, foi desenvolvida uma análise da estrutura agrária, que apontou para uma economia baseada na pecuária de pequeno porte, com uma estrutura fundiária que sofria mudanças como a valorização econômica da terra e a redução do tamanho médio das propriedades. Diante do processo de absolutização e de mercantilização, iniciado com a Lei de Terras de 1850, foi averiguada mudanças na forma como a propriedade era transmitida e comercializada, cada vez menos as imprecisões relativas à extensão e à localização configuravam-se como características da propriedade da terra nos meios burocráticos. Para o entendimento do processo de absolutização, foi crucial a análise do mercado local de terras, caracterizado pela homogeneidade dos preços, compatível com um panorama de consolidação de terra como mercadoria, e ao mesmo tempo a manutenção dos princípios de mercado imperfeito, com interferência da condição dos sujeitos nas transações. Em síntese, o trabalho proposto trata das transformações do mundo rural no século XIX, dos processos de fragmentação e de aumento do preço da terra, já enunciados em diversos trabalhos, mas que apresentam novas facetas quando analisados da perspectiva do mercado e do gerenciamento desse bem que se tornou ao longo do oitocentos no principal componente de definição de riqueza no espaço agrário.

ABSTRACT

The objective of this paper is to comprehend the property and market's features of the southern frontier of Rio Grande do Sul, Santa Vitória do Palmar, at the second half of nineteenth century. The utilized sources were, mostly, the *post-mortem* inventory, along with the lands' buy and sell operations registers. Without detach the land property from rural economy's panorama of Santa Vitória do Palmar, an agrarian structure analysis was developed, which pointed to an small-livestock based economy, along with a land structure which suffered changes such as economic appreciation of land and reduction of the average size of properties. Facing the process of absolutisation and commoditization, started with the 1850's Lei de Terras, changes in the way how property was transmitted and commercialized were investigated. In bureaucratic means, the inaccuracies linked to the extension and localization were less and less configured as property over lands' features. To the understanding of the process of absolutisation, was crucial to analyze the local land market, featured by the homogeneity over prices, compatible with a panorama of land's consolidation as commodity and, at the same time, the principle of imperfect market's maintenance, with the interference of the subjects' conditions at the transactions. In synthesis, the proposed paper is about transformations of the rural world at nineteenth century, the processes of fragmentation and raise over the land's prices, already set out in several papers, but presenting new facets when analyzed from perspective of the market and management over this good which became, along nineteenth century, into the principal component to the definition of wealthy in the agrarian space.

Introdução

No dia 20 de março de 1879, foi noticiado no jornal *O victoriense*, a pedido do juiz municipal, o seguinte edital público:

Faço saber à quantos virem o presente edital, que no dia 21 do correspondente mês, às 11 horas da manhã em cazas de Laurindo Luis da Silva, no lugar denominado “Palmar” terá lugar a audiência geral, a fim de dar princípio a medição dos campos do finado tenente-coronel José Manoel Alves, para divisão dos quinhos que nos mesmos possuem o referido Laurindo Luis da Silva e sua mulher, conforme por estes requeridos, e por tanto, chamo e convoco todos os interessados (...)

A petição de abertura do processo de demarcação e medição dos terrenos de Laurindo Luis da Silva e sua esposa havia sido feita em setembro de 1878, como todo processo de medição tanto a audiência como a agrimensuras do terreno foram custosas, envolveram uma série de indivíduos entre vizinhos e herdeiros do tenente-coronel e, principalmente, demorada, sendo concluída apenas no final do ano de 1880. Segundo os autos, os terrenos que Laurindo Luis da Silva requisitou a medição foram adquiridos por compra de José Manoel Alves como informa o edital.

Os campos, que Laurindo Luis da Silva procurou dividir e demarcar, não eram, segundo o inventário de sua esposa aberto em 1887, a totalidade do terreno de sua propriedade existente em Palmar. O inventário também confirma que Laurindo Luis da Silva era proprietário de mais um campo de maior extensão localizado em Geribatu.

Curiosamente, em todo o processo de medição não houve menções a conflitos com herdeiros ou vizinhos da propriedade e também não ficaram claras as razões práticas que podiam ter motivado Laurindo e sua família a proceder à demarcação desses terrenos especificamente. O fundamental nesse caso apresentado é, que ao longo das três décadas de registros tabelionais analisados, Laurindo Luis da Silva não vendeu ou permutou nenhum terrenos, mas comprou nada menos que nove frações de campo, no lugar denominado Capão do Frango, na localidade de Palmar.

Quer dizer, no intervalo de 28 anos desde a primeira compra, em 1859, até a abertura do inventário de sua esposa, em 1887, Laurindo Luis da Silva compareceu em **dez ocasiões** para tratar de seu patrimônio fundiário. De modo geral, Laurindo Luis da Silva não possuía uma grande fortuna, em 1887 a fortuna inventariada somava um pouco menos de 4.000 libras esterlinas e se compunha, também, de animais e escravos, 500 reses, 100 ovelhas e 5 escravos. Em resumo, um pouco menos de 90% da fortuna legada em 1887 era composta de terras.

Embora a trajetória desse indivíduo em relação à terra não possa ser generalizada, uma vez que fica claro que existia uma estratégia de acumulação de propriedades naquela região de Palmar, descrita pelo agrimensor como sendo um “terreno plano, geralmente muito úmido no inverno e próprio para a criação de gado”, o que os seus negócios e a constituição de seu patrimônio ilustram são algumas das mudanças relativas à terra que decorreram na segunda metade do século XIX. A análise dessas mudanças como, a valorização econômica da terra frente a outros bens como animais e escravos, as novas necessidades burocráticas estabelecidas nesse contexto de absolutização da propriedade pós Lei de Terras, compõe o objetivo deste trabalho.

Sobre nosso objeto de estudo, delimitamos a região de Santa Vitória do Palmar obedecendo a sua limitação político-administrativa, que resulta da fragmentação do município do grande município de Rio Grande em 1858, quando a região tornou-se freguesia de Rio Grande e que se concluiu em 1872 com elevação a vila¹. A opção pelo recorte administrativo justifica-se basicamente pela operacionalização das fontes organizadas, principalmente, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vistas a formação do município. Mas essa opção não foi limitante ou determinante, estamos atentos ao fato de que Santa Vitória do Palmar compõe uma região histórica maior, que caracterizamos, aqui, como uma área de ocupação antiga da província, bem como uma zona de fronteira que mantinha estreitos laços econômicos e sociais com o Uruguai.

¹ Desde 1846, a região pertencia ao distrito de Rio Grande, Nossa Senhora da Conceição do Taim, criado concomitantemente ao distrito de Nossa Senhora das Necessidades do Povo Novo.

Mapa 1. Divisão Municipal da província do Rio Grande do Sul, 1850 – Adaptado.



Fonte: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação cidadã do Rio Grande do Sul . (Adaptado)

Assim como a maioria dos municípios sul-rio-grandense no século XIX, Santa Vitória do Palmar era uma região de baixa densidade populacional. Segundo o censo de 1872, a população do município, em meados da década de 1870, era de aproximadamente 4.500 pessoas. Além das características relativas à pequena magnitude da população também o seu isolamento foi reclamado pela população de Santa Vitória do Palmar até meados do século XX. Entre os diferentes fatores que proporcionaram a constituição da metade sul do Rio Grande do Sul, como um espaço de difícil acesso e contundente vazio demográfico, no caso de Santa Vitória do Palmar, essa situação foi acentuada pela construção tardia da povoação que só se concretizou a partir de 1855, após a demarcação do local pela comissão de demarcação das fronteiras pelo Tratado de 1851.

Ao analisarmos a posição de Santa Vitória do Palmar no complexo da fronteira sul, não é possível desconsiderarmos a presença de Jaguarão, que se constituiu no principal núcleo aduaneiro e militar da fronteira com o Uruguai. Núcleo este estabelecido já no início do século XIX e elevado à condição de vila já em 1832. O posto do Chuí sempre foi amortecido por essa presença ainda que a distâncias terrestres em relação aos outros núcleos urbanos fosse significativa; Rio Grande, por exemplo, fica a 242 quilômetros de Santa Vitória do Palmar e Jaguarão a 165 quilômetros. Veremos pela análise das fontes que esse isolamento em relação a outros municípios da província resultou na pouca procura para resolução de problemas como a abertura de inventários, pelo menos até 1874, quando a própria vila passa a ter autoridades como juiz de paz. Dito isso, é possível, também, considerar que as buscas por legitimações, por registros das ações envolvendo terras não eram ações simples e nem sempre eram deliberados os silenciamentos ou as ausências. Mas esses refletem a precariedade como as instituições e os agentes estabeleciam-se nas regiões mais distantes da província.

Mas o qual o papel de Santa Vitória do Palmar nessa zona de fronteira? Sem um povoamento significativo, essa faixa de terra entre as lagoas e o oceano Atlântico foi historicamente utilizada como uma área de trânsito, delimitada desde os primórdios da ocupação portuguesa. A formação geográfica do terreno, basicamente, uma área de planícies limpas e com amplo acesso a aguadores, possibilitava o fácil trânsito das tropas. Além dos caminhos terrestres, desde o século XVIII até a construção das rodovias na década de 1970, a ocupação do espaço foi estratégica em razão do complexo lacunar. A lagoa Mirim é totalmente navegável, o que possibilita um encurtamento dos caminhos e facilitação do comércio com as áreas do litoral e centro do atual território do Uruguai, haja vista a ligação da lagoa com quatro bacias hidrográficas uruguaias.

De modo geral, o histórico de ocupação e de apropriação de terras na região de Santa Vitória do Palmar confunde-se com o histórico de ocupação de Rio Grande. Helen Osório, em seu estudo sobre a apropriação da terra no período colonial, cita um “Mapa das Fazendas povoadas de gado no Rio Grande de São Pedro”, ainda que impreciso, no mapa datado de 1741, “aparecem listadas 31 fazendas da parte norte (do estreito até Viamão) e 11 na parte do sul (de Rio Grande ao Chuí)”². Esse espaço foi tomado pelos portugueses em 1763, transformado em “Campos Neutros” em 1777 e retomado em 1801 pelos portugueses pelo

² OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990. p.81.

tratado de Badajós. A partir dessa retomada pelo menos 56 concessões de sesmarias foram distribuídas entre a região do Taim e o Chuí, entre os anos de 1805 e 1821³.

Os recentes estudos sobre o mundo rural sul-rio-grandense afirmam que somente a análise das concessões coloniais e das grandes apropriações feitas por militares ou sujeitos afortunados não são o bastante para compreender a estrutura fundiária desse espaço. Através da análise de um sem-número de fontes primárias tem-se claro que o processo de apropriação e de ocupação das terras em todo o Rio Grande do Sul incluiu diversas formas de acesso à terras desde posses, arrendamentos, compras etc. Contudo, salientamos que o grande número de concessões coloniais feitas nessa estreita faixa de terra aponta para importância estratégica da manutenção de núcleos populacionais na região, ao mesmo tempo, as frequentes referências feitas nas cartas de solicitações de sesmarias a ocupações prévias definem a antiguidade da ocupação⁴.

O viés interpretativo que desenvolveremos em praticamente todo o presente trabalho é de que essa ocupação, que remetia às primeiras frentes, influenciou algumas características na economia da região e na estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar. Nos espaços que incluíam a “fronteira de Rio Grande” e os núcleos de colonização açoriana, o volume de bens (terras e animais) disponíveis para as apropriações, já nas primeiras décadas do século XIX, não era comparável com aqueles apropriados na fronteira oeste e nas imediações dos núcleos jesuíticos. Por outro lado, diante da antiguidade do estabelecimento das famílias na região, as fragmentações dos patrimônios decorrentes das partilhas hereditárias delinearam um perfil da propriedade da terra um pouco menos concentrador que as outras áreas de produção pecuária⁵.

Interessa-nos explicitar esse perfil da região através da análise da estrutura agrária de Santa Vitória do Palmar, apontando as características da produção e, especialmente, sua estrutura fundiária. A análise da economia local está atenta ao fato de que, a segunda metade do século XIX foi um período de transformação na estrutura produtiva da zona pecuária, que

³ A consulta aos registros de concessão de sesmarias foi gentilmente cedido pela Prof. Helen Osório.

⁴ Sobre a ocupação da região durante o estabelecimento dos campos neutrais (1877-1801), Saint-Hilaire reproduz o que, segundo ele, contaram os contemporâneos: “os campos neutrais foram originalmente, povoados por portugueses, que por força do tratado se viram obrigados a abandonar suas possessões. Homens pobres, vendo uma grande área de terras sem proprietário, sonharam aí se estabelecer, solicitando, para isso, a posse dela ao comandantes português da fronteira. Esses, para não se comprometerem, recusaram-lhes autorização direta, mas se prontificaram a fechar aos olhos a essa violação do tratado, e recomendaram aos agricultores procurarem entendimento com os comandantes espanhóis que por dinheiro, consentiam tudo. Assim, os campos neutrais foram povoados pela segunda vez pelos portugueses.” In: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002, p.102.

⁵ Tal perspectiva é desenvolvida por John Chasteen através da análise de Registros Paroquiais de Terras e inventários *post-mortem*, em artigo publicado em 1991, intitulado *Backgrounds of the civil war: The process of land tenure in Brazil's southern borderland, 1801-1893*. Ao longo do trabalho voltaremos a dialogar com a referida obra.

inclui praticamente a totalidade da região platina. Essas transformações incluíram a expansão da utilização das cercas de arame, a introdução de novas raças nos rebanhos bovinos e ovinos e as significativas melhorias nos sistemas de transportes, como a construção das ferrovias. De modo geral, o processo de mudanças na estrutura produtiva da metade sul do Rio Grande do Sul não foi tão intenso como em outras regiões do Prata, que ao longo do século XIX, expandiram as modificações na estruturas e incorporaram-se fortemente aos mercados internacionais. De maneira resumida sobre a economia e a produção no Rio Grande do Sul:

“por volta de 1870, a economia pecuária gaúcha encontrava-se estagnada, sem maior avanço nas forças produtivas. Não se quer dizer que baixasse o volume de exportações dos produtos oriundos da pecuária, que continuavam a configurar como os primeiros do Rio Grande do Sul, mas a campanha perdera definitivamente a sua dinamicidade, conjugando um baixo nível tecnológico com uma criação extensiva de limitada produtividade”⁶

Diante desse momento de estagnação da produtividade, de fechamento da fronteira agrária tanto na província como no Estado Oriental, interessa-nos compreender como os indivíduos operavam suas propriedades fundiárias especialmente no âmbito do mercado imobiliário de terras. Para isso, apenas averiguar a existência das transações comerciais envolvendo a terra não basta, é preciso compreender como estas transações relacionam-se ao amplo contexto, comum a praticamente toda a América Latina na segunda metade do século XIX, de absolutização da propriedade fundiária⁷ e de sua conseqüente mercantilização.

O processo de absolutização da propriedade é um processo longo e conflituoso. Como afirma a tradição econômica e as interpretações sobre “as origens agrárias do capitalismo”, esse processo remonta aos primeiros cercamentos na Inglaterra no século XVII, mas se estabeleceu no Brasil diante da transição do trabalho escravo para o livre. De tal forma, é possível afirmar que “domínio definitivo [sobre a terra], absoluto, passível de objetividade circunscrita a transações contratuais de compra e venda, e explicitação de preços, direitos

⁶ PESAVENTO, Sandra. República Velha gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José Hidelbrando; GONZAGA, Sergius. (orgs.) RS: *Economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p.199.

⁷ Segundo Ligia Osório da Silva, “O senhoriato rural que se desenvolvera na Colônia ainda não constituía propriamente uma classe de proprietário de terras porque a maioria dos ocupantes da terra (sesmeiros ou posseiros) não possuía um título legítimo de domínio. A suspensão das concessões de sesmaria não extinguiu a vigência de decretos leis, alvarás, avisos etc. referentes à terra no período colonial. Deve-se ter em mente portanto, que o direito à propriedade não era *absoluto* no sentido romano do termo.” In: SILVA, Ligia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2008, p.88.

sucessórios e, sobretudo, como garantia de dívidas”⁸ só se estabelece à medida que as relações capitalistas de produção se concretizam.

Uma das maneiras de compreender a absolutização da propriedade fundiária no Brasil é através do entendimento da transição da renda capitalizada escravista à renda capitalizada da terra como propõe José Martins de Souza, em *O cativo da terra*⁹. A proposta desse autor foi articulada dentro de uma realidade muito própria, a *plantation* cafeeira paulista, em que a presença da escravidão era mais contundente e, principalmente, onde a articulação entre os proprietários com o sistema de crédito hipotecário era mais estreita. Por sua vez, a proposta de análise formulada no presente trabalho é menos complexa, pretendemos compreender a transformação da terra em uma mercadoria através da análise do desenvolvimento de suas descrições, da busca pela legitimação, além do seu preço e da forma como era transacionada no mercado de terras.

Sobre a propriedade da terra no Brasil, é consensual que a Lei de Terra de 1850 apresentou diversas dificuldades na execução de sua proposta de estabelecer uma política de regulação dos títulos de terras privadas e domínio sobre as chamadas terras devolutas. Limitando a análise apenas às propriedades privadas tem-se claro que, mesmo passado vários anos desde a publicação da Lei e de seus regulamentos, “os possuidores de terrenos não acorreram às instâncias administrativas para regularizarem seus títulos, ou mesmo obterem um”¹⁰. As razões para essa negligência podem ser relacionadas tanto às estratégias de expansão e apoderamento de terras, como ao simples fato de que ter ou não um título não implicava na perda das terras.

Não faz parte dos objetivos deste trabalho compreender os processos conflituosos em relação às interpretações da Lei de Terras e as conseqüências práticas sobre o mundo rural do século XIX. A perspectiva proposta é verificar quais eram as características da propriedade da terra em um espaço específico como Santa Vitória do Palmar, dentro do contexto de valorização e mercantilização da terra que não é apenas brasileiro mas afeta praticamente todas as áreas articuladas à economia capitalista.

Estudos como o de Paulo Zarth¹¹ e Graciela Garcia¹² revelaram através da utilização dos inventários *post-mortem* a grande valorização da terra no Rio Grande do Sul ao longo do

⁸ SMITH, Roberto. *Propriedade de terra e transição. Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1990, p.63.

⁹ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

¹⁰ SILVA, Lígia Osório. Latifúndio e construção do Estado. Brasil e Argentina no século XIX. *Revista Ciência & Ambiente*, n° 33, Santa Maria, UFSM, 2006, p. 25-26.

¹¹ ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

século XIX. Na região do planalto, na metade norte do Rio Grande do Sul, onde havia interesse de estabelecimento de núcleos coloniais direcionados principalmente a imigrantes italianos e alemães, a valorização da terra alcançou índices superiores a 1.000%, para Paulo A. Zarth esta grande valorização reflete um processo específico de privatização ilícita de grandes extensões de terras e posterior revenda aos imigrantes europeus. No caso do estudo da valorização da terra na região da Campanha¹³, Graciela Garcia demonstrou que no intervalo de apenas quarenta anos, entre as décadas de 1830 e 1870, o preço do hectare de terra em Alegrete aumentou mais de 700%.

A abrupta valorização é considerada um dos fatores de restrição ao acesso à terra pelas camadas mais pobres da população rural do Rio Grande do Sul. Essa restrição não ocorreu apenas em função dos custos monetários envolvidos em compras mas, porque diante do excessivo aumento os grandes proprietários reduziram à tolerância as antigas formas de ocupação conjunta das terras¹⁴.

A questão posta, e que ainda não foi completamente analisada pela historiografia brasileira, é: como a valorização econômica afetou o mercado de terras? O trabalho de Hebe Mattos, de 1987, *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*, é praticamente a única análise sobre mercado de terras no Brasil oitocentista que utiliza registros de compra e vendas. Em tal análise, a autora busca explicar as mudanças no perfil dos negócios envolvendo propriedades e estabelecimentos produtivos diante do iminente fim da escravidão.

Em termos nacionais, são poucos os trabalhos sobre o mercado de terras privadas, embora se entenda que a compra de terras foi uma forma de acesso recorrente tanto em áreas de fronteiras abertas como em núcleos de produção estabelecidos. A maior parte dos trabalhos que tratam das formas de acesso à terra no século XIX tem como principal fonte os Registros Paroquiais de Terra e são a partir das declarações de compra nos registros paroquiais que as

¹² GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

¹³ Utilizaremos o termo “Campanha” em referência a metade sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, caracterizada como um espaço de geografia homogênea caracterizada pelo bioma pampa e perfil socioeconômico semelhante vinculado a produção agropecuária – trata-se de uma zona de compõe os campos ininterruptos desde o atual município de Bagé até Uruguaiana. Essa é uma das caracterizações possível para este termo polissêmico “Campanha”. Tal definição é instrumental no presente trabalho para diferenciar as zonas de ocupação antiga próximas ao litoral daquelas pertencentes a Campanha e a fronteira sudoeste. Por outro lado, Stephen Bell, em seu trabalho intitulado *Campanha gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*, consideram a “Campanha” uma região mais ampla “based on the areas that have displayed marked similarities in terms of historical process. In this case, the label “Campanha” can be fitted comfortably to the whole of the southern half of Rio Grande do Sul, which lies inland from the western fringes of the Patos e Mirim lagoons.” (1998, p.18)

¹⁴ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

discussões sobre o tema são formuladas. Tendo em vista a natureza dos registros paroquiais, que não exigiam que os declarantes apresentassem documentos comprobatórios, invariavelmente os dados sobre as compras são contestados diante da possibilidade de tais registros serem “mera alegação para justificar e dar aparência de legalidade a uma simples posse”¹⁵.

Nesse sentido, propomos o uso conjunto dos inventários *post-mortem* e dos registros tabelionais de compra e venda. Pretende-se analisar de que maneira a terra era transmitida, a estrutura fundiária da região e também qual o perfil do mercado imobiliário local. A delimitação temporal da pesquisa é o período compreendido entre 1858-1888. Tomamos como ano inicial a data de elevação da freguesia, justificada pela própria organização dos arquivos. Essa data também reflete a opção por proceder a um estudo dos anos posteriores a publicação da Lei de Terras de 1850, entendendo que esse é um marco arbitrário, mas, compartilhado pelos estudos de história agrária que buscam compreender as mudanças nas estruturas fundiárias e nas relações sociais sobre a terra. Assim como o marco final, o ano de 1858 não é uma barreira rígida, de modo que, sempre que possível procederemos a análises comparativas com outros períodos, especialmente com momento anteriores visando compreender o panorama de mudanças que ocorreram no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX.

O recorte final da delimitação temporal é o fim da escravidão, justificado pelas mudanças que o fim da propriedade de escravos impõe sobre a análise do perfil patrimonial analisados na aproximação econômica do mundo rural de Santa Vitória do Palmar. A utilização da documentação referente apenas aos anos em que a escravidão foi vigente permite-nos por um lado efetuarmos uma análise homogênea dos inventários *post-mortem* e por outro reafirmar a hipótese tantas vezes já defendida de que, o fim da escravidão foi decisivo para as mudanças nos investimentos fundiários e na qualificação da propriedade da terra.

Trataremos da problematização das fontes ao longo do desenvolvimento do trabalho, no entanto é oportuno salientar que o trabalho foi desenvolvido primordialmente por meio de dois conjuntos de fontes analisados de forma serial, a saber, a totalidade dos inventários *post-mortem* produzidos entre os anos de 1858-1888 e totalidade dos registros públicos de compra e venda de terras, ambos depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁵ Helen Osório também analisa as declarações de compra para justificar os pedidos de concessões de sesmarias e datas de maneira receosa. Ver: OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990, p.63.

As outras fontes utilizadas neste trabalho são: os censos nacionais de 1872, 1890 e 1920, republicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os dois mapas estatísticos e geográficos de Santa Vitória do Palmar datados dos anos de 1869 e 1871, encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, produzidos pelos fiscais da freguesia¹⁶. De forma complementar, analisamos brevemente as ações civis de demarcação e divisão das terras, depositadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

No primeiro capítulo, propomos o reconhecimento econômico de Santa Vitória do Palmar, utilizando uma metodologia clássica dos estudos agrários, a análise quantitativa dos inventários *post-mortem*. O objetivo proposto é compreender como a produção organizava-se naquele espaço, como os bens produtivos estavam distribuídos, qual era nível geral da riqueza da região e como essa se comparava a outros espaços de produção pecuária na província.

No segundo capítulo, propomos uma análise específica da estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar, utilizando como fontes, mais uma vez, os inventários *post-mortem*. Nossas principais intenções são refletir sobre os parâmetros para análise da estrutura agrária gaúcha no século XIX, e, para tanto utilizamos uma série de trabalhos que efetuaram análises sobre a estrutura fundiária da província através dos Registros Paroquiais de Terras e também propomos uma análise por meio da produtividade utilizando as taxas de ocupação dos rebanhos nos campos da pecuária. Interessa-nos nesse capítulo compreender uma das mudanças fundamentais da estrutura agrária local que é a fragmentação dos campos. Por outro lado, visando compreender a constituição da terra enquanto mercadoria, averiguamos as maneiras como a propriedade era legada no que tange à presença de informações como delimitação e extensão precisas.

No terceiro e último capítulo, tratamos do mercado de terras em Santa Vitória do Palmar. Antes de procedermos à análise dos registros de compra e venda, analisamos o preço da terra inventariada e a sua relação com o preço do principal produto da economia local, o gado vacum. Esta análise possibilitou a base para a compreensão dos preços no mercado de terras local. Dialogando com a historiografia argentina sobre o mercado de terras no século XIX, examinamos quantitativamente os registros de compra e venda, percebendo a evolução ao longo do tempo no volume de transações, nas oscilações dos preços e as tendências em relação à superfície negociadas. Diante do significativo número de transações envolvendo

¹⁶ Segundo Rossato, os fiscais de freguesia eram: eram autoridades nomeadas pelas câmaras municipais para servirem por quatro anos em cada freguesia das cidades ou vilas existentes. A eles, “competiria vigiar a observância das posturas da Câmara, promovendo sua execução e ficando responsáveis pelos prejuízos ocasionados por sua negligência”. IN: ROSSATO, Jupiracy Affonso Rego. Os negociantes de grosso trato e a câmara municipal da cidade do Rio de Janeiro: estabelecendo trajetórias de poder (1808- 1830). Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p.47.

propriedades no Uruguai, também no terceiro capítulo estudamos mais profundamente a constituição desse espaço fronteiro que permitiu o constante fluxo de bens e pessoas e buscamos compreender as características desse mercado que conjuga os dois territórios nacionais.

Através da análise dos registros de compra e venda de terras, apresentamos a nossa hipótese para o entendimento da constituição da terra como mercadoria na segunda metade do século XIX. A hipótese parte da avaliação da homogeneidade dos preços de terras comercializados e dialoga com a obra de Giovanni Levi, *A herança imaterial*, especificamente com o estudo sobre o mercado de terras em Santena no século XVII. Ainda que haja riscos em propor o mesmo modelo de entendimento para duas realidades completamente distintas, na falta de outros trabalhos que tratem do tema esse nos pareceu o recurso mais apropriado. Os recentes trabalhos de historiografia argentina sobre mercados de terras forneceram antecipadamente algumas das principais considerações para o estabelecimento do diálogo entre a análise do mercado de terras da Europa moderna e os mercados estabelecidos na América na segunda metade do século XIX¹⁷. De tal forma que estamos cientes de que, ao contrário de Giovanni Levi, não tratamos de mercados emergentes, mas da compreensão de como os mercados locais de terra funcionavam.

Ao verificar a homogeneidade da série dos preços apresentados nos registros de compra e venda, defendemos que diante das pequenas variações, embora a propriedade da terra fosse marcada pelas imprecisões ela se constituía como uma mercadoria de preços relativamente regulados. Mas esta conclusão não pode, a princípio, ser generalizada para além da dimensão local de onde ela provem, caracterizada pela circulação exclusiva de terras particulares. A existência no século XIX de áreas de colonização, de um grande espaço composto por fronteiras abertas, pressupõe que existam outras lógicas e outros mercados de terra no Brasil, ainda que legislação de 1850 tenha unificado o estatuto da propriedade e a forma como ela era comercializada.

Ao propor o presente trabalho julgamos que a compreensão de como a terra tornou-se uma mercadoria faz parte do entendimento de como se consolidou a sua desigual distribuição. A longa transformação da terra em uma mercadoria faz parte da gênese tanto das atuais relações de produção como dos inúmeros conflitos envolvendo o acesso à terra. É preciso deixar claro que o processo que resulta na absurda concentração da terra nas mãos de poucos

¹⁷ BANZATO, G.; BARCOS, M.F.; D'AGOSTINO, V. *Problemas, métodos y abordajes teóricos en torno al mercado de tierras. La campaña bonaerense entre los siglos XVIII y XIX*. In: II Jornadas Interdisciplinarias de Investigaciones Regionales, Mendoza, Argentina, 2011.

no Brasil não se limita aos momentos em que a terra era concedida pela Coroa ou apossada de maneira ilícita, mas esse processo foi muito mais incisivo à medida que a terra transformou-se em uma mercadoria protegida pelo domínio absoluto. É a identificação desse processo que buscamos analisar no presente trabalho.

Capítulo 1

Estrutura agrária em Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.

De modo geral, temos poucas informações que dêem conta de introduzir o tema sobre a economia e sociedade em Santa Vitória do Palmar, na segunda metade do século XIX. Em termos documentais, há uma série de razões para essa escassez como, por exemplo, a constituição administrativa de Santa Vitória do Palmar, que se tornou vila tardiamente, apenas em 1874. Além disso, outros fatores que dificultaram o acúmulo de informações foram a não preservação dos jornais produzidos na região durante a década de 1870 como o *O victoriense* e *Echos do Sul*¹⁸, bem como, a ausência de relatos como os produzidos por viajantes que permitiriam ao menos uma aproximação qualitativa ao cotidiano daquela localidade.

Uma das poucas fontes encontradas na pesquisa que efetuamos e que se prestam bem ao objetivo de lançar um primeiro olhar sobre a situação socioeconômica de Santa Vitória do Palmar são os *Mapas Estatísticos Econômicos e Geográficos de Santa Vitória do Palmar* de 1869 e 1871¹⁹.

A partir dos *Mapas*²⁰ pode se perceber que a produção econômica de Santa Vitória do Palmar era a típica produção da metade sul no século XIX, a pecuária baseada no latifúndio e na escravidão. Segundo os cálculos do fiscal da freguesia, o responsável pelos *Mapas*, havia na região 230 fazendas de criação de gado e nenhum estabelecimento de produção exclusivamente agrícola, ao passo que nas freguesias adjacentes e menores como Taim e Povo Novo, antigas áreas de produção trigueira, prevaleciam os pequenos estabelecimentos agrícolas. Povo Novo, por exemplo, contava com 268 estabelecimentos agrícolas e 53 fazendas de criação de gado.

Os mapas de 1869 e 1871 deixam claro que embora não houvesse expressividade na produção agrícola, todas as fazendas produziam gêneros alimentícios para a subsistência,

¹⁸ MELLO, Tancredo Fernandes de Mello. *O município de Santa Vitória do Palmar: Estudo histórico, físico e político*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1992, p.205.

¹⁹ AHRGS, Mapa Estatístico e Geográfico de Santa Vitória do Palmar, Fundo de Estatísticas, Santa Vitória do Palmar, 1869 e 1871.

²⁰ Juntamente com o Recenseamento Geral de 1872 e o Censo de 1890, os *Mapas* são nossa principal fonte sobre a população local, é provável que tais mapas tenham sido construídos com o intuito de subsidiar o Recenseamento Geral, mas eles acabaram produzindo informações que não constaram no documento de 1872 que são essenciais, como o número de unidades produtivas e tipo de produção.

como feijão, milho, trigo e a batata, utilizando-se, principalmente, do arado, das enxadas, pás e dos animais *vacuns* e cavalares. Notoriamente, os dados apresentados pelo fiscal são bastante imprecisos, de modo que segundo o mapa, havia cem mil animais *vacuns* e cavalares e outros cem mil animais lanígeros na região.

Feita essa primeira e precária caracterização, a proposta é proceder a uma análise serial dos inventários na busca por compreender como essa produção pecuária organizava-se efetivamente e quais suas diferenças e semelhanças com outras áreas no Rio Grande do Sul. O objetivo dessa análise da estrutura agrária é conhecer aspectos como a concentração e a distribuição de riqueza na região, a constituição dos patrimônios produtivos, o uso da mão de obra escrava e as características da produção e da propriedade de terras.

Para tais fins, dividiremos este primeiro capítulo em duas partes, a primeira parte restringir-se-á análise geral dos inventários com ênfase na composição dos patrimônios produtivos; procuraremos identificar a frequência com que elementos produtivos como terra, construções, escravos, gado e ferramentas aparecem nos inventários *post-mortem*, e quais seus pesos na constituição dos patrimônios. A segunda parte do capítulo tratará de uma proposta de estratificação econômica a partir de alguns desses mesmos elementos.

1.1 Sobre as fontes: os inventários *post-mortem*.

Nosso *corpus* documental é composto de 205 inventários *post-mortem*, ou seja, a totalidade dos inventários produzidos em Santa Vitória do Palmar entre os anos de 1858 e 1888. Os inventários foram organizados em um banco de dados e por meio desse selecionamos os documentos utilizados no trabalho. Do total de 205 inventários analisados e fichados, 33 (16%) referem-se a inventários que possuíam apenas bens urbanos, 12 (5%) não tiveram prosseguimento (os bens não foram avaliados) e, finalmente, 160 (78%) inventários possuem bens rurais, e estes compõem a amostra que será utilizada ao longo de todo o capítulo.

Tanto para o total dos inventários (205) como para a amostra dos inventários com bens rurais (160) não há homogeneidade na distribuição dos documentos ao longo das três décadas estudadas. Consideramos que essa discrepância não altera ou desqualifica os resultados obtidos pela análise dos inventários, mas apenas reflete algumas das mudanças pelas quais Santa Vitória do Palmar passava na segunda metade do século XIX como, por exemplo, o

aumento populacional e o vagaroso processo de emancipação de Rio Grande²¹. De modo que, para os 160 inventários com bens predominantemente rurais, têm-se a seguinte distribuição: 29 (18%) inventários para primeira década (1858-1868), 49 (30%) para a segunda (1869-1878) e 82 (51%) para a terceira década (1879-1888).

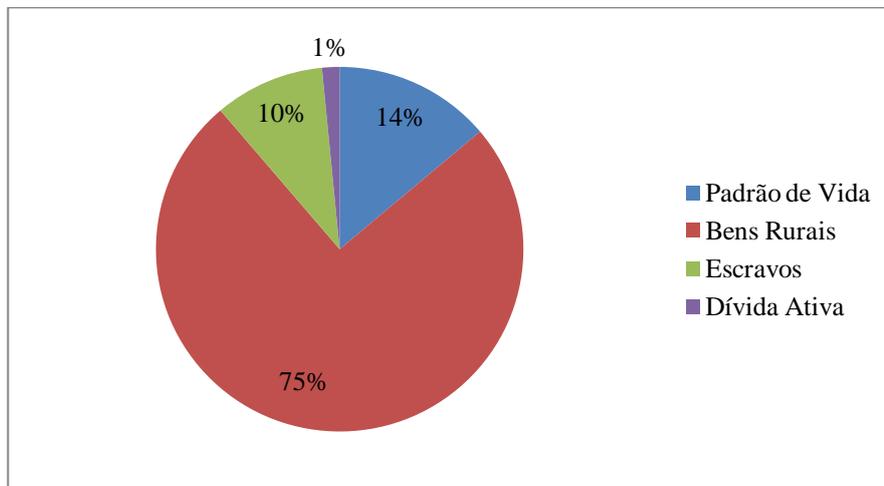
1.2 Perfis dos Patrimônios.

Em um primeiro momento, efetuamos uma análise total dos patrimônios dos inventários com bens rurais: essa análise inclui os valores dos bens não relacionados à produção, como dinheiro, mobiliário, jóias, utensílios domésticos, imóveis urbanos, todos eles agrupados como “padrão de vida” e as dívidas ativas²². Mesmo nessa primeira análise **não** incluímos os inventários que possuíam apenas bens urbanos, portanto os resultados não dão conta de refletir a presença de todos os bens avaliados no período. No gráfico abaixo demonstramos que parcelas dos patrimônios ignoramos quando analisamos apenas o *patrimônio produtivo*, isto é, a soma dos bens rurais (terras, animais, construções e ferramentas) e dos escravos.

²¹Até 1875 os inventários eram executados pelos Juizes de Rio Grande, principalmente por meio de procuradores, uma vez que os moradores de SVP, inventariantes ou herdeiros, não compareciam ao longo do processo que se desenrolava a 40 léguas da povoação. Em 07 de dezembro de 1874 em uma das poucas cartas expedidas pela Câmara Municipal havia solicitação de nomeação de um delegado de polícia, juiz municipal e de órfãos. Segundo “*as dificuldades para fazer chegar às testemunhas a cidade de Rio Grande para comprovação não só de fato nas questões civis, mas até de crimes fronteiriços como roubos e assassinatos tem sacrificado muitas vezes a justiça das partes.*” AHRS, Correspondência das câmaras municipais. Santa Vitória do Palmar, 1874 – 1889.

²² Todos os valores para análise dos bens de produção foram transformados em Libras Esterlinas. A cotação utilizada foi retirada do compêndio produzido pelo IBGE na década de 1940 intitulado *Séries Estatísticas Retrospectivas*: Repertório Estatístico do Brasil. Vol, 1. Disponível em: www.ibge.com.br.

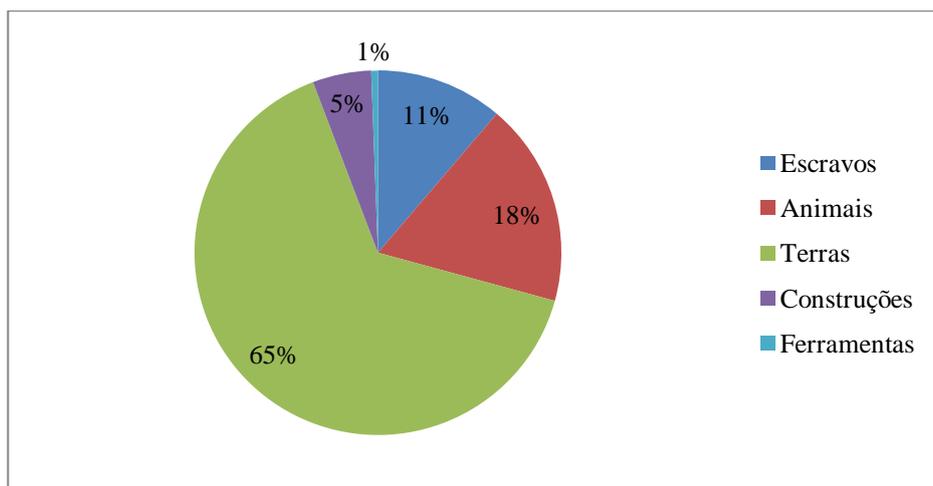
**Gráfico 1. Distribuição (%) de todos os bens dos inventários rurais.
Santa Vitória do Palmar (1858-1888)**



Fonte: 160 inventários post-mortem, APERGS.

Os bens produtivos correspondem a 85% do valor de **todos** os bens inventariados e esses, se analisados isoladamente, estão divididos da seguinte maneira: 89% do total referem-se a bens rurais e 11% aos escravos. No gráfico 2, apresentamos minuciosamente como os bens rurais e os escravos são compostos em relação ao *patrimônio produtivo*²³.

**Gráfico 2. Participação dos bens produção nos patrimônios produtivos rurais.
Santa Vitória do Palmar (1858-1888).**



Fonte: 160 inventários post-mortem, APERS.

²³A partir desse momento do trabalho sempre que nos referirmos ao total dos inventários, falamos dos 160 inventários com bens rurais.

1.2.1 Terra

O predomínio das terras no total dos patrimônios produtivos como encontrado nos inventários rurais em Santa Vitória do Palmar não foi uma constante ao longo do século XIX e do período colonial no Brasil e na América Espanhola; no caso específico do Rio Grande do Sul, Helen Osório²⁴ demonstrou que 36,5% dos patrimônios produtivos das estâncias entre 1765-1815 eram compostos por terras e benfeitorias, índice elevado se considerada “à visão de que a terra valia pouco no mundo colonial português”²⁵.

Um dos aspectos que contribuem para essa visão de que a terra valia pouco está ligada ao longo processo de fronteira aberta, isto é, de uma ampla disponibilidade de terras que vigorou no espaço colonial português. Nesse sentido, há que se considerar a mudança de contexto, mas também que a expressiva participação das terras nos patrimônios produtivos de Santa Vitória do Palmar na segunda metade do século XIX está condicionada pelo menos por duas situações. A primeira delas ligada à ocupação antiga da região e a segunda, atrelada ao contexto específico pós-Lei de Terras. Ao contrário da metade sudoeste e norte da província, a região de Santa Vitória do Palmar, como já ressaltado, desde os primórdios da fundação de Rio Grande configurou-se como área de passagem e ocupação, com distribuição de sesmaria que remontam ao século XVIII, no período anterior à invasão espanhola e que, portanto, na metade do século XIX já contava com quase um século de ocupação e exploração, o que provavelmente valorizou as terras.

Outros estudos, como o de Hebe Mattos²⁶ e de Graciela Garcia²⁷, comprovam que, durante a segunda metade do século XIX essa tendência de predominância das terras em relação ao patrimônio produtivo foi se acentuando, à medida que as terras sofriam valorização, seja em razão de sua progressiva privatização e cerceamentos, seja pelo fim da escravidão. No caso do trabalho de Graciela Garcia, esse processo de valorização de terras no Rio Grande do Sul, especialmente, no Alegrete, foi percebido através de uma análise de longo prazo a partir da comparação dos patrimônios das décadas de 1830 e 1870. A autora percebeu que as terras mais que dobraram sua participação nos patrimônios durante o período, passando de 23% do total produtivo a 57%.

²⁴ OSÓRIO, Helen. O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2007.p.107.

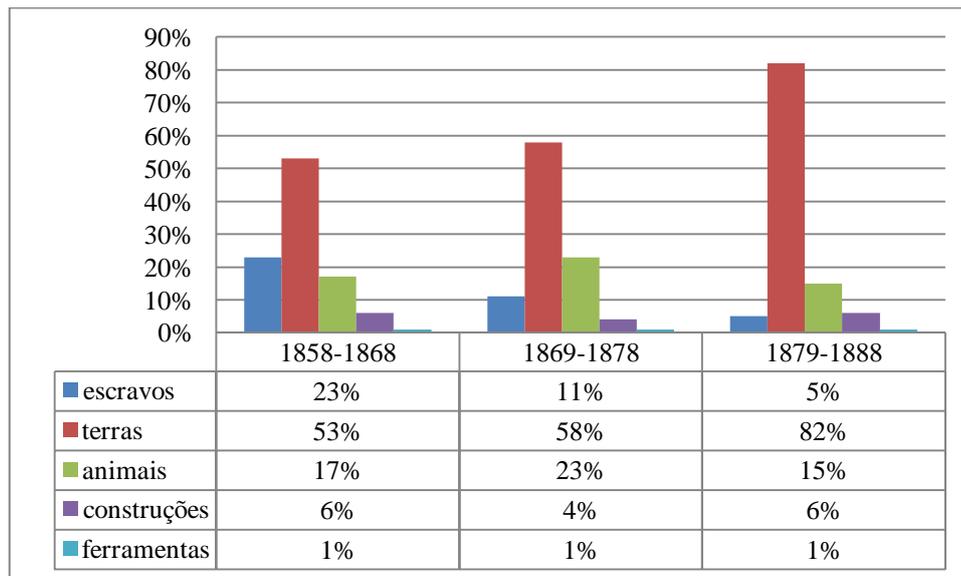
²⁵ Ibidem.

²⁶ MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

²⁷ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

A análise dos inventários de Santa Vitória do Palmar radicaliza essa evolução no curto prazo, especialmente se compararmos as mudanças ocorridas nos perfis dos patrimônios produtivos entre as décadas de 1870 e 1880. Há um aumento de 24% na participação da terra nos patrimônios produtivos durante esse período, como mostra a seguir o gráfico 3.

**Gráfico 3. Composição dos patrimônios produtivos por décadas.
Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.**



Fonte: 160 inventários post-mortem, APERS.

Para Santa Maria, na região central da província, no mesmo período de nossa análise, Gláucia Kulzer²⁸ também percebeu um rápido aumento da participação das terras na composição dos patrimônios produtivos, embora não tão expressiva como Santa Vitória do Palmar. Durante a década de 1860 as terras compunham em Santa Maria 48% do patrimônio produtivo inventariado, 59% na década seguinte e finalmente 64% na década de 1880²⁹.

No presente momento, não conseguimos enumerar as razões de uma valorização tão abrupta em Santa Vitória do Palmar, mas voltaremos a esse tema ao longo do trabalho, quando for possível combinar outros fatores como as mudanças burocráticas envolvendo a propriedades da terra, as mudanças na estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar e na produção pecuária da província.

²⁸ KULZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento à Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009. p.79.

²⁹ Voltaremos ao tema da valorização da terra no capítulo 3, em que mapearemos o preço do hectare em Santa Vitória do Palmar.

1.2.2 Escravos

O expressivo percentual que a escravaria compunha no patrimônio produtivo durante a primeira década do estudo (23%) não é exatamente um resultado inesperado. Esta previsibilidade é resultado, sobretudo, de uma série de estudos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, que nos permite perceber pelo menos algumas linhas sobre a presença escrava na região. Assim, consideramos desnecessária uma maior digressão sobre o tema, uma vez que já está suficientemente demonstrada que a escravidão no Rio Grande do Sul era uma constante não apenas nas charqueadas, mas também nas áreas de produção pecuária e agrícolas. Resguardadas as peculiaridades das produções, que a escravidão na região respondia às mesmas premissas econômicas e necessidades do latifúndio agrícola monocultor típico do nordeste e sudeste do país.

Para ilustrar em termos populacionais a presença escrava no Rio Grande do Sul, Paulo Zarth³⁰ apresenta os dados de Relatórios Estatísticos de 1874, que demonstram que, se analisados a proporção entre a população livre e escrava, a província do Rio Grande do Sul era a terceira em número de escravos, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro e do Espírito Santos.

Em Santa Vitória do Palmar, segundo o recenseamento geral da população de 1872, os escravos compunham 30% do total da população da paróquia. Tendemos a desconfiar da verossimilhança do índice do recenseamento para a paróquia, principalmente, se compararmos com outros censos populacionais/relatórios estatísticos do século XIX que não apresentaram índices tão expressivos mesmo para áreas de reconhecida concentração escrava como Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande³¹. Segundo estatísticas produzidas em 1859, 27% da população de Pelotas era composta por escravos, 22% da população era escrava em Porto Alegre e por fim, em Rio Grande 18% da população era escrava.

Se os índices apresentados pelos censos em relação à população escrava Santa Vitória do Palmar são pouco exatos, a análise comparativa da participação da presença escrava nos patrimônios de outras regiões no mesmo período apresenta alguma congruência, como é o caso do já citado trabalho de Glaucia Kulzer. Sua análise dos patrimônios nos inventários de Santa Maria mostra a mesma tendência drástica de redução da participação dos escravos nos patrimônios produtivos percebida em Santa Vitória do Palmar e ilustrada no Gráfico 3. Na

³⁰ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno..* Op. Cit. p.188.

³¹ *Ibidem.* p. 123.

região central da província os escravos formavam 25% do patrimônio produtivo na década de 1860, 20% na década de 1870 e apenas 5% em 1880³².

Do total de inventários rurais para as três décadas de nossa análise, 95 (59%) possuíam escravos e esses avaliaram um total de 460 cativos, uma média de 4,8 escravos por inventário. Médias muito próximas a essa foram encontradas, utilizando a mesma fonte e períodos semelhantes, 1851 a 1881, para outras áreas de produção pecuária e charqueadora. Segundo a análise dos inventários feita por Paulo Zarth³³, 64,% dos inventários de Bagé contavam com escravos, com média de 4,9 escravos por inventário. Por sua vez, Pelotas apresentava uma média muito mais alta, 8,6 escravos por inventário, justificada em razão da presença dos estabelecimentos charqueadores, contudo, com indicies de presença escrava nos inventários semelhantes à Santa Vitória do Palmar e Bagé, 62,1%.

**Quadro 1. Presença e média de escravos nos inventários.
Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.**

	Total de inventários	Inventários com escravos	%	Total de escravos	% em relação ao total de escravos	Média por inventário
1858-1868	29	25	86%	173	38%	6,92
1869-1878	49	33	67%	158	34%	4,78
1879-1888	82	37	45%	129	28%	3,48

Fonte: 160 inventários post-mortem, APERS.

Embora a redução do número de escravos entre a década de 1860 e 1880 não tenha sido muito drástica, houve uma redução de 26%. A análise da redução da presença escrava nos estabelecimentos deve ser percebida pelas quedas significativa da presença de escravos nos inventários e pela redução do número médio de escravos por produtor. A tabela abaixo demonstra a evolução da mudança nos perfis dos planteis em Santa Vitória do Palmar:

³² KULZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento à Boca do Monte..* Op.Cit. p.79.

³³ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno..* Op. Cit. p.113.

Tabela 01. Número de produtores segundo a faixa de tamanho do plantel de escravos por década. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.

Tamanho do Plantel	n° Total	%	1858 – 1868	%	1869-1878	%	1879-1888	%
1 a 4	54	57%	8	35%	21	64%	25	68%
5 a 9	30	32%	11	48%	8	24%	11	30%
10 a 19	9	9%	3	13%	3	9%	1	3%
mais de 20	2	2%	1	4%	1	3%	0	0%
TOTAL	95		23		33		37	

Fonte: 160 inventários post-mortem, APERS.

Ao longo das três décadas analisadas a tendência da existência de pequenos plantéis como até 4 escravos se fortaleceu com um crescimento de 20%. Nas demais faixas a tendência foi de redução até o fim da escravidão. As razões para o quadro de queda no número de escravos e de redução dos tamanhos do plantéis em Santa Vitória do Palmar são muitas e não se restringem a um contexto local. Está claro que essa queda relaciona-se diretamente ao contexto de crise geral da mão de obra escrava, caracterizada pela proibição definitiva do tráfico internacional em 1850, pela a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871 e, especialmente, no caso do Rio Grande do Sul, pelo fato da província ter se tornado uma zona de abastecedora de escravos no circuito de tráfico interprovincial, perdendo parte de seus plantéis para áreas de expansão econômica como o sudeste cafeeiro.

Como o objetivo desta primeira parte do capítulo é apresentar a estrutura produtiva de Santa Vitória do Palmar e as mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX, não nos ateremos ao que consideramos o ponto fundamental da análise da crise do sistema escravista para áreas de produção pecuária, que é o exame de como a crise afetou diretamente a produção. Para responder essa indagação seria necessário averiguar que grupos produtivos perderam mais braços cativos e quais conseguiriam manter a mão-de-obra mesmo diante da crise da propriedade escrava, de modo que voltaremos ao tema quando conseguirmos propor uma hierarquização econômica e social a partir das fortunas, da propriedade da terra e do gado.

1.2.3. Rebanhos

O rebanho de animais constitui-se como a segunda maior parcela dos patrimônios produtivos, 18% do valor total dos inventários analisados. Entre aqueles inventários com bens

rurais, 144 arrolaram animais, um total de 90% da amostra analisada. Quanto à frequência e à diversidade dos rebanhos em Santa Vitória do Palmar, optamos por considerar separadamente os “bois mansos” dos animais *vacuns*³⁴, a fim de ressaltar suas diferenças produtivas e sua presença expressiva. Também consideramos conjuntamente os animais novos eqüinos como “potros” e “potrilhos”, ainda que esses apresentassem valores diferenciados.

Em 57% dos inventários rurais, foram arrolados “bois mansos”, animais usados na agricultura para tração de carretas, de atafonas e de arados, o surpreendente é que praticamente o mesmo percentual foi encontrado para Rio Grande em 1790, quando a área era composta principalmente por lavradores que produziam a maior parte do trigo da capitania³⁵. Essa correspondência justifica-se em partes, uma vez que a área a que denominamos como Santa Vitória do Palmar tratava-se da antiga “fronteira do Rio Grande” e foi uma área gradativamente reincorporada à capitania pelos portugueses após os conflitos com os espanhóis na segunda metade do século XVIII. Ou seja, é preciso considerar que tratava de uma região com um histórico de produção agrícola, também ocupada por açorianos que ao que parece mesmo diante da crise da produção agrícola na região no século XIX manteve importantes bases produtivas, como os bois.

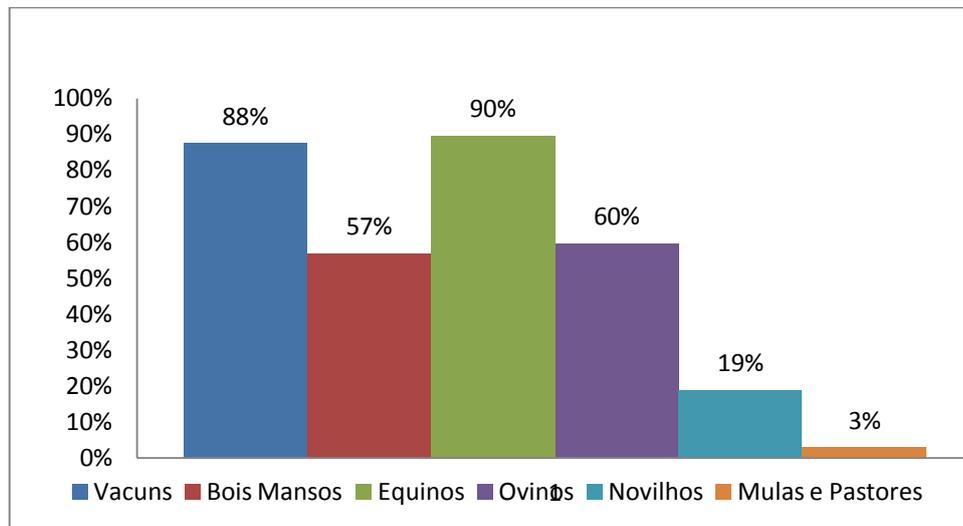
O gráfico 4 ilustra a frequência dos animais nos inventários *post-mortem*:

³⁴ Segundo as designações mais comuns foram considerados animais *vacuns* as “reses de criar”, “reses chucas”, “reses mansas”.

³⁵ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...* Op. Cit. p.128.

Segundos os Mapas Estatísticos de 1780 e 1791, 39% dos rebanhos da região de Rio Grande em 1780, após a conjuntura de guerras, contavam com bois mansos; em 1791 esse índice de participação nos rebanhos subiu para 50%, lembrando que nesse último período a região produzia 55% do trigo da capitania.

Gráfico 4. Freqüência dos animais vacuns, bois mansos, eqüinos*, ovinos, novilhos e mulas. Santa Vitória do Palmar (1858-1888)



Fonte: 144 inventários post-mortem, APERS. * Foram encontradas nos inventários as seguintes denominações para eqüinos: “cavalos em mau estado”, “cavalos em bom estado”, “cavalos mansos”, “cavalos xucros”, “éguas”, “éguas mansas”, “éguas xucras”, “potros”, “potrilhos” e “potrancas”.

A freqüência de animais eqüinos bastante semelhante aos animais vacuns é uma característica da produção pecuária, uma vez que os cavalos são necessariamente utilizados no manejo do gado. Todavia, seu predomínio para o caso de Santa Vitória do Palmar não se mantém, se analisado o seu percentual na composição do rebanho. Tomando o número total de animais, os eqüinos constituíram apenas 7% do total dos animais inventariados, ao passo que os vacuns compunham 62% e os ovinos 28%.

Não podemos desconsiderar a possibilidade de comercialização de cavalos, mas uma vez analisada a composição década a década do rebanho, percebe-se que os eqüinos nunca compuseram o segundo maior rebanho em número de animais inventariados. Expressiva foi a presença dos ovinos, que desde a década de 1860 manteve a eloqüente parcela de pelo menos ¼ dos animais inventariados, chegando a quase 1/3 na década de 1880.

A produção ovina nunca compôs no período colonial e nem mesmo nas primeiras décadas do século XIX uma grande parcela dos rebanhos; os dados obtidos através dos inventários por Helen Osório³⁶ indicam que nas estâncias do Rio Grande do Sul esses animais compuseram somente 5% dos animais inventariados no período de 1765-1825. Em Alegrete, na primeira metade do século XIX, a presença de ovinos também não foi expressiva. Em uma área de grande especialização da pecuária bovina, a criação de ovelhas só se tornou um pouco

³⁶ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América.. Op. Cit.*

mais freqüente na década de 1850. Em 1830, 7,3% do rebanho era composto de ovinos, durante as décadas de 1850 e 1860 esse percentual subiu para 13%³⁷.

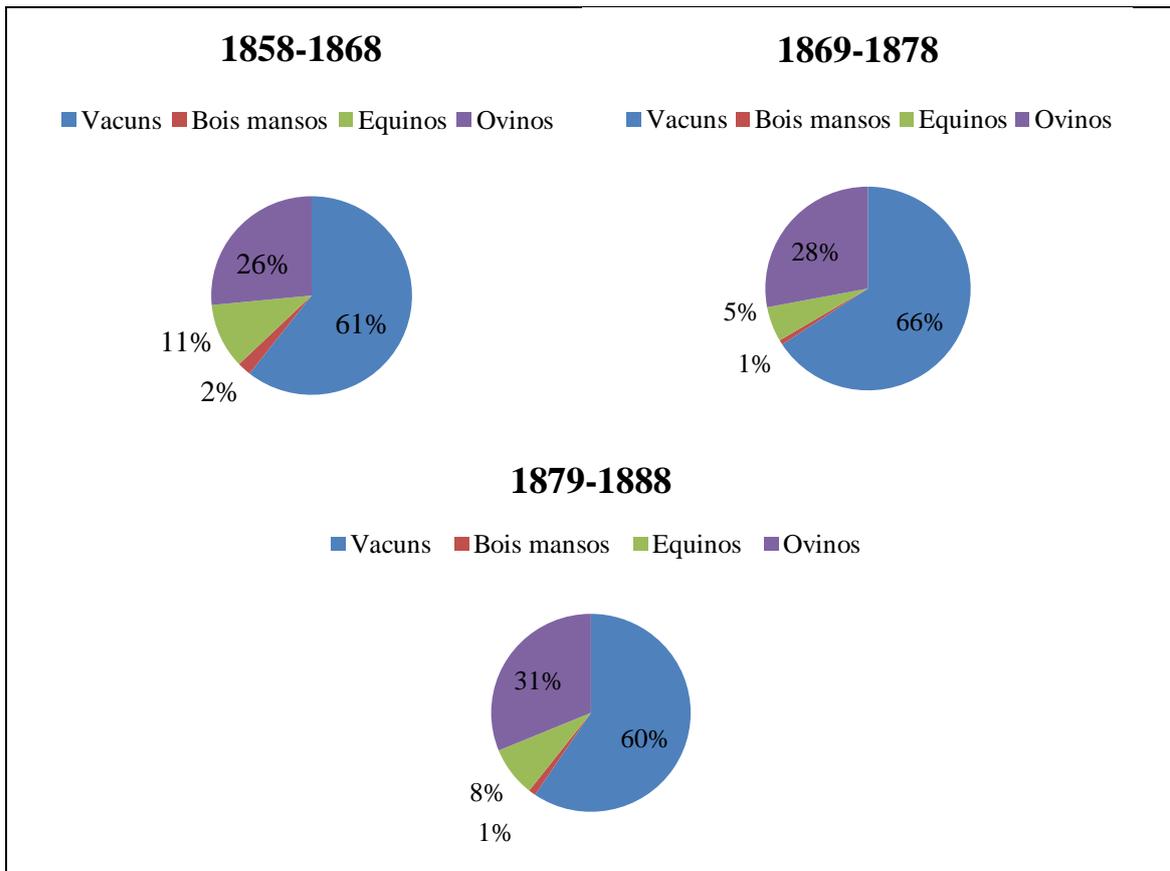
Pode-se afirmar que a inexpressiva presença desses animais nos rebanhos começou a mudar a partir da década de 1860, quando se tem notícias das primeiras grandes exportações da lã pela província³⁸. Essa mudança certamente seguia o rápido processo que já se desenvolvia no Uruguai e na Argentina, desde a década de 1850, conhecido como a *febre lanar*. A expressiva presença desses animais nos rebanhos em Santa Vitória do Palmar, desde a década de 1860 (26% do rebanho) nos leva a pensarmos que já havia na região influências vindas pela fronteira uruguaia em relação às possibilidades dessa produção e ao mercado, situação bem diversa da encontrada por Arlene Foletto³⁹ em Itaqui, onde os ovinos compunham na década de 1850, 6% do total do rebanho, chegando ao máximo a 13% na década de 1880.

³⁷ FARINATTI, Luis Augusto E. *Confins Meridionais...* Op.Cit. p.110.

³⁸ NEVES, Hugo Alberto Pereira Neves. *A criação de ovinos e o comércio de lã no Rio Grande do Sul (1851-1889)*. BIBLOS, Rio Grande. Nº4, 1992, p.55-61. p.59.

³⁹ FOLETTO, Arlene. *Os campos junto ao Uruguai aos matos em cima da serra: a paisagem agrária na paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003, p.112.

Gráfico 5. Composição (%) do rebanho total por década (1858-1888).



Fonte: 144 inventários post-mortem. APERS.

A trajetória do Uruguai e da Argentina na produção e exportação da lã, e mais tarde no início do século XX, da carne ovina resultou em uma maior preocupação por parte dos historiadores em compreender o fenômeno da expansão das “*estancias ovejeras*” ao longo da segunda metade do século XIX. No caso da produção gaúcha, não encontramos nenhum estudo sistemático sobre o tema. Na Argentina e no Uruguai, o crescimento dos rebanhos e da produção foram acompanhados por um grande avanço na inserção de raças “finas” capazes de produzir boa lã para o mercado externo e, conseqüentemente, também por mudanças significativas na estrutura e nas relações produtivas do campo, tais mudanças foram em parte documentadas por uma série de Associações Rurais que visavam promover o desenvolvimento da produção tanto pela inserção de novas raças de animais, como também pelo divulgação de novas propostas de manejo dos rebanhos⁴⁰.

Quando tratamos da produção ovina no Rio Grande do Sul e sua aceleração na segunda metade do século XIX, há que se ponderar sobre as grandes diferenças envolvidas.

⁴⁰ MILLOT, Julio; BERTINO, Magdalena. *História económica del Uruguay. Tomo II*. Fundación de Cultura Universitária, 1996. 72-79.

Os dados sobre a exportação da lã em 1862, no Rio Grande do Sul, apontam que a província exportou naquele ano 507.210 quilos de lã⁴¹, o Uruguai, que ainda passava por um momento de recuperação da Guerra Grande, exportou no mesmo ano 4.700.000 quilos. No ano de 1869, em pleno momento de explosão das exportações, o Uruguai exportou 19.100.000 quilos⁴² e o Rio Grande do Sul apenas, 957.120⁴³. Quer dizer, é sobre esse contexto de expansão da produção ovina e ao mesmo tempo de preponderância absoluta do Uruguai e da Argentina sobre a produção exportada, que o município de Santa Vitória do Palmar tornou-se, nas primeiras décadas do século XX, o segundo maior produtor de ovelhas e o maior produtor de lã do estado, segundo os dados do Censo de 1920⁴⁴.

Estudos como o de Julio Millot e Magdalena Bertino⁴⁵ relacionam a produção ovina à pequena propriedade e pequenos produtores no Uruguai, especialmente, em razão dos preços dos animais, muito mais baratos que os bovinos e menos demandantes de terras. Na região platina, houve até uma “especialização ovina” por parte dos pequenos e médios produtores, ao passo que os grandes estabelecimentos mantiveram a produção vacum - Averiguaremos, na sequência do trabalho a relação entre a pequena propriedade e a produção ovina.

O que os dados sobre a composição dos rebanhos em Santa Vitória do Palmar e sobre a frequência dos animais ovinos entre os produtores indicam é que, embora o volume dos animais ovinos tenha se modificado ao longo das três décadas analisadas, a criação bovina

⁴¹ Dados sobre a exportação de lã no Rio Grande do Sul, ver dados reproduzidos da Secretaria da Fazenda por Hugo Neves. In: NEVES, Hugo Alberto Pereira Neves. *A criação de ovinos e o comércio de lã no Rio Grande do Sul (1851-1889)*. BIBLOS, Rio Grande. N°4, 1992, p.55-61. p.59.

⁴² Dados sobre Uruguai. Ver: MILLOT, Julio; BERTINO, Magdalena. *História económica del Uruguay. Tomo II*. Fundacion de Cultura Universitária, 1996, p. 48.

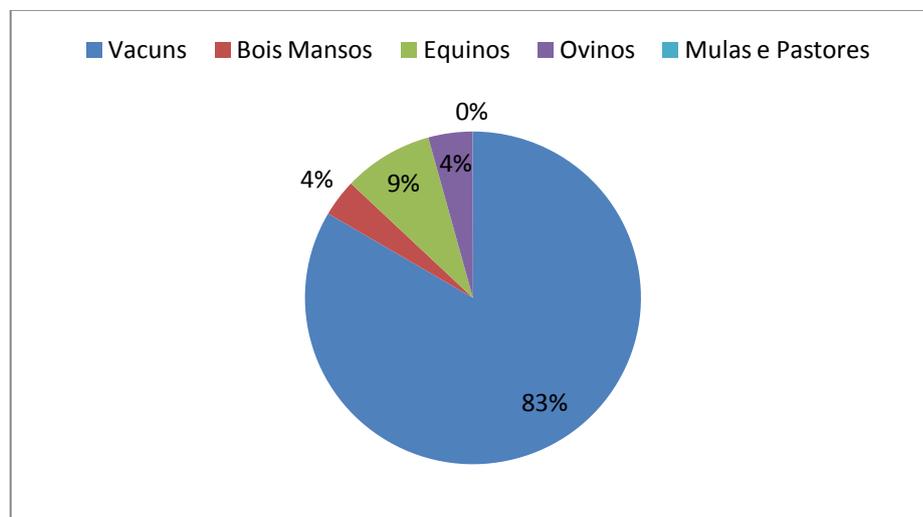
⁴³ Sobre a produção argentina, especialmente na região de Buenos Aires, Garavaglia e Gelman afirmam “Entre mediados de siglo y los años 80, el eje del complejo agroexportador se desplaza hacia el ovino. El stock en la provincia de Buenos Aires, ya de 15 millones en 1852, alcanza unos 40 millones en 1865 y casi 57 millones en 1881, mientras el crecimiento del stock vacuno pasa de unos 3 millones a 5 en la fecha más tardía. La exportación de la lana se convertirá de esta manera en el primer rubro del comercio exterior y comanda el proceso de renovación y las inversiones, sobre todo en la provincia de Buenos Aires, al norte del río Salado. Hacia 1870 casi el 40% del valor de las exportaciones proviene de la lana.”. In: GARAVAGLIA, Juan C.; GELMAN, Jorge. *Capitalismo agrário em la frontera. Buenos Aires y la región pampeana em siglo XIX*. História Agraria, n°29, 2002. p.115.

⁴⁴ Segundo os dados do Censo Agropecuário de 1920 os três municípios com o maior número de animais ovinos eram, em ordem decrescente: Uruguaiana (532.681 animais), Santa Vitória do Palmar (369.197) e Santana do Livramento (325.505). Quanto a produção de lã, por razões ainda desconhecidas sobre o comércio de lã, da carne e da venda dos animais, Santa Vitória do Palmar, com rebanho menor do que Uruguaiana, produzia, mais de duas vezes o volume de lã daquela região, despontando como o principal produtor do estado. Ver: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS, *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS (1803-1950)*. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 205, 206, 213.

⁴⁵ MILLOT, Julio; BERTINO, Magdalena. *História económica del Uruguay. Tomo II*. Fundacion de Cultura Universitária, 1996

manteve o percentual significativo de pelo menos 60% do total dos animais inventariados e como gráfico abaixo ilustra foi economicamente mais importante na composição dos patrimônios. Ou seja, a pecuária em Santa Vitória do Palmar constituía-se de uma produção pecuária mista, pelo menos até o final da década de 1880, quando o número de animais lanígeros nunca superou o número de animais bovinos⁴⁶.

**Gráfico 6. Participação (%) dos diferentes animais no valor total do rebanho.
Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.**



Fonte: 144 inventários post-mortem, APERS.

Os diferentes trabalhos sobre a pecuária no Rio Grande do Sul demonstram que, de modo geral, os animais constituíram-se como um patrimônio expressivamente menor ao longo do século XIX. Passados os momentos de apropriação de terras e rebanhos selvagens nas fronteiras e de relativa tranqüilidade na circulação de animais vindos desde a Banda Oriental, a tendência foi de redução do número de animais e de participação no montante dos patrimônios produtivos⁴⁷.

Além disso, os estudos sobre a produção pecuária na província afirmam que a segunda metade do século XIX não foi tranqüila para a produção. Até a década de 1860, a produção

⁴⁶ Segundo os dados *do Mapa Estatísticos e Geográficos de Santa Vitória do Palmar*, havia na região 100.000 animais lanígeros e 100.000 vacuns e cavaleares. Em 1913, o número de animas vacuns na região era de 140.000 e 300.00 animais ovinos.

⁴⁷ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra...* Op.Cit.

FARINATTI, Luis A. Ebling. *Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

passou por uma série de contratempos como as calamidades naturais (secas e epizootias) e as destruições produtivas resultantes dos períodos bélicos, como o caso do longo período da Revolução Farroupilha, que acabaram influenciando a valorização e a frequência dos animais.

Segundo Paulo Zarth⁴⁸ não existe informações precisas sobre a chegada de animais de raças ao Rio Grande do Sul, há apenas informações vagas que afirmam que a chegada dos animais a província entre o final da década de 1850 e início da década de 1870. A introdução de raças nobres aos rebanhos de gado vacum local foi influenciada pelos modelos argentinos e uruguaios, que por sua vez foram impulsionados pela atuação dos imigrantes, especialmente ingleses. Para Julio Millot e Magdalena Bertino⁴⁹ a inclusão de novas raças nos rebanhos uruguaios foi impulsionada timidamente a partir da década de 1870, concomitante aos cercamentos dos campos. Neste período de lenta inclusão de novas raças, que durou até mais ou menos 1895, foram importados, principalmente, animais vindo da Argentina e Inglaterra, por iniciativas localizadas principalmente na zona do litoral.

Em Santa Vitória do Palmar até 1888 em nenhum inventário foi citada a presença de animais de raças nos rebanhos, ressaltando a lentidão com que avanços modernizadores da pecuária chegaram ao Rio Grande do Sul e a esta região especificamente. As únicas informações sobre a modernização dos rebanhos em Santa Vitória do Palmar remetem ao início do século XX, quando a *Sociedade Pastoril e Industrial* promovia exposições de animais estrangeiros criados no município. Segundo as atas das exposições em 1908 e 1911, foram expostos animais vacuns das raças *Hereford*, *Holandesa*, *Durhan*, além dos ovinos das raças *Cara-negra*, *Rambouillet* e *Lincoln*⁵⁰.

Quanto a evolução na produção local, segundo a análise por décadas da constituição dos patrimônios (ver gráfico 3), durante os anos de 1868 e 1878 os animais tiveram uma maior participação no patrimônio produtivo em Santa Vitória do Palmar (23%), seguido de uma queda acentuada na década seguinte (15%). Entretanto, mais do que uma conjuntura favorável no período, o que se pode perceber pela análise individual dos inventários é que, no ano de 1878, dois indivíduos sozinhos praticamente inventariaram a grande diferença numérica de animais vacuns inventariados entre a década de 1870 e a década de 1880;

⁴⁸ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno...* Op. Cit. p.259 – 262.

⁴⁹ MILLOT, Julio; BERTINO, Magdalena. *História econômica del Uruguay. Tomo II*. Fundacion de Cultura Universitária, 1996, p.102.

⁵⁰ MELLO, Tancredo Fernandes de Mello. *O município de Santa Vitória do Palmar...* Op. Cit. p.260.

Bernardo Faustino Correa deixou para seus herdeiros 3.350 reses⁵¹ e Manoel Correa Mirapalhete, 7.200 reses⁵². Estes são os dois maiores rebanhos vacuns encontrados para Santa Vitória do Palmar em todo período estudado e como mostra a quadro 3, tais rebanhos acabaram alavancando também as médias de reses por inventário, 521 para o período, quando a média geral foi de 352.

Tabela 02. Quantidade de animais e frequência nos inventários por década*.

Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.

	Total de Inventários por década	Reses	%	Bois Mansos	%	Equinos	%	Ovinos	%
1858-1868	25	10999	88%	398	72%	1878	96%	4704	56%
1869-1878	48	25023	94%	283	60%	2067	92%	10425	69%
1879-1888	71	14695	83%	285	49%	1996	86%	7712	55%
Total		50717		966		6054		22841	

Fonte: 144 inventários post-mortem, APERS. Não consideramos aqui as mulas e pastores, uma vez que eles não somam 1% da composição dos animais inventariados.

Quadro 3. Número médio de animais por produtor rural*.

Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.

	Média de Reses	Média de Bois Mansos	Média de Equinos	Média de Ovinos
1858-1868	440	22	78	336
1869-1878	521	10	47	316
1879-1888	207	8	34	197
Média Geral	352	12	47	265

Fonte: 144 inventários post-mortem, APERS. Não consideramos aqui as mulas e pastores, uma vez que eles não somam 1% da composição dos animais inventariados.

Os trabalhos de Arlene Foletto⁵³ e Luis Augusto Farinatti⁵⁴ para a paróquia de Itaqui e Santa Maria, respectivamente, tratam de realidades de produção pecuária diferenciadas na província em períodos semelhantes ao de nossa análise. Em Itaqui, na fronteira oeste, segundo os inventários, 72% do rebanho era composto por gado vacum com médias de 724 reses e 181

⁵¹ Inventário *post-mortem* de Bernardo Faustino Correa. Santa Vitória do Palmar. Cível e Crime. M.1. Auto 9, 1878. .

⁵² Inventário *post-mortem* de Manoel Correa Mirapalhete. Santa Vitória do Palmar. Provedoria. M.1. Auto 5, 1878.

⁵³ FOLETTO, Arlene. *Os campos junto ao Uruguai aos matos em cima da serra...* Op.Cit.

⁵⁴ FARINATTI, Luis A. Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845 – 1880)*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1999.

equínos por propriedade⁵⁵. Para o período de 1845-1880, em Santa Maria, Farinatti⁵⁶ encontrou, através também dos inventários, uma média de 297 reses, sendo que a região de Santa Maria tinha sido considerada por relatório estatístico de 1858 a segunda área de menor rebanho e concentração por estabelecimento produtivo na província.

A média de 352 reses por proprietário aponta para a possibilidade de também considerarmos a região como uma área de pecuária de pequeno porte. Essa conclusão pode ser confirmada se cruzarmos os dados do Mapa estatístico de 1858, utilizado por Farinatti⁵⁷, os quais nos referimos anteriormente, com os dados dos *Mapas Estatísticos e Geográficos* de 1869 e 1871 de Santa Vitória do Palmar. Segundo os *Mapas Estatísticos e Geográficos* havia “mais ou menos cem mil animais vacuns” em Santa Vitória do Palmar e 230 fazendas de criação. Ou seja, uma média de 434 animais por estabelecimento produtivo, um dado muito compatível com a média encontrada na análise dos inventários na década de 1860 (440 animais), quando o censo foi produzido.

Abaixo, apresentamos o cálculo das médias de animais por estabelecimento produtivo através dos dados descritos no *Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem, e criam por ano, e do numero de pessoas empregadas no seu custeio*, de 1858. Esta fonte já foi utilizada por uma série de estudos que se preocuparam com a pecuária e sua mão de obra, como é o caso dos já referenciados trabalhos de Paulo Zarth, Stephen Bell, Helen Osório e Luis A. Farinatti⁵⁸.

⁵⁵ FOLETTO, Arlene. *Os campos junto ao Uruguai aos matos em cima da serra...* Op.Cit.p.108.

⁵⁶ FARINATTI, Luis A. Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem*. Op.Cit.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Outros autores, como Cristiano Christillino, analisaram minuciosamente as informações enviadas pelas Câmaras municipais que compuseram o mapa estatístico. Tal investigação demonstrou que, Rio Pardo, por exemplo, “não incluiu na lista de criadores que obtiam um número inferior a 100 crias, ou seja, donos de rebanhos inferiores a 440 ou 450 animais. A ausência desses criadores nos dados apresentados pela câmara de Rio Pardo aumenta, consideravelmente a média de cabeças de gado por unidade produtiva”. In: CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010, p.100.

Quadro 4. Número médio de animais por estância segundo o “Mapa numérico das estâncias...” 1858.

Municípios	nº de estâncias	Vacuns	Média de animais por estância
Santana do Livramento	126	267880	2126
Alegrete	391	772232	1975
São José do Norte	57	110400	1937
Jaguarão	239	385800	1614
Piratini	63	35210	559

Fonte: *Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem, e criam por ano, e do numero de pessoas empregadas no seu custeio.* AHRS, Estatísticas, m. 2 – 1858. In: OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes.* Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2007. (ADAPTADO)

O que os dados mostram é que outras áreas de fronteira como Santana do Livramento e Alegrete possuíam pecuárias de outras envergaduras, com médias aproximadas de 2.000 animais vacuns por estabelecimento produtivo. A fronteira era, portanto, na segunda metade do século XIX, uma região de pecuárias muito diferenciadas. Santa Vitória do Palmar, intimamente relacionada por meios de suas vias lacunares com o complexo portuário e charqueador de Rio Grande e Pelotas, e também como uma área de grande pecuária como Jaguarão, possuía características próprias em sua produção. Resta-nos saber de que maneira esse rebanho bastante diversificado era dividido entre os criadores e quais aspectos dessa distribuição aproximavam ou afastavam a região das outras áreas de produção pecuária. Trataremos desse tema na segunda parte do capítulo; por hora seguiremos analisando os últimos elementos dos patrimônios produtivos, as construções e os instrumentos.

1.2.4. Construções e ferramentas

Antes de iniciarmos a análise das construções inventariadas em Santa Vitória do Palmar, não é redundante reforçar que, ao longo do século XIX, a Campanha como um todo foi marcada pelo baixo nível das construções e dos recursos para a produção pecuária⁵⁹. Como reflexo da absurda concentração de renda que marcou a economia rural do período, a análise das construções e do padrão de vida é marcada pela excepcionalidade de algumas boas construções de alvenaria e verdadeiros complexos produtivos, em contraposição a uma grande

⁵⁹ BELL, Stephen. *Campanha gaúcha. A brazilian ranching system, 1850-1920.* Stanford: Stanford University Press, 1998, p.59-64.

parcela de construções precárias, construídas principalmente por adobe e palha e muitas vezes desgastadas pelo tempo.

Nesta análise das construções incluímos as casas de moradias rurais, entendendo que muitas vezes elas funcionam como parte da estrutura produtiva. Mas para o caso de Santa Vitória do Palmar, é preciso marcar que a construção da vila é praticamente contemporânea ao recorte da análise, de modo que há uma parcela grande de indivíduos que estão construindo e comprando terrenos na região – especialmente, é claro, as parcelas da elite econômica que buscam nas cidades a sua representação – quer dizer, a análise do padrão de vida e das construções nem sempre se limita ao espaço rural.

Somadas as benfeitorias e as ferramentas constituem 6% do total do patrimônio produtivo. Consideramos “benfeitorias” todas as construções do espaço rural, entre elas as já citadas casas, currais, ranchos, galpões, hortas, pomares, cercados, mangueiras e paióis. Já as ferramentas são os instrumentos utilizados na produção agrícola e pecuária, bem como os que subsidiam a produção como as ferramentas de carpintaria e marcenaria. Entre os itens mais freqüentes considerados como ferramentas estão as carretas, carros de bois, atafonas, arados, pás, enxadas e foices.

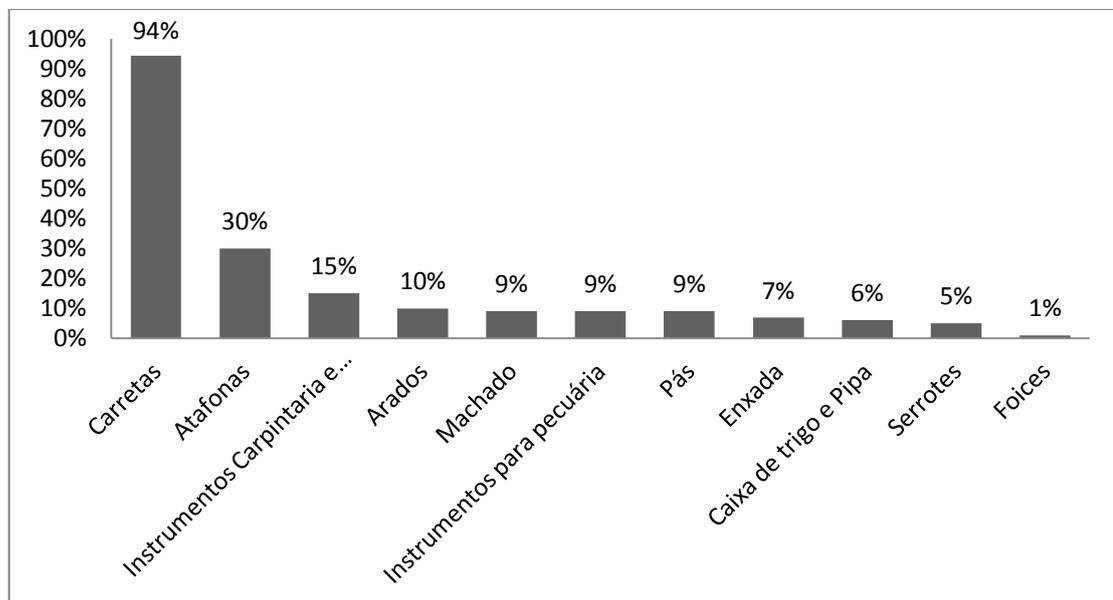
Antes de iniciarmos a análise da freqüência e da composição das benfeitorias e ferramentas, é preciso salientar que, ao contrário da análise para o período colonial, não é possível, na segunda metade do século XIX, fazer uma correspondência imediata entre o número de inventários e o número de estabelecimentos produtivos; em média cada inventário de Santa Vitória do Palmar que arrolava terras, possuíam aproximadamente duas propriedades. Essa multiplicidade de propriedades é, sobretudo resultado das partilhas de herança, de modo que a distribuição das benfeitorias também responde a essa lógica da partilha igualitária de bens, sem que, no entanto, sejam possível dividi-los metricamente como as terras. Assim, pode-se supor que áreas construídas dos estabelecimentos produtivos eram partilhadas sem que deixassem de funcionar conjuntamente enquanto núcleo produtivo.

Juan Carlos Garavaglia⁶⁰ ao se questionar, se o percentual de 68% dos inventários na campanha de Buenos Aires possuíam currais era alto ou baixo, afirma que é preciso considerar que algumas fazendas eram utilizadas ocasionalmente pelos vizinhos e não-proprietários de terras e benfeitorias. Em resumo, considera-se para o caso das benfeitorias e das ferramentas que inevitavelmente seu uso era comum a vários indivíduos, o que multiplica seus usos e a representatividade de suas produções.

⁶⁰ GARAVAGLIA, J. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una história de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999. p.132.

Em nenhum dos inventários rurais foram inventariadas as lavouras propriamente ditas, de modo que, principalmente as ferramentas e os equipamentos, junto com a presença de escravos roceiros⁶¹ e bois mansos, são os principais indicativos da prática da agricultura. A partir da análise do patrimônio já demonstramos os significativos percentuais de bois mansos nos rebanhos das três décadas analisadas. A seguir, no gráfico 7, apontamos as frequências das principais ferramentas utilizadas para agricultura e pecuária, nos inventários *que possuíam algum equipamento ou ferramentas*:

**Gráfico 7. Frequência (%) das ferramentas e equipamentos nos inventários.
Santa Vitória do Palmar (1858-1888)**



Fonte: 88 inventários post-mortem, APERGS. São instrumentos de Carpintaria e Marcenaria: os conjuntos de instrumentos denominados “caixa de instrumentos de carpintaria”, “caixa de instrumentos de marcenaria”, os “martelos”, “enxós” e “talhas”. Os instrumentos para pecuária são: “tesouras de tosa”, “marcas” de gado e “ferros de charqueadas”.

Os equipamentos e as ferramentas estavam presentes em apenas 55% dos inventários rurais, embora segundo o *Mapa Estatístico e Geográfico* note que todas as fazendas de criação produziam gêneros alimentares para a subsistência. Esse índice relativamente baixo, se considerada a afirmação dos fiscais da freguesia, contrapõe-se, por exemplo, aos dados apresentados por Farinatti para Alegrete na década de 1860 que mostram que apenas 17% dos inventários contavam com algum instrumento agrícola⁶². O mesmo autor faz ressalvas importantes em relação à presença dos instrumentos nos inventários, atentando para a

⁶¹ Do total de escravos avaliados nos inventários *post-mortem* que tiveram suas principais atividades designadas 19% eram “lavrador”, “roceiro” ou “monjolo”. Outros 46% , “campeiros”.

⁶² FARINATTI, Luis A. Ebling. *Confins Meridionais...* Op. Cit.p.126.

tendência de avaliação de somente aqueles compostos de alguma parte de metal e cujo preços unitário eram baixos; instrumentos de madeira ou excessivamente desvalorizados provavelmente deixavam de ser avaliados⁶³.

Os dados de presença de carretas (incluídas os carros, carretões) apresentados no gráfico 7 são praticamente iguais à presença dos bois mansos (57% dos inventários com animais), demonstrando sua óbvia complementaridade. Inesperado nesse caso foi o baixo percentual de foices, instrumento típico do cultivo de trigo, presentes em quase 30% dos inventários das estâncias analisadas por Helen Osório⁶⁴, mas em apenas 1% dos inventários com ferramentas em Santa Vitória do Palmar.

Segundo Saint Hilaire, que esteve na região em 1821, em todas as estâncias situadas às margens da Lagoa Mangueira havia o plantio de um ou dois campos de trigo, cujos rendimentos eram inclusive superiores aos campos próximos a Rio Grandes⁶⁵. Mas essa parcial ausência das foices e reduzida presença dos arados (10%) na segunda metade do século XIX não parece ter impossibilitado a produção tritícola. Conforme os relatos da intendência municipal, em 1908, 40 toneladas de trigo foram produzidas, cuja quantidade era insuficiente para a exportação, mas ainda assim a segunda maior produção de cereais no município, perdendo para o milho que no mesmo ano produziu 500 toneladas e conseguiu exportar 12% desse total⁶⁶.

É por essas e outras razões que é difícil fazer uma análise específica sobre a propriedade dos instrumentos e sua relevância na produção agrícola, haja vista que na maior parte dos trabalhos para o Rio Grande do Sul esses bens não ultrapassam muito mais do que 1% do patrimônio produtivo. Esses “indicadores mínimos” de agricultura não permitem mais do que algumas suposições sobre a produção local. O relevante é que, embora os campos fossem propícios à produção agrícola, essa não foi a opção econômica preponderante dos produtores rurais em Santa Vitória do Palmar; o que não quer dizer que esses mesmos produtores pecuaristas não tenham praticado a agricultura.

⁶³ Ibidem. p.127.

Segundo a lei provincial nº 203 de 1850: “Art 24; todos os criadores são obrigados a fazer registrar nas respectivas câmaras municipais as marcas que usam.” A necessidade das marcas, apoiada em uma legislação específica sobre o seu uso deveria, em tese, ter resultado em uma mais freqüente aparição dos instrumentos nos inventários. O mesmo raciocínio aplica-se as tesouras de tosa diante do volume dos animais ovinos, todavia a ausência desses instrumentos de pecuária nos inventários só endossa a idéia de que algumas ferramentas são simplesmente deixadas de lado quando da avaliação dos bens.

⁶⁴ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...* Op. Cit. p.161.

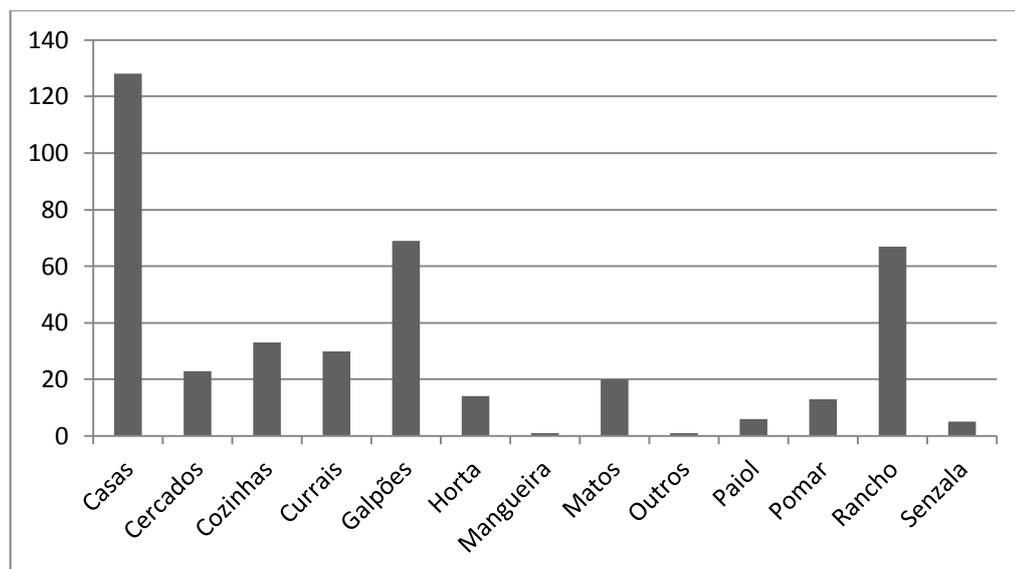
⁶⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002, p.107.

⁶⁶ MELLO, Tancredo Fernandes de Mello. *O município de Santa Vitória do Palmar: Estudo histórico, físico e político*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1992. p.258-259.

Quanto às benfeitorias, os inventários de Santa Vitória do Palmar possuem como característica a avaliação pormenorizada de cada uma delas nos estabelecimentos produtivos; assim, temos informações do local em que estão estabelecidas e os seus preços individuais. Calculamos que 141 inventários rurais possuíam terras, mas há uma média duas propriedades por inventário, das 289 propriedades inventariadas, 105 (74%) possuíam alguma benfeitoria.

Conforme indicamos no gráfico 2, as benfeitorias correspondiam a 5% do total do patrimônio produtivo, índice próximo ao 6,8% do patrimônio de todos os estabelecimentos produtivos analisados por Garavaglia⁶⁷ no período colonial na campanha de Buenos Aires. No gráfico abaixo, demonstramos a frequência de todas as construções inventariadas, no total foram 410 registros que se dividem da seguinte maneira⁶⁸:

**Gráfico 8. Frequência de benfeitorias nos estabelecimentos produtivos.
Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.**



Fonte: 141 inventários *post-mortem*, APERS

Aquilo que agrupamos como simplesmente “casas” foram as construções que tiveram maior aparição nos inventários, um total de 128 registros. Tais construções foram declaradas nos documentos com uma série de denominações e especificações variadas; “casas de

⁶⁷ GARAVAGLIA, J. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una história de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999. p.127.

⁶⁸ Optamos aqui por não enveredar por uma análise econômica das construções, da mesma forma que não fizemos para as ferramentas. Em parte essa opção se justifica porque os valores, excetuando os das casas de moradia, são pequenos e muito variáveis conforme o estado de conservação. Supomos que as análises das frequências sozinhas são capazes de elucidar alguns pontos essenciais para o presente trabalho.

moradia”, “casas cobertas de capim”, “casas de posto”, “casas cobertas de telhas”, “casas com assoalhos e telhas”, “casinha em mau estado” e não raro, um mesmo inventário possuía mais de uma “casa”. Seria interessante proceder a uma análise da evolução dessas edificações, especialmente no que se refere às substituições do adobe e capim pela alvenaria ao longo do tempo; infelizmente esse não é um tema em que possamos nos permitir maiores divagações.

Quantos às “cozinhas”, esses espaços eram separados das casas de moradias fosse em razão da prevenção ao fogo, fosse pela falta de forro, fosse porque se tratavam de espaços de produção onde eram beneficiados os animais abatidos, estocados os charques, produzidos os queijos, banhas etc. Os índices apontam um pouco no sentido de clarificar no montante das propriedades e em contraposição aos altos índices de casas, quais eram aquelas de fato serviam espaço de produção e moradia.

Os “ranchos”, “galpões” e “paióis”, que juntos compunham 34% de todas as construções, os “galpões” e os “paióis” podiam ter sido agrupados em uma mesma categoria de estabelecimentos utilizados como depósitos. Os paióis certamente serviam como armazém de produtos agrícolas, sua baixa presença já foi relacionada a pequenos excedentes na produção da agricultura. Sobre essas construções mais rústicas como os ranchos e os galpões é possível que elas tivessem utilizações variadas, os galpões deviam servir como depósitos mas também como estábulos, oficinas, senzalas, recintos para atafonas e fornos, e muitas outras funções. Essa flexibilidade nos usos, certamente justifica esses serem os conjuntos de construções mais freqüente no apoio das produções.

Os dados sobre hortas, pomares e cercados, embora menos freqüentes que os de bois mansos, atafonas e outras ferramentas agrícolas, vêm ao encontro desses pequenos indícios de agricultura. A pequena presença de currais e mangueiras pode estar relacionada aos pequenos rebanhos, mas também é preciso levar em conta que a região é naturalmente pobre em pedras e madeiras; a plantação de eucaliptos, por exemplo, só foi iniciada na década de 1880 e a falta dessas matérias primas ocasionalmente pode ter determinado o pouco investimento na construção desses itens e da mesma forma o seu uso coletivo⁶⁹.

⁶⁹Segundo um trabalho de arqueologia histórica na região, havia a utilização dos “currais de palmas”, espaços cercados de palmeiras de butiá, a árvore típica da região, que ao que tudo indica eram utilizados para o aprisionamento, mas eles nunca foram mencionados nos inventários. Ver: OLIVEIRA, Osvaldo André; TEIXEIRA, Cláudia Adriana. *Os currais de palmas em Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil*. Biblos, Rio Grande, 19: 61-71, 2006.

As mesmas construções foram citadas por Saint-Hilaire na altura de Castilhos no Uruguai, Ver: HILAIRE, 2002, p.123.

1. Estratificação econômica em Santa Vitória do Palmar.

Uma vez feita a caracterização econômica de Santa Vitória do Palmar e enunciadas algumas das mudanças em voga na segunda metade do século XIX, procederemos nesta segunda parte do capítulo a uma análise sobre a estratificação econômica, utilizando os inventários *post mortem*.

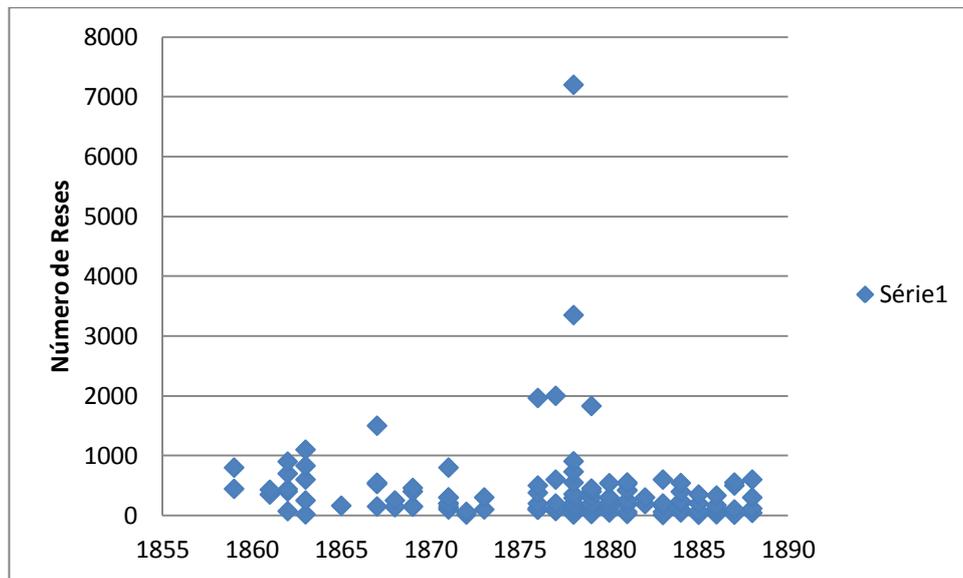
Os trabalhos que se preocuparam em estudar as estruturas agrárias das áreas de produção pecuária no Rio Grande do Sul têm, via de regra, optado por estudá-las por meio da distribuição do gado entre os produtores. Essa opção apóia-se em duas conclusões, a primeira, é que o rebanho bovino era a mais comum das propriedades rurais tanto no período colonial como ao longo do século XIX e a segunda, é que a análise da desigual distribuição do rebanho combinada a análise da propriedade de terra e escravos é capaz de indicar os níveis de distribuição de fortunas e os perfis da pecuária desenvolvida em diferentes períodos e regiões.

Como forma de estabelecer comparações com os outros trabalhos que tratam de zonas de pecuária no Rio Grande do Sul, também procederemos a uma estratificação utilizando como principal índice de hierarquização econômica a distribuição dos rebanhos vacuns. Entretanto, como a primeira parte deste capítulo demonstrou através da análise da composição dos patrimônios produtivos ao longo das três décadas de estudo, o principal bem inventariado foram as terras. Esses dados nos levam a crer que na segunda metade do século XIX em Santa Vitória do Palmar os sentidos da acumulação e dos níveis de riquezas relacionavam-se com a propriedade fundiária.

Dito isso, a análise nesta segunda parte do capítulo restringir-se-á a distribuição dos rebanhos e das fortunas empenhadas em terras; outros aspectos como os tamanhos das propriedades, preço médio, distribuição no espaço e formas de aquisição serão tratados no segundo capítulo.

Uma das principais características da distribuição do rebanho de gado vacum em Santa Vitória do Palmar é a sua relativa homogeneidade. No gráfico abaixo, estão representados todos os inventários que possuíam animais e é notória a concentração de rebanhos com até 500 reses.

Gráfico 8. Tamanho de Rebanho vacum: freqüência.
Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.



Fonte: 127 inventários *post-mortem*. APERS.

Do total dos 127 inventários que possuíam animais (são 78% dos inventários rurais), 101 inventários (79%) tinham de 1 a 500 reses, dos quais 35 possuíam entre 1 a 100 animais. Outros 19 possuíam de 501 a 1.000 cabeças de gado e os 7 inventários restantes mais de 1.000 cabeças de gado. O quadro abaixo demonstra que, embora os produtores com até 500 reses fossem predominantes, a sua ampla presença não significava uma distribuição mais igualitária dos animais entre os produtores. O pequeno grupo de produtores com mais de 1.000 reses, que totalizou apenas 5% dos inventários com animais, possuía o mesmo número de animais que 79% dos produtores com até 500 reses.

Tabela 03. Freqüência de rebanho vacum por faixa de tamanhos.
Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.

n° de Reses	N° de inventários	%	N° de animais vacuns	%
Zero	33	21%	0	0%
1 a 100	35	22%	2015	4%
101 a 500	66	41%	16896	34%
501 a 1000	19	12%	12404	25%
Mais de 1000	7	4%	18944	38%
Total	160		50232	

Fonte: 160 inventários *post-mortem*. APERS

É surpreendente que em uma região, cuja história local é marcada pelo enaltecimento da grande riqueza pecuária, 21% dos produtores rurais tivesse até 100 animais vacuns. Helen Osório, tomando como referência a *Relação de Moradores...* de 1784 e os inventários, considerou como “lavradores” aqueles indivíduos, cujo rebanho fosse composto de até 100 animais vacum⁷⁰. Os lavradores eram o grupo social mais pobres entre os produtores do período colonial, tanto no número médio de escravos como no monte-mor, eram esses também os indivíduos que tinham maior dificuldade no acesso à terra. A classificação como “lavradores” significa que necessariamente tal grupo desempenhava outras funções para o seu sustento, seja a agricultura, seja o trabalho assalariados em outros estabelecimentos produtivos. É possível que esse mesmo raciocínio possa ser aplicado a realidade de Santa Vitória do Palmar, ainda que por razões que envolvam a própria natureza dos inventários *post-mortem*, também seja necessário considerar os pequenos rebanhos como reflexos de momentos específicos da vida dos inventariados como a velhice ou a morte precoce.

A análise da estrutura produtiva de Itaqui, durante os anos de 1851 e 1886, efetuada por Arlene Foletto⁷¹ através dos inventários *post-mortem*, demonstra um perfil produtivo na fronteira com a Argentina diferente dessa que apresentamos em Santa Vitória do Palmar. Em Itaqui, 43% dos produtores possuíam até 500 reses e controlavam apenas 12% do rebanho. Na outra ponta da hierarquia, produtores com mais de 900 reses somavam 19% do total e controlavam 78% do rebanho.

No mesmo sentido, o trabalho de Cristiano Christillino⁷² sobre a análise da lista de criadores de 1858 demonstrou que no final da década de 1850, em Santana do Livramento, 32% dos criadores tinham rebanhos superiores a 1000 animais e os que possuíam até 500 reses, compunham 42% do total de criadores, índices próximos aos encontrados por Arlene Foletto em sua análise temporal mais longa.

De modo geral, proceder a uma análise exaustiva das faixas de rebanho existente entre os criadores proprietários de rebanhos com 1 a 500 reses não elucidada sobre as diferentes envergaduras dos produtores rurais. Afirmamos essa perspectiva em razão da produtividade dos rebanhos desses tamanhos. As fontes são reiteradas em fixar a produção anual, “quando correm bem as estações”, em 25%⁷³ sobre o total do rebanho. Esta rentabilidade foi a mesma

⁷⁰ OSÓRIO, Helen. *O império português...* Op. Cit. 167-179.

⁷¹FOLETTTO, Arlene. *Os campos junto ao Uruguai aos matos em cima da serra...* Op. Cit. p.121.

⁷² CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *A pecuária no Brasil Meridional: a estrutura dos rebanhos e a classificação dos criadores.* ANAIS ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

⁷³ AHRGS, Mapa Estatístico e Geográfico de Santa Vitória do Palmar, 1869 E 1871.

calculada para o período colonial tanto no Rio Grande do Sul como na região do Prata. Conforme, Jorge Gelman⁷⁴ aqueles produtores que possuíam 500 reses teriam uma reprodução anual de mais ou menos 100 novilhos, cuja venda poderia manter “as duras penas” uma família apenas com dividendos da produção pecuária. Assim, os produtores com rebanhos inferiores a 400 ou 500 reses deviam ao certo executar outras atividades econômicas além da pecuária para o seu sustento.

Mais uma vez, o exame dos patrimônios produtivos na primeira parte deste capítulo, especialmente no que se refere à presença dos instrumentos agrícolas, da ascensão numérica e percentual dos ovinos, já nos permitiam afirmar que a criação bovina não era a única atividade rural da região. Contudo, os índices encontrados para os tamanhos dos rebanhos reforçam ainda mais a tese de que criação bovina em Santa Vitória do Palmar não era tão largamente predominante como supõe os discursos sobre a pecuária do século XIX na região de fronteira e permite uma reflexão sobre o uso da distribuição dos rebanhos como principal índice de hierarquização.

A análise geral dos inventários rurais demonstrou que a média do monte-mor (a soma de todos os bens) em Santa Vitória do Palmar durante todo o período era baixa, apenas 2.020 £, já a média do patrimônio produtivo foi de 1.843 £. Em seu trabalho sobre Alegrete na década de 1870, Graciela Garcia encontrou como média do monte-mor para os inventários rurais o total de 3.951 £⁷⁵ – tais números são coerentes com as com as diferenças produtivas entre uma área de pecuária de grande porte e os resultados encontrados para Santa Vitória do Palmar.

Quanto às fortunas o quadro 6 apresenta uma possibilidade de estratificação, utilizando o total do monte-mor em libras esterlinas. Empregamos a mesma estratificação proposta por Helen Osório⁷⁶ no período colonial, corre-se o risco de que as diferenças contextuais devessem alterar as faixas de fortunas, mas na falta de outros trabalhos que apliquem a mesma metodologia na segunda metade do século XIX optamos por propor a análise.

Em seu relato Saint-Hilaire apresenta cálculos de produção ainda mais reduzidos, o viajante reproduz as contas de um produtor da região que viria ser Santa Vitória do Palmar. Ele afirmava não poder vender, em 1821, mais do que a *décima parte* de seu rebanho (o próprio contava com 600 reses). Havia a marcação de mais ou menos um ¼ do rebanho anualmente, mas como os animais são marcados com um ano de idade e vendidos com de 3 a 5 anos, segundo o produtor perde-se muito nesse espaço de tempo. Ver: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Op. Cit., p.110.

⁷⁴GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros: una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998. p.85.

⁷⁵ GARCIA, Graciela. *O domínio da terra...* Op.Cit. p.47.

⁷⁶ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...* Op. Cit 263-274.

A análise dos patrimônios de Santa Vitória do Palmar é mais modesta do que aquela efetuada por Helen Osório que incluía o patrimônio de agentes do sistema mercantil e comercial, tratamos aqui exclusivamente dos patrimônios daqueles indivíduos que possuíam algum bem rural, de modo que não se trata da totalidade dos inventários ou das atividades produtivas da região. Abaixo, apresentamos o quadro com a proposta de hierarquia das fortunas:

Quadro 6 - Hierarquias das fortunas, em libras esterlinas. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888

Fortunas em libras esterlinas	Número de inventários	%	Soma monte-mor (£)	% em relação à soma do monte-mor	Média (£)	Soma do patrimônio fundiário (£)	% em relação à soma do patrimônio fundiário	Média (£)	Soma do patrimônio animal (£)	% em relação à soma do patrimônio animal	Média (£)
0 - 200	27	16%	2576	1%	107	1172	1%	48	1126	2%	47
201 - 500	31	21%	10667	3%	323	4156	2%	125	2665	6%	80
501 - 1.000	24	15%	18213	6%	785	8876	5%	369	2913	6%	121
1.001 - 2.000	35	22%	52798	16%	1508	26259	15%	750	8741	18%	249
2.001 - 5.000	29	18%	91984	28%	3171	54375	31%	1875	11366	24%	391
5.001 - 10.000	9	6%	64335	20%	7148	39260	23%	4362	8010	17%	890
Mais de 10.000	5	3%	85536	26%	17107	39172	23%	7824	13117	27%	2623
TOTAL	160		326.112			173.272			47.941		

Consideramos como os indivíduos mais pobres da análise aqueles que possuíam fortunas de até 200 £⁷⁷. São esses indivíduos que apresentaram os menores índices de acesso aos bens como terras, animais e escravos. Apenas 8 (33%) dos 24 inventários legaram terras e menos acessível foi a propriedade escrava para esses indivíduos, pois só 3 possuíam cativos. Quanto ao rebanho vacum, 13 indivíduos os inventariaram, resultando na soma de apenas 549 reses ou 1% do total dos animais inventariados, uma média de 68 animais por inventários. Nesta faixa mais pobre, quase a totalidade dos indivíduos não inventariou animais ovinos, apenas 2% o fizeram.

Embora os indivíduos da segunda faixa (201 – 500 £) absorvessem apenas 3% do valor total do montante, suas limitações de acesso aos bens eram sensivelmente diferentes daqueles que possuíam fortunas de até 200 libras. Um total de 42% deles possuía terras, 51% possuíam escravos (com média de 2,35 por inventário), 70% possuíam reses e 51% possuíam ovinos. As características desse grupo apontam para exatamente para uma faixa dos *pequenos produtores*, cujos rebanhos, em média, eram compostos por 109 animais vacuns e 80 ovinos.

Quatro indivíduos que possuíam fortunas entre 200 a 500 £, foram qualificados na lista de qualificação de votantes⁷⁸ como “criadores”, quer dizer, mesmo rebanhos tão diminutos como os apresentados podiam significar socialmente, em uma zona de pecuária pobre, o pertencimento a uma classe de produtores, que se diferenciava dos lavradores ou de simples trabalhadores rurais, por exemplo. O fundamental sobre a análise dessa faixa é que na comparação com a média dos monte-mor de outras regiões fica mais claramente definida as

⁷⁷ Em pelo menos seis desses inventários houve solicitação da avaliação gratuita dos bens e/ou não prosseguimento da partilha.

⁷⁸ Segundo Elione Guimaraes e Antonio Duarte Lacerda as listas de qualificação de votantes são “*a relação e qualificação de pessoas habilitadas para participar do processo eleitoral*”. Lembrando que: “*o sistema eleitoral do Brasil Imperial previa eleições indiretas e o voto censitário, excluindo o alistamento mulheres, escravos, libertos e religiosos; os menores de 25 anos (com algumas exceções); os que não professassem a fé católica; os praças do Exército, da Armada, a policia paga e os marinheiros de navios de guerra. As eleições foram regulamentadas pela Constituição de 1824 e pela lei de primeiro de outubro de 1828, seguida de várias reformas. O sistema somente sofreu mudanças profundas com a Lei de nove de janeiro de 1881 (Lei Saraiva), que instituiu eleições diretas e secretas, permanecendo o voto censitários; a idade mínima para ser eleitor foi reduzida para 21 anos; exigiu-se que o eleitor fosse alfabetizado e o alistamento eleitoral foi transferido para a esfera do judiciário. (...)*” (p.239). Até 1875, data da última grande reforma eleitoral antes da Lei Saraiva, a qualificação dos votantes era feita anualmente e organizada por distritos e bairros. As listas anteriores a 1875, como a utilizada nesse trabalho, eram simples, contiam apenas o nome do eleitor, a ocupação e o estado civil – no documento analisado também a informação de idade. (GUIMARAES, E.; LACERDA, A. Livros de Qualificação de Eleitores ou Censos Eleitorais. In: MOTTA, Márcia.; GUIMARÃES, Elione. (orgs.), *Propriedades e disputas: fontes para história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, 2011. p 239-240).

Em 1865, em Santa Vitória do Palmar foi listado um total de 354 nomes, que não resultaram em 354 votantes, já que alguns foram vetados na qualificação (a lista apresenta um adendo com as razões que levaram à exclusão). No ANEXO 2, reproduzimos a distribuição da lista a partir de grupos ocupacionais incluindo aqueles nomes que foram excluídos, uma vez que interessa-nos apenas o perfil ocupacional da população alistada.

características da hierarquia econômica da região. Os montes médios encontrados para essas duas faixas de fortunas, que incluem pequenos e médios proprietários de animais e escravos, são muitos menores do que o definido por Graciela Garcia⁷⁹ para aqueles indivíduos considerados os mais despossuídos da estrutura agrária de Alegrete durante a década de 1870. Para aquela estrutura os despossuídos eram os indivíduos sem nenhuma cabeça de gado, estes tinham um patrimônio médio de 824 £, mais que o dobro da média dessa segunda faixa de fortuna que foi de 323 £.

A média do monte da terceira faixa de fortuna (501 – 1000 £), 758 £ ainda corresponde a menos que a média dos “sem rebanhos” em Alegrete. Entretanto, este grupo entre os mais pobres é o que apresenta o maior índice de proprietários de terras, 70%. A soma do seu patrimônio fundiário (8876 £) é semelhante a soma do patrimônio fundiário dos menores produtores de Alegrete, aqueles que possuíam até 100 animais vacuns, que foi 9.879 £⁸⁰.

A análise comparativa entre o número médio de animais vacuns e ovinos entre essa terceira faixa e a segunda não apresenta variação significativa, em média cada inventário legou 134 animais vacuns e 100 ovinos. A soma do patrimônio animal também é bastante semelhante e fica claro que o que define a riqueza dessa faixa em relação a anterior é o acesso à terra. A soma do patrimônio fundiário é duas vezes maior do que a faixa anterior. Mas, mais do que três vezes menor que a faixa de fortuna que inclui indivíduos com patrimônios entre 1.001 e 2.000 libras esterlinas.

A quarta faixa de fortuna (1001 - 2000 £) é a mais freqüente e a que apresenta o maior equilíbrio em relação à proporção de inventários e bens: 22% dos inventariados estão nessa faixa e possuem 16% do total da riqueza, 15% do patrimônio fundiário e 18% do patrimônio animal. A partir dessa faixa, percebe-se mais facilmente um perfil típico da produção pecuária. Aproximadamente, 86% dos inventariados legaram animais vacuns e 62% ovinos. A média dos rebanhos desse grupo também é diminuta, apenas 240 animais, mas este é o grupo que quantitativamente tem o terceiro maior número de reses, 8.059 animais ou 25% do rebanho. Nessa faixa de fortuna o acesso à terra torna-se constante a praticamente a totalidade dos indivíduos - apenas dois indivíduos não inventariaram terras, os quais a análise da genealogias e do ciclo de vida permite afirmar que a não-propriedade da terra era circunstancial no momento da morte.

⁷⁹ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra...* Op. Cit. p.47.

⁸⁰ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra...* Op. Cit. p.47.

A partir da quinta faixa de fortuna (2001 – 5000 £), representamos senão as camadas mais ricas da estrutura agrária de Santa Vitória do Palmar, aquelas que possuem um perfil patrimonial mais próximo disso. O acesso à terra é universal a esses indivíduos, todavia, análise da riqueza fundiária aqui deva ser relativizada. O soma do patrimônio fundiário desses indivíduos é superior a soma da riqueza fundiária dos maiores criadores de Alegrete na década de 1870, a comparação imediata entre esses valores pode reafirmar um perfil latifundiário mais acentuado em Santa Vitória do Palmar do que no município da fronteira oeste, o que não se aplica. Veremos, a seguir que o preço da terra em Santa Vitória do Palmar, eram significativamente superior as terras em Alegrete, de modo que, o números apresentados aqui são excessivamente valorizados.

A propriedade de animais vacuns também é hegemônica nessa faixa de fortuna, o tamanho médio dos rebanhos 369 reses ultrapassa por pouco a média geral de Santa Vitória do Palmar de 354 animais. À medida que o tamanho das fortunas aumenta, a frequência de animais ovinos também acompanha, bem como a média dos animais, nessa faixa 73% dos produtores possuíam ovelhas e o tamanho médio dos rebanhos era de 224 animais. Quanto à propriedade escrava, um pouco mais de 85% dos produtores inventariaram escravos, com a significativa média de 5,6 escravos por inventário.

Por fim, as últimas duas faixas juntas somam apenas 9% dos inventários, mas acumulam 46% da riqueza inventariada no período. A sexta faixa de fortuna refere-se aos possuíam entre 5001 a 10000 libras, compõe-se de três vezes menos inventários do que a faixa anterior, mas a participação nos patrimônios fundiários e animal são semelhantes. A média de animais por inventário mais que dobra em relação a faixa anterior, são 862 reses por inventários, o mesmo se aplica ao rebanho ovino, em que a média de animais inventariados foi de 412 animais.

Os cinco maiores patrimônios de Santa Vitória do Palmar são responsáveis por praticamente um ¼ do valor de todos os bens avaliados no período⁸¹. Considerando que o pequeníssimo grupo é composto por grandes produtores ou “estancieiros”, é permitido comparar as médias do monte-mor, de 17.1017 £, com as médias de monte-mor encontra por

⁸¹ A impressionante concentração de riqueza em Santa Vitória do Palmar é compatível com resultados encontrados em outras zonas de produção pecuária no Rio Grande do Sul, como o município de Alegrete, analisado por Luis Augusto Farinatti, onde na década de 1860, os 10% mais ricos concentravam quase 70% da riqueza inventariada (FARINATTI, L. *Confins Meridionais*. Op. Cit. p.53). Mais do que uma concordância regional, o conjunto dos estudos para o Brasil oitocentistas demonstram que as gritantes concentrações são um dos traços estruturais da sociedade brasileira. FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.29, 2002, p. 3-28.

Helen Osório⁸² para esse mesmo grupo no período colonial, 5.404 £. Se a comparação para o período colonial apresenta uma grande discrepância, que se justifica pelo aumento dos preços dos animais, a valorização da terra, os dados comparativos com os maiores produtores de Alegrete em 1870 são mais aproximados, naquele município os maiores criadores de reses tinham monte-mor médio de 11.950 £⁸³.

A análise da descrição dos bens das duas maiores fortunas inventariadas no período demonstra o peso econômico da terra na definição das fortunas. Serafim Faustino Correa⁸⁴ legou uma fortuna de 22.453 £. Aproximadamente 29% do seu patrimônio foi composto exclusivamente por propriedades no Rio Grande do Sul, excluindo aquelas localizadas no Uruguai e que não foram avaliadas. Além das 1.500 reses alocadas em propriedades em Curral Alto (sem descrição da extensão), o inventariado também legou outras 5.000 localizadas em 12 sortes de campo no Rincão do Pereira, no Uruguai. Serafim Faustino Correa também legou o segundo maior plantel de escravos da região, com 21 cativos, dos quais 11 eram homens em idade produtiva.

Manoel Correa Mirapalhete⁸⁵ possuía o maior plantel de escravos, o maior rebanho vacum e ovino computado para todo o período. Em 1878, Manoel Correa Mirapalhete legou 33 escravos, 7200 reses e 1200 ovelhas. Além dos bens rurais, foram arrolados imóveis urbanos em Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão. E uma grande quantia em dinheiro. No total 52% do seu patrimônio constituí-se de terra, mais precisamente “duas sesmarias de campo em Curral Alto e Afogado” avaliadas em 160 contos de réis, além de 12.000 quadras quadradas de campo, medidas e demarcadas, em San Luis no Uruguai.

Tanto os já citados trabalhos de Helen Osório, *O império português no sul da América*, como de Luis Augusto Farinatti, *Confins Meridionais*, utilizaram como critério definidor para composição da elite econômica a propriedade de fortunas superiores a 10.000 £. No caso de Alegrete, entre os anos de 1825 e 1865, o grupo foi composto por 15 patrimônios/famílias. Esses mais afortunados somavam 7,3% da amostra de inventários, mas acumulavam 47% da fortuna total e 46% do gado vacum⁸⁶. Esse nível de concentração praticamente se reproduziu para Santa Vitória do Palmar, na segunda metade do século XIX, onde os 9% mais ricos possuíam 46% da riqueza fundiária e 44% dos animais.

⁸² OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...* Op. Cit. p. 274.

⁸³ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra...* Op. Cit. p.47.

⁸⁴ Inventário *post-mortem* de Serafim Faustino Correa. Santa Vitória do Palmar. Cartório de Órfãos e Ausentes. M.1. Auto 23. 1867.

⁸⁵ Inventário *post-mortem* de Manoel Correa Mirapalhete. Santa Vitória do Palmar. Provedoria. M.1. Auto 5. 1878.

⁸⁶ FARINATTI, Luis A. Ebling. *Confins Meridionais...* Op.Cit. p.56.

Creemos que a análise das faixas de fortunas é um recurso importante para o entendimento da hierarquia econômica de uma região, sendo “uma das medidas possíveis” ela não elimina a necessidade de articular outros critérios para um estudo refinado dos grupos sociais. Fazer uma maior definição dos grupos sociais que compunham a sociedade de Santa Vitória do Palmar não era o objetivo deste capítulo, que precisamente busca compreender a distribuição da riqueza naquele espaço e delinear algumas das premissas da lógica econômica que organizava a região.

Pela análise do perfil dos patrimônios, da distribuição dos rebanhos e, por fim, das faixas de fortuna, acreditamos que ficou suficientemente claro que Santa Vitória do Palmar era uma região de pecuária mista de pequeno porte combinada com agricultura, cujos rebanhos bovinos ainda determinavam a composição econômica dos patrimônios animais, mas também um espaço de expansão da criação de ovelhas especialmente entre as camadas mais abastadas.

Ao combinarmos os resultados do tamanho dos rebanhos a faixa de fortuna, também ficou claro que o tamanho do rebanho não era na segunda metade do século XIX um referencial direto/proporcional à fortuna acumulada. Por sua vez, a terra que constituiu 53% de toda a riqueza inventariada no período tornou-se gradativamente no principal bem da composição dos patrimônios. É sobre a sua propriedade e o comércio deste bem que versaremos nos próximos capítulos.

Capítulo 2

Estrutura Fundiária e Produção

Conforme apontamos no primeiro capítulo, a terra configurou-se em Santa Vitoria do Palmar, como em outras regiões do império na segunda metade do século XIX, no mais valioso bem de produção e o principal componente da formação dos patrimônios produtivos daqueles indivíduos envolvidos com as atividades rurais. Como nosso objetivo na primeira parte deste trabalho foi, sobretudo, caracterizar economicamente a região não nos preocupamos em definir exatamente o perfil da propriedade da terra em Santa Vitória do Palmar. Assim, este torna-se precisamente o objetivo do segundo capítulo: proceder a análise específica da estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar sem esquecer suas relações imediatas com a produção, a distribuição e a concentração de riquezas na região.

Para mapear o tamanho das propriedades em Santa Vitória do Palmar, a sua distribuição no espaço, as taxas de ocupação dos rebanhos e compreender como a propriedade da terra era representada, utilizaremos novamente os inventários *post-mortem* como fonte. A utilização dos inventários para esse fim não é usual, os trabalhos que tratam, pelo menos tangencialmente, da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul em meados do século XIX têm usado como principal fonte os Registros Paroquiais de Terras. São exemplos destes trabalhos o artigo de John Charles Chasteen *Background to Civil War: The process of land tenure in Brazil's, 1801-1893* (1991), a obra de Paulo Zarth (2002), *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*, e outros trabalhos recentes como os de Arlene Foletto (2003), Graciela Garcia (2005) e Cristiano Christillino (2010).

Infelizmente, como não foram localizados os Registros Paroquiais de Terra de Santa Vitória do Palmar⁸⁷, não há como estabelecer um diálogo direto com esses trabalhos, mas isso

⁸⁷ Os registros de Rio Grande depositados no APERGS (lembrando que a região de Santa Vitória do Palmar pertencia ao grande município de Rio Grande até 1874) somam total de 398 declarações cuja localização geográfica limita-se as regiões margeantes a Lagoa dos Patos como “Arraial”, “Ilha dos Marinheiros” e “Quinta”. A ausência dos registros em uma região remota e em pleno processo de desmembramento do município de Rio Grande não é improvável. Os registros paroquiais de terras não eram título de propriedade, de modo que é possível que eles *não tenham sido feitos* em Santa Vitória do Palmar. Sobre a ausência de informações em 1859, o presidente da província Angelo Muniz Ferraz reclamava dos problemas da repartição de terras públicas, que “*no cumprimento dos seus deveres tem encontrado alguns tropeços provenientes de informações incompletas, e falta de remessa dos livros de registros das terras particulares, que esteve à cargo dos parochos, e outras autoridades a quem a lei incumbio de fornecer tas informações*”. (FERRAZ, A. M, 1859. In: CHRISTILLINO, 2010, p. 117)

não significa desconsiderar suas informações como elementos de comparação da estrutura fundiária de diferentes regiões da província. Tanto os inventários *post-mortem* como os registros paroquiais são fontes com especificidades próprias; no caso dos registros paroquiais de terra há uma extensa discussão teórica e metodológica sobre os seus (não)usos como “retratos da estrutura fundiária” no Brasil⁸⁸. Autoras como Márcia Menendes Motta e Graciela Garcia apontam para a necessidade de considerar os registros como resultados da Lei de Terra de 1850, que tiveram leituras próprias conforme o interesse dos agentes que a acionaram na defesa de seus direitos. Para as autoras, a própria natureza da fonte deve ser considerada; a espontaneidade e a incompletude das declarações são elementos relevantes tanto para análises estatísticas como para as análises da dinâmica do acesso e da manutenção da terra.

As dificuldades em relação às faltas ou às omissões de informações não são superadas pelos inventários *post-mortem*. Essas fontes trazem as mesmas lacunas em relação às informações básicas como localização e extensão das propriedades de terras. De modo geral, os Registros Paroquiais de Terra, onde foram feitos, tiveram uma abrangência social maior do que os inventários *post-mortem* costumam ter, uma vez que estes representam de maneira deficitária as camadas mais pobres da população. Contudo, uma das vantagens da utilização dos inventários como fonte para análise da estrutura fundiária é a maior confiabilidade nas informações como o tamanho das propriedades, a presença de avaliadores dos bens, de testemunhas e de herdeiros tornam essas informações mais controladas e, portanto, mais confiáveis.

Em suma, os autores que maneжaram as informações dos registros paroquiais de terra no Rio Grande do Sul concordam em tratar os dados confusos e, por vezes, incompletos dos registros como “uma das representações possíveis, entre tantas outras, da estrutura fundiária”⁸⁹. Na falta de censos e outros documentos que pudessem esclarecer pelo menos um perfil mínimo da propriedade e da posse da terra na província na segunda metade do século XIX, tomaremos os dados provenientes dos registros paroquiais como uma representação possível da estrutura fundiária, instrumentalizando assim este primeiro momento de diálogo e de contextualização social e econômica de Santa Vitória do Palmar com o restante da província.

⁸⁸ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, p.175.

⁸⁹ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra...* Op. Cit. p.76.

2.1 Uma aproximação à estrutura fundiária do Rio Grande do Sul a partir dos Registros Paroquiais de Terra.

Um avanço inegável do uso dos registros paroquiais de terras nos estudos sobre as diferentes configurações agrárias do Rio Grande do Sul foi revelar a influência das diferentes conjunturas de ocupação do território. A análise das formas de acesso à terra, da extensão das propriedades em diferentes regiões, como Planalto, a Serra e a Fronteira, permite afirmar que a estrutura fundiária na província sofreu os efeitos de diferentes fatores que incluíam desde as possibilidades produtivas de cada região, estratégias estatais de controle político e geográfico, a projeto de criação de núcleos coloniais e entre outros. Assim, mesmo em sub-regiões como a “Fronteira” nunca houve exatamente a constituição de estruturas fundiárias homogêneas⁹⁰.

Considera-se para análise da estrutura agrária da segunda metade do século XIX, que existiam na província áreas de “ocupação antiga”, caracterizadas genericamente por terem sido apropriadas no século XVIII. Esse espaço compreende as regiões adjacentes a Rio Grande, Viamão e às margens do rio Jacuí. Nessa zona a ocupação portuguesa não se restringiu apenas à concessão e permissão para apropriação de grandes propriedades pecuaristas mas, incluiu, também, a colonização açoriana.

O município de Taquari era uma dessas localidades em que houve concessão de terras de terra colonos açorianos. As concessões foram feitas no início da década de 1760. A partir da análise dos Registros Paroquiais de Terras percebe-se que sob aquela conjuntura de ocupação, a principal característica da estrutura fundiária era a forte presença de pequenas propriedades. Segundo Christilino⁹¹, no início da década de 1850, neste município, 68% das propriedades que declaram sua extensão nos Registros Paroquiais de Terra possuíam até 100 hectares⁹².

A pequena dimensão das propriedades declaradas em Taquari também revela o perfil da produção e da geografia naquele espaço; composto, principalmente, por zonas de matas. E

⁹⁰ Arlene Foletto (2003, p.83) conseguiu analisar as diferentes conjunturas de ocupação dentro do próprio território de Itaquí. A medida que, as apropriações foram se expandindo para além das margens do rio Uruguai em direção aos campos das Missões e ao leste do território (próximo ao atual município de Santiago) a média na extensão dos campos foi se tornando mais baixas e as áreas ocupadas passaram ter mais matos (são regiões de transição para a Serra Geral). Na perspectiva acertada de Foletto “é natural que as propriedades mais recentes viessem a ser menores que as antigas, tanto pela disponibilidade de extensão a ser incorporada, quanto pela divisão das propriedades por herança” (p.81) – esse raciocínio sobre antiguidade, tamanho e qualidade dos campos de modo geral, pode ser aplicado para toda metade sul.

⁹¹ CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império...* Op. Cit. p.120-121.

⁹² Também como forma de caracterizar a antiguidade da ocupação em Taquari, Cristiano Christilino analisa as formas de acesso à terra, 42,8% daqueles registros que informaram a forma de acesso declararam ter comprado as terras. Outros 37,5% declararam o ingresso na terra a partir de heranças. (p.124). Situação completamente diferente dos dados apresentados para Cruz Alta, área de ocupação recente, onde as heranças foram declaradas em apenas 8,6% dos registros (que declararam a forma de apropriação), ao passo que a posse foi declarada em 40,8% dos registros. CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império..* Op.Cit. p.132.

economicamente marcado pela agricultura e a extração da erva-mate combinada com a pequena produção pecuária nas reduzidas faixas de campo. Esse perfil fundiário composto de pequenas propriedade agrícolas também foi uma característica das zonas de colonização europeia do século XIX, como São Leopoldo, naquela localidade 76% dos proprietários declarantes da extensão de suas terras nos Registros Paroquiais, datados de 1854, afirmaram possuir áreas de até 100 hectares⁹³.

O contexto de ocupação e produção da fronteira meridional do Rio Grande do Sul foi marcado pelo interesse do Império Português em conquistar essa área de fronteira geográfica e militar, sem estabelecer exatamente uma iniciativa oficial de povoamento. O movimento de apropriação dessa zona foi intensificado após os tratados de demarcação dos limites em 1784 e, principalmente, durante os momentos de expansão econômica que marcaram as últimas décadas do século XVIII e os primeiros anos do século XIX. Após a conquista das Missões, em 1801, os portugueses retomaram os campos neutrais e avançaram pelo rio Ibicuí, agindo muitas vezes de modo violento os portugueses expandiram os seus domínios coloniais sob esse território abundante de animais vacuns.

Outra conclusão relevante dos estudos baseados nos Registros Paroquiais de Terra sobre essa região foi confrontar o discurso costumeiro de que a doação de sesmarias foi a forma predominante de apropriação dos campos da fronteira. Além das doações de datas e sesmarias, a posse e a compra de terras eram formas de apropriação comuns, segundo Arlene Foletto, em Itaqui, por exemplo, em 1855 a *compra* correspondeu à forma de aquisição mais recorrente, 49% dos registros paroquiais declararam esta forma⁹⁴.

Quanto à extensão das propriedades, os registros paroquiais de terra de Santana do Livramento analisados por Cristiano Christillino e de Alegrete analisados por Graciela Garcia demonstram a importância da grande propriedade nesta região. Em Santana do Livramento 14% dos declarantes que informaram a extensão de suas terras afirmaram possuir propriedades com áreas maiores que 10.001 hectares⁹⁵ e, em Alegrete este número foi um pouco maior, 21%. Também em Alegrete as propriedades desse porte concentravam uma área muito superior do que em Livramento, respectivamente, 65% e apenas 14%⁹⁶.

Ao contrário de Alegrete, a tabela 5 indica que as pequenas propriedades em Santana do Livramento foram responsáveis pela maior extensão das terras declaradas (35%), Christillino explica esse grande percentual como uma “estratégia de ocupação da fronteira”,

⁹³ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno...* Op.Cit. p.66.

⁹⁴ FOLETTTO, Arlene. *Os campos junto ao Uruguai aos matos em cima da serra..* Op.Cit. p.77.

⁹⁵ CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *A pecuária no Brasil Meridional..* Op.Cit.

⁹⁶ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra...* Op.Cit. p.90.

as pequenas propriedades eram principalmente chácaras localizadas nas proximidades da Vila, “concedidas pelos subdelegados e pelos juizes de paz com a finalidade de aumentar e fortalecer o povoado fronteiriço”⁹⁷. Esse é um argumento válido se considerarmos a posição da vila de Santana do Livramento, no limite político do país, mas antes de definirmos um perfil fundiário muito diferente desse município em relação a outros da fronteira, é necessário apontar para o expressivo índice de declarantes que não informaram as extensões de suas propriedades, 29%. É provável que esse índice também justifique a grande discrepância de Santana do Livramento em relação às outras áreas da fronteira como Bagé e Alegrete como pode ser observado nas tabelas 5 e 6:

Tabela 05. Estrutura fundiária de Santana do Livramento.

Extensão em Hectares	Nº de declarantes	% de declarantes	% declarantes que informaram a extensão**	% da extensão Declarada
0-50	73	25	35	35,4
51-100	07	2,4	3	3,4
101-500	10	3,4	4	4,8
501-1.000	10	3,4	4	4,8
1.001-5.000	68	23,3	33	33
5.001-10.000	09	3,0	4	4,3
Mais de 10.000	29	9,9	14	14,08
Área não declarada	86	29,4	-	-
Total	292	100		100

Fonte: Registros Paroquiais de Terra da freguesia de Santana do Livramento. In: CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. **As informações decompostas do percentual de declarantes que informaram a extensão foram adicionadas para facilitar a argumentação do presente trabalho.

⁹⁷ CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império..* Op.Cit. p.133-134.

Tabela 06. Estrutura fundiária de Alegrete, 1854-1857.

Hectares	Nº de declarantes	% de declarantes	% declarantes que informaram a extensão**	% da extensão Declarada
0-50 hectares	19	5,7	7	0,0
51-100 hectares	06	1,8	2	0,0
101-500 hectares	11	3,3	4	0,1
501-1.000 hectares	15	4,5	6	0,5
1.001-5.000 hectares	126	38,1	48	20,5
5.001-10.000 hectares	29	8,7	11	13,9
Mais de 10.000	55	16,6	14	64,7
Área não declarada / imprecisa	69	20,9	-	-
Total	330	100		100

Fonte: Registros Paroquiais de Terra de Alegrete. In: GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. **As informações decompostas do percentual de declarantes que informaram a extensão foram adicionadas para facilitar a argumentação do presente trabalho.

Se o modelo predominante de apropriação do território na região da fronteira nos primeiros anos de ocupação européia foi o das grandes propriedades, a análise dos Registros Paroquiais de Terra indica que o perfil fundiário na metade do século XIX era marcado por um número significativo de propriedades de tamanhos medianos. As propriedades de tamanho médio eram aquelas com extensões entre 1.001 e 5.000 hectares⁹⁸ tratavam, segundo Christillino, de propriedades “que correspondiam ao fracionamento das primeiras concessões”⁹⁹. Em Alegrete, essas propriedades correspondiam a 48% das propriedades com extensão declarada e somavam 20% da área do município.

Segundo os dados organizados por Paulo Zarth para Bagé, “um município tipicamente pastoril”, 49% das propriedades eram médias ou grandes, ou seja, possuíam mais de 1.001 hectares. Essas concentravam 97,9% da área do município, ressaltando outra característica dessa zona, a alta concentração latifundiária e a baixa densidade populacional¹⁰⁰.

⁹⁸ Trataremos da definição das médias propriedades na seqüência deste trabalho.

⁹⁹ CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império..* Op.Cit. p.134.

¹⁰⁰ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno..* Op.Cit. p.66.

Tabela 07. Estrutura fundiária de Bagé, 1855-1856.

Hectares	Nº de declarantes	% de declarantes	% declarantes que informaram a extensão**	% da extensão declarada
0-50 hectares	41	14	18	0,0
51-100 hectares	12	4	6	0,1
101-500 hectares	43	15	19	1,2
501-1.000 hectares	8	2	3	0,6
1.001-5.000 hectares	62	21	2	24,5
5.001-10.000 hectares	30	10	13	28,2
Mais de 10.000 hectares	19	6	8	45,2
Área não declarada	70	24	-	-
Total	286	100	216	100

Fonte: Registros Paroquiais de Terra de Bagé. In: ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002, p.66. **As informações decompostas do percentual de declarantes que informaram a extensão foram adicionadas para facilitar a argumentação do presente trabalho.

O que a análise os Registros Paroquiais dessa zona de fronteira assinalam não é apenas a inequívoca concentração de terras que marcou a trajetória econômica e social da metade sul, mas também que essa concentração não significou, na metade do século XIX, uma monopolização das terras nas mãos de poucos senhores agraciados com concessões de sesmarias¹⁰¹. Havia uma diversidade de tamanhos de propriedades e sob estas propriedades estavam diferentes estatutos jurídicos que legitimavam as apropriações como as sesmarias, as compras, as posses e as heranças.

O objetivo nessa aproximação da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul a partir dos Registros Paroquiais de Terra, não foi apresentar a questão sobre viés das formas de apropriação, mas tentar mapear a configuração das extensões das propriedades na província. No tópico seguinte, trataremos da capacidade produtiva dos campos da metade sul, tentaremos demonstrar de que maneira definimos como propriedades de tamanhos intermediários extensões de terras com entre 1.001 e 5.000 hectares.¹⁰²

¹⁰¹ FARINATTI, Luis A. Ebling. *Confins Meridionais..* Op. Cit. p.170.

¹⁰² John Charles Chasteen (1991) em *Backgrounds of the civil war: The process of land tenure in Brazil's southern borderland, 1801-1893*, como já dito anteriormente também analisa dos registros paroquiais de cinco localidades a saber: Arroio Grande, Herval, São Gabriel, Alegrete e Uruguaiana. Sua análise propõe outras faixas de classificação para o tamanho das propriedades, aquilo que o autor considerou como médias propriedades possuíam extensão entre 1.501 e 7.000 hectares, cujas médias de tamanho não ultrapassaram 3.509 hectares. Dentro desse recorte a proporção de médias propriedades aumentou um pouco em consideração aos estudos aqui referidos em torno de 40%, mais precisamente 46% em São Gabriel, 43% em Alegrete e 48% em Uruguaiana (p.746) – o que queremos demonstrar com isso é que independente da metodologia adotada para análise dos registros paroquiais, definitivamente as médias e não as grandes propriedades eram o perfil mais claro das estruturas agrárias nas áreas de pecuária em meados do século XIX. Reproduzimos os dados de Chasteen no ANEXO 2.

2.1.1 Definição de extensão mediana de propriedade de terra no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX.

Definir como propriedades de tamanho intermediário extensões de terra com entre 1.001 e 5.000 hectares é um parâmetro que só pode ser aplicado ao Rio Grande do Sul, em um momento específico de sua trajetória histórica. Se comparadas com as extensões das propriedades de terra no Brasil¹⁰³, essas são propriedades imensas, mas realmente diminutas dentro de um conjunto no Rio Grande do Sul que incluía domínios com mais de 50 mil hectares¹⁰⁴.

Para definir o que são pequenas propriedades ou latifúndios, normalmente são utilizados critérios como produção ou extensão. Graciela Garcia¹⁰⁵, por exemplo, adotou como índice para definir as grandes propriedades em Alegrete extensões iguais ou superiores a uma sesmaria, ou seja, 13.068 hectares. Da mesma forma, Helen Ortiz¹⁰⁶ adotou a extensão como índice para a classificação das grandes propriedades, dada a realidade da ocupação do Planalto, ocupação tardia impulsionada pelo projeto de colonizador na segunda metade do século XIX, a autora classificou como latifúndios em Soledade áreas com mais de 500 hectares. Por sua vez, Cristiano Luís Christillino¹⁰⁷ usou a produtividade como critério para classificação das médias propriedades em Santana do Livramento, considerando que campos com entre 1.000 e 5.000 hectares poderiam abrigar “entre 300 e 1800 animais vacuns e cavalares”.

O critério de produtividade foi incorporado a essa primeira análise da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul, apesar de ter alguns problemas para sua construção no que diz respeito aos índices de ocupação de rebanhos. Ainda que hajam problemas, cremos que essa utilização permite pensar a propriedade da terra a partir de suas qualidades produtivas que acabam determinando os tipos de relações sociais engendradas sobre ela.

Os dados apresentados sobre os registros paroquiais de terras das localidades de Alegrete, Bagé e Santana Livramento mostram estruturas fundiária com diferenças pontuais resultantes de fatores como localização, histórico e forma de ocupação; mas entre essas

¹⁰³ Hebe M. Mattos de Castro, por exemplo, em *Ao sul da história* (1987) utilizando registros paroquiais de Terra para análise da estrutura fundiária de Capivary (área de expansão da produção cafeeira na primeira metade do século XIX) definiu como *grandes proprietários* os declarantes com “extensões de terra similares à área média de uma fazenda de café no Vale do Paraíba (400 a 800 hectares)” (p.10).

¹⁰⁴ Christillino (2010, p.126) apresenta um registro paroquial de terra em São Miguel nas Missões que declarou sete sesmarias, 91.000 hectares de terras.

¹⁰⁵ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra..* Op.Cit.,p.91.

¹⁰⁶ ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: A lei de terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Passo Fundo, Editora UPF, 2011, p.168.

¹⁰⁷ CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império..* Op. Cit. p.134.

localidades havia um ponto em comum, a produção pecuária. A pecuária necessariamente impõe alguns requisitos para a produção como uma quantidade adequada de terras em relação ao rebanho e um número mínimo de animais, para que a venda de crias renda lucros suficientes para a manutenção da produção pecuária como única fonte de renda – e são estes requisitos que nos permitem pensar um tamanho médio de terras necessário para a produção pecuária extensiva.

Diante da inexistência de estudos aprofundados sobre as taxas de ocupação do rebanho e sobre as diferenças produtivas das regiões de pecuária, as fontes adotadas para análise da ocupação produtiva das terras no Rio Grande do Sul são os índices de adensamento de rebanho nos campos registrados por viajantes como John Luccock e Nicolau Dreys. É importante ressaltar que ambos os registros foram feitos na primeira metade do século XIX, quando o tamanho das propriedades e dos rebanhos era consideravelmente maior que os registrados na segunda metade do século. Eles são generalizados para toda a metade sul da província, ainda que sejam notórias algumas diferenças geográficas e naturais que interferiam nos níveis de produção pecuária, como a qualidade dos campos e o acesso aos aguadouros.

Segundo Nicolau Dreys¹⁰⁸, “calcula-se que nas estâncias cada légua quadrada [4.356 hectares] pode receber e criar de 1.500 a 2.000 cabeças de gado”, uma média de pelo menos um animal a cada 2,9 hectares. John Luccock, em 1808, “afirmou que, na capitania meridional, a relação de hectares de campo por animal oscilava entre 2,6 a 3,3 hectares para cada cabeça de gado *vacum*” (apud CHRISTILLINO, 2010, p.107).

O limite inicial para classificar as médias propriedades é, então, estabelecido a partir do número mínimo de animais necessários para constituir a produção pecuária como única fonte rendimentos. Como já definimos no primeiro capítulo, os produtores pecuaristas eram aqueles estabelecimento ou indivíduos que possuíam entre 400 e 500 reses e nessa faixa de 1.001 a 5.000 hectares estão às extensões territoriais necessárias para tal produção.

Salienta-se que a utilização desse critério, embora útil para algumas generalizações, reflete *apenas uma* das possibilidades de produção na região sul. É preciso lembrar, por exemplo, que a produção ovina crescia em todo o Rio Grande do Sul em meados do século XIX e no caso de Santa Vitória do Palmar também a agricultura era uma realidade produtiva freqüente. Essas diferenças certamente alteravam a forma de exploração da terra e, assim, para uma análise mais cuidadosa da estrutura fundiária faz-se necessário um estudo mais detido sobre a produção.

¹⁰⁸DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre, Nova Dimensão/Editora PUCRS, 1990. p.66.

De qualquer modo, ao conjugar os dados sobre o tamanho das propriedades à produção pecuária é possível ilustrar as transformações ocorridas no mundo rural sul-riograndense. O “gigantismo latifundiário” na região sofreu profundas mudanças, não apenas pelo novo contexto iniciado pela Lei de Terras e pela valorização econômica da terra, mas também pela já comprovada redução gradual dos rebanhos. Veremos ao longo do capítulo que as “grandes propriedades” reconfiguraram-se em termos de extensão e produção.

Ao definir como limite superior para as médias propriedades a extensão de 5.000 hectares, automaticamente passamos a considerar como grandes extensões áreas quase três vezes menores que as antigas sesmarias com 13.068 hectares. As sesmarias já foram consideradas sinônimos de grande extensão de terra e até mesmo uma medida agrária, mas ao longo do século XIX tanto o uso da medida como a existência de propriedades de tal tamanho passam a ser menos comum. Veremos, a seguir, a partir da análise dos inventários *post-mortem* de Santa Vitória do Palmar e do censo agrário do início do século XX, que é necessário mudar a compreensão da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, abandonando os referenciais dos primeiros anos de ocupação e de guerras, com grande oferta de animais e de terra e atentando para o longo processo de redução do tamanho médio das propriedades rurais da metade sul e de reordenamento das formas de produção e das estratégias de gerenciamento dessa nova riqueza, a terra¹⁰⁹.

2.1.2 Transformações no século XIX: as partilhas e as fragmentações das propriedades.

As únicas informações localizadas sobre o acesso à terra em Santa Vitória do Palmar no século XIX foram os *Mapas Estatísticos Econômicos e Geográficos de Santa Vitória do Palmar* de 1869 e 1871, referidos no primeiro capítulo. Nesses documentos bastante sintéticos foram enumeradas 230 fazendas de criação de gado. Embora aparentemente esse documento refira-se às unidades de produção e não ao número propriedades de terra, o número total de unidades não difere muito do total de registros paroquiais de terras em outras áreas da fronteira, em torno de 250, 300 registros por município. De modo que, na falta dos Registros Paroquiais de Terras para Santa Vitória do Palmar, os *Mapas Estatísticos* são os únicos indícios viáveis para uma análise de longo prazo da evolução numérica das propriedades de terras na região. Esta evolução pode ser percebida pelo menos neste momento, sem muito rigor metodológico, com a comparação com o censo agropecuário de 1920 desenvolvido em todo o território nacional.

¹⁰⁹ BELL, Stephen. *Campanha gaúcha...* Op. Cit. 187-188.

Abaixo, reproduzimos as informações do Censo sobre o número de estabelecimentos conforme as faixas de tamanhos, selecionamos as informações daquelas localidades analisadas através dos Registros Paroquiais de Terra (Alegrete, Bagé e Santana do Livramento) e, também, de Santa Vitória do Palmar¹¹⁰.

Tabela 08. Número de Estabelecimentos segundo a extensão das propriedades rurais – Alegrete, Bagé, Santana do Livramento e Santa Vitória do Palmar, 1920.

EXTENSÃO em hectares	Alegrete		Bagé		Santana do Livramento		S. Vitória do Palmar	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
menos de 41	414	37	204	23	148	15	223	24
41 - 100	181	16	170	19	204	20	196	21
101 - 400	230	21	254	28	327	33	282	31
401 - 1.000	145	13	141	16	160	16	130	14
1.001 - 2.000	73	7	70	8	83	8	57	6
2.001 - 5.000	50	4	50	6	60	6	30	3
5.001 - 10.000	20	2	13	1	13	1	2	0
10.001 - 25.000	2	0	1	0	3	0	1	0
mais de 25.000	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1118		904		998		921	

Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS, *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS (1803-1950)*. Porto Alegre: FEE, 1981, p.196 (adaptado)

O total de propriedades recenseadas comparado aos registros paroquiais por si só já revela uma multiplicação do número de propriedade e a sua conseqüente redução de tamanho. Mais do que isso, a freqüência de propriedades com mais de 10.001 hectares é um dos flagrantes das mudanças; 19 indivíduos declararam áreas superiores as 10.001 hectares em Bagé em 1854, mas foi registrada apenas uma propriedade deste tamanho em 1920. Também é ilustrativo que as “propriedades de tamanho médio” do século XIX, com entre 1.001 e 5.000 hectares tenham reduzido tanto a sua participação no montante total das propriedades em 1920. As propriedades de tamanho mediano referiam-se, pelo menos, a um quarto do total das propriedades declaradas nos Registros Paroquiais de Terra, entretanto são apenas em 15% do total apresentado no censo.

¹¹⁰ Estamos cientes que algumas dessas localidades sofreram fragmentações que resultaram em outros municípios, durante a segunda metade do XIX, de qualquer forma a análise dos dados utilizando apenas o território do município fragmentado não invalida a argumentação.

O processo de redução das propriedades foi verificado genericamente por John Chasteen¹¹¹ através da análise de uma amostra dos inventários *post-mortem* de Bagé e Jaguarão. O autor calculou a extensão média das propriedades legadas desde 1801 até 1892 e constatou a expressiva redução de mais de 80% no tamanho médio como aponta o quadro 4:

Quadro 4. Tamanho médio das propriedades inventariadas em Jaguarão e Bagé segundo Chasteen.

Anos	Média em Hectares
1801-1828	8.489
1850-1859	6.283
1887-1892	1.914

Fonte: CHASTEEN, J. C. *Backgrounds of the civil war: The process of land tenure in Brazil's southern borderland, 1801-1893*. Hispanic American Historical Review, 1991, v. 71, n.4, p.745.

Chasteen defende a tese de que uma das razões para as transformações na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul foi a prática de partilha igualitária dos bens¹¹², comum em toda a América Latina¹¹³. Seus cálculos sobre o aumento do número de inventários e a redução do tamanho das propriedades demonstram que no intervalo de um século, desde as primeiras apropriações do território da fronteira em 1801 até 1893, as vésperas da Guerra Civil, as partilhas foram a principal razão para a redução do tamanho dos campos. Além disso, a situação de fronteira agrária fechada na Campanha e as transformações econômicas como o avanço dos cercamentos dos campos tanto no Brasil como no Uruguai impulsionaram esse empobrecimento, ainda que as famílias buscassem estratégias para manutenção produtiva das propriedades por meio de políticas de dotes e de reconcentração fundiária.

Na análise dos inventários de Santa Vitoria do Palmar, percebemos algumas situações que ratificam a tese de que as fragmentações eram um dos propulsores de mudanças na

¹¹¹ CHASTEEN, J. C. *Backgrounds of the civil war: The process of land tenure in Brazil's southern borderland, 1801-1893*. Hispanic American Historical Review, 1991.

¹¹² Segundo Sheila de Castro Farias “as determinações legais portuguesas, vigentes na Colônia [e que perduraram até o início do século XX], sobre herança estabeleciam distribuições igualitárias entre herdeiros independente do sexo. Assim, heranças paternas e maternas dividiam-se entre todos os filhos, não havendo privilégio por idade ou sexo. Casamentos, em geral, realizavam-se em regime de comunhão de bens ou de “carta a metade”, o que significava a junção de todos os bens (passados, presentes ou futuros) dos cônjuges, no ato do matrimônio. (...) Na morte de um dos cônjuges, a metade dos bens era do sobrevivente e a outra dividida em três, duas para os “herdeiros necessários” e uma para quem o falecido deixassem em testamento. (...) Na ausência de filhos (legítimos, legitimados, naturais ou adotivos), a ordem de sucessão era: descendentes (netos), ascendentes, cônjuges, colaterais até décimo grau e o Estado. IN: FARIAS, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. p.257.

¹¹³ CHASTEEN, J. C. *Backgrounds of the civil war..* Op.Cit.

estrutura fundiária. Algumas situações ao longo dos processos refletem a preocupação e as soluções encontradas para essas situações que envolviam grande fragmentação.

Um desenvolvimento comum, especialmente entre os inventários do Cartório de Órfãos e Ausentes, foi anexação após as partilhas por parte dos tutores de contratos de permuta de terrenos entre herdeiros e vizinhos. Essas permutas visavam, sobretudo, a manutenção/expansão das áreas dos terrenos. Um caso exemplar de tentativa de concentração dos terrenos foi registrado no inventário de Manoel Brum Amaral que morreu viúvo e pai de dois filhos menores. O seu inventário foi aberto em 1876 e em 1877 o tutor dos herdeiros menores, irmão do falecido, entregou um pedido ao Curador Geral dos Órfãos, solicitando a permuta de campos em Rio Grande, herdado pelos meninos pelo espólio da mãe, por terrenos adjacentes a maior propriedade em Arroio D' Rei (localidade situada praticamente no centro do território de Santa Vitoria do Palmar). Abaixo, temos a reprodução deste pedido e por meio dele podemos observar como as propriedades pequenas legadas, que eram na verdade fragmentos de terrenos, eram operadas:

“que possuindo os seus tutelados um quinhão de campo com 70 braças, situado no lugar denominado Arraial, município de Rio Grande, campos de péssima qualidade por arenoso, e pretendendo Angelo José do Amaral permutar aquele campo por igual porção situado nesse município e lindeiro ao campo dos órfãos aonde os menores se acham estabelecidos e sendo essa transação de grande propósito para os referidos órfãos (...)
Outro sim, tendo Firmiano Bernardo de Mendonça, 105 braças de campo encravados no campo dos mesmos órfãos, também pretende permutar campo igual, a fim de que fique o campo dos órfãos todo reunido.”¹¹⁴

Situação mais incomum foi a declaração do escrivão do cartório de Órfãos e Ausentes no inventário de Maria José Terra em 1878. O espólio a ser partilhado de Maria José Terra, era pequeno em relação à propriedade de terra: havia apenas um terreno de 150 braças de frente e uma légua de fundo (aproximadamente 218 hectares). Como outros bens tinha 200 reses, 100 ovinos, 4 escravos e uma casa na cidade. Diante desse quadro o escrivão apresenta uma proposta de nova partilha e um pequeno tratado sobre a natureza das partilhas.

“A igualdade nas partilhas, como tenho lembrado já, não consiste em aquinhorar todos os interessados em cada um dos bens: fora manter o *pro indiviso*, em vez de partilhar, isto é, separa o que deve caber a cada herdeiro; fora, além disso, crear dificuldade futuras para estes, que, conjuntamente aquinhoados em cada um dos bens, se achariam colocados na dependência um dos outros, e conseqüentemente veriam até certo ponto limitados seus

¹¹⁴ Inventário post-mortem de Manoel Brum Amaral. Santa Vitória do Palmar. Órfãos e Ausentes. M. 4, Auto 75, 1876.

direitos dominiscaeas. (...) a igualdade, dadas condições desiguaes, exige, para que tenha logar, que estas sejam desigualmente tratadas, tanto quanto baste para serem compensada as divergências. Assim que, por exemplo, o menor, attenta a inferioridade de sua condição, desafia a preferência e o favor da lei; e consequentemente na partilha deve ser equilibrada em certo limite essa inferioridade natural pela vantagem dos melhores bens, que devem ser a elle lançado em folha. Portanto, para que se consulte a este princípios tanto quanto possível, modifique-se a partilha, que pode ficar melhor; observando-se o seguinte: dar-se a casa da vila às duas menores, completando-se os respectivos quinhões com bens moveis ou semoventes, mas de modo que a cada um caiba bens individualmente distintos, isto é, um escravo, por exemplo, a um herdeiro, outro escravo a outro herdeiro. Já que a natureza do monte partível não permite mais, ao menos consiga-se esta vantagem.”

O escrivão não se refere diretamente à propriedade de terra, mas recapitula um entendimento - que ele pessoalmente parece defender “como tenho lembrado já” - de que os bens partilháveis não devem necessariamente ser divididos entre todos os herdeiros. No caso do inventário de Maria José Terra além do cônjuge, havia seis filhos para a partilha de modo que, uma divisão universal da terra resultaria em 75 hectares divididos por seis, ou seja, pequeníssimas propriedades de terra que certamente deixariam os herdeiros empenhados em vender ou permutar seus campos entre eles mesmos ou ainda a terceiros.

Essas propriedades muito pequenas não foram incomuns no conjunto de propriedades legadas nos inventários de Santa Vitória do Palmar e são muitos os exemplos de propriedades com 3, 7 ou 20 hectares, resultado de partilhas extensas que incluíam duas gerações de herdeiros. Esse é o caso de João Maria Teixeira que legou aos seus filhos uma propriedade recebida como herança de sua avó na localidade de Cabeceiras com apenas 4,9 hectares¹¹⁵.

A partir do texto de John Chasteen¹¹⁶, não é possível identificar se o autor levou em conta estas peculiaridades quando calculou as médias das propriedades inventariadas em Bagé e Jaguarão. O certo é que propriedades pequenas como essas determinam médias de extensão da áreas das propriedades muito baixas. Diante do quadro de muitas pequenas propriedades de terras fragmentadas talvez seja mais prudente uma análise da totalidade das propriedades por indivíduos como fizemos para Santa Vitória do Palmar, sob pena de não compreendermos de fato o nível econômico da região e superestimarmos as mudanças ocorridas no período¹¹⁷. No

¹¹⁵ Inventários *post-mortem* de João Maria Teixeira. Santa Vitória do Palmar. Órfãos e Ausentes. M. 9 Auto 199, 1888.

¹¹⁶ CHASTEEN, J. C. *Backgrounds of the civil war...* Op. Cit.

¹¹⁷ Graciela Garcia (2005) percebeu em sua dissertação a partir da análise dos Registros Paroquiais de Terra, as distorções que a análise fragmentada das propriedades de terra podem ocasionar. Segundo a própria autora uma análise por parcela e não por possuidor pode-se perceber “o significativo número de declarantes de grandes extensões que também declaram pequenas chácaras nos ‘subúrbios da vila’. Assim, o que poderia aparentemente

quadro abaixo reproduzimos os dados sobre o processo de redução do tamanho das propriedades em Santa Vitória do Palmar:

Quadro 5. Tamanho médio das propriedades inventariadas em Santa Vitória do Palmar.

Anos	Média em Hectares
1858-1868	2.941,2
1869-1878	1.551,2
1879-1888	1.250,5

Fonte: 94 inventários *post-mortem*. APERGS

O tamanho médio das propriedades em Santa Vitória do Palmar foram ainda menores dos que as de Jaguarão e Bagé; na década de 1850 à margem oeste da lagoa Mirim tinha propriedades com extensões médias muito maiores, 6.283 hectares. Durante a década de 1870, o tamanho das propriedades em Santa Vitória do Palmar eram também menores do que Alegrete, onde as propriedades tinham em média 3.565 hectares (a média em 1830 nesse município foi de 15.545 hectares) ¹¹⁸. Como bem relacionou Garcia, em uma região de pecuária extensiva e de fronteira agrária fechada a redução das propriedades refletia-se na mesma proporção sobre o tamanho dos rebanhos. Em Santa Vitória do Palmar, nesse curto espaço de três décadas a área média dos estabelecimentos diminuiu 57% e o rebanho por produtor, 52% (ver QUADRO 3).

Nos tópicos subseqüentes discorreremos sobre as características dessas propriedades a partir da análise serial dos inventários *post-mortem* de Santa Vitória do Palmar, para isso destacaremos os seguintes aspectos: a frequência da propriedade das terras entre os produtores, os tipos de estabelecimentos produtivos, as formas de medir e de demarcar as propriedades e, por fim, as extensões dos campos e as taxas de ocupação dos rebanhos.

ser o comparecimento das camadas mais pobres da população aos Registros Paroquiais, na verdade é a manifestação de uma maior concentração de terras e da diversificação de tipos de propriedade” (p.86)

^{118 118} GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra..* Op.Cit.,p.46.

2.2 Características da propriedade da terra.

2.2.1 A Propriedade da terra em Santa Vitória do Palmar através dos inventários post-mortem.

Entendemos que para propor uma análise da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX é preciso considerar pelo menos duas perspectivas: a primeira relacionada ao contexto nacional de valorização e burocratização da terra, que determinou medições, comprovações e uma nova perspectiva em relação a propriedade deste bem, e a segunda relacionada ao contexto específico do Rio Grande do Sul e suas diferentes frentes e cronologias de ocupação.

Para analisarmos os reflexos dessa nova conjuntura burocrática sobre as propriedades, investigaremos de que modo as propriedades eram documentadas e quais as suas mudanças ao longo das três décadas estudadas.

Um total de 141 indivíduos inventariou terras em Santa Vitória do Palmar, como reflexo das partilhas e da diversidade da produção, a maior parte desses indivíduos não legou apenas uma propriedade, mas múltiplas de tamanhos variados. Pelo menos, 82 indivíduos legaram mais de uma propriedade. Entre essas propriedades estavam incluídos matos, chácaras, sítios e campos.

No total, foram analisados 289 registros¹¹⁹ distribuídos segundo as denominações dos estabelecimentos da seguinte maneira:

Tabela 09. Denominações de propriedades rurais em Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.

Denominação	Número	%
Campo	250	86%
Estância	1	1%
Sítio	3	1%
Chácara	8	3%
Mato	27	9%
Total	289	100%

Fonte: 141 inventários *post-mortem*. APERS.

Houve certa homogeneidade nas denominações atribuídas às propriedades e aos estabelecimentos produtivos. Consideramos como “campo” apenas os registros que foram nomeados como “rincão de campo”, “quinhão de campo”, “parte de campo”, “pedaço de campo”. A antiga alcunha de estância parece ter entrado em declínio ao longo do século

¹¹⁹ Foram descontados os 11 registros de campos no Uruguai.

XIX¹²⁰, ela aparece como denominação de uma propriedade apenas uma vez. Tornou-se comum a utilização do termo para referir-se a um lugar – como, por exemplo, a seguinte descrição: “um quinhão de campo na “estância Maria Gomes”¹²¹”.

Quanto às chácaras, agrupamos nessa denominação também os (poucos) registros que foram chamados de “quintas”. As chácaras e quintas foram agrupadas na mesma categoria em função da concordância em relação a sua localização, majoritariamente situadas nos subúrbios da vila¹²². Quanto aos sítios, é provável que eles possuíssem a mesma funcionalidade, das chácaras e quintas vinculadas à pequena produção de alimentos, todavia, como não há informações sobre as suas localizações, definimos “sítio” como denominação de pequena propriedade, analisados a parte.

De qualquer maneira, a presença dessas propriedades é baixa e não deve ser confundida como reflexo da diversidade dos estabelecimentos produtivos, já que apenas dois produtores inventariaram exclusivamente como propriedade “sítio” e “chácara”. O que queremos dizer é que, essas pequenas propriedades situadas nos arredores da vila, talvez utilizadas para pequena produção de hortaliças e de cereais, pertenciam aos mesmos proprietários de campo situados em toda a extensão do território de Santa Vitória do Palmar – são evocações, portanto, da complementaridade das produções¹²³.

A classificação dos matos também é problemática. Ao analisar o gráfico 8, no primeiro capítulo, percebemos que os “matos” foram classificados às vezes como parte das benfeitorias das propriedades e outras vezes foram avaliados separadamente como propriedades. De modo geral, os registros dos “matos” não possuem extensão: entre os 27 registros fichados apenas um acusou a extensão e ainda de maneira imprecisa sem informar o comprimento do terreno. A questão é: estes “matos” são ou não faixas de terreno? A princípio confiamos nessa “dupla natureza” dos matos e os trataremos aqui como terrenos¹²⁴.

¹²⁰ Segundo Helen Osório (2007. p.104-105) durante o século XVIII e nas duas primeiras décadas do século XIX o termo “estância” não era utilizado para designar “grande estabelecimento exclusivamente pecuarista”, o termo designava estabelecimentos em que se praticava a agricultura e a criação de gado sem referência a pequena ou grande extensão.

¹²¹ Localidade situada ao sul do território de Santa Vitória do Palmar.

¹²² Tantos os registros denominados “chácaras” como “sítios” possuem como característica a ausência de informações sobre sua extensão. Dos oito registros de chácaras que analisamos apenas dois apresentaram extensão: “uma quadra de terreno” e “58 braças de frente e 55 braças de fundo” (1,54 hectares). Apenas um registro de sítio apresenta extensão e de maneira incompleta “2 braças de frente”.

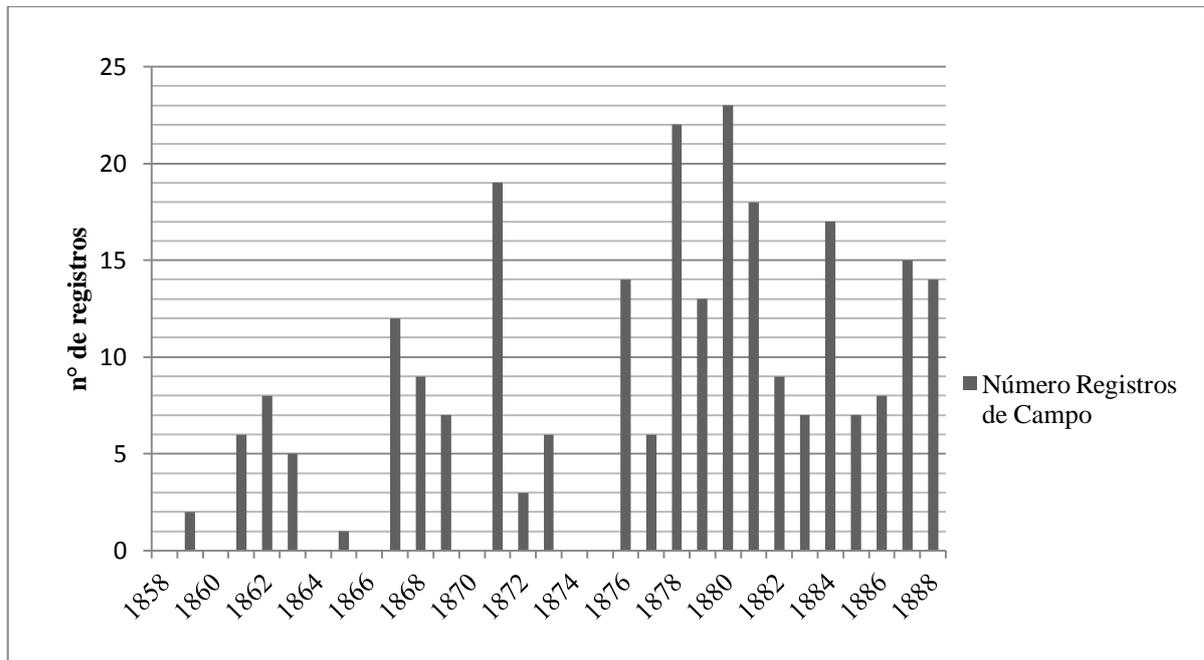
¹²³ Mais uma vez é preciso para análise da presença das chácaras e quintas lembrar a especificidades dos inventários como fontes pouco representativas das camadas mais pobres da população.

¹²⁴ Em trabalhos como de Arlene Foletto (2003), Paulo Zarth (1997) e Luis A. Farinatti (1999) os “matos” aparecem como designações de terras florestais – o que não é o caso de Santa Vitória do Palmar. Nessas regiões de transição entre a campanha e o planalto a cobertura vegetal parece ter definido as formas de acesso à terra, a extensão das unidades produtivas e produtividade. As áreas que foram consideradas de mato nessas localidades demonstram de fato coberturas vegetais diferenciadas e, portanto, não há como fazer nenhuma comparação. Em

Por razões naturais, os “matos” em Santa Vitória do Palmar estão presentes em toda extensão das margens da Lagoa Mirim, mas quase 60% dos registros de “matos” possuem sua localização às margens do Arroio São Miguel. Este arroio nasce em território uruguaio, na Laguna Negra e desemboca na Lagoa Mirim, trata-se de um arroio navegável que serve como limite entre os territórios nacionais. É provável que a razão da maior apropriação e da preocupação de inventariar separadamente esses matos próximos ao Arroio São Miguel esteja ligada ao interesse nessa zona de comércio e ao contato estabelecido nas imediações do antigo Forte de São Miguel.

Quanto aos campos eles constituem 86% de todas as propriedades inventariadas e é sobre eles que centraremos a análise da estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar. São 250 registros de propriedades, pertencentes a 137 indivíduos. Abaixo, apresentamos a evolução cronológica dos registros dos campos nos inventários.

**Gráfico 10. Número de registros de campos nos inventários *post-mortem*.
Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.**



Fonte: 141 inventários *post-mortem*. APERS.

A partir do gráfico, percebe-se que não é muito homogênea a representatividade temporal da fonte. Até 1876 há oscilações e em pelo menos seis anos não foi documentado

Santa Vitória do Palmar as zonas de matos são uma peculiaridade das zonas margeantes as lagoas, especialmente a lagoa mirim. Nesse caso, se bem entendido, os matos se assemelham aos “capões” presentes em algumas áreas de campina.

nenhum registro – a falta de um juiz de órfãos pode explicar estas ausências; já comentamos no primeiro capítulo que até 1875 os inventários eram executados por juízes de Rio Grande especialmente por meio de procurações, certamente a maior homogeneidade apresentada na década de 1880 está ligada a esta mudança na infra-estrutura da justiça, bem como o aumento da população local.

Sobre a forma de acesso a essas terras temos informações para apenas 16% dos registros (42). Destes 57% declararam que as terras tinham sido apropriadas por meio de herança, 40% declararam a compra como forma de acesso e 3% declaram a compra e a herança conjuntamente. A declaração da forma de acesso à terra não era necessária nos inventários *post-mortem*, ao contrário dos registros paroquiais. Os poucos registros encontrados apenas ilustram a antiguidade da ocupação e justificam a multiplicidade dos registros. É preciso questionar que tipo de propriedades eram comercializadas e qual o perfil daquelas declaradas como herança – no capítulo seguinte faremos essa análise específica.

O recorte cronológico do trabalho é posterior às regulamentações da Lei de Terras, publicadas em 1854, que determinava as medições e as revalidações das posses e sesmarias dentro de prazos legais sob pena de perda dos direitos adquiridos e da terra ocupada. Mesmo nesse contexto, são ínfimos os documentos que apresentaram registros comprobatórios de compra e inexistentes aqueles que por ventura tivessem legalizado posses. Como é improvável que não existissem nenhuma ocupação a ser legitimada, é claro que a omissão nas formas de aquisição das terras inventariadas era estratégica para postergar ou evitar os processos burocráticos. Dos 141 inventários que legaram terras na segunda metade do século XIX em Santa Vitória do Palmar, apenas um fez referência à concessão de terras do período colonial, sem, no entanto, apresentar os documentos de legitimação, trata-se do patrimônio de Manoel Correa Mirapallete, que legou “*duas sesmarias*” nas localidades de Afogados e Curral Alto, em 1878.

2.2.2 Localização e formas de a terra

Uma das características da ocupação de terras no Rio Grande do Sul e no Brasil foi a imprecisão dos limites e da extensão das terras ocupadas. Em praticamente todos os documentos relativos à posse e à propriedade da terra, verifica-se que registros que contavam com medição e com localização exata das propriedades foram uma exceção. Mesmo em momentos posteriores a Lei de Terras, que fixava como uma obrigatoriedade a delimitação das propriedades, a descrição incompleta das áreas e dos limites foi uma constante cotidiana.

Autores como Márcia Motta¹²⁵ e Graciela Garcia¹²⁶ problematizaram socialmente a questão da imprecisão dos registros e das propriedades no século XIX. Para as autoras, esses limites imprecisos eram utilizados ocasionalmente como “estratégias” pelos grandes proprietários para a manutenção da expansão territorial. Sem a definição exata dos limites de suas propriedades, grandes proprietários também eram capazes de manter seus poderes pessoais sobre os vizinhos. A imprecisão era, portanto, para essas autoras, também um propulsor dos conflitos agrários.

A ausência e/ou a incompletude dessas informações também estão presentes nos inventários *post-mortem* de Santa Vitória do Palmar. Essa imprecisão nos inventários pode ser interpretada como reflexo da mesma lógica que relaciona à imprecisão com a possibilidade de expansão, uma vez que o processo de inventário também poderia ser utilizado como prova de domínio da extensão inventariada. Mas além dessas razões, é necessário refletir sobre as dificuldades técnicas e as formas costumeiras de delimitação dos terrenos.

Medir a extensão de um terreno era uma ação cara e tecnicamente complicada no século XIX¹²⁷. Não era gratuita, portanto, a aceitação e a utilização dos limites naturais, como arroios, matos, pedras, como forma de delimitar as propriedades. Sem extensões e limites definidos as divisões muitas vezes limitavam-se a “quinhões de campo” por herdeiros. A partir da análise dos processos de legitimação das terras é possível perceber como a medição exata, em medidas decimais como em hectares e metros, era uma tarefa custosa e demorada, que podia levar dias¹²⁸. Ainda que em alguns poucos processos de medição se identifique o uso do teodolito, a principal técnica utilizada para medir terrenos na segunda metade do século XIX dependia do uso de cordas e bússola¹²⁹, o que gerava a necessidade tanto do

¹²⁵ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder..* Op.Cit.

¹²⁶ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra...* Op.Cit. e GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870 – 1890)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

¹²⁷ Sobre os métodos rudimentares de medição e demarcação, Lígia Osório Silva em seu estudo *Terras Devolutas e Latifúndio* (2008, p.51), recupera um caso “emblemático” sobre a medição de terras no sertão, segundo Ulisses Lins, “o medidor enchia o cachimbo, acendia-o e montava o cavalo, deixando que o animal marchasse o passo, quando o cachimbo se apagava, acabado o fumo, marcava uma légua.”

¹²⁸ Helen Ortiz apresenta no seu trabalho as cartas das câmaras de Soledade e dos juízes de Passo Fundo remetidas aos presidentes da província que relatavam as dificuldades de levar a cabo um grande número de processo de delimitação e demarcação de terras na região, segundo os juízes, não havia agrimensores nem condições econômicas por parte dos lavradores de pagar pelo processo. ORTIZ, Helen, *Banquete dos Ausentes*. Op. Cit. p.152-157.

¹²⁹ Francisco Eduardo Pinto descreve a técnica utilizada no processo de demarcação das sesmarias, que praticamente a mesma utilizada na segunda metade do século XIX. Ver: PINTO, Francisco E. *Autos de Demarcação de Sesmaria*. In: MOTTA, M.; GUIMARÃES, E. (orgs.), *Propriedades e disputas: fontes para história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, 2011.

agrimensor como do “auxiliar de corda” (marcador da planta do terreno) e também de testemunhas.

As medidas presentes nos inventários *post-mortem* de Santa Vitória do Palmar são principalmente “as braças por légua”. São comuns os inventários que possuem apenas as medidas de frente sem informar a profundidade do terreno. Abaixo apresentamos a tabela que sistematiza as formas de medição utilizadas:

**Tabela 10. Formas utilizadas para designar a área dos campos.
Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.**

Medida de área	Nº de registros	%
“Sesmaria”	1	0,4%
Sem referência	103	41,2%
Braças de frente sem descrever o comprimento	50	20%
Com área expressa	93	37,2%
Hectares	3	1,2%
TOTAL	250	100%

Fonte: 141 inventários *post-mortem*. APERGS.

Os registros de campos com imprecisões na extensão se somados àqueles que apresentaram as medidas “braças sem descrever o comprimento” e “sem referência” somam 61,2% do total. Este é um índice alto especialmente se pensarmos no objetivo do inventário que é a divisão igualitária dos bens. Por outro lado, o que as medidas demonstram é que antigas formas de aquisição das terras como as “datas” (1.089 hectares) e as “sesmarias” (13.056 hectares) outrora utilizadas também como medidas de extensão dos terrenos tornaram-se infreqüentes e basicamente desapareceram dos registros.

Em Alegrete entre as décadas de 1870 e 1890, Graciela Garcia¹³⁰ (2010, p.82-83) apontou que o índice de frações de terras inventariadas com informação sobre a extensão era de 68%. Um pouco menos de 10% dessas propriedades foram medidas em metros ou hectares; índices bem mais altos dos que encontrado em Santa Vitória do Palmar. Para a autora, o uso concomitante de medidas métricas e de antigas medidas agrárias é uma característica desse processo de transição que ocorria no século XIX, quando a terra não havia sido completamente mercantilizada. Comparando a utilização cotidiana do sistema métrico para outros fins como as pesagens e as pequenas medições com a insistente imprecisão na definição das áreas das propriedades inventariadas, Graciela Garcia afirma que “a terra era comprada, vendida, trocada, legada, mas não possuía o mesmo *status* de mercadoria do que os

¹³⁰ GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, trabalho e propriedade..* Op.Cit. p.82-83.

produtos expostos nas prateleiras dos *bolichos* rurais. Ela não era uma propriedade plena e individual, tal como conhecemos hoje”¹³¹.

O argumento de Graciela Garcia é parcialmente compreensível, uma vez que é um pequeno exagero desconsiderar a terra como propriedade no final do século XIX, tomando como referência as imprecisões nas medições. Estamos mais convencidos de que as imprecisões eram decorrentes das dificuldades técnicas na agrimensura. Anterior ao próprio sistema métrico, as balanças e as formas de medir e de pesar pequenas mercadorias como grãos e tecidos já eram há muito popularizadas, mas a forma de medir a terra de maneira geométrica especialmente em áreas de pequena concentração demográfica pouca vezes impôs-se como uma necessidade.

Não havia, portanto, uma aplicação “seletiva” do sistema métrico na Campanha, a questão é que historicamente outras maneiras menos abstratas de medir a terra eram mais freqüentemente utilizadas como a produtividade e o trabalho¹³². Cremos, ao contrário de Garcia, que a área não era o fator primordial da avaliação dos campos, mesmo nos anos finais do século XIX aspectos como a qualidade dos campos, o reconhecimento da ocupação pelos vizinhos influíam na avaliação e no comércio da terra, mas, infelizmente, tais aspectos escapam da formatação dos inventários *post-mortem*¹³³.

A expansão da unificação das medidas é uma conseqüência do comércio e um meio para expandí-lo, mas há que se considerar que nas circunstâncias analisadas transformar essas antigas medidas como “braças por légua” em hectares era uma ação custosa. Sendo os inventários também registros de propriedades certamente eles balizaram outras divisões, sem a necessidade de medir fielmente as frações de terra e, assim, suprimiram-se os custos dos processos de medição, caros e demorados.

A grande presença de terrenos cuja extensão é totalmente desconhecida pode ser compreendida como uma das faces do dificultoso processo de aplicação da Lei de Terras. Segundo o Regulamento da Lei de Terras de 1854, os proprietários particulares que possuíam suas propriedades em situação ilegal deveriam, por sua conta, abrir requerimento para medição e para demarcação das terras e aqueles que possuíam títulos legítimos poderiam adquirir títulos de propriedade passados pela Repartição Geral de Terras Públicas, uma vez que suas terras estivessem medidas¹³⁴.

¹³¹ Op. Cit. p.93.

¹³² KULA, Witold. *Las medidas y los hombres*. Madrid. Siglo Veintiuno. 1980.

¹³³ No capítulo 3, demonstraremos como as medidas eram utilizadas nos registros de compra e venda de terras.

¹³⁴ SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p.181-185.

A expressiva presença de terrenos que possuíam ainda inexatidão em sua extensão, mesmo passados vários anos da promulgação da Lei e do Regulamento, demonstra que as medições e as demarcações dos terrenos não faziam parte da ordem do dia dos proprietários de Santa Vitória do Palmar, seja em razão dos custos desse processo, seja porque esses expedientes só eram acionados à medida que se faziam necessários, como em casos de reordenamento do patrimônio fundiário entre os herdeiros (permutas de campos, vendas) e/ou conflito entre os vizinhos. Para Maria Veronica Secreto¹³⁵, foram também por razões práticas, como a pressão econômica no oeste paulista e o fechamento da fronteira a partir de 1860, que fizeram com que os produtores de café buscassem definir suas propriedades ainda que, para isso, necessitassem entrar nas tramas do judiciário¹³⁶.

Sem as medições, as demarcações em Santa Vitória do Palmar também não foram feitas. O número de inventários que declarou sua localização exata é mínimo, apenas 8 registros declararam informações sobre sua localização incluindo seus limites. Um pouco mais de 11% dos registros não apresentaram *nenhuma* informação sobre sua localização.

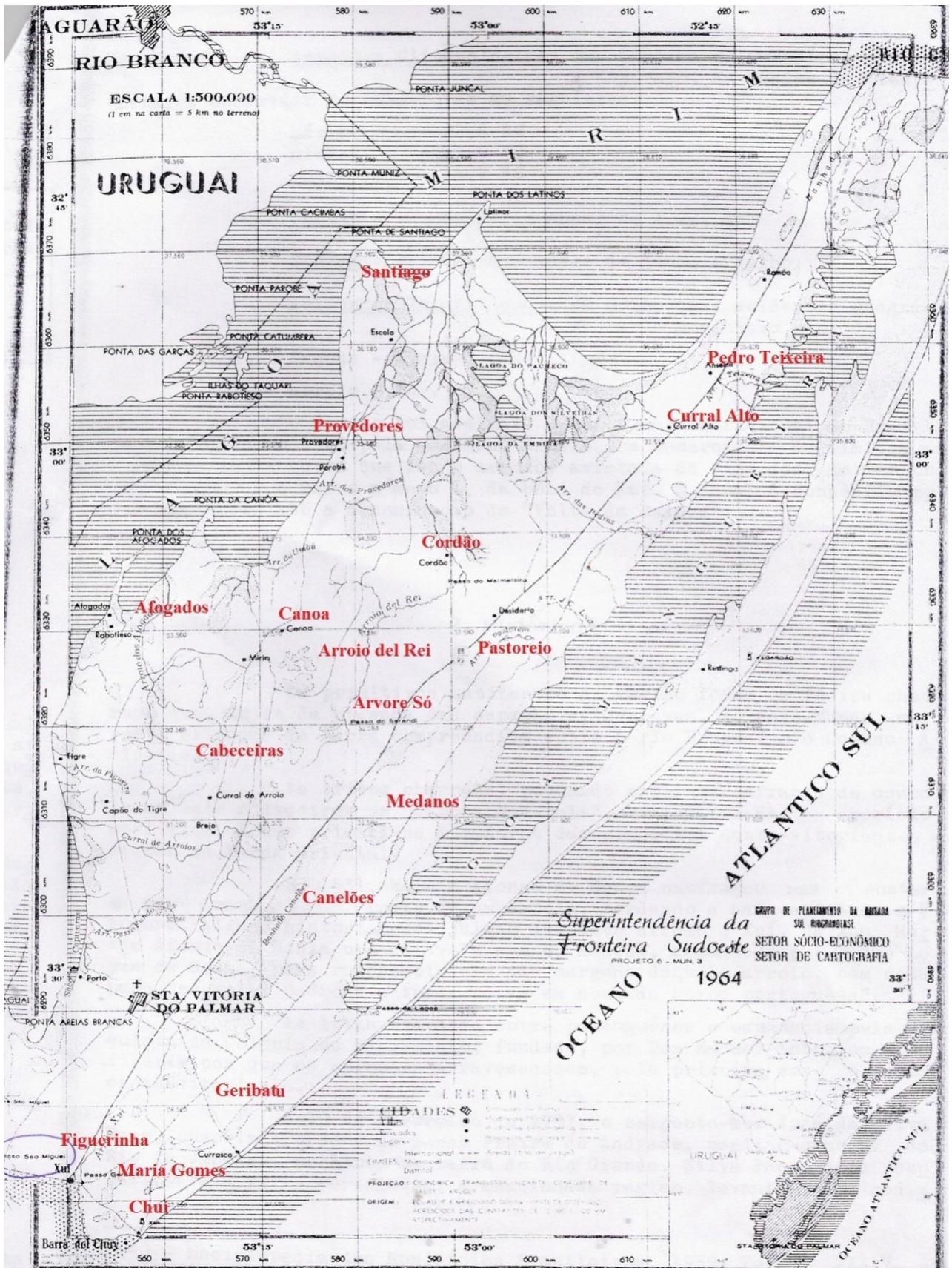
Prevaleceram os registros que contavam apenas com a declaração da localidade das propriedades. Mapeamos a posição geográfica das localidades citadas, de tal forma que determinamos a localização de 75% das propriedades. Não foi possível localizar a totalidade dos espaços declarados, uma vez que a nomeação desses lugares tendem a se modificar, em razão da mudança dos proprietários, de novas tendências cartográficas etc.

No mapa abaixo (adaptado), selecionamos e algumas localidades que apareceram com mais frequência nos registros de campos de Santa Vitória do Palmar.

¹³⁵ SECRETO, Maria Veronica. *Fronteiras em movimento. História Comparada – Argentina e Brasil no século XIX*. Niterói: Editora UFF, 2012, p.152-153.

¹³⁶ Segundo Maria Verônica Secreto, a necessidade de recorrer ao sistema judiciário da medição e demarcação das terras é uma característica do sistema brasileiro, uma vez que, na maioria dos casos, “a propriedade se limita *vis-à-vis* á propriedade vizinha. O parâmetro referencial é outro particular, e não o Estado: recorre-se quase sempre a documentação de cunho privado; não se consulta nada semelhante a um departamento topográfico, como no caso argentino.” In: SECRETO, Maria Verônica. *Fronteiras em movimento...* Op.Cit. p.153.

Mapa 2. Mapa território de Santa Vitória do Palmar –
localização aproximada das localidades.



Fonte: REIS, Mario Goulart. *Inventário da situação do município de Santa Vitória do Palmar*. S/ Ed. 1964. * As informações adicionais foram obtidas no Mapa de Trabalhos de Demarcação dos Limites de 1784 reproduzidos em MELLO (1992) e através das descrições de Saint Hilaire (2002).

O objetivo de apresentar a localização aproximada dessas propriedades é demonstrar que o território de Santa Vitória do Palmar, uma área de 5.484 km², é constituído de diferentes solos e relevos. Essas diferenças não permitem, por exemplo, que a agricultura possa ser praticada em todo o espaço. Tais diferenças eram ainda mais destacadas quando não existiam ou eram precárias as tecnologias de irrigação e fertilização, como no século XIX. As áreas alagáveis foram bastante utilizadas pela pecuária, embora tenham sido consideradas próprias para algumas culturas agrícolas. São exemplos dessas áreas alagáveis aquelas localizadas nas margens da lagoa Mirim, como *Provedores*, *Santiago* e *Curral Alto*. Essas são zonas de alta concentração dos campos inventariados, tratam-se zonas baixas com disponibilidade de água e de vegetação gramínea abundante, mas também são espaço de contato com esse canal de tráfego e comércio que constituía a Lagoa Mirim.

Aproximadamente 40% do território de Santa Vitória do Palmar é composto por planícies não inundáveis¹³⁷: é neste território que estava a grande maioria das propriedades de criação, *Pedro Teixeira*, *Chuí*, *Geribatu*, *Curral Alto*, *Pastoreio* e *Cabeceiras* são alguns exemplos dessas áreas. Todo esse espaço de planícies limpas é intercortado por áreas de banhados, típicos de região costeira, são exemplos, em Santa Vitória do Palmar, o complexo do *Arroio Del Rey* e o *Taim*.

Alguns desses espaços alagados apresentavam algumas dificuldades como é o caso do pisoteamento do gado que expande a água e as próprias enchentes que sempre podiam causar perdas na produção. Não possuímos muitas informações sobre os fenômenos climáticos e as suas consequências na produção de Santa Vitória do Palmar ou do Rio Grande do Sul, temos apenas um registro que, peculiar pela sua intensidade, demonstra as dificuldades dessa região. Trata-se de uma tempestade que fez com que os níveis dos banhados do Taim subissem muito rapidamente em 1878, segundo Tancredo de Mello:

¹³⁷ CUNHA, Noel Gomes da. *Estudo dos solos do município de Santa Vitória do Palmar*. Pelotas: Editora Universitária / UFPel; EMBRAPA/CPACT; 1996.

Em 14 de novembro de 1878, uma chuva torrencial, verdadeira avalanche, desabou sobre o districto do Tahim, no município do Rio Grande; as águas das lagoas Flores e Cayuvá cresceram de maneira descommunal, atingindo em poucas horas a 4 metros acima do nível ordinário, ligando-as em alguns pontos com a Mirim e cobrindo quase todo o terreno elevado que as divide. Algumas famílias moradoras nas proximidades foram victimas da inundação, entre elas a do cidadão José Bernardes Cardoso, composta de esposa e 8 filhos menores, que foi colhida pelas águas e desapareceram na voragem.

Grande quantidade de gado vaccum, cavalariço e lanígero foi arrastada pelo turbilhão, que rolava campo fora com medonha violencia, destruindo e arrancando, arrasando tudo que encontrava em sua passagem devastadora¹³⁸.

No caso da historiografia agrária argentina, essas características do território e as peculiaridades dos climas já são utilizadas pelos historiadores como variáveis para a análise da produção agrícola e pecuária tanto no período colonial como no século XIX. Roberto Schmit¹³⁹, por exemplo, operando com as diferenças topográficas e climáticas da província de Entre Ríos notou que as taxas de ocupação de rebanhos eram mais baixas em Entre Ríos do que em Buenos Aires. Tratava-se de uma produção de caráter extensivo mais acentuado, resultante de problemas como a desigual distribuição dos acessos à água no território da província e as diferentes qualidades de campo.

Essa parece ser uma linha de argumentação que ainda precisa ser feita nos estudos sobre a produção pecuária no Rio Grande do Sul, especialmente dentro dessa extensa região que é a Campanha. Já temos claras as diferenças de produção entre o planalto, de áreas florestais, e a campanha de campos, todavia pouco sabemos sobre a qualidade das forragens e da própria geografia da região sul. A compreensão sobre a geografia local pode permitir, por exemplo, uma análise mais elaborada sobre os desiguais tamanhos de rebanhos enunciados em áreas como Alegrete, Caçapava e Itaquí. Ainda que a abordagem apresentada aqui em relação à localização das propriedades seja incompleta, o objetivo é assinalar que temos tentado compreender Santa Vitória do Palmar e seus recursos limitados, dentro de uma perspectiva que também articule os problemas ambientais como significativos para limitação da capacidade produtiva e como propulsor de distinções nas produções locais.

¹³⁸ MELLO, Tancredo Fernandes de Mello. *O município de Santa Vitória do Palmar...* Op.Cit.p.83.

¹³⁹ SCHMIT, Roberto. *Los pastores-labradores de las lomadas entrerrianas: ganadería, agricultura y medio ambiente en el litoral argentino del siglo XIX*. Santa Maria: Editora Ciência & Ambiente. Santa Maria. Nº 33, jul-dez. 2006. P.50.

2.3 Estrutura fundiária e produção

2.3.1. Produtores sem terra

Do total de 205 inventários *post-mortem* analisados do período entre 1858-1888, 141 registraram alguma propriedade de terra, 68% do total, ou 87% do total dos inventários rurais que analisamos no primeiro capítulo.

Antes de introduzirmos o tema sobre os proprietários de terras, é conveniente analisarmos a presença de produtores rurais que *não* legaram terras aos seus herdeiros. Houve uma redução significativa de quase 50% no número de produtores sem terra ao longo das três décadas estudadas, os produtores rurais sem terra configuraram 18% dos inventários na década de 1860, 17% na década de 1870 e 10% ao longo da década de 1880.

A existência de produtores rurais desprovidos da propriedade da terra foi uma característica do mundo agrário colonial americano, sua existência na região platina foi bastante marcante até o início do século XIX quando ainda havia muitas terras férteis não apropriadas¹⁴⁰. Este panorama modificou-se drasticamente ao longo do século XIX, em sua análise sobre a presença desse grupo de produtores na estrutura agrária de Alegrete, Graciela Garcia entende que à medida que a terras tornaram-se mais valiosas economicamente, a tolerância dos proprietários com agregados e intrusos diminuiu, assim como diminuíram as possibilidades de acesso à terra pela compra devido aos altos preços. Em sua análise comparativa, os produtores “sem terra” “representavam quase a metade dos inventariados (47%)” em 1830, na década de 1870 o grupo estava reduzido a 21%¹⁴¹.

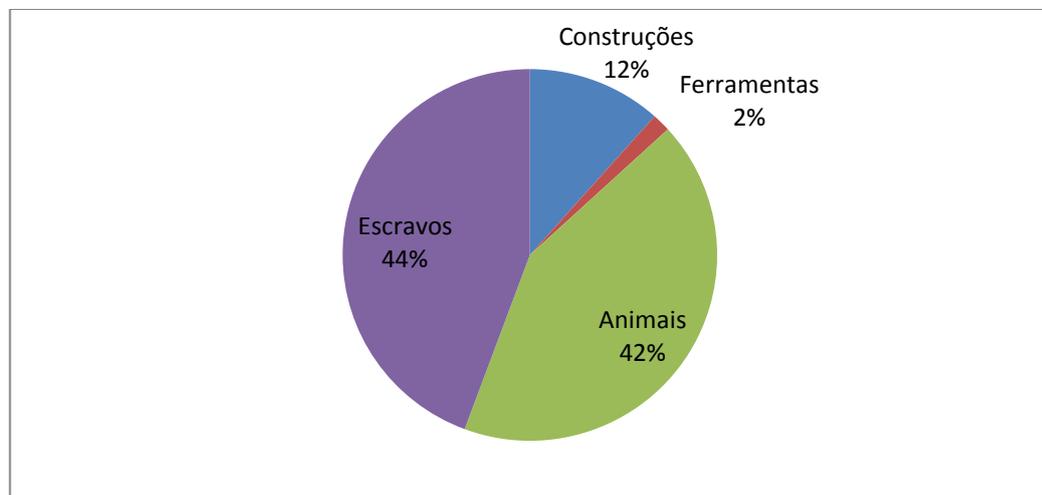
O índice de 13% dos produtores rurais não proprietário de terra em Santa Vitória do Palmar precisa ser esclarecido. Primeiro pela perspectiva de que os inventários sobre-representam as camadas mais abastadas das sociedades analisadas, de modo que é provável que tenha existido um número muito maior de trabalhadores/produtores rurais que sem acesso à terra tivessem pouco ou nada para legar em inventários *post-mortem*. Por outro lado, a análise do significado social e econômico desse grupo que não legou terras não deve ser confundida automaticamente com o de despossuídos. No caso dos inventários de Santa Vitória do Palmar somente um indivíduo entre os produtores sem-terras foi considerado muito pobre e teve seus bens avaliados gratuitamente, outros dois declararam possuir terras e bens no Uruguai.

¹⁴⁰GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815).” In: FRADKIN, Raúl O. (org.) *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos* (II). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993. p.156.

¹⁴¹GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra...* Op.Cit. p.26.

O perfil produtivo dos produtores rurais sem propriedade de terra em Santa Vitória do Palmar demonstra que eles não representavam as camadas econômicas mais baixas da região. Tanto a propriedade de escravos como de animais eram freqüentes; 47% deles possuíam escravos, com média de 3,4 cativos por produtor e 85% possuíam animais. Sem a propriedade da terra os perfis produtivos desses sujeitos modificaram-se concentrando o valor em escravos e animais conforme o gráfico 11:

Gráfico 9. Participação dos bens de produção nos patrimônios produtivos de produtores rurais sem terras. Santa Vitória do Palmar (1858-1888).



Fonte: 20 Inventários *post-mortem*, APERS.

As construções, que poderiam ser compreendidas como vestígios de ocupações que não implicariam na propriedade da terra, no montante dos patrimônios produtivos somam um percentual alto, 12%, comparado aos 5% da sua participação nos patrimônios produtivos de todos os inventários rurais. Mas esta grande participação não corresponde a uma expressiva freqüência, pois apenas *três* indivíduos legaram construções. Em seu estudo sobre uma área de fronteira aberta, Garavaglia¹⁴² compreendeu as construções, tanto como a propriedade de escravos entre produtores não proprietários de terra, como indícios de que este grupo conseguia acumular algum capital em função da produção agrária ainda que não tivessem a propriedade da terra.

No nosso caso, estas três exceções de indivíduos não proprietários de terras com construções podem elucidar um pouco sobre a acumulação de capital, o desenvolvimento de outras atividades não agrícolas e o perfil econômico desses sujeitos.

¹⁴² GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Op.Cit. p.157.

O primeiro caso é o de Angelma Joaquina de Oliveira¹⁴³ que legou o “material de um galpão avaliado em 160 mil réis e o material de uma casa com 45 palmos de frente e 10 de fundos avaliado em 300 mil réis” localizado no campo de José Joaquim de Oliveira (seu pai segundo os registros de batismo)¹⁴⁴. Angelma era casada com Felício José Dias qualificado como *negociante* segundo a carta de tutoria e a lista de qualificação de votantes – além dos materiais havia no campo 50 reses, 90 ovelhas e outros animais. Nesse caso específico, podemos supor que se tratava de uma família, cuja principal fonte de rendimentos não provinha da produção rural, de modo que, a manutenção dessas propriedades rurais era apenas contingência desses processos de partilha dos bens.

O segundo caso, semelhante ao primeiro, é de um indivíduo que desenvolve outra atividade não vinculada à propriedade da terra. O inventário de Leonarda Bobadilha Peres¹⁴⁵ foi conduzido por seu cônjuge, Francisco Carancola Peres, qualificado pela carta de tutoria como *tropeiro*. Seu inventário conta com 15 reses de criar, 12 bois mansos e 9 cavalos em bom estado, além de ““um rancho com diversas benfeitorias: cozinha de palha, curral e poste avaliadas em 150 mil réis”. Não constam nesse registro informações sobre a localização e sobre qual o regime de ocupação da terra permitiu a construção dessas benfeitorias.

O terceiro caso trata de um indivíduo que não deixou propriedades em Santa Vitória do Palmar, mas declarou possuir propriedades de terra no Uruguai. No inventário de Gordiano José Correa¹⁴⁶, foram avaliadas 15 reses de criar, 12 bois mansos e 9 cavalos em bom estado. Uma casa de moradia com atafona, em lugar não especificado, além de 5 sortes de campo no Uruguai.

Esses três exemplos apresentados assinalam desenvolvimento de outras atividades e as peculiaridades dessa zona de fronteira, onde as propriedades podiam ser disseminadas em diferentes territórios nacionais. Por outro lado, a análise de outras informações sobre estes sujeitos que *não* possuíam terras, confirma a perspectiva de que, embora difícil, não era impossível produzir sem a propriedade da terra.

Utilizando como fontes as Listas de Qualificação de Votantes e as Cartas de Tutoria¹⁴⁷, identificamos de que maneira os indivíduos que não possuíam terras foram

¹⁴³ Inventário *post-mortem* de Angelma Joaquina de Oliveira. Santa Vitória do Palmar. Cartório de Órfãos e Ausentes. M.3. Auto 52. 1872.

¹⁴⁴ Registro de Batismo de Ignácia. Santa Vitória do Palmar. Livro 1. Folha 128. 10/12/1864

¹⁴⁵ Inventário *post-mortem* de Leonarda Bobadilha Peres. Santa Vitória do Palmar. Órfãos e Ausentes. M.4. Auto 93. 1878.

¹⁴⁶ Inventário *post-mortem* de Gordiano José Correa. Santa Vitória do Palmar. Órfãos e Ausentes. M.1. Auto 1. 1858.

¹⁴⁷ Sobre as Listas de Qualificação de Votantes rever a nota de número 76 e Anexo 1. Sobre as cartas de tutoria, também chamadas de “Termo de Tutela”, elas são resultados do ato de instituir um tutor, “autoridade legalmente

qualificados em relação a sua profissão ou atividade produtiva. Para o total de 20 indivíduos que não possuíam terras, encontramos as qualificações de 11, são elas: 1 negociante, 1 tropeiro, 7 criadores e 2 estancieiros. Ou seja, tais designações reiteram a idéia de que os produtores sem terra inventariados não eram exatamente despossuídos ou praticante de outras atividades desvinculadas da pecuária¹⁴⁸. A não representação das camadas mais pobres é uma peculiaridade dos inventários *post-mortem*, a comparação entre o conjunto de inventários e a *Lista de qualificação de votantes* de 1865 especialmente para aqueles indivíduos qualificados como “lavradores” – demonstra que apenas 3 dos 49 indivíduos qualificados como lavradores inventariaram algum bem, e apenas um dos 27 qualificados como “capatazes” ou “campeiros” também o fizeram. Ou seja, há uma dificuldade em compreender a existência da população menos afortunada através dos inventários, sendo a terra a principal fator de constituição de riqueza, a análise dos inventários que não possuem a propriedade de terra permite apenas que façamos aproximação superficial sobre a produção rural sem a propriedade fundiária.

Supõe-se que com o passar das décadas e com a maior valorização econômica da terra, os patrimônios desprovidos da propriedade fundiária tenham se tornando muito pequenos. Esta insignificância pode ter implicado no não prosseguimento dos processos de partilha ou na busca tácita dos indivíduos por não arcar com os custos dos inventários¹⁴⁹. De tal forma que é a evolução da presença desses produtores sem terra uma das principais marcas a se considerar na transformação da estrutura agrária do Rio Grande do Sul, a progressiva dificuldade de acesso à terra verificada por Graciela Garcia¹⁵⁰ em Alegrete também se constata em Santa Vitória do Palmar, e é contundente que na década de 1880 apenas 10% dos produtores não possuíssem terras.

concedida a uma pessoa para defender um indivíduo, menor de idade ou interdito, e seus bens. As cartas de tutoria analisadas são os documentos de lavramento da tutela, são documentos sumários, anexados aos inventários com o nome do tutor, *sua qualificação*, nome do tutelado e de seus pais, as obrigações do tutor e o valor da legítima.

¹⁴⁸ Os rebanhos destes produtores são menores que a média geral para Santa Vitória do Palmar, 354 reses, cada produtor sem terra inventariou 170 reses em média.

¹⁴⁹ Graciela Garcia mostra como os custos da abertura dos processos de inventários comprometiam os menores patrimônios. Como os custos não eram proporcionais ao tamanho dos montantes, pequenos proprietários e produtores certamente deviam ser resistentes a abertura de processos, uma vez que podia estar em jogo o comprometimento total ou parcial de seus pequenos patrimônios. GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra..* Op.Cit. p.53-57.

¹⁵⁰ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra..* Op.Cit.

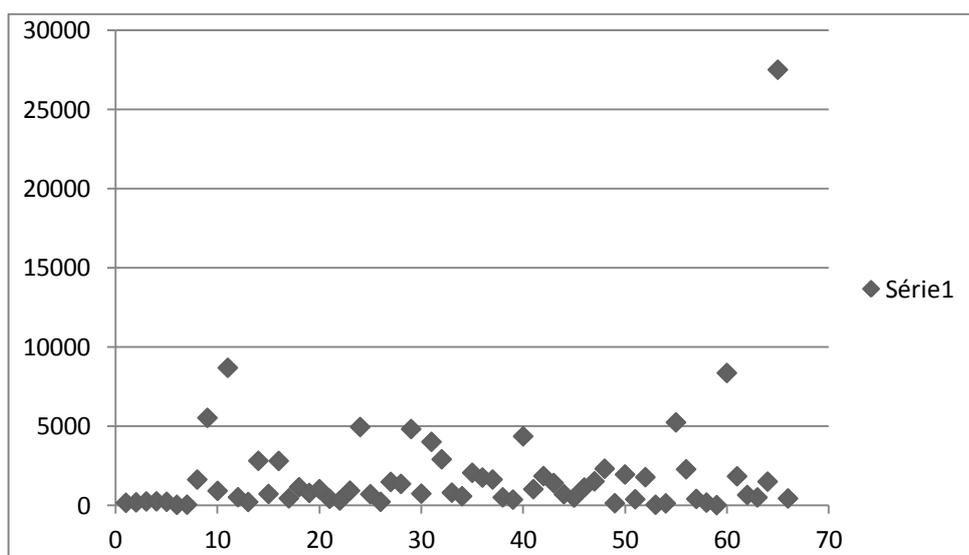
2.3.2. Extensão dos campos e taxas de ocupação.

Juan Carlos Garavaglia, no artigo *Las “estancias” em la campaña de Buenos Aires. Los medios de produccion (1750-1850)*, utiliza as taxas de ocupação do rebanho definidas por proprietários e contemporâneos, como um recurso metodológico para análise do tamanho das propriedades, tendo em vista a ausência expressiva de informações sobre extensão e também o grande número de produtores sem terra que havia na campanha colonial.

Em comparação com o estudo referido, há uma maior presença de informações sobre o tamanho das propriedades nos inventários *post-mortem* de Santa Vitória do Palmar. Como já demonstrado quase 42% dos registros possuem a extensão declarada, de modo que, poderemos analisar concomitantemente os tamanhos das propriedades e as suas taxas de ocupação.

São 96 registros que apresentam extensão, incluindo o registro que declarou como extensão “duas sesmarias” (utilizamos para este caso a extensão aproximada dessa antiga medida agrária, ainda que as sesmarias pudessem ter mais de 13.068 hectares). Os 96 campos pertenciam a 66 indivíduos, optamos por somar as propriedades de terras daqueles indivíduos que apresentaram múltiplos terrenos. O gráfico 12 ilustra o tamanho dos patrimônios fundiários, isto é, a soma das propriedades de cada indivíduo – esta soma será utilizada toda vez que nos referimos à estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar.

**Gráfico 12. Dispersão do tamanho das propriedades.
Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.**



Fonte: Inventários *post-mortem*. APERGS.

A tabela 11 torna mais clara a divisão segundo as faixas de extensão:

**Tabela 11. Distribuição das propriedades por faixas de tamanhos.
Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.**

Extensão em hectares	Propriedades	%
1 – 50	5	7%
51 – 100	1	0%
101 – 500	22	33%
501 - 1.000	12	18%
1.001 – 2.000	12	18%
2.001 – 5.000	7	10%
5.001 – 10.000	6	9%
Mais de 10.000	1	1%
TOTAL	66	

Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

O tamanho médio das propriedades foi de 2.351 hectares para cada produtor. A maior parte das propriedades analisadas tinha até 1000 hectares, um total de 58%. Claramente uma característica de Santa Vitória do Palmar é o baixo percentual de grandes propriedades com mais de 5.001 hectares, apenas 10%.

A pouca expressão das grandes propriedades em Santa Vitória do Palmar coincide com o argumento de Chasteen¹⁵¹ sobre as áreas de “ocupação antiga” em contraposição a essas áreas ocupadas nas primeiras décadas do século XIX¹⁵², como Alegrete e Santana do Livramento. De modo que a estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar aproxima-se da configuração de áreas como Arroio Grande e Herval que, basicamente, são resultados da mesma fragmentação do município de Rio Grande. Nessas duas localidades, os registros paroquiais de terra apontaram para a pequena presença de grandes latifúndios, propriedades com mais de 7.000 hectares somaram apenas 5% do total das propriedades declaradas em meados da década de 1850¹⁵³.

Para retomar a análise sobre a estrutura fundiária utilizando como referência a produtividade, é necessário lembrar que, nessa região de poucas grandes propriedades (maiores que 5.000 hectares), os rebanhos de pequeno porte eram a principal característica da produção pecuária, 79% dos criadores tinham até 500 reses. E a média dos rebanhos ao longo de todo o período estudado foi de apenas 354 animais vacuns por produtor.

¹⁵¹ CHASTEEN, J. C. *Backgrounds of the civil war*: Op.Cit. p.746.

¹⁵² Stephen Bell (1998) apresenta uma crítica a hipótese de Chasteen. Bell rejeita a ideia de “ocupação antiga” e a consequência dos resultados de partilha sobre a estrutura fundiária. Sua proposta consiste constatação de que áreas como Arroio Grande e Herval, citadas por Chasteen, constituem o planalto sudoeste, por suas características geográficas, historicamente mantiveram propriedades menores se comparado as áreas de planícies limpas, como o caso da fronteira oeste. Ao que parece nossa análise sobre Santa Vitória do Palmar problematiza essa relação entre o planalto sudoeste e suas características geográficas e o tamanho das propriedades.

¹⁵³ A opção metodológica de Chasteen (1991) foi de excluir as propriedades com menos de 100 hectares. No caso de Santa Vitória do Palmar de fato essa exclusão não significaria um grande prejuízo estatístico, mas é um procedimento que dificulta a comparação com outras áreas como Santana do Livramento, por exemplo.

As taxas de ocupação que adotamos para definir as propriedades de tamanho intermediário propõe, em média, a relação de um animal *vacum* para cada três hectares de terras (0,33 *vacuns/hectare*). Para Santa Vitória do Palmar, há um índice mais confiável da capacidade produtiva dos campos, este é apresentado em um artigo do Código de Posturas Rurais do município promulgado em 1898. No capítulo 1 do código intitulado “Gados, rodeios, apartes e apartadores”, a intendência faz menção à quantidade de animais que os campos abertos podem comportar. Reproduzimos abaixo os artigos 9 e 10 que tratam do tema:

Art. 9º - Os criadores de gados, em campos abertos, sejam proprietários os simples arrendatários, não poderão conservar permanentemente dentro de seus campos maior número de animais que elles possam comportar, observada da seguinte regra: Em **uma braça de légua de campo somente se poderá conservar permanentemente um animal *vaccum*, cavallar, muar ou sete lanígeros**; o que conservar maior número que o estipulado pagará a multa de 50\$ a 100\$000.
(...)

Art. 10º - Em campo tapado poderá ser conservado o número de animaes que a seu dono aprover, mas se esses animaes sahirem desse campo par a ir pastar nos campos dos visinhos, serão applicadas as disposições contaidas no subsequente art.

A capacidade dos campos assinalada pelo Código de Posturas Rurais aponta para a possibilidade de uma produção pecuária um pouco mais intensiva do que as apresentadas pelos viajantes ao longo da primeira metade do século XIX, 0,68 animal *vacum/hectare*. Se reproduzirmos o raciocínio aplicado no início do capítulo sobre a categorização do tamanho das propriedades a partir da produtividade, essa mudança nos índices de ocupação sugere uma redução drástica na extensão necessária para a produção pecuária, isto é, a criação de pelo menos 400 animais – o limite inicial passa a ser 584 hectares tomando como referência apenas a produção *vaccum*, e não mais 1.200 hectares.

Essas são taxas gerais, mas qual foi a ocupação efetiva dos campos de Santa Vitória do Palmar na segunda metade do século XIX? Ao calcular as taxas de ocupação na região da pradaria argentina, Juan Carlos Garavaglia¹⁵⁴ ressaltou que todos os cálculos levam em consideração apenas taxas mínimas de ocupação, haja vista que há um grande número de variáveis que interferem na ocupação dos campos, mas que são difíceis de serem manejados, seja pela falta de informações, seja porque as variáveis tornam muito complexa uma escala que deve servir apenas para uma abordagem inicial. Entre essas variáveis está a possível

¹⁵⁴ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Intensidad de uso de la tierra y tasas de ocupación ganadera em la pradera pampeana (1816-1852)*. Quinto Sol, N°2, 1998, p.5-23.

existência de agregados em alguns campos, o que poderia significar um número maior de animais do que o declarado. Outra variável mais complexa é a diferença entre os animais e a suas necessidades de terrenos, de modo geral, entende-se, por exemplo, que animais cavaleares necessitam de mais terrenos do que os vacuns.

Em nossa proposta de análise das taxas de ocupação de rebanho nos campos de Santa Vitória do Palmar consideramos também essas taxas mínimas e preferimos utilizar apenas o número de animais vacuns e ovinos, que são os que permitem pelo menos alguma comparação entre as taxas gerais enunciadas pelos viajantes e os documentos oficiais. Abaixo se têm os dados gerais para o cálculo de ocupação do rebanho em Santa Vitória do Palmar:

Quadro 6. Extensão da Superfície, n° de propriedades, animais vacuns e ovinos, Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.

Santa Vitória do Palmar (1858-1888)	
Superfície:	120.656 hectares
Número de propriedades:	66
N° de animais vacuns:	19.837
N° de ovinos:	9.275

Fonte: 94 inventários *post-mortem*. APERGS.

Entre os proprietários 86% possuíam animais vacuns e 66% ovinos. Os índices de ocupação de rebanho corroboram os resultados do primeiro capítulo que caracterizou Santa Vitória do Palmar como uma área de produção extensiva acentuada, com poucos animais em relação ao tamanho do território ocupado pela produção pecuária. O índice de ocupação de animais vacuns por hectare foi de apenas 0,16. A taxa de ocupação dos animais ovinos também foi bastante baixa, 0,07 animais por hectare¹⁵⁵.

As taxas calculadas sobre a superfície conhecida de Santa Vitória do Palmar são muito mais baixa dos que as taxas determinadas pelo código municipal de Posturas Rurais de 1898, que foram de 0,68 vacuns e 4,78 ovinos por hectare. Ressalta-se que as determinações do código são propositadamente altas, uma vez que se referiam a campos abertos (a imensa totalidade das propriedades analisadas aqui) e tinham como objetivo exatamente assegurar

¹⁵⁵ A taxa de adensamento de animais ovinos é realmente *muito baixa*, os dados gerais para a região da pradaria argentina supõe pelo menos dois animais por hectare. Em Santa Vitória do Palmar, os ovinos constituíram 31% da composição dos rebanhos na década de 1880 – no primeiro capítulo caracterizamos isso como uma especialização produtiva da região – todavia, essa maior presença não se refletiu em uma produção mais intensiva.

A análise da taxa de adensamento do rebanho ovino por década ilustra o desenvolvimento do rebanho ao longo do período estudado, 1858-1868: 0,32 ovinos/hectare; 1869-1878: 0,65; 1879-1888: 1,41 ovinos/hectare.

que cada proprietário designasse o máximo de pastos necessário para cada animal, impedindo a dispersão do rebanho na busca por alimento e o conseqüente comprometimento dos pastos alheios.

A comparação com outras realidades produtivas e não apenas com a legislação local reafirma a pouca ocupação dos campos de Santa Vitória do Palmar. Segundo Cristiano Christillino, em Santana do Livramento a taxa de ocupação era de no máximo 0,33 animais vacum por hectare¹⁵⁶. Roberto Schmit analisando, a província argentina de Entre Ríos, descreveu para o ano de 1861o índice de adensamento 0,18 animais vacuns por hectare e 0,20 ovinos, segundo o autor “*cifras que nos marcan una ganadería aún muy extensiva y com mucho menor carga de ganado que la principal productora de la época, pues em Buenos Aires ya entonces alcanzaban una carga de 2,5 ovinos e 0,34 vacuns por hectares*”¹⁵⁷.

Em uma região mais próxima de Santa Vitória do Palmar, no departamento de Minas, no Uruguai (atual departamento de Lavalleja), Maria Ines Moraes e Raquel Pollero¹⁵⁸ calcularam, utilizando como fontes censos e registros estatísticos, uma carga animal de 0,15 animais vacuns por hectare¹⁵⁹ em 1852. Esse índice semelhante ao de Santa Vitória do Palmar e Entre Ríos não era, no entanto, o reflexo de um período de produção estável, tratava-se de um momento de crise, com a produção deteriorada em decorrência das guerras que terminaram em 1851. Em 1862, no mesmo departamento a estrutura produtiva já havia sido recuperada e as taxas de ocupação apontavam para uma pecuária mais desenvolvida, com 0,52 animais vacuns por hectare¹⁶⁰.

Considerando este número ínfimo de 0,16 animais vacuns por hectare, temos que a superfície média efetivamente ocupada por um criador de 400 reses em Santa Vitória do Palmar era de 2.500 hectares. Ou seja, uma extensão semelhante ao tamanho médio das propriedades analisadas aqui, 2.351 hectares. Isto posto, verifica-se que em Santa Vitória do Palmar mesmo os pequenos produtores precisavam de extensões de terra consideráveis. Sob o regime de produção pecuária em que cada cabeça de gado precisava de 6 hectares de terra,

¹⁵⁶ O autor utilizou a Relação de 1858 “: *Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem, e criam por ano, e do numero de pessoas empregadas no seu custeio*” e os registros paroquiais de terra como fonte. Ver: CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império...* Op.Cit.108.

¹⁵⁷ SCHMIT, Roberto. *Los pastores-labradores de las lomadas entrerrianas...* Op.Cit.p.50.

¹⁵⁸ MORAES, Maria Ines; POLLERO, Raquel. *Categorías ocupacionales y status em uma economia de orientación pastoril: Uruguay en la primera mitad del siglo XIX*. BOTELHO, Tarcísio R.; LEEUWEN, Marco. *Desigualdade Social na América do Sul: perspectiva históricas*. Belo Horizonte, Veredas e Cenários, 2010.

¹⁵⁹ Como as autoras analisam a produção a partir de um índice chamado de “unidade bovina” por hectare, que é de uma equivalência de um animal vacum = 5 ovinos, optamos por decompor os dados e apresentar o índice simplificado de animal vacum/ovino por hectare.

¹⁶⁰ MORAES, Maria Ines, POLLERO, Raquel. Op. Cit. p.128.

mesmo as grandes extensões com mais de 5.000 hectares não determinavam uma abundância de recursos – e, ainda assim, apenas 19% das propriedades analisadas tinham áreas superiores a 2.500 hectares.

Essa taxa de ocupação não era uma regra e as pequenas propriedades eram capazes de produzir em regime um pouco menos extensivo. Aproximadamente 67% dos produtores que declararam a extensão de suas propriedades produziram sob taxas de ocupações mais altas do que 0,16 animais vacuns por hectare – destes 92% possuíam menos de 1.000 hectares. O que sugere, como afirmou Garavaglia¹⁶¹, para a pradaria argentina, que as dinâmicas das pequenas propriedades eram bastante eficazes. Um dos aspectos que podemos relacionar à produtividade destas pequenas propriedades que operavam em um regime de produção pecuária menos extensiva é a utilização da mão de obra escrava. No caso de Santa Vitória do Palmar, é notório que esses produtores, proprietários de pequenas extensões de terras, intensificaram sua produção com o uso da mão de obra escrava, como mostra o quadro 7:

Quadro 7. Relação entre a taxa de ocupação, escravos, média de animais vacuns e ovinos, Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.

	Possuem mão de obra escrava	Média de animais vacuns	Média de animais ovinos
Produtores com taxas de ocupação menores que 0,16 animais vacuns/hectare	52%	140	269
Produtores com taxas de ocupação maiores que 0,16 animais vacuns/hectare	76%	250	536

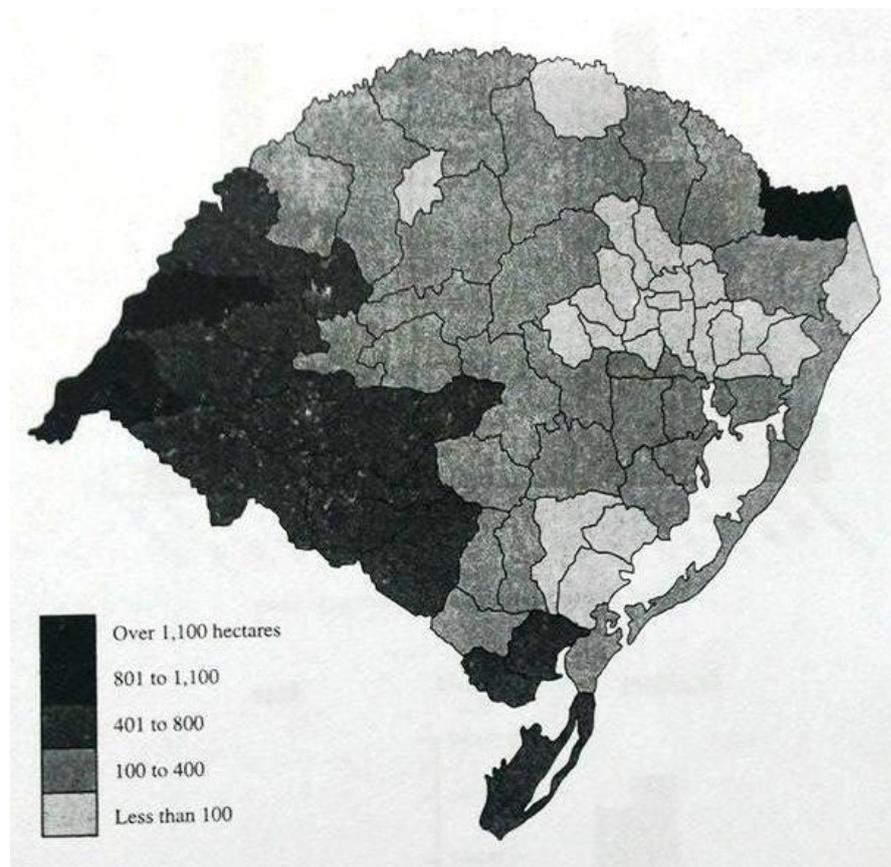
Fonte: 96 inventários *post-mortem*. APERGS.

Qualquer que seja as taxas de ocupação dos rebanhos utilizadas para a análise da estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar, é certo que a região não se constituiu em um espaço de grandes latifúndios e rebanhos. Na segunda metade do século XIX, a região parecia estar no limite da crise do sistema de produção que remetia ao período colonial, 58% das propriedades (até 1.000 hectares) mal comportavam os rebanhos *vacuns* mesmo considerando taxas de ocupação otimistas de 0,33 reses/hectare. Resta saber quem, diante dessas dificuldades de produção, conseguiu ampliar seus patrimônios fundiários e, principalmente, quais grupos não resistiram às mudanças.

¹⁶¹ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Intensidad de uso de la tierra y tasas de ocupación ganadera en la pradera pampeana (1816-1852)*. Quinto Sol, N°2, 1998, p.20.

É oportuno ressaltar que ao longo deste capítulo foi possível identificar algumas dificuldades em efetuar um estudo sobre a estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar na segunda metade do século XIX. Além dos já citados problemas metodológicos em relação ao uso dos Registros Paroquiais de Terra e dos inventários *post-mortem*, também existe dificuldade no que se refere à ausência de trabalhos sobre essa região adjacente à Lagoa Mirim que poderia instrumentalizar uma interpretação mais confiável de Santa Vitória do Palmar. Se analisarmos o mapa 3 que ilustra o tamanho médio das propriedades censadas em 1920, veremos que havia um complexo adjacente a Rio Grande, incluindo as localidades de Arroio Grande, Pelotas, Herval, Piratini, que tinham propriedades com tamanhos médios muito mais baixo do que a região da fronteira oeste. Santa Vitória do Palmar não foi exatamente uma região de pequenas propriedades, mas ela também não era comparável às áreas de fronteiras apropriadas no início do século XIX, como Alegrete, que constituiu um perfil latifundiário e pecuarista muito mais acentuado.

Mapa 3. Distribuição das propriedades no Rio Grande do Sul segundo o tamanho – Censo de 1920 – Stephen Bell (1998)



Fonte: Stephen. *Campanha gaúcha. A brazilian ranching system, 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1998, p.189.

Dito isso, talvez possamos relacionar o abrupto aumento da participação das terras nos patrimônios produtivos entre a década de 1870 e 1880 com a própria constituição da estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar. Em um modelo tão extensivo de produção, a manutenção da grande propriedade tornava-se um imperativo e é provável que houvesse uma necessidade crescente de preservar o tamanho das propriedades rentáveis e expandir aquelas que, por ventura, apresentassem dificuldades na produção. Esse panorama talvez justifique uma valorização econômica da terra e também a busca por soluções em relação às partilhas igualitárias.

Relacionar as qualidades dos campos aos níveis de produtividades ainda é uma tarefa difícil. No caso de Santa Vitória do Palmar, decidimos averiguar a partir dos índices de adensamento do rebanho quais eram as regiões do território que possibilitavam uma maior produtividade dos campos. Sem surpresas, as regiões adjacentes à vila de planícies e com acesso aos banhados, como Medanos, Canelões, Manguera e Brejo, foram as áreas onde identificamos índices menores que dois hectares por animal vacum. É necessário saber ainda as implicações econômicas dessas diferenças produtivas dentro do próprio território da vila de Santa Vitória do Palmar e outras regiões da província.

Embora somente dois inventários *post-mortem* analisados tenham utilizado “hectares” como medida para extensão das terras, situamos os anos finais do século XIX como uma época de expansão da utilização do sistema métrico para a agrimensura no Rio Grande do Sul. Ainda que tenha havido avanços na utilização do sistema e o crescimento nas necessidades de demarcação e medição de terras, a extensão da terra nunca foi parâmetro único para sua qualificação. É provável que, em alguns aspectos, um proprietário de 2.000 hectares de terras em Santa Vitória do Palmar não fosse igual a um proprietário de uma mesma extensão de terras em outra localidade no Rio Grande do Sul. Estratégias produtivas, geografia, acesso à mão de obra são variáveis que também definem a propriedade da terra para além de sua extensão.

Capítulo 3

Mercado de Terras

Ao longo deste trabalho abordamos alguns aspectos da propriedade de terras na segunda metade do século XIX. Entre as características apresentadas ressaltamos a valorização econômica do preço da terra e a importância local da propriedade/posse de grandes extensões para a criação de gado dentro de um sistema extremamente extensivo, como era o caso de Santa Vitória do Palmar.

Ao refletirmos sobre as mudanças na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul defendemos a perspectiva de que as partilhas igualitárias das propriedades foram responsáveis pela redução do tamanho dos campos e, também, pela redução do tamanho dos rebanhos. A questão colocada neste capítulo é: como o mercado de terras sofreu influências e interferiu no processo de fragmentação e reorganização das propriedades em Santa Vitória do Palmar.

De modo geral, não havia no século XIX somente um mercado de terras no Brasil ou no Rio Grande do Sul. Segundo Hebe Mattos, os mercados imobiliários nos países eram como mosaicos em que “cada complexo regional ou local engendrava seu próprio mercado e quase estabelecia regras próprias para o seu funcionamento”¹⁶².

A existência de diferentes mercados fica clara no caso da análise sobre o comércio de terras no Rio Grande do Sul. Retomando a dicotomia entre o planalto e a campanha, a região norte da província vivia, na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento das áreas de colonização européia. Os projetos de colonização criavam formas únicas de comercializar a terra no Rio Grande do Sul, como demonstrou pioneiramente Paulo Zarth¹⁶³. Segundo o autor, o “comércio de terras [na região do planalto] desenvolvia-se através de companhias colonizadoras, que compravam grandes áreas de terras de um fazendeiro que as havia monopolizado anteriormente e as negociava com os colonos em pequenos lotes”¹⁶⁴.

¹⁶² MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p.121.

¹⁶³ ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

¹⁶⁴ ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária...* Op.Cit.. p.84.

O comércio de terras em áreas de colonização incluía fatores como, por exemplo, os conflitos com os *cablocos* e as populações nativas, os incentivos estatais pela valorização e pela articulação dos núcleos coloniais com as áreas de mercado de produtos agrícolas e escoamento. Enfim, era um mercado de terras com possibilidades de expansão, mediante a expulsão das populações nativas e fraudes burocráticas mas, principalmente, um mercado com um público consumidor muito mais abrangente e perspectivas de produção completamente diversas da área da campanha.

A ausência de outros trabalhos sobre o mercado de terra na campanha não permite definir as características do mercado de terras. Entretanto, alguns aspectos são facilmente percebidos em uma comparação incipiente com o planalto como as diferenças nos níveis de crescimento populacional, a estrutura produtiva e o acesso a territórios para além do limite nacional e outros.

Ao longo do capítulo propor-se- a uma análise do mercado de terras de Santa Vitória do Palmar fundado na análise do preço da terra, da dimensão das propriedades comercializadas e dos agentes envolvidos nas transações. Para tanto, introdutoriamente analisaremos também a produção bibliográfica nacional sobre o mercado de terras e Lei de Terras e a produção de história agrária argentina que tem avançado na análise quantitativa e qualitativa do mercado de terras no século XIX.

3.1 O mercado fundiário e a Lei de Terras.

A relação entre o mercado fundiário e a Lei de Terras de 1850 vem sendo revista pela historiografia nacional desde a década de 1980. Até então, defendia-se consensualmente que a Lei de Terras expressou os interesses dos grandes proprietários das áreas de ponta da produção agroexportadora e era uma “tentativa de regularizar a propriedade rural e o fornecimento de trabalho, de acordo com as novas necessidades e possibilidades da época”¹⁶⁵ Mesmo as reflexões mais recentes não divergem sobre um aspecto central, apresentado pela primeira vez na obra de José de Souza Martins, *O Cativo da terra* (1979), de que a Lei de Terras foi formulada dentro da perspectiva de fim do tráfico de escravos e declínio da escravidão¹⁶⁶.

¹⁶⁵ COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p.176.

¹⁶⁶ É também o caso de SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

O que tem se demonstrado de relevante sobre a Lei de Terras é a interpretação de que a Lei não criou o mercado fundiário no Brasil; as transações comerciais e o controle privado da terra antecederam em muito a própria promulgação. Segundo Hebe Mattos “num certo sentido, a terra, na Colônia e no Império, havia sido sempre cativa e comercializável”¹⁶⁷. Os principais argumentos para essa tese baseiam-se nas pesquisas empíricas com censos agrários e com os próprios registros paroquiais de terras. Esses demonstram que o acesso à terra pela compra foi uma realidade constante mesmo quando não havia meios legais para isso, como no período de hiato legal formado entre o fim da concessão de sesmarias em 1822 e a promulgação da Lei de Terras. Tal argumento é defendido na pesquisa da própria Hebe Mattos sobre Capivary¹⁶⁸, uma região de produção cafeeira periférica no sudeste fluminense.

A análise dos Registros Paroquiais de terra (1855 – 1857) feita por Hebe Mattos indicou que 40% das propriedades havia sido adquiridas por compra, um percentual altíssimo considerando que se tratava de uma região de terras desocupadas até o início do século XIX. Para autora, “as perspectivas de expansão da fronteira econômica da região, ligada à expansão da cafeeira, ocasionou uma valorização e concentração das terras recém-ocupadas”¹⁶⁹, que foram mais tarde vendidas.

Helen Osório¹⁷⁰, ao analisar as formas de apropriação das terras no final do século XVIII no Rio Grande do Sul, constatou que passando poucos anos da fundação de Rio Grande e mesmo diante de uma política de doação de terras, as formas de acesso à terra que envolviam transações monetárias, como compra, arrematação e arrendamento, eram as predominantes¹⁷¹. Nesse caso específico, a monopolização territorial de algumas áreas mais seguras e/ou de maior qualidade, submeteu alguns grupos a condições de dependência ou gastos monetários para o acesso a terra. O que demonstra que mesmo em casos de fronteira aberta, esta não tem uma latitude indefinida, e no caso específico os “mercados de terra” se estabeleceram quando os riscos de ocupação e as dificuldades ainda não são completamente contornados.

¹⁶⁷ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.84.

¹⁶⁸ MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história...* Op. Cit.

¹⁶⁹ Ibidem. p.125.

¹⁷⁰ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...* Op. Cit. p.92-94

¹⁷¹ 34,8% dos proprietários recenseados em 1784, pela “*Relação de moradores que têm campos e animais no continente*” declaram a compra como forma de acesso a terra, 10% a posse. In: OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...* Op. Cit. p.93.

De modo geral, há uma série de trabalhos para o Rio Grande do Sul que reafirma a presença da compra como uma importante forma de aquisição de terras tanto em espaço de fronteira aberta com áreas devolutas como em regiões de ocupação antiga e fronteiras teoricamente fechadas.

Como já afirmamos no capítulo anterior, os registros paroquiais são como fotografias de um momento da apropriação de terras de um período imediatamente posterior à própria Lei. Seleccionamos alguns trabalhos para demonstrar a dinâmica da apropriação de terras na província que tratam de espaços com geografias, produção e históricos de apropriação diferentes. Essas diferenças ficam evidentes, por exemplo, na análise dos altos índices de posses declaradas em Cruz Alta, localizada no planalto e cujo processo de ocupação foi contemporâneo aos próprios registros que datam de 1854 e 1857. Entretanto, interessa-nos aqui os índices declarantes que informaram a compra como forma de apropriação. A compra foi a forma mais citada entre aqueles que notificaram a maneira como as terras foram adquiridas, exceto por Alegrete, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 5. Formas de apropriação nos registros Paroquiais de Terra – Alegrete, Taquari, Cruz Alta e Santana do Livramento

Forma de apropriação	Alegrete ¹ %	Taquari %	Cruz Alta %	Santana do Livramento %
Não declarada	52,8	56,3	9,7	21,5
Compra	16,5	18,7	37,9	27,3
Herança	24,1	16,4	7,8	26,3
Herança e Compra	3,52	3,7	0,1	1,0
Herança e Troca	0,2	0	0	0
Concessão	1,3	1,7	3,6	20,5
Arrematação	0,5	0,1	0,1	0
Posse	0,5	1,8	36,8	1,0
A favor	0,2	0	0	0
Troca	0	0,5	0,6	0,3
Posse e compra	0	0,3	0	0
Herança e posse	0	0,1	0	0

Fontes: ¹GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p.80.

Para Taquari, Cruz Alta e Santana do Livramento: CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. p.123-133.

Como já enunciamos, a existência de um grande número de declarações que afirma a compra como forma de aquisição nem sempre significa um indício de fechamento da fronteira agrícola das localidades¹⁷². Mas, então, como analisar essa forma de apropriação? Os estudos aos quais nos referimos ainda têm trabalhado nessa perspectiva que relaciona as compras às situações da fronteira. Talvez um estudo mais específico pudesse mostrar que as apropriações por compra envolviam também aspectos como as transmissões de patrimônio familiar, como os casos em que as transações ocorrem dentro do núcleo familiar e, também, envolviam as próprias posses, uma vez que os espaços eram apropriados e mais tarde vendidos.

Por outro lado, como compreender o sentido social da compra de terras depois de 1850? Autores como Márcia Motta e Hebe Mattos, ao proporem uma análise mais prática dos efeitos da Lei de Terra sobre os proprietários e possuidores, demonstram que o impacto mais profundo da lei sobre o mundo rural da segunda metade do século XIX esteve ligado ao recrudescimento da utilização e da legitimidade dos títulos de propriedades.

Segundo Hebe Mattos¹⁷³, até a emancipação do país, a política de constituição da propriedade fundiária baseava-se na concessão de sesmarias e nas ordenações filipinas. As ordenações consagravam “a posse como recurso legal para a obtenção de propriedade”, entretanto, a obtenção de títulos e documentos que sancionasse a propriedade “só se tornavam possíveis quando reconhecidas pelo conjunto das pessoas envolvidas nas transações, especialmente vizinhos na mesma região”¹⁷⁴. De modo que, o direito de posse e propriedade dependia das relações estabelecidas e do reconhecimento costumeiro sobre as terras.

A Lei de Terras estabelece um novo paradigma: as antigas práticas perdem a sua validade legal¹⁷⁵ e os títulos de propriedade tornam-se os únicos argumentos possíveis para os casos de contestação¹⁷⁶. De maneira que, além de ser uma forma de acesso à terra, a compra também pode ser vista pelo viés da produção do documento, do registro de compra e venda.

¹⁷² Graciela Garcia chama atenção para a análise do tipo de propriedade – chácaras.

¹⁷³ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio...* Op.Cit. p.74

¹⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁵ Segundo Hebe Mattos: “*Os títulos de propriedade nunca haviam sido, entretanto, uma garantia que se sobrepusesse às relações de poder para os proprietários de ‘situação’ [é possível generalizar para todos os casos em que o domínio econômico e político se sobrepunha aos interesses de pequenos produtores proprietários ou não]. Eles refletiam, antes, a face legal das práticas consensualmente respeitadas pelas elites agrárias e seus dependentes rurais. Essas práticas se construíam com base em relações pessoais, que não se desfaziam apenas pelo desmoronamento de seu suporte legal. De fato, o ‘império do título’ cria um instrumento eficaz, mas não suficiente para que começassem a se alterar as relações entre proprietários e não proprietários de terra no mundo rural*” In: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio...* Op. Cit. p.85.

¹⁷⁶ Sobre a crescente importância dada aos títulos de propriedade, especialmente para a resolução de conflitos envolvendo grandes proprietários de terra ver: MOTTA, Márcia. *Sesmaria e o mito da primeira ocupação*. Revista Justiça e História. N.7. 2004.

A autora demonstra como as cartas de sesmarias, mesmo que não tenham respeitado os prazos de demarcação, são utilizadas como formas de demarcar simbólica e legalmente a primeira ocupação dos espaços disputados.

Dizemos com isso, que talvez a busca por esses registros e transações tenha burocratizado e, com isso, simplificado pelo menos ao nível do papel, uma série de transações outrora aceitas e legitimadas por documentos, como os registros paroquiais de terra, como as posses, as trocas, os adiantamentos de herança, dotes etc.

O atual estado dos trabalhos no Brasil não nos permite avançar nas discussões sobre o mercado de terras e sua influência nas dinâmicas agrárias. A ênfase dos estudos do mundo rural, especialmente os da década de 1980, foi direcionada pelo interesse de compreender a sociedade para além do latifúndio escravista, da *plantation agroexportadora*. De forma que, a maior parte dos trabalhos privilegiou a análise do perfil fundiário, da produção e das formas de apropriação das terras¹⁷⁷, negligenciando a problemática sobre a sua circulação e a formação de um mercado de terras.

A carência de estudos sobre a circulação das terras, no nível de mercado, contrapõe-se com a quantidade de estudos sobre a mobilidade espacial no Brasil. A partir do desenvolvimento de temas como família e população, temos uma perspectiva bastante complexa sobre a mobilidade no Brasil escravista. Essa perspectiva afirma que, em um espaço de fronteiras agrárias em constante expansão, migrava-se no Brasil por inúmeras razões, mas era a propriedade/posse de terras, o estabelecimento de laços familiares e de reciprocidade que garantiam a estabilidade e a segurança de homens livres, escravos e libertos¹⁷⁸.

Ao tratar sobre o eventual acesso à terra dessa “população móvel” os trabalhos na maioria das vezes privilegiam aqueles casos em que o acesso foi dado pela posse ou arrendamento. Essas escolhas são motivadas por razões teóricas importantíssimas: as posses muitas vezes descortinadas por processos de contestação de propriedades e/ou por ordens de despejo revelam a dinâmica violenta dos conflitos fundiários no Brasil, desde o período colonial¹⁷⁹. Os arrendamentos, por outro lado, revelam as limitações do acesso à terra, a

¹⁷⁷ O artigo de Márcia Motta e Elione Guimarães apresenta algumas das mudanças e avanços da produção historiográfica brasileira sobre o mundo rural nos últimos 25 anos. Ver: GUIMARÃES, Elione; MOTTA, Márcia. *História Social da agricultura revisitada: fontes e metodologias de pesquisa*. Revista Diálogos. DHI/PPH/UEM, v.11, n.3. p. 95-117, 2007. Ver também: LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

¹⁷⁸ FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁷⁹ Graciela Garcia em, *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*, trata dos conflitos agrários na segunda metade do século XIX em Alegrete. A autora concentra-se na análise dos despejos de produtores não proprietários em terras alheias e no esfacelamento das práticas costumeiras em relação a propriedade a posse diante do novo panorama legal.

concentração dos meios de produção e as características de grupos sociais como os pequenos produtores¹⁸⁰.

Mas durante a segunda metade do século XIX, somente o estabelecimento de relações de dependência e os arrendamentos eram maneiras de acessar a terra pela população móvel¹⁸¹ ou também a compra era uma maneira de se estabelecer? Afinal, quem fazia parte desse mercado de terras? Qual o nível de impessoalidade estabelecido nessas transações? Quais eram os custos envolvidos na compra de terrenos em Santa Vitória do Palmar? E que tipos de propriedades eram negociados em uma área de produção pecuária?

No tópico seguinte desse capítulo trataremos de uma primeira análise sobre os custos da terra em Santa Vitória do Palmar, na seqüência analisaremos as transações de compra e venda e tentaremos responder algumas das questões propostas acima.

3.2 Os preços das terras em Santa Vitória do Palmar

Nos primeiros dois capítulos os inventários *post-mortem* foram utilizados como fontes para compreender a distribuição dos recursos em Santa Vitória do Palmar. Retomaremos a esta fonte para a análise dos preços da terra por duas razões: a primeira, pelas possibilidades de comparação com outros trabalhos que contabilizaram a evolução do preço da terra ao longo do século XIX utilizando também os inventários *post-mortem* e a segunda razão pela utilização posterior mais segura dos registros de compra e venda, uma vez que a análise dos inventários é capaz, no nosso entendimento, de confrontar e dar credibilidade aos valores apresentados nos livros tabelionais.

A crítica aos inventários *post-mortem* é determinada pela sua forma de produção, os momentos de avaliação dos bens dos inventariados são acompanhados por todos os herdeiros, as autoridades judiciais e por peritos que determinam a taxaço dos bens. Todos os envolvidos podem a qualquer momento contestar os valores atribuídos aos bens, mas como

¹⁸⁰ Sobre graus de autonomia e dependência entre agregados e proprietários em Alegrete, na primeira metade do oitocentos, FARINATTI, Luis A., *Confins Meridionais...* Op. Cit. p. 438-452. Sobre as práticas de arrendamento e suas mudanças na constituição jurídica e nas relações entre proprietários e arrendatários, na segunda metade do século XIX e início do século XX, no Rio Grande do Sul, ver: LEIPNITZ, Ginter Tlajja. *Entre contratos, direitos e conflitos. Arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

¹⁸¹ No caso entendido aqui como a população desprovida de vínculos.

ressalta Garavaglia¹⁸² a avaliação não era aleatória, e na maioria das vezes, refletia os preços de mercado, especialmente porque os peritos:

*“conocen al dedillo la economía rural práctica (se trata siempre de connotados productores agrarios de las proximidades), podemos considerar que estos precios de inventarios son los precios al pie de la “estância” y que expresan con relativa fidelidad las cambiantes condiciones económicas de la campaña”*¹⁸³

Por outro lado, os preços apresentados nos registros de compra e venda apresentam genericamente uma dupla problemática; primeiro, tratam-se de preços que nem sempre são formulados em condições de mercado e, segundo, como aponta Cristiano Christillino¹⁸⁴ sobre os registros incidiam impostos de transmissão e escritura de bens. Como o imposto era cobrado sobre o valor da propriedade, 6%, é possível que os preços registrados fossem contabilizados buscando reduzir os custos da burocracia, resultando em valores inferiores – esta hipótese ainda precisa ser contestada.

Dito isso, examinaremos, agora, o comportamento dos preços do hectare de terra em Santa Vitória do Palmar e também o preço das reses e dos escravos. Essas comparações são essenciais para a ilustração do peso econômico da terra na segunda metade do século XIX e também para demonstrar mudanças e percalços da conjuntura econômica do período.

Para a análise do preço da terra, foram utilizados 99 inventários e a avaliação de 136 registros de terras¹⁸⁵ (selecionamos apenas aqueles registros que continham entre as propriedades “campos”, excluindo, portanto, “matos” e “chácaras” cujos preços costumavam ser menores). Uma vez que o número de campos que apresenta a extensão exata das propriedades é reduzido, apenas 38,8%, conforme a tabela 11, foi decidido incorporar para a

¹⁸² GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Precios de los productos rurales y precios de la tierra en la campaña de Buenos Aires: 1750-1826*. Boletín del Instituto de Historia Agraria Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”. Tercera serie, nº11. 1º semestre 1995.

¹⁸³ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Precios de los productos rurales y precios de la tierra...* Op.Cit. p.66.

¹⁸⁴ CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império...* Op. Cit. p.201.

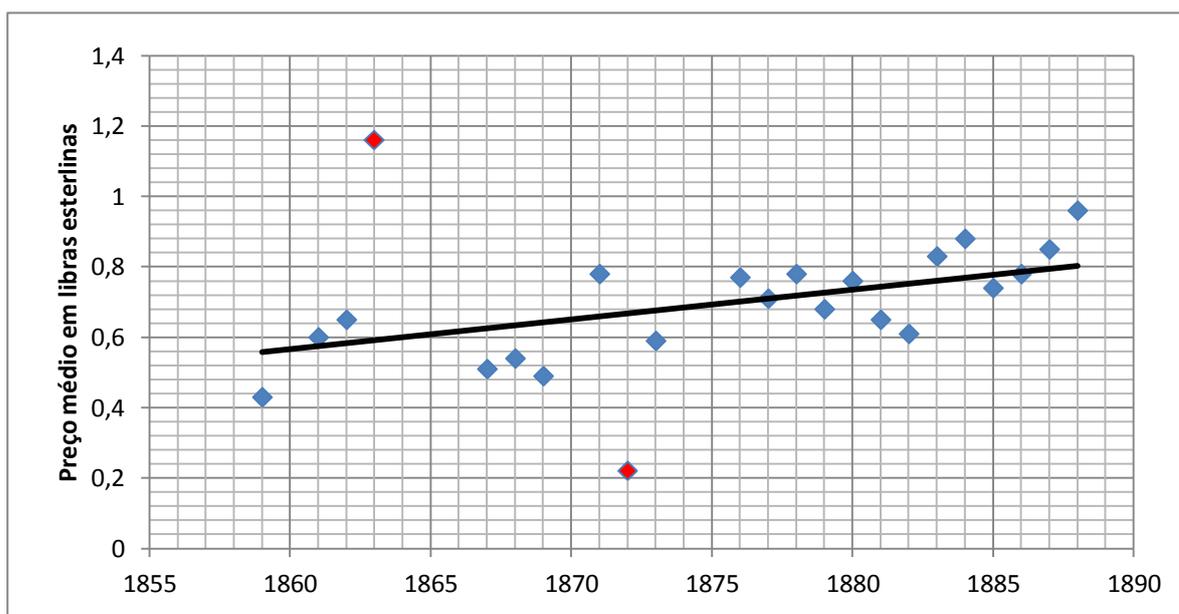
¹⁸⁵ O número total de registros foi de 145, mas foram excluídos 5, por possuírem extensão, mas não o seu valor. Outros 4 registros foram excluídos por razões estatísticas, esses apresentavam preços muito discrepantes das médias gerais. Os registros excluídos são: 1) “um campo junto a margem da lagoa” de propriedade de Delicaria Magdalena, de apenas 1,45 hectares, cujo hectare foi avaliado em 4,40£ - avaliado em 1882. 2) um campo comprado de João Damasceno localizado em Arroyto, com 1200 braças, cujo comprimento por ser desconhecido foi calculado em 6.600 metros, tal calculo resultou em hectares de terras avaliados em (comprimento é desconhecido, mas foi calculado em 6.600 metros, o resultado foi de hectare avaliado em 1,23£ - avaliado em 1883. 3) um campo também comprado de Janita de Oliveira Rodrigues, com 300 braças e ½ légua de fundo, cujo hectare foi avaliado em 1,97£ - avaliado em 1884. 4) um campo de Simão Faustino Correa, com 4495 braças de légua localizado na estância do Pastoreio, cujo hectare foi avaliado por 0,24£ - avaliado em 1886.

análise do preço também aqueles que possuíam apenas a extensão de frente (20%), supondo arbitrariamente que a extensão de fundo de todos eles fosse uma légua, ou 6.600 metros.

Conforme foi demonstrado no gráfico 10, no capítulo 2, os registros de campos não aparecem de maneira homogênea ao longo do recorte cronológico adotado. Em sete anos não há nenhum registro, em cinco deles porque não há de fato nenhum inventário e nos outros dois porque não se apresenta nenhuma informação sobre a extensão¹⁸⁶. Ademais, os anos de 1863 e 1872 apresentam apenas um registro¹⁸⁷.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do preço médio do hectare de campo em Santa Vitória do Palmar, cotado em libras¹⁸⁸. Como se percebe os anos de 1863 e 1872 são os que têm as maiores variações e divergem da tendência geral ascendente do preço da terra.

Gráfico 13. Evolução do preço médio (£) do hectare de terra, inventários *post-mortem*. Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.



Fonte: 99 inventários *post-mortem*, APERS, 136 registros de campo.

A análise por ano expõe claramente a tendência de aumento dos preços do hectare. Mas se propusermos uma análise mais geral, através da evolução dos preços ao longo das

¹⁸⁶ Os anos sem registros de preço são: 1858, 1860, 1864, 1865, 1870, 1874 e 1875.

¹⁸⁷ De modo que o ano de 1863 apresentou o segundo maior preço médio, o hectare de terra foi avaliado em 1,16 libras esterlinas ou 10\$217 mil réis, trata-se da única propriedade de Angélica Maria de Farias (Inventário *post-mortem* de Angélica Maria de Farias. Santa Vitória do Palmar. Órfãos e Ausentes. M.1. Auto 16. 1863), localizada na Estância Maria Gomes, nas intermediações da vila de Santa Vitória do Palmar, com 827,6 hectares. Por sua vez, o ano de 1872 apresentou a menor média encontrada, o hectare de terra foi avaliado em apenas 0,22 libras esterlinas ou 2\$125 mil réis. Trata-se de um campo localizado no Taim (Inventário *post-mortem* de João Francisco Calisto. Santa Vitória do Palmar. Órfãos e Ausentes. M. 3, Auto 55. 1872).

¹⁸⁸ O anexo 4 contém uma tabela com o preço médio anual.

décadas, perceberemos que a grande elevação dos preços ocorreu exatamente na década de 1870.

Quadro 8. Preço médio do hectare de campo por década.

	Número de registros	Média de preço do hectare Réis	Média de preço do hectare em Libras
1858-1868	12	6\$688	0,58
1869-1878	44	7\$618	0,75
1879-1888	80	9\$321	0,82

Fonte: 99 inventários post-mortem, APERS, 136 registros de campo.

Ao longo das três décadas analisadas, o preço médio do hectare de terra aumentou 45%, segundo a análise do preço em réis e 41% em libras. Graciela Garcia (2005), analisando a evolução dos preços do hectare de terra em Alegrete entre as décadas de 1830 e 1870, constatou um aumento de 777% do valor atribuído ao hectare de terra nos inventários *post-mortem*. Para a autora, essa valorização imensa não está ligada apenas às mudanças na economia da província e da pecuária, que incluíram durante o período a valorização dos animais vacuns, nem mesmo a um processo de mercantilização da terra em Alegrete, mas no caso específico a um processo em que a terra passou a *adquirir valor*¹⁸⁹. Lembrando que, durante a década de 1830, a apropriação de terras na fronteira oeste ainda podia ocorrer por formas não monetárias, mas essas possibilidades se esgotaram e o processo de mercantilização da terra intensificou-se resultando em um aumento abrupto de preço¹⁹⁰.

Em sua tese, Graciela Garcia¹⁹¹ estendeu a sua análise e também percebeu que a década de 1870 foi o ápice dessa valorização das terras, no caso de Alegrete entre a década de 1870 e 1880 houve até mesmo uma pequena redução do preço (valor médio na década de 70 era de £ 0,59 e em 1880 £ 0,57). Podemos perceber que também em Santa Vitória do Palmar houve uma redução na marcha da elevação dos preços entre uma década e outra.

As médias de preço apresentadas para Alegrete nas décadas de 1870 e 1880 são pelo menos 27% menores que as médias de Santa Vitória do Palmar, chegando a 43% na década de 1880. Essas diferenças, claramente, refletem as peculiaridades dos dois espaços. Embora os campos de Alegrete tenham sido considerados os melhores para a produção pecuária, o preço mais baixo pode ter sido determinado pela existência de uma maior quantidade de terras

¹⁸⁹ GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, trabalho e propriedade..* Op. Cit. p.110.

¹⁹⁰ Bem como um processo de redução do acesso à terra sem propriedade como já foi comentado e citado no capítulo anterior.

¹⁹¹ GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, trabalho e propriedade..* Op. Cit. p.112.

disponível e o perfil da estrutura fundiária muito mais latifundiária do que Santa Vitória do Palmar. De qualquer maneira, as comparações de preços de hectares de terras entre as diferentes regiões da província são complexas, especialmente, se retornamos a idéia de Hebe Matos¹⁹² que os mercados locais operam sobre lógicas próprias e que o nível de distribuição e concentração de riqueza em cada região é sensivelmente diferente.

Cristiano Christillino propôs-se a comparar a evolução do preço do hectare de terra em Cruz Alta, Santana do Livramento e Taquari entre os anos de 1850 e 1880¹⁹³. Como a preocupação do autor era compreender o movimento de concentração fundiária pelas elites locais e suas estratégias lícitas e ilícitas para esse fim, não houve uma discriminação mais clara dos preços encontrados nos inventários *post-mortem*, de modo que a média de preço de terras de campos e matos foram calculadas conjuntamente. Essa estratégia analítica impossibilita uma discussão mais afinada com os seus dados, por hora e apenas para fins informativos é interessante perceber a miríade de preços que existia na província. Em 1880, o preço médio do hectare de terra em Cruz Alta era de apenas 2\$352, quase 70% mais barato que a média no mesmo ano em Santa Vitória do Palmar, 8\$425.

A análise de preço médio de Santana do Livramento destaca a idéia de que a década e 1870 é um marco crítico da evolução dos preços da terra pelo menos na campanha do Rio Grande do Sul. A média de preço encontrada para os anos de 1860 e 1865 naquela localidade foram, respectivamente 1\$679 (£ 0,18) e 3\$604 (£ 0,37); em meados da década em 1875 o preço médio apresentado passou a ser 6\$313 (£ 0,71). Quer dizer, no intervalo de dez anos houve um aumento de quase 300%.

Ao comparar os preços de Santa Vitória do Palmar nos anos de 1861 e 1876 (não há registros para os anos de 1860 e 1875) percebe-se que a elevação não foi tão abrupta como em Santana do Livramento, no mesmo intervalo de tempo o aumento foi dez vezes menor, 30%. O que talvez justifique esses números é o mesmo esquema explicativo sobre antiguidade da ocupação, com uma ocupação que remetia do século XVIII e um espaço geograficamente sem áreas para expansão¹⁹⁴ é provável que, as áreas já estivessem na metade do século totalmente monopolizadas e, portanto, já bastante valorizadas economicamente.

O que queremos dizer quando falamos em preços altos? Quais referências balizam tal afirmação? Nossa principal referência é a própria evolução dos preços da produção pecuária no Rio Grande do Sul. Ainda que não existam séries estatísticas compiladas sobre a produção

¹⁹² MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história...* Op.Cit. p.121.

¹⁹³ CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império...* Op.Cit. p.199-201.

¹⁹⁴ Como as áreas de pastagens de Santa Vitória do Palmar ficam entre as duas lagoas, a frente das propriedades costumava ser as próprias alagadas, de modo que, a expansão só era possível para dentro do território.

local, um aspecto parece correto, a economia sul-rio-grandense na segunda metade do século XIX sofria algumas modificações e percalços¹⁹⁵ e estes influenciavam tanto no preço dos produtos agropastoris como da terra.

A indústria charqueadora, principal destino da pecuária, teve um desenvolvimento irregular que resultou na sua decadência na década de 1880. Além dos problemas naturais, como secas e epizootias¹⁹⁶, também os aspectos como guerras e conflitos diplomáticos com o Uruguai afetaram essa indústria, a partir da restrição do contrabando dos animais vindos da região norte do estado Oriental e de um controle mais rígido sobre as propriedades e os proprietários brasileiros localizados na fronteira¹⁹⁷.

De modo geral, já foi constatado que os tamanhos médios dos rebanhos da província também sofreram uma diminuição¹⁹⁸; como já apontado aqui, em Santa Vitória do Palmar, em apenas três décadas a média de animais vacuns por produtor diminuiu 52%. Em contrapartida a essa redução, os preços dos animais vacuns aumentaram até o fim da década de 1880, sofrendo apenas uma acentuada queda entre os anos de 1865 e 1870. No quadro e no gráfico, podemos ver a evolução do preço médio da cabeça de animal vacum inventariado em Santa Vitória do Palmar¹⁹⁹:

¹⁹⁵ Além das mudanças no nível local, a segunda metade do século XIX é também um momento de avanço modernização rural na região platina. Áreas como sul do Uruguai e a região da campanha de Buenos Aires iniciaram um processo de desenvolvimento do capitalismo sobre a produção agropecuária que resultou num forte aumento da produção de animais vacuns e, principalmente, ovinos. O desenvolvimento “*capitalismo agrário*” também se deu pela incorporação de novos mercados europeus, recebimento de imigrantes e no caso da Argentina expansão da fronteira agrária rumo a patagônia. Ver: GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge. *Capitalismo agrário em la frontera. Buenos Aires y la región pampeana en el siglo XIX*. Revista Historia Agraria. n.29. 2003. p.105-121.

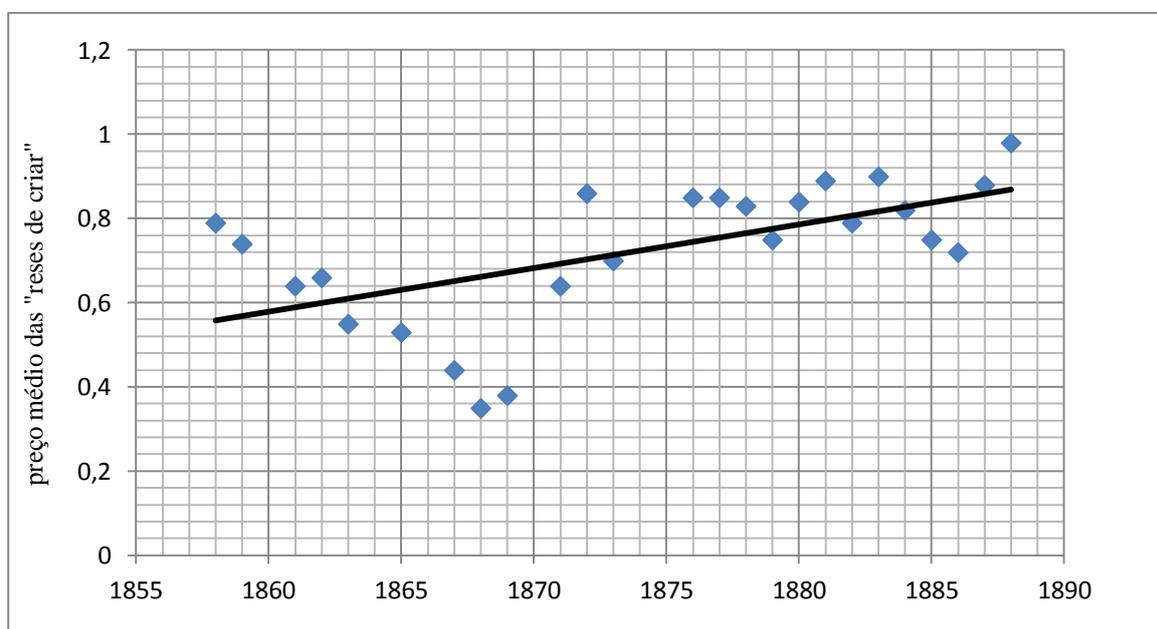
¹⁹⁶ Ver: ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno..* Op. Cit. p.232-233. FARINATTI, Luis A. Ebling. *Confins Meridionais...* Op.Cit. p.115-122.

¹⁹⁷ VARGAS, Jonas Moreira. “*Um olho no atlântico, outro na fronteira*”. *Os charqueadores de Pelotas, o comércio de carne-seca e suas propriedades na fronteira com o Uruguai (século XIX)*. Clío – Revista de Pesquisa histórica. N. 30.2 UFPE, 2012.

¹⁹⁸ Concomitante a esse processo de redução dos rebanhos, iniciou-se no Rio Grande do Sul, especialmente ao longo da década de 1870 um lento processo de modernização da pecuária, com a inclusão de novas raças, aumento da produção ovina, mas, ao que parece, as novas exigências da produção pecuária (exigências essas mais avançadas no espaço platino) não resultou numa desvalorização do preço dos animais comercializados. Ver: ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno..* Op.Cit. p.259-268; BELL, Stephen. *Campanha gaúcha. A brazilian ranching system, 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1998, p.99-136.

¹⁹⁹ O anexo 3 contém um tabela com preço médio anual cotado em libras e réis.

Gráfico 14. Evolução do preço médio (£) do animal vacim, inventários *post-mortem*. Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.



Fonte: Inventários *post-mortem*. APERGS.

Quadro 9. Preço médio do animal *vacum* por década, inventário *post-mortem*. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.

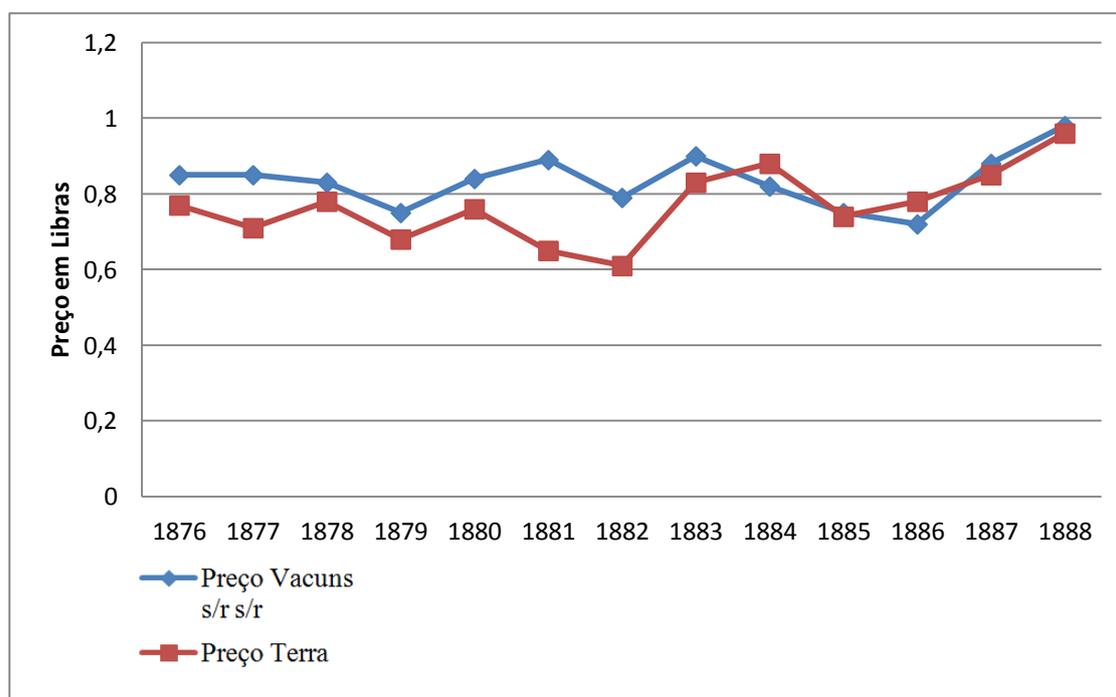
	Média de preço da res em Réis	Média de preço da res em Libras
1858-1869	5\$649	0,56
1870-1879	7\$718	0,78
1880-1888	9\$446	0,84

Fonte: Inventários *post-mortem*. APERGS.

Entre os anos de 1858 e 1888 houve um aumento de 50% no preço das “reses de criar”, tal aumento concretiza-se especialmente ao longo da década de 1870. Não estão claras as razões para o declínio tão acentuado dos preços na segunda metade da década de 1860. Segundo Corsetti (in Zarth, 2002, pg. 233) a exportação de charque em 1868 chegou a 2.910.545 arrobas e, ao longo do século, nunca mais alcançou essa marca, de modo que os preços baixos podem ter sido resultados de um momento de superprodução.

No gráfico, é possível analisar, concomitantemente, o preço o dos animais vacuns e da terra (nos anos em que há registros nas duas séries):

Gráfico 15. Evolução do preço médio (£) das terras e animais vacuns, inventários *post-mortem*. Santa Vitória do Palmar, 1858-1888.



Fonte. Inventários *post-mortem*. APERGS.

Ao analisar os preços dos produtos agrários rurais e da terra na campanha de Buenos Aires entre os anos de 1750 e 1826, Garavaglia²⁰⁰ notou a íntima relação entre os preços dos bois e vacas de cria e dos preços das terras, mesmo quando a fronteira agrária da região expandia-se e ainda havia oferta de terras sem a necessidade de pagamento monetário. Estudos econômicos clássicos defendem que essa concordância de preços só poderia ser estabelecida em condições de mercado. Dado o conhecimento sobre as transações de terra sobre aquele espaço e as condições/determinações sociais, Garavaglia refuta a idéia de mercado perfeito ou das supostas condições de mercado e defende que havia um mercado imperfeito²⁰¹ da terra, e este condicionou, em alguns períodos, a íntima relação entre os preços da terra e dos produtos agropecuários²⁰².

Em um momento em que somente a compra possibilitava o acesso à terra, a relação entre preço da terra e preço das reses de criar, produto primeiro da economia pastoril, foi bem mais constante em Santa Vitória do Palmar do que na realidade colonial de Buenos Aires. É

²⁰⁰ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Precios de los productos rurales y precios de la tierra en la campaña de Buenos Aires: 1750-1826*. Boletín del Instituto de Historia Agraria Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”. Tercera serie, n°11. 1° semestre 1995.

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Ao longo das séries organizadas por Garavaglia (1995) há um momento de grande elevação do preço dos produtos agrários especialmente entre os anos de 1806-1813 que não é acompanhado pelo preço das terras.

incrível a concordância de preço entre o hectare de terra e a cabeça de animal vacum, durante a década de 1880 especialmente pelo grande peso monetário. Graciela Garcia constatou que 1830 os hectares em Alegrete eram ainda mais baratos que os animais ovinos, o menos custoso entre os animais de criação²⁰³.

Relacionar o preço da terra a um único fator é tarefa impossível; sabemos que por suas características, “a terra é um fator produtivo imóvel, durável e não reproduzível” e a formação de seu preço faz parte de um cálculo complexo que opera com fatores como, a expectativa dos agentes sobre seus produtos, localização, tamanho, regulação econômica, políticas estatais, aspectos culturais, modelos econômicos e também as condições do mercado de produtos agrícolas.

De modo que, a aparente concordância na evolução dos preços dos hectares de terra e dos animais vacuns é *apenas um dos fatores* do complexo cálculo de formação do preço da terra, mas é um aspecto que precisa ser aprofundado também por outros trabalhos. Afinal, considerar que apenas as mudanças burocráticas resultantes da Lei de Terras e o fim do tráfico teriam contribuído exclusivamente para elevação dos custos da terra em todo o território nacional pode simplificar excessivamente o processo e a análise dos mercados locais²⁰⁴.

Ao que parece ao longo do século XIX seguido de um substantivo aumento populacional, houve um processo de elevação dos preços em todos os setores. Os dados sobre inflação no século XIX, que poderiam clarificar esses aumentos, são confusos e praticamente inexistentes. Passamos, então, a análise dos registros de compra e venda em Santa Vitória do Palmar, procurando identificar as características locais do preço da terra e os seus agentes.

3.3. O mercado de terras na historiografia brasileira e argentina

Ao contrário da história agrária argentina, os estudos no Brasil que utilizam registros de compra e venda de maneira serial para a análise do mercado de terras no século XIX são inexistentes. Os trabalhos produzidos no país têm se preocupado fundamentalmente em

²⁰³ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra...* Op.Cit. p.145.

²⁰⁴ Hebe Mattos em *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo* (1987) já havia alertado que a tendência a crescente capitalização da terra durante a crise do trabalho escravo, proposta por José de Souza Martins, não pode ser generalizado para todos os espaços agrários no final do século XIX. “*Em áreas de produção praticamente estacionária, com camadas altamente dependentes do trabalho escravo, como Capivary, os efeitos da crise de mão de obra local vão se refletir exatamente numa desvalorização da propriedade da terra. Se não uma desvalorização formal, tendo em vista que o preço por hectare se mantém, pelo menos uma desvalorização real, diante da impossibilidade de realização das transações com áreas de maior culto. (...) o mercado de terras que se amplia na região consiste, portanto, num mercado de terra de trabalho reflexo da crise da agricultura escravista local que tardiamente tenta efetivar o monopólio de classe sobre a terra.*”

compreender a dinâmica das redes familiares e sociais *através* do mercado de terras²⁰⁵. Destacam-se nesses trabalhos aqueles que tratam do século XVIII e as políticas do Antigo Regime nos Trópicos, como é o caso do trabalho de Manoela Pedroza²⁰⁶, a partir da análise das transações envolvendo terra, créditos, a autora defende que a manutenção do poder pela elite local passou pelo controle do mercado de terra e estratégias de transmissão dos bens. No seu entendimento, o mercado de terras e os próprios investimentos financeiros produziam um mercado imperfeito que se compunha de “relações socioeconômicas personalizadas, sobreposição de vínculos de dependência material e moral, redes clientelísticas, informações privilegiadas e apadrinhamento estratégicos”.

Outra abordagem que parece se estabelecer na historiografia local é aquela que incorpora a análise do mercado de terra a compreensão da dinâmica de apropriação e transmissão. Este é o caso do trabalho de Gustavo Lhemos²⁰⁷ sobre o papel das transmissões familiares e do mercado de terra em Guarapiranga, em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX. O autor utiliza os registros paroquiais de terra que declaram a compra como forma de apropriação para mapear as “lógicas familísticas” dessas compras. Lhemos procura compreender as motivações das transações do mercado de terra e defende que a ideia de lógica familiar que:

pressupõe a capacidade das famílias em gerir seus recursos materiais e, assim, conferir estabilidade socioeconômica ao grupo que compõem, seria mesmo lícito pensar que as ações provenientes de processos familiares “invadiam” outras instituições ou instâncias – como o mercado de terras – e sobre elas lançava o seu poder de decisão. (p.10)

Nota-se que os trabalhos a que nos referimos e que refletem a incipiente produção brasileira dialogam especialmente com a produção de Giovanni Levi em seu trabalho *A herança imaterial*²⁰⁸. Eles compreendem a *priori* que tratam-se de mercados de terras imperfeitos e buscam compreender os seus funcionamentos. Embora o principal aspecto do modelo defendido por Giovanni Levi seja a defesa de que a característica que determinam a

²⁰⁵ Para alguns desses trabalhos os registros de compra e venda de terras nem fazem parte do conjunto das fontes. Inventários post-mortem, contendo registros de compra e declarações de dívidas ativas e passivas costumam ser as principais fontes.

²⁰⁶ PEDROZA, Manoela. *Passa-se uma engenhoca ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XVIII e XIX)*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 26, p. 241-266. Jan/jun 2010.

²⁰⁷ LHEMOS, Gustavo. *Pessoal e imperfeito: um análise do mercado de terras sob ótica das relações familiares. Guarapiranga, primeira metade do século XIX*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, Diamantina – MG, Demografia, história, economia e política públicas, 2012.

²⁰⁸ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

personalidade dos mercados é a forma “*como se compra, e não de quem se compra*”²⁰⁹, os trabalhos que citamos não trabalham sistematicamente com preços ou formas de pagamento.

Na análise dos registros de compra e venda de Santa Vitória do Palmar, são raros os casos em que não foi declarado o pagamento em dinheiro, se essa preponderância monetária nas transações era verídica ou ficcional é impossível comprovar. O fato é que nessa análise que propomos, o preço é uma variável importante para a análise da personalidade, assim como os vínculos entre compradores e vendedores.

De modo geral, a historiografia argentina tem produzido trabalhos através de duas perspectivas sobre a questão do mercado de terras²¹⁰; a primeira, estritamente econômicas sobre o comércio procurando analisar os preços, o volume de transações, produção e vinculação das áreas ao mercado internacional e, a segunda, sobre uma perspectiva micro-histórica reconstruindo redes sociais e familiares defendendo a idéia proposta por Giovanni Levi, em *A herança imaterial*, de que é impossível compreender o funcionamento do mercado de terras somente como resultado de transações puramente mercantis.

Interessa-nos, aqui, especialmente aqueles trabalhos preocupados com as dimensões estatísticas e a compreensão do perfil do mercado de terra como é o caso dos trabalhos de Luis Tognetti e Guilherme Banzato²¹¹. Ambos os trabalhos têm como recorte cronológico a segunda metade do século XIX e tratam de regiões com históricos e produções bastantes diferenciadas. Tognetti (2013) analisa o mercado de Córbona e Guillermo Banzato (2009) faz uma comparação com os mercados de Junin (ao norte do território argentino com grande concentração de população indígena e produção pouco articulada aos portos exportadores) e Chascomús (linha de fronteira da província de Buenos Aires que ao longo do período incorpora-se como importante zona de criação pecuária). Os trabalhos analisados tratam, pelo menos tangencialmente, de um problema claro da historiografia argentina, sem correspondente imediato na região sul do Rio Grande do Sul, que é a venda das terras públicas em zonas de expansão – esse problema remete aos primórdios das discussões sobre o mercado

²⁰⁹ Ibidem. p.151.

²¹⁰ Para uma revisão bibliográfica preocupada com a produção argentina ver: BANZATO, G.; BARCOS, M.F.; D'AGOSTINO, V. *Problemas, métodos y abordajes teóricos en torno al mercado de tierras. La campaña bonaerense entre los siglos XVIII y XIX*. In: II Jornadas Interdisciplinarias de Investigaciones Regionales, Mendoza, Argentina, 2011.

²¹¹ BANZATO, Guillermo. *La formación del mercado de tierras durante la expansión de la frontera bonaerense. Chascomús y Junín, 1860-1890*. Trabajos y Comunicaciones, n. 35. In: Memoria Académica, 2009 p. 255-277.

TOGNETTI, Luis Alberto. *La conformación del mercado, la evolución de los precios y los efectos de la privatización de la tierra pública durante la expansión de la frontera en el sureste cordobés*. Trabajos y Comunicaciones, n. 35. In: Memoria Académica, 2009, p. 233-254

TOGNETTI, Luis Alberto. *Mercado de tierras en un espacio agrícola tardío de la región pampeana argentina, fines del siglo XIX comienzos de XX*. XIV Congreso Internacional de Historia Agraria. Badajoz, Espanha, 2013.

de terras na Argentina, ainda nos anos de 1970, em que se supunha que o comércio de terras públicas inibia o mercado privado.

De modo geral, os trabalhos sobre o mercado de terras na segunda metade do XIX têm confirmando o padrão já apresentado tantas vezes ao longo do presente trabalho, de que o período foi um momento de fragmentação da propriedade e de valorização econômica da terra. A análise serial das transações analisadas por Tognetti e Banzato demonstra que os preços médios dos hectares negociados tiveram uma tendência de elevação, ao passo que o tamanho médio das propriedades negociadas apresentaram tendência oposta.

O diálogo com esses trabalhos aprofundar-se-á à medida que desenvolvamos propriamente a análise dos dados sobre os registros de compra e venda em Santa Vitória do Palmar, como se segue.

3.3.1 Os registros de compra e venda em Santa Vitória do Palmar.

Computamos todos os registros rurais de Santa Vitória do Palmar entre os anos de 1858 e 1888. Os registros constam em 29 livros de notas, depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, dos quais os primeiros 5 eram pertencentes ao município de Rio Grande e o restante, a partir do ano de 1875, pertencentes à vila de Santa Vitória do Palmar.

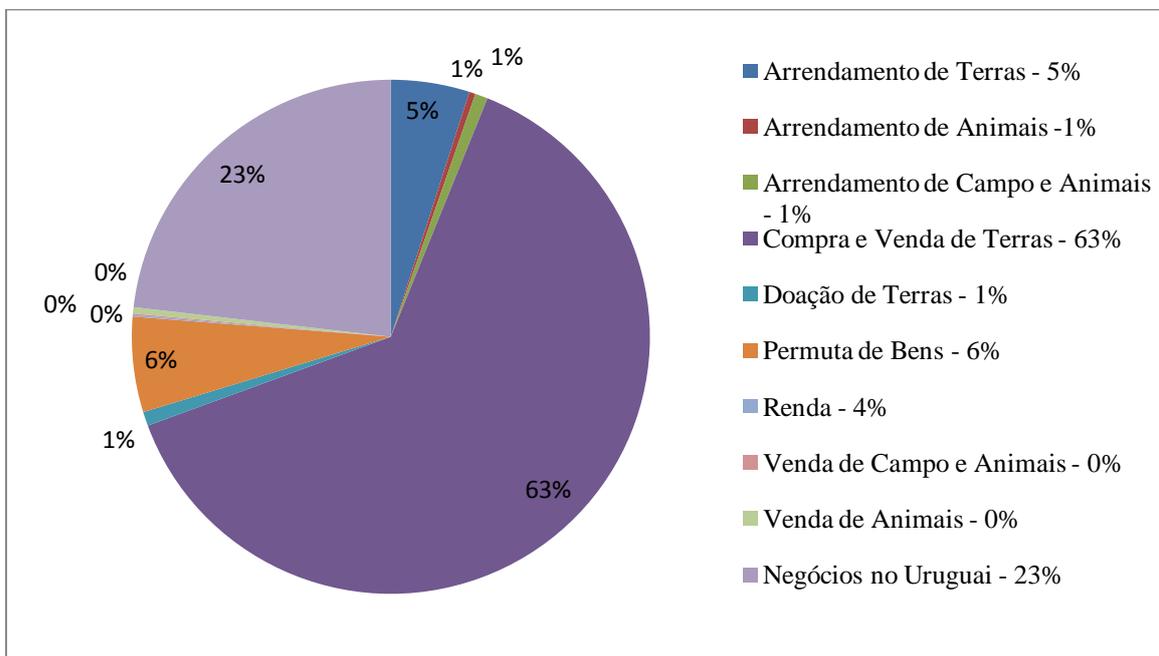
Contabilizamos um total de 1019 registros rurais, considerando como registros rurais aqueles contratos de compra e venda de terras e animais, os contratos de permutas que incluíssem apenas propriedades rurais, arrendamentos de terras e animais e doações de terras. Inclui-se nesse montante, também, os registros rurais envolvendo bens no Uruguai. Constam com alguma regularidade nesses contratos além das informações sobre os bens, informações como “dia, mês e ano em que haviam sido feitas; declaração da cidade, vila, lugar e casa e que foram lavradas; declaração do tabelião de que conhecia as partes e as testemunhas que assinariam o instrumento e havia lido o contrato depois de o ter escrito.”²¹²

Os registros de compra e venda são preponderantes em relação ao total de registros analisados, 63%. Os gráficos, a seguir, expõem a composição dos registros.

²¹² GUIMARAES, Elione; LACERA, Antonio H. D. Escrituras públicas e livros de notas. In: MOTTA, Márcia; GUIMARAES, Elione. (orgs.) *Propriedades e disputas: fontes para história do oitocentos*. Niterói: EDUFF, 2011. p.49.

O mesmo texto traz informações sobre utilização e tipologia dos contratos presentes nos livros de notas.

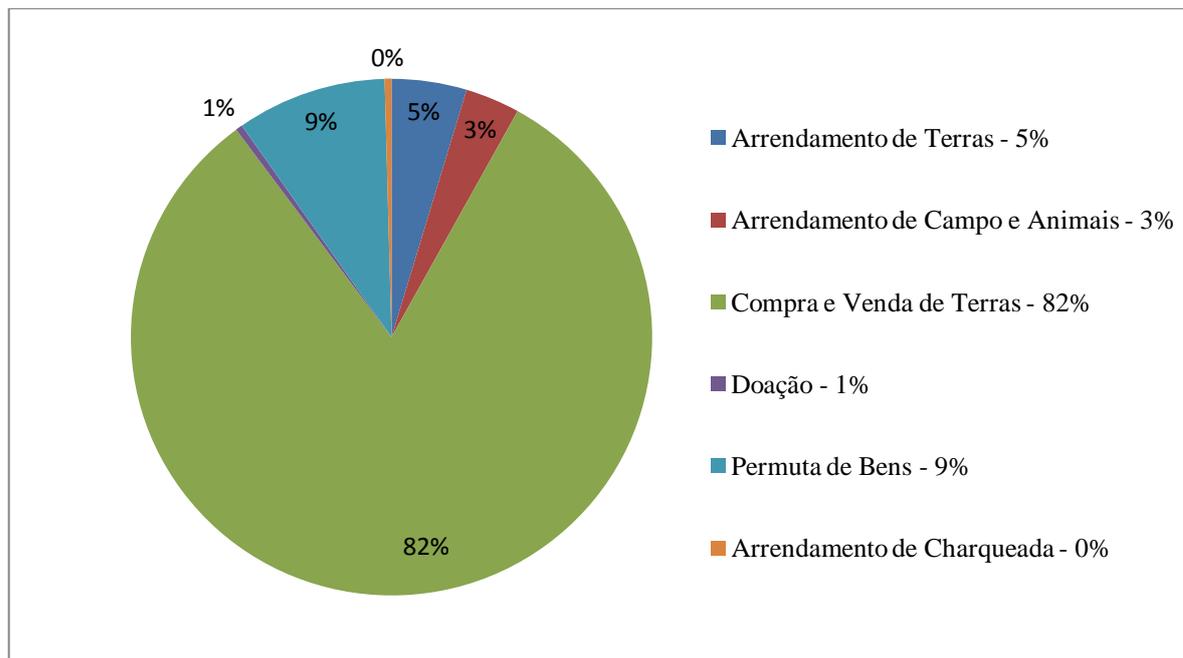
Gráfico 16. Negócios Rurais em Santa Vitória do Palmar, registros tabelionais, 1858 – 1888.



Fonte: 1019 registros tabelionais. Livros de Transmissões e Notas, Registros Diversos. Santa Vitória do Palmar. APERS.

Como se percebe quase um quarto dos contratos registrados em Santa Vitória do Palmar refere-se a negócios envolvendo bens no Uruguai, majoritariamente os contratos tratam de bens situados no antigo departamentos de Maldonado, que até 1880 compreendia os atuais departamentos de Rocha, Maldonado e Lavalleja. O gráfico abaixo ilustra também a composição desses contratos:

Gráfico 17. Negócios Rurais no Uruguai, registros tabelionais, 1858 – 1888.

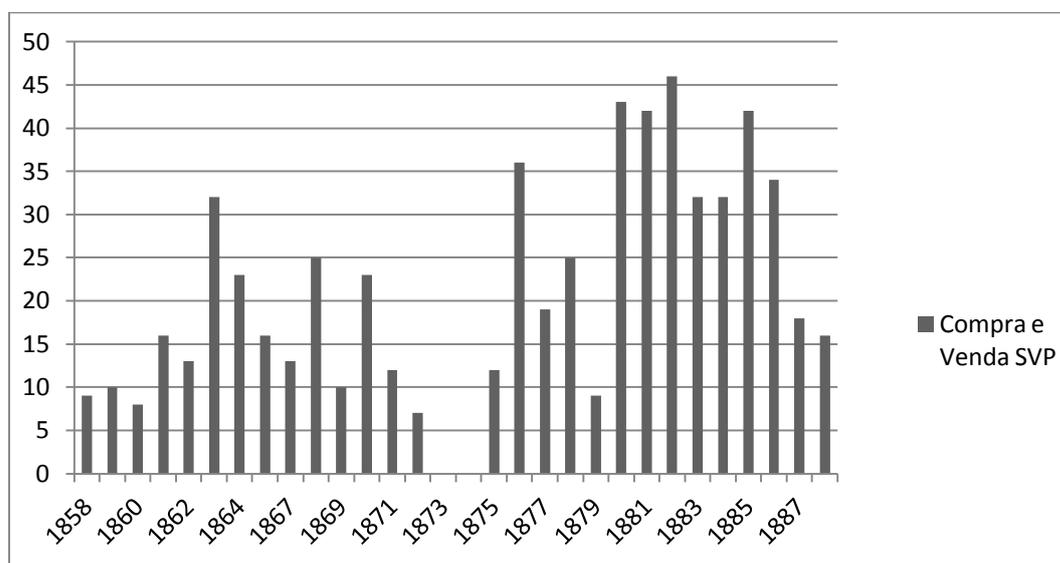


Fonte: 236 registros tabelionais. Livros de Transmissões e Notas, Registros Diversos. Santa Vitória do Palmar. APERS.

A análise dos registros de arrendamento, permutas e doações será feita aqui apenas de maneira tangencial e qualitativa. O corpo documental desse capítulo compõe-se, exclusivamente, dos registros de compra e venda de terras (633 registros incluindo bens em Santa Vitória e 203 envolvendo bens no Uruguai). Aos registros de compra e venda incluímos também aqueles que comercializavam conjuntamente terras, construções e benfeitorias rurais (11% do total de registros de Santa Vitória do Palmar).

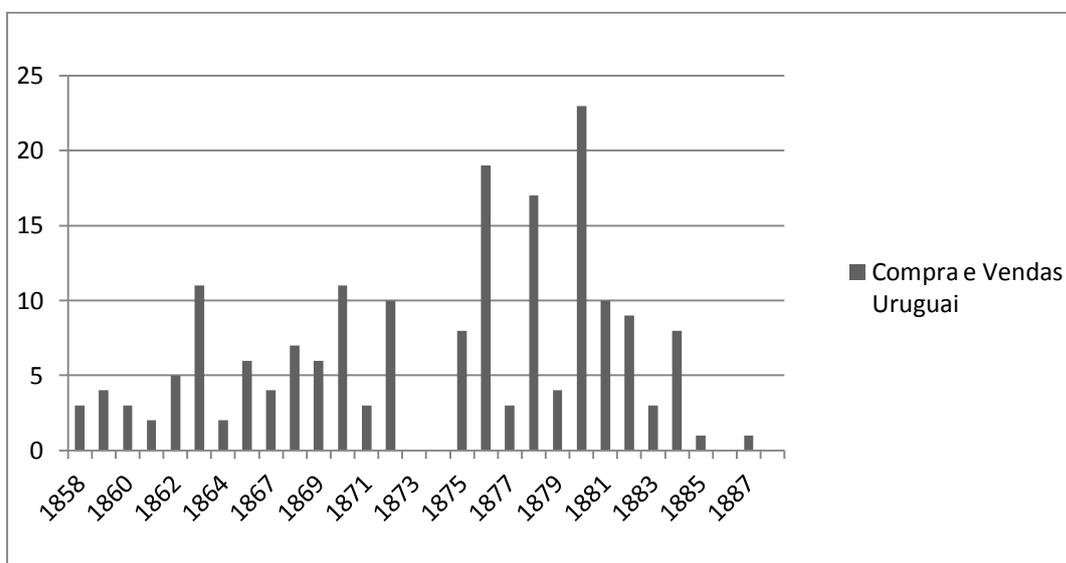
Antes de iniciar a análise mais específica sobre os registros de compra e venda de propriedades em Santa Vitória do Palmar e no Uruguai, é necessário ilustrar a sua evolução dos registros ao longo do período.

Gráfico 18. Volume anual de transações de compra e venda envolvendo bens em Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.



Fonte: 636 registros de compra e venda. Livros de Transmissões e Notas, Registros Diversos. Santa Vitória do Palmar. APERS.

Gráfico 19. Volume anual de transações de compra e venda envolvendo bens no Uruguai, 1858 – 1888.



Fonte: 636 registros de compra e venda. Livros de Transmissões e Notas, Registros Diversos. Santa Vitória do Palmar. APERS.

O gráfico 18 apresenta uma tendência ascendente durante a década 1880 no volume de compras e vendas efetuadas em Santa Vitória do Palmar. De fato, 48% dos registros foram efetuados nesse período. Percebe-se que uma das características da evolução do volume de compras e vendas é a existência de fortes oscilações, apresentando picos de transações como

os anos de 1863, 1868, 1876 e 1886, seguidos de quedas consideráveis²¹³. As razões dessas oscilações ainda precisam ser esclarecidas, uma hipótese que precisa ser comprovada é a relação entre o número de inventários por ano e, portanto, de novos bens ou “frações” de imóveis que “entram” no mercado e o reflexo no volume de transações seja no próprio ano de abertura do processo de partilha, seja no ano posterior.

Quanto aos registros de compra envolvendo bens no Uruguai, o seu volume parece demonstrar claramente a situação de fronteira de Santa Vitória do Palmar. As razões para a tendência à redução no volume de transações efetuadas durante a década de 1880 ainda não estão claras, mas é possível tomar como hipótese que, assim como no Brasil, as mudanças institucionais e burocráticas afetaram as transações no país vizinho. Uma vez promulgado o Código Rural, apresentado pela primeira vez em 1875 e uma nova versão adaptada em 1879, tornou-se obrigatório a produção de títulos, a partir de processos de medição e demarcação, o que de certa forma tornou mais cara a propriedade da terra. Por outro lado, a expansão dos cercamentos tornou necessária a incorporação de outros capitais na compra das terras²¹⁴.

Um pouco mais de um terço das transações de compra e venda de terras no Uruguai foram feitas durante a segunda metade da década de 1870. Trata-se de um momento de recuperação da produção pecuária, que se reestruturava da desestabilização ocasionada pelas lutas internas, como *La revolucion de 1870*, de secas prolongadas, epidemias de epizootias ovinas e bovinas, além da redução das exportações decorrentes da crise conjuntural do capitalismo em 1873 e da situação de bancarrota do Estado uruguaio²¹⁵. É, portanto, um momento de relativo otimismo, que se revela no volume de transações envolvendo a compra de terras.

Ainda que esse momento tenha concentrado uma parcela significativa do volume das transações de compra e venda no Uruguai, a década de 1860 é proporcionalmente mais relevante e demonstra a continuidade do processo que teve seu início na década de 1850, quando o Império brasileiro assinou os acordos de fronteira e interviu para resolução dos conflitos da Guerra Grande. As ações brasileiras resultaram na aceitação do livre trânsito de gado na fronteira e na desobrigação dos brasileiros de cederem suas propriedades para guerra. Segundo Suzana Souza e Fabrício Prado, esses “tratados acabaram por criar condições legais para que os estancieiros de Rio Grande continuassem a utilizar a região do norte do Rio Negro

²¹³ Os livros de Transmissão e Notas dos anos de 1873 e 1874, segundo o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul estão desaparecidos.

²¹⁴ BARRAN, José P.; NAHUM, Benjamin. *História Rural del Uruguay Moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1867

²¹⁵ Ibidem. p.247

como internada de gado para as charqueadas gaúchas”²¹⁶, acentuando a expansão agrária naquela direção a tal ponto que estima-se que “os rio-grandenses possuíssem cerca de 30% do território oriental em 1857”²¹⁷.

É importante ressaltar que os departamentos contíguos a Santa Vitória do Palmar, onde se desenvolviam os negócios, basicamente o antigo departamento de Maldonado, não era exatamente a área de maior concentração de investimentos brasileiros no Uruguai. Em 1850 segundo dados oficiais do Governo Imperial e reproduzidos em 1857 pelo diplomata Andres Lamas, havia:

*Sobre la frontera del Chuy y San Miguel, 36 estancias con 342 leguas cuadradas. Sobre la frontera del Cuareim, 161 estancias con 381 leguas cuadradas. Al sud del Arapey, 77 estancias con 227 leguas cuadradas. Y sobre las fronteras de Yaguarón y Bagé, 154 estancias con 832 1/2 leguas. Resulta de esos datos, que los brasileiros ocupaban con sus crías de ganados en los territorios orientales de la frontera, una superficie de 1.782 y 1/2 leguas cuadradas, divididas en 428 estancias*²¹⁸.

Estamos tratando de um mercado “marginal” já que a concentração dos investimentos brasileiros localizava-se a oeste do Uruguai, na região adjacente a fronteira seca e em direção ao centro do território. Segundo Alex Borucki, Karla Chagas e Natalia Stalla²¹⁹, havia variações sócio-econômicas entre as comunidades fronteiriças, que também podem ser explicadas pela antiguidade da ocupação:

Los partidos del sur de Rocha y Minas se vinculaban al antiguo avance poblador sujeto a jurisdicción de San Francisco de Maldonado, el cual había sido impulsado hacia fines del siglo XVIII para defender la frontera atlántica. En cambio, el poblamiento de Cerro Largo y más aún de Tacuarembó, remiten a la formación social de una frontera más reciente. La Villa de San Fructuoso Tacuarembó se fundó en 1832, mientras que los pueblos de Maldonado se habían establecido durante el virreinato. Asimismo, la dinámica poblacional configuró espacios fronterizos de diferentes caracteres. El entramado social del sur de Minas y Rocha probablemente se emergió de la ganadería y la agricultura actividades comunes a la economía rioplatense, mientras que la situación al norte del Río Negro y el Olimar, se configuró en torno a una economía eminentemente pecuaria, vinculada a la expansión de la charqueada de Río

²¹⁶ SOUZA, Susana B; PRADO, Fabricio. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. EDUFRGS, 2004, p.132.

²¹⁷ *Ibidem*, p.133.

²¹⁸ BARRAN, José P.; NAHUM, Benjamin. *História Rural del Uruguay Moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. p.25.

²¹⁹ BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla, STALLA, Natalia. *Esclavitud y Trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*. Montevideo: Mastergraf, 2004. p.161.

*Grande. De este modo, la frontera norte y noroeste fue más intensamente afectada por el avance poblador luso-brasileño y la pecuara riograndese*²²⁰.

Tal argumento confirma-se com a análise dos censos de 1888 apresentados por Suzana Souza e Fabrício Prado. Segundo o censo, no departamento de Riveira 82% das propriedades rurais pertenciam a brasileiros, “em Artigas e Cerro Largo, respectivamente, 68% e 64% dos proprietários eram rio-grandenses. Em Salto e Taquarembó encontramos 52,5% e 55,% das estâncias propriedades de brasileiros.” Nos departamentos de Treinta y Tres e Rocha, próximos e adjacentes a Santa Vitória do Palmar, apenas “um quarto dos proprietários eram de origem rio-grandense”²²¹.

3.4.1 Constituição dos registros de compra e venda: informações sobre extensão e localização

A análise dos inventários *post-mortem* havia esclarecido que a presença de informações básicas como a extensão e a localização das propriedades de Santa Vitória do Palmar não era uma realidade nos documentos judiciais, mesmo na segunda metade do século XIX. Essas ausências foram entendidas, também por outros autores, como mais do que simples falhas na produção dos documentos, mas como reflexo do dificultoso processo de regulamentação das terras pós 1850 e, também, como parte das estratégias de perpetuação das imprecisões articulada por proprietários para o melhor manejo das áreas dominadas.

Diante da ínfima quantidade de processos abertos para a demarcação e medição das propriedades, não é surpreendente que a situação de imprecisão sobre as terras de Santa Vitória do Palmar²²² também se verifique nos registros de compra e venda. Ainda que se percebam alguns avanços significativos no grau das informações, por exemplo, 35% dos registros de compra e vendas declararam lindeiros, no conjunto dos mais de 140 inventários analisados apenas 8 citaram tal informação.

Por outro lado, a simples leitura dos livros de transmissões e notas indica claramente que essa imprecisão é resultado dos próprios processos de partilha; há uma série de registros em que a ausência da extensão é justificada pela condição *pro indiviso* dos terrenos, ou seja, campos já partilhados judicialmente, mas que ainda não foram demarcados. É o caso de D.

²²⁰ Ibidem.

²²¹ SOUZA, Susana B; PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguaia... Op. Cit. p.142

²²² Não existe, ou pelo menos não foi localizado, nenhum registro de demarcação de posses de terra, pela Repartição de Terras Públicas em Santa Vitória do Palmar. O número de ações civis de demarcação e medição de terras, para as três décadas analisadas, é de apenas, 28.

Lucinda Maria Pereira Rodrigues que vendeu, em 1878, um campo “*entre os arroios São Miguel e Chuí*” a Manoel Rodrigues Correa com a seguinte descrição: “*metade do quinhão herdado [de seu marido] desde a divisa do outorgante até completar meia légua com todo frente que houver*”. Há também casos em que as vendas foram feitas concomitantes a partilha dos bens sem a descrição exata das parcelas divididas como exemplifica o registro de compra e venda de Dona Cândida Rodrigues a Andre Lages, que vendeu “*um campo que possa haver por inventário de Antonio Rodrigues Correa*” na “*sesmaria Maria Gomes*”.

Entendendo que a constituição da terra enquanto mercadoria, que pressupõe características “identitárias” claras e reconhecidas pelas instituições e agentes com ela envolvidos, foi um processo lento. Podemos perceber através da presença de informações como a extensão nos registros de compra e venda como esse processo se acelera e se apresenta de maneira mais consistente no final do século.

Tabela 12. Número de registros de compra e venda com extensão declarada, por década, Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888.

	Nº de registros de compra e venda	%	Nº de registros com extensão declarada	% em relação ao total da década
1858-1868	173	27%	42	24%
1869-1878	150	24%	65	43%
1879-1888	310	49%	219	70%
TOTAL	636		326	

Fonte: Registros de compra e venda de terras. Livros de Transmissões e Notas e Registros Diversos. APERS.

Durante todo o período analisado, 51% (326) dos registros apresentam referência completa de sua extensão, ou seja, medida de frente e comprimento. Outros 17% apresentam apenas a medida de frente e o restante, 32%, não apresentam sequer uma informação sobre a extensão. Percebe-se, claramente, em relação ao total de cada década, que houve um avanço na presença dessas informações. Na década de 1880, 70% das escrituras apresentavam extensão e, destas, 61% também apresentavam informações sobre a localidade e os limites das propriedades.

Com a aproximação do fim do século XIX e o avanço mundial do capitalismo, o caminho projetado foi de constituição da terra como mercadoria. Embora a compreensão sobre a absolutização da propriedade seja complexa neste período de transição²²³, a maior frequência da expressão de suas extensões e localizações demonstra, a nosso ver,

²²³ SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: Estudo da formação da propriedade privada da terra e da transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

especialmente para estas regiões em que o controle estatal sobre as terras não é muito presente²²⁴, que, ao poucos e não de maneira linear, a terra entra no circuito de mercadorias negociáveis²²⁵.

3.4.2 A dimensão das propriedades negociadas.

Não há como analisar a dimensão das propriedades negociadas pelo mercado de terras sem reafirmar o perfil da estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar, um espaço de ocupação antiga sem áreas devolutas e que 40% das propriedades analisadas tinham até 500 hectares (TABELA 11).

Diante desse perfil não é inesperado que a superfície transferida por vendas tenha sido diminuta: 13,25% da superfície do município foi comercializada ao longo dos 30 anos, ou seja, um pouco mais de 72 mil hectares (considerando apenas os registros com extensão declarada). Apenas a título de comparação, no antigo departamento de Unión, no sudeste de Córdoba na Argentina, entre os anos de 1860 e 1901, 6,4 milhões de hectares foram comercializados, segundo Luis Tognetti²²⁶; essa cifra corresponde a duas vezes e meia ao próprio território de Unión. As razões para esse comércio tão pujante estão ligadas à própria incorporação da região ao domínio estatal em 1860, que incluiu a venda de terras públicas e, também, a ascensão econômica da região que ao longo da década de 1890 tornou-se um dos mais importantes espaços de produção tritícola da província.

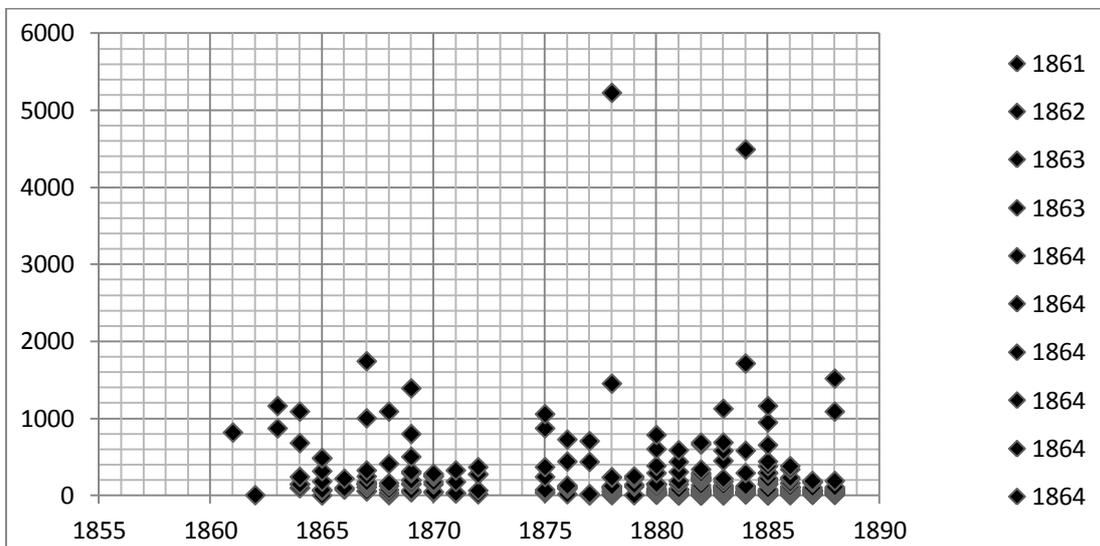
Os gráficos, a seguir, ilustram o conjunto de transações de compra e venda efetuadas em Santa Vitória do Palmar entre os anos de 1858 e 1888. Através deles percebe-se o quão acentuadamente modestas eram as superfícies comercializadas na região. Em torno de 77% do total das transações com extensão declarada tinham até 100 hectares.

²²⁴ Referimo-nos aqui as diferenças no desenvolvimento da agrimensura e topografia estatal e privada entre o Brasil e o Rio da Prata. Para o caso do Rio da Prata, ver: GARAVAGLIA, Juan Carlos; GAUTREAU, Pierre. Inventando um nuevo saber estatal sobre el territorio: la definición de prácticas comportamientos y agentes em las instituciones topográficas de Buenos Aires, 1824-1864. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos; GAUTREAU, Pierre. (org.). *Mensurar la tierra, controlar el territorio. América Latina, siglos XVIII-XIX*. Rosario: Prohistoria Ediciones

²²⁵ Neste sentido concordamos com Graciela Garcia quando refere-se a ausência de informações completa sobre as propriedades inventariadas na Campanha oeste gaúcha “isso talvez se explique pelo simples fato da terra ainda não ter adquirido, naquele momento, o caráter pleno de mercadoria. O processo de mercantilização da terra estava em andamento e, gradativamente, as transações que a envolvem tendem a ser mais precisas do que foram nos primeiros anos do Império. Mais precisas, porém não plenamente. A terra no alvorecer da República, ainda era comercializada e legada de forma imprecisa”. In: GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, trabalho e propriedade..* Op. Cit. p.87

²²⁶ TOGNETTI, Luis Alberto. *Mercado de tierras en un espacio agrícola tardío de la region pampeana argentina, fines del siglo XIX comienzos de XX*. XIV Congreso Internacional de Historia Agraria. Badajoz, Espanha, 2013. p.2-9.

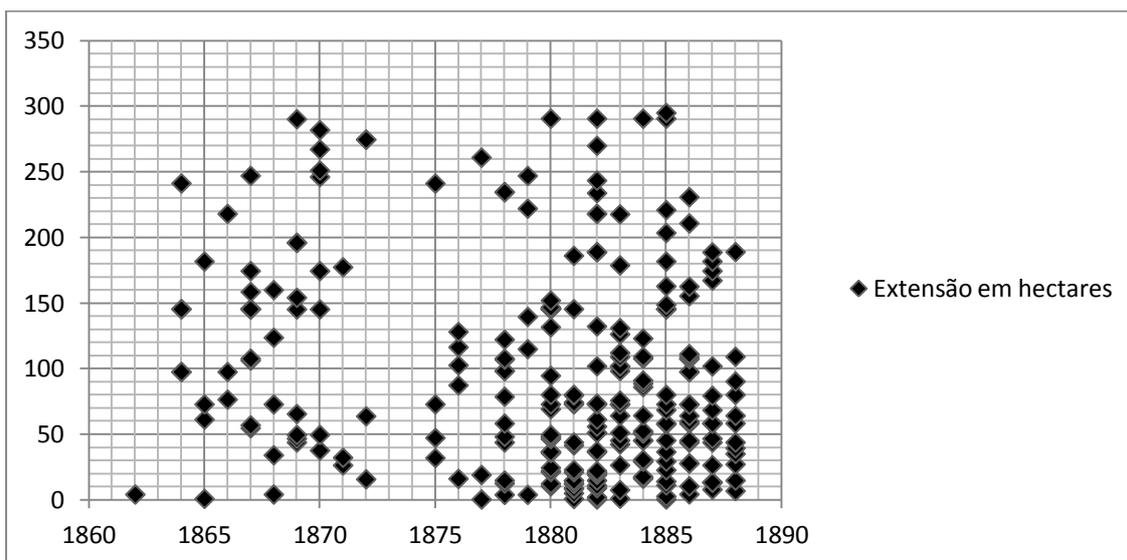
Gráfico 20. Extensão das propriedades negociadas em Santa Vitória do Palmar: dispersão (1858 – 1888).



Fontes: Registros de compra e venda de terras. Livros de Transmissões e Notas e Registros Diversos. APERGS.

O gráfico abaixo clarifica a composição das vendas com até 300 hectares (87% do total):

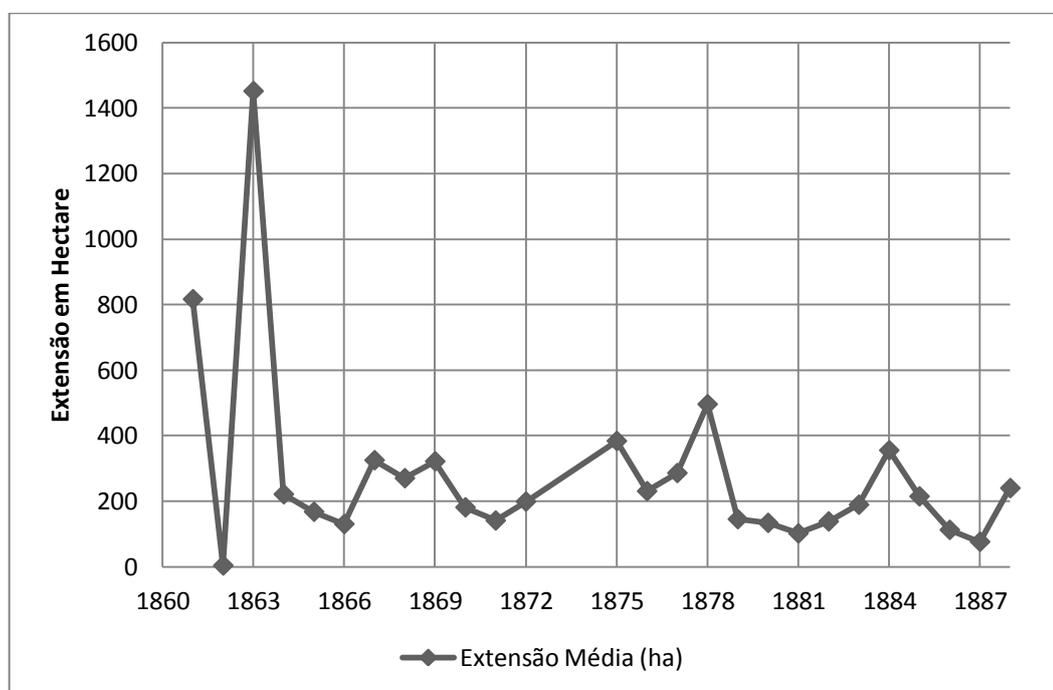
Gráfico 21. Extensão das propriedades negociadas com até 300 hectares em Santa Vitória do Palmar: dispersão (1858 – 1888).



Fonte: Registros de compra e venda de terras. Livros de Transmissões e Notas e Registros Diversos. APERGS.

Em Santa Vitória do Palmar, a análise das extensões médias comercializadas anualmente demonstra que, embora tenha havido oscilações ao longo das três décadas, as médias comercializadas por ano dificilmente ultrapassaram o limite dos 400 hectares. Sobre as grandes oscilações, é preciso esclarecer que o ano de 1862, que apresenta a menor média, é na verdade um dado discrepante: trata-se de apenas um registro, a venda de uma pequena “chácara” na costa do Palmar com 3,84 hectares. Por sua vez, a média de 1863 é feita de apenas duas compras feitas por Serafim Faustino Correa, cada uma com mais 800 hectares.

Gráfico 22. Evolução da extensão média (hectares) das propriedades negociadas em Santa Vitória do Palmar, 1858 - 1888.



Fontes: Registros de compra e venda de terras. Livros de Transmissões e Notas e Registros Diversos. APERGS.

A análise do gráfico mostra que a partir de 1878 estabiliza-se a tendência pelo comércio de propriedades com menos de 200 hectares. A respeito do processo de fragmentação das propriedades, a análise dos inventários de Santa Vitória do Palmar parece ser mais eloqüente que os registros de compra, ver quadro 5, por meio dos inventários revela-se uma redução de 57% no tamanho das propriedades inventariadas ao longo do recorte estabelecido. Em áreas de ocupação recente como o caso do departamento de Unión, na Argentina, os registros vislumbram com maior clareza as fragmentações, de modo que,

Tognetti percebeu que no intervalo de 10 anos entre 1891 e 1901, a extensão média das propriedades vendidas reduziu de 2.000 hectares para 313²²⁷.

Hebe Mattos²²⁸ também verificou em sua análise sobre o mercado imobiliário de Capivary uma mudança no perfil dos negócios ao longo da segunda década metade do XIX e relacionou essa mudança às transformações determinadas pela crise do trabalho escravo. Como a autora trata de registros que envolvem não apenas a compra e a venda de terrenos, mas também de “situações” ou empreendimentos agrícolas e suas benfeitorias, sua análise conjuga as mudanças as possibilidades de produtividade e mão-de-obra. Nesse sentido, nota-se que a partir de 1875 a compra de grandes empreendimentos agrícolas com mais 100 hectares reduziu-se significativamente, ao passo que houve uma grande valorização econômica das terras incultas e um aumento no volume de transações de pequenas propriedades.

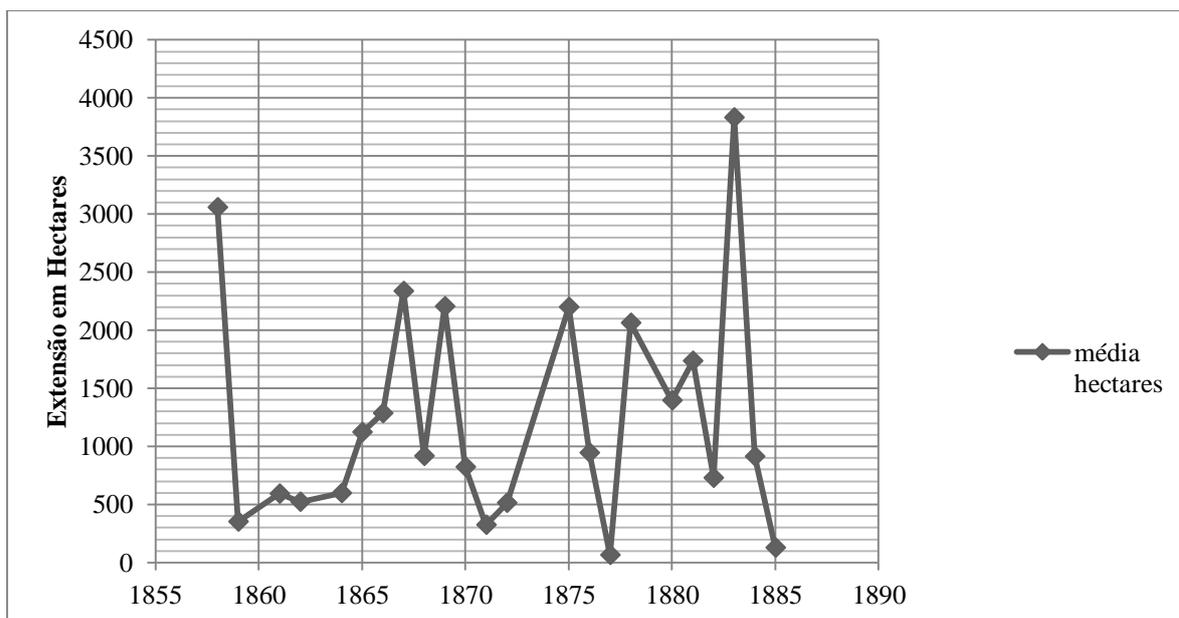
No caso do presente trabalho, não efetuamos uma análise tão estreita entre o mercado de terras e as possibilidades reais de produtividade, conjugadas à oferta de mão-de-obra, mas o que a pouca variação na extensão média das propriedades parece demonstrar é que havia um limite na oferta de terras em Santa Vitória do Palmar. Tal limite pode ser relacionado às fragmentações hereditárias, à redução dos rebanhos e também a uma situação econômica débil, que foi demonstrada a partir da análise dos montes-mor.

Essa mesma situação de compras de pequenas frações de terras não se verifica em relação às terras do Uruguai até pelo menos 1885 - quando as compras nos estado Oriental despencaram ou deixaram de ser registradas no tabelionato de Santa Vitória do Palmar (ver gráfico 18). O gráfico 22 apresenta a extensão média das propriedades negociadas no Uruguai, nele percebe-se um perfil de negócios totalmente diferente, haja vista a certa regularidade na negociação de propriedade com mais de 500 hectares.

²²⁷ TOGNETTI, Luis Alberto. *Mercado de tierras en un espacio agrícola* .. Op.cit.

²²⁸ MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história...* Op. Cit.

Gráfico 23. Evolução da extensão média das propriedades negociada no Uruguai*.



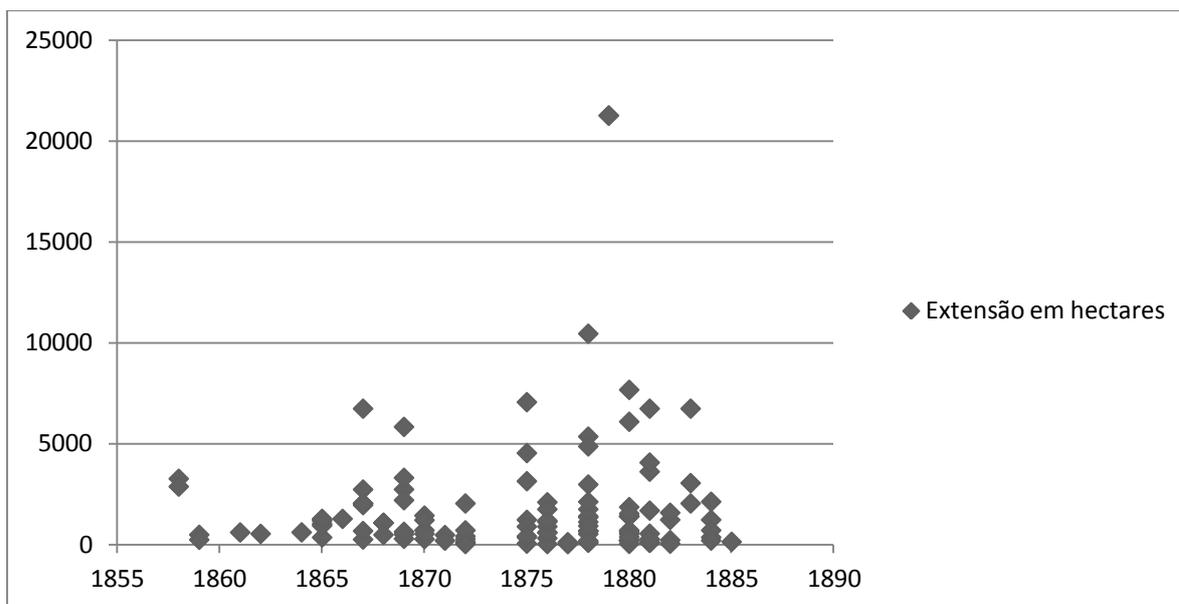
Fonte: Registros de compra e venda de terras. Livros de Transmissões e Notas e Registros Diversos. APERGS.
 *Excluimos a fim de tornar mais útil a ilustração das extensões médias, os dados do ano de 1879, que apontaram uma média de 21.248 hectares. Trata-se de uma mesma propriedade que foi negociada duas vezes no mesmo ano, pelo mesmo preço. Um campo na estância São Luis, departamento de Maldonado.

Concluimos, portanto, que ao contrário de Santa Vitória do Palmar as transações de pequenas propriedades não se configuraram como o perfil do mercado de terras uruguaias, em que apenas 13% das transações que envolviam propriedades com extensão igual ou menor que 100 hectares.

Enquanto o tamanho médio das propriedades negociadas em Santa Vitória do Palmar foi 240 hectares, o tamanho médio das propriedades vendidas no Uruguai ao longo das três décadas foi de 1.788 hectares. Mais uma vez, no oposto do movimento das transações envolvendo bens em Santa Vitória do Palmar, houve um crescimento de 74% no tamanho médio das propriedades negociadas no Uruguai.

O gráfico abaixo demonstra a extensão da totalidade das terras uruguaias transacionadas no cartório de Santa Vitória do Palmar:

Gráfico 24. Dispersão da extensão das propriedades negociadas no Uruguai.



Fonte: Registros de compra e venda de terras. Livros de Transmissões e Notas e Registros Diversos. APERS.

A percepção de que os grandes negócios rurais envolvendo terras e animais eram feitos do outro lado da fronteira confirma-se quando analisamos o perfil dos contratos de arrendamento envolvendo bens no Uruguai. Se o tamanho médio das propriedades arrendadas em Santa Vitória do Palmar foi de 592 hectares, as propriedades arrendadas no Uruguai eram em média quase dez vezes maior, possuíam 5.212 hectares. Essa diferença na envergadura dos negócios e dos contratos confirma o perfil da estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar, ao mesmo tempo em que aponta para um espaço de produção mais massiva no outro lado da fronteira, o que certamente complementava a produção local²²⁹. Essa relação de maior abundância nos recursos também pode ser feita através da análise do número médio dos animais vacuns arrendados em Santa Vitória do Palmar e no território uruguaio, respectivamente, 602 e 1.320 animais.

²²⁹ A análise comparativa com o perfil dos contratos de arrendamento estabelecidos em Santa Vitória do Palmar e em Uruguaiana, na fronteira oeste, no período entre 1847 – 1890, analisados por Guinter Leipnitz, demonstra mais uma vez a limitação na estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar e reforça a idéia de que, para aquela população ou para as camadas mais favorecida daquela população, o espaço de grande produção e negócios semelhantes a outras áreas da província ocorria no Uruguai. Em Uruguaiana 48% dos contratos de arrendamento de terras tinham extensões superiores a 1.001 hectares, em Santa Vitória do Palmar eles compunham 18%, já os contratos de arrendamento envolvendo terras no Uruguai firmados no tabelionato de Santa Vitória do Palmar, em 82% dos casos as extensões de terras arrendadas eram superiores a 1.001 hectares.

Ver: LEIPNITZ, Guinter T. *Entre contratos, direitos e conflitos. Arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha rio-grandense, Uruguaiana, 1847-1910*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p.50.

Ao analisar o funcionamento desse mercado de terras e do desenvolvimento de outros negócios como os arrendamentos no Uruguai, fica clara a perspectiva proposta por Luis Augusto Farinatti e Mariana Thompson Flores de que a fronteira ao longo do oitocentos não era apenas uma entidade homogênea, mas um espaço de múltiplas relações sociais, onde as condições e os interesses imediatos dos sujeitos condicionavam a forma como a “fronteira entrava em suas experiências”²³⁰. A análise de como esses sujeitos fronteiriços operavam os seus bens na fronteira, demonstra que o acesso à terras localizadas no Uruguai não se dava de maneira uniforme entre os grupos sociais, a manutenção e a compra de propriedades parece ter sido um distintivo de riqueza local.

Neste aspecto, é difícil definir até que ponto a elite econômica de Santa Vitória do Palmar não correspondia identicamente a elite econômica dessa zona que confluía as localidades de Rocha e Minas. De tal forma, que parece-nos que a análise dos negócios envolvendo grandes propriedades de terras no Uruguai é basicamente uma análise das transações feitas por um grupo, cujos laços de parentesco os aproximam intimamente.

Podemos identificar esse grupo a partir da figura de Serafim Faustino Correa, o individuo que teve a segunda maior fortuna inventariada em Santa Vitória do Palmar. Segundo Alex Borucki, Karla Chagas e Natalia Stalla²³¹, Serafim Faustino Correa era filho de um dos mais ricos estancieiros da região sul do Uruguai, Juan Faustino Correa. Juan Faustino Correa²³² encabeçava um grupo familiar que controlava 12% do total do rebanho de Rocha e 54% do rebanho de Castilhos, e era proprietário em 1834 de 28 sortes de estância,

*“el mayor propietario territorial de Castillos, así como de Rocha. Los campos de Correa situaban entre las lagunas Negras y Merín, cerca de la frontera. El terreno era próximo a las fortificaciones de San Miguel y Santa Teresa. Sólo a través de los campos de Correa era posible atravesar esa franja fronteriza, si se quería evitar el control de ambas fortalezas”*²³³

Segundo os já referidos autores, Juan Faustino Correa e seu irmão o Comendador Domingos Faustino Correa, eram filhos de colonos açorianos que chegaram no Rio Grande do Sul em meados do século XVIII. O estabelecimento dessa geração se deu através de

²³⁰ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; FARINATTI, Luís Augusto E. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio M.. (Org.). *Experiências Nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo, 2009, p. 160.

²³¹ BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla, STALLA, Natalia. *Esclavitud y Trabajo...Op.Cit.*

²³² Juan Faustino Correa, ou João Faustino Correia, era casado com Agueda Días de Oliveira, e além dos campos no Uruguai, o casal possuía duas sesmarias nos Rio Grande do Sul, uma no Chui e outra localizada na freguesia de Rio Grando, no “fundo do Rio São Gonçalves”.

²³³ BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla, STALLA, Natalia. *Esclavitud y Trabajo...Op. Cit.* p.176

“matrimonio consaguíneos com membros de otras famílias azorianas, como los Diaz, de Oliveira, los Terra y los Correa Mirapalheta. (...) Como sus padres, los miembros de la tercera generación fueran sujetos a casamientos consaguíneos com um reducido grupo de famílias (Oliveira, Cardozo Brum, Pereira d’Avila, Porcincula y Correa Mirapalheta).”²³⁴

De um modo bastante generalizado, é basicamente sobre esse oito grupos familiares que é composto o núcleo duro dos patrimônios analisados em Santa Vitória do Palmar, trata-se de famílias que receberam concessões coloniais, especialmente neste espaço entre o Taim e o Chuí e também se estabeleceram na região sul do Uruguai. Poderíamos mapear o perfil dos negócios efetuado por essas famílias, mas consangüinidade e o número imenso de pessoas envolvidas dificulta a construção do argumento, que pode ser generalizado apenas pela figura de Serafim Faustino Correa.

Na análise das vinte maiores transações em termos econômicos e de extensão de bens no Uruguai, a figura de Serafim e de seus familiares próximos como esposa, irmãos e sobrinhos aparece em 11 transações. Somente no ano de 1863, Serafim vendeu a seus familiares mais de 10.000 hectares de terra no Uruguai. Contabilizando o total de dinheiro envolvido nessas 11 transações temos o correspondente a mais de 12% do total de toda fortuna inventariada em Santa Vitória do Palmar ao longo das três décadas.

Independente de qual grupo econômico movimentava o mercado de terras local, esse ponto da análise é imprescindível inquirir sobre os custos dessas transações, tanto em Santa Vitória do Palmar como no Uruguai e relacioná-las com o perfil das fortunas disponíveis em Santa Vitória do Palmar.

3.4.3 O preço da terra da terra em Santa Vitória do Palmar e no Uruguai

Ao analisarmos os preços da terra, segundo os inventários *post-mortem*, não mencionamos as extensas discussões sobre os determinantes do preço da terra. Trata-se de um complexo debate que se remete aos primórdios do pensamento econômico. Conforme Bastian Reydon²³⁵ as duas principais escolas do pensamento econômico, a neoclássica e a marxista, associam o preço da terra em sociedades capitalistas segundo sua capacidade produtiva. Mas essas determinações conjugam-se com outros fatores como, por exemplo, a taxa de juros para

²³⁴ BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla, STALLA, Natalia. *Esclavitud y Trabajo...* Op. Cit. p.183

²³⁵ REYDON, Bastiaan Philip. *Mercados de terras agrícolas e determinantes de seus preços no Brasil: um estudo de casos*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

análise marxista; esta propõe que o preço é determinado pela renda que a terra pode gerar, capitalizada pelos juros. De modo geral, os estudos sobre o preço da terra concentram-se nesses determinantes não produtivos do preço que incluem os mercados financeiros, as escalas da produção, as políticas governamentais e outros²³⁶.

A análise sobre o mercado de terras em sociedades camponesas e pré-capitalistas afirma que a utilização desses modelos agregados não é o bastante para a compreensão da constituição dos preços das terras e dos mercados²³⁷. Giovanni Levi dialoga com essa produção e conclui que a formação do preço da terra em sociedades deste tipo ou em transição não se dava unicamente por mecanismos mercantis, determinados por movimentos como oferta e procura, mas que em certos grupos considerações como justiça, preço justo, relações familiares e sociais determinavam a formação do preço e a forma de transação da terra.

O modelo de análise proposto por Giovanni Levi²³⁸ pretende construir as relações sociais antes de analisar o preço da terra, de modo que análise estatística não se surpreenda com a existência de preços instáveis ou discrepantes das médias gerais. O preço é resultado não apenas de uma escala de valor em relação à qualidade da terra, a lei da oferta e demanda, ou de crises conjunturais da produção, ele é muitas vezes apenas a “sanção final de uma série de contratos silenciosos, de transações formalizadas ou verbais, de apoio ou de trocas que se concluíram com um ato de venda”²³⁹ e que levam “a formação de um preço fictício”.

A análise dos preços em Santa Vitória do Palmar, como era esperado para uma região que ingressava cada vez mais rápido no mercado capitalista, não demonstrou uma variação de preços expressiva como apresentado em sociedades européias modernas. Ao contrário de Santena, onde os preços de uma mesma medida de terra podiam variar até 25 vezes²⁴⁰, a variação em Santa Vitória do Palmar foi bastante limitada. Entretanto, essa pequena variação

²³⁶ Ibidem. p.37-42.

²³⁷ Segundo Chayanov, um dos principais sociólogos do mundo rural não-capitalista, “*para a unidad de explotación capitalista el problema del precio de La tierra se resuelve con toda claridad mediante una fórmula según La cual el precio de la tierra es la renta de la tierra capitalizada según a tasa de interes del capital usal en el mercado. Para la unidad de explotación doméstica, algo semejante resulta totalmente imposible debido a la ausencia de renta económica como un ingreso particularizado de existencia real. Por lo tanto, respecto de la unidad económica campesina solo podemos plantear el problema en su forma Elemental como una pregunta: ¿Qué precio quiere y puede pagar por la tierra la familia campesina? (277)*. Para Chayanov as motivações como produtividade, satisfação das necessidades familiares, efeito dos fatores demográficos de cada unidade de produção familiar camponesa, determinam a sua procura ou entrega da terra para o mercado, assim como o preço da terra pago, por exemplo, “*em una situación de relativo déficit da tierra, la necesidad de expandir su actividad económica impulsará a la familia a realizar muchas mejoras desventajosas y no aprovechables para la explotación capitalista, así como pagar arrendamientos y precios de tierras que exceden considerablemente la renta económica capitalistas de estas tierras*”(p.282). In: CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

²³⁸ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial...* Op. Cit.

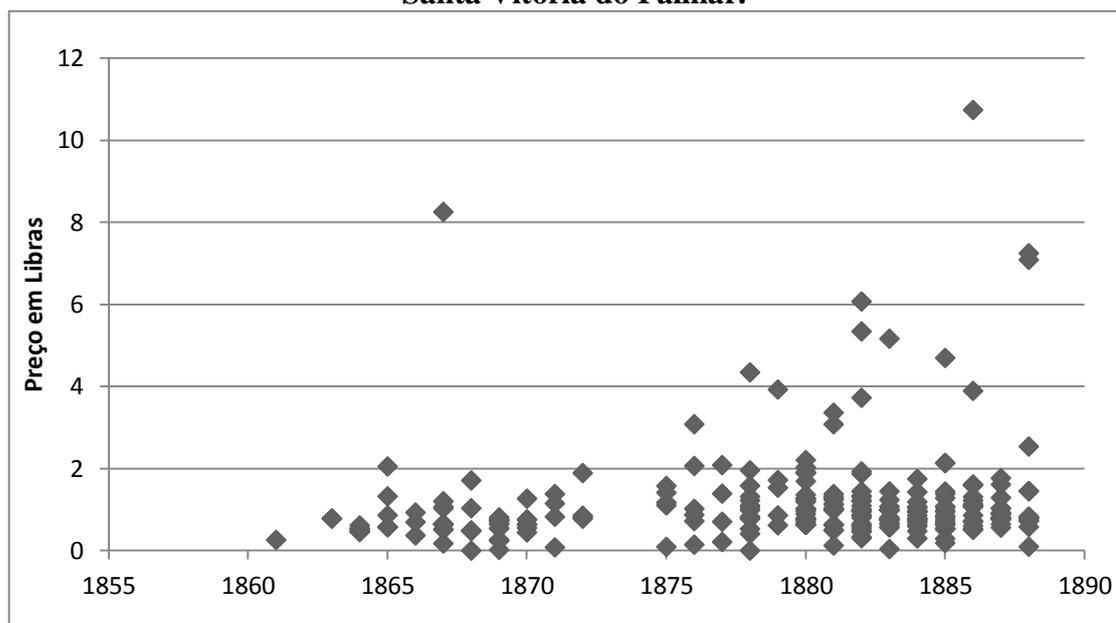
²³⁹ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Op. Cit. p.161.

²⁴⁰ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Op. Cit. p.152

não nos permite afirmar que os mecanismos de mercado e as lógicas mercantis estivessem se estabelecidos na região já na segunda metade do XIX. Parece-nos que mesmo a invariação demonstra o caráter local dos mercados de terra, em que os movimentos em relação ao tamanho das terras comercializáveis e aos seus preços certamente encontravam restrições ou determinações pré-estabelecidas.

O gráfico de dispersão, a seguir, mostra o preço do hectare na maior parte dos contratos (excluímos dois registros com preços exorbitantes para maior funcionalidade do gráfico). A análise de preço proposta refere-se exclusivamente àqueles registros que declararam vender “um campo”, “um pedaço de campo”, “campo de pastoreio”, “parte de campo”, “quinhão de campo”, excluindo-se da série, portanto, 25 registros cuja extensão era conhecida, mas que incluíram nas avaliações benfeitorias e casas de moradia rurais.

Gráfico 25. Dispersão do preço médio (£) do hectare de terra em Santa Vitória do Palmar.



Fonte: Registros de compra e venda de terras. Livros de Transmissões e Notas e Registros Diversos. APERS.

As duas transações excluídas de sua representação no gráfico possuem preços elevadíssimos e em comum o fato de sido recebidas por herança e os contratos terem sido estabelecidos entre vizinhos. A primeira venda foi feita, em 1878, por D. Laurinda Dias de Oliveira Pereira a Antonio Bernardo da Costa, de um campo na localidade de Provedores com 150 braças de frente e 50 braças de fundo ou 3,63 hectares, por um conto e duzentos mil reis, custando 31,5 £ cada hectare. A segunda venda foi feita, em 1883, por João Basilio Centurião

a Antero José Rodrigues Correa, foi comercializado “um quinhão de campo” na localidade de São Miguel, herdado de sua sogra, com 6984 metros quadrados (menos de um hectare), a 785 mil reis, de modo que o preço do hectare foi calculado em 97,4 £.

A venda feita por João Basílio Centurião é uma incógnita nesse conjunto de transações. É provável que João Basílio Centurião nem ao menos vivesse em Santa Vitória do Palmar, ele não consta como herdeiro em nenhum inventário, não há registros de seu nome nos livros de batismos, nem nas listas de qualificação de votantes. O que sabemos é apenas que ele vendeu a um preço muito elevado um quinhão de terra bastante pequeno a Antero José Rodrigues, seu vizinho que já havia comprado anos antes um grande terreno na mesma localidade.

Por sua vez, Antonio Bernardo da Costa comprou ao longo de dez anos, incluindo a já citada, 5 frações de campo na região de Provedores, às margens da lagoa Mirim. A menor fração e de maior preço é a que acabamos de descrever, feita em 1878. Anteriormente A. Bernardo da Costa havia comprado²⁴¹:

1) de Antonio Martins dos Santos, seu cunhado e vizinho, um campo com 367 hectares, ao custo de 3 contos de reis;

2) de Eleutheria Mendonça Terra, sua irmã, um campo em São Tiago (região adjacente a Provedores) com 145,2 hectares, por 147 libras;

3) em 1882 comprou de Domingos Mariano Mello, seu vizinho, duas frações de campo em Provedores somando 685,3 hectares, por 15 contos de reis ou 1321,8 £;

4) e no mesmo dia em 1882 comprou de sua irmã Joaquina Martins de Mendonça, casada com A. Martins de Santos, um campo com quase 61 hectares ao preço um conto de reis ou 88 £.

Ao que parece, por alguma razão essa compra de Antônio Bernardo da Costa datada de 1878 foi a única entre as suas transações em que os preços não estavam próximos aos preços médios comercializados em Santa Vitória do Palmar. As razões dessas discrepâncias não podem ser averiguadas. O fato é que essa transação não foi feita entre indivíduos com algum vínculo familiar. A dimensão extremamente diminuta do terreno permite pensar que o preço não esteve relacionado com a extensão ou produtividade, ou qualquer outro aspecto “quantificável” do preço da terra, mas talvez estivesse relacionada a outros compromissos.

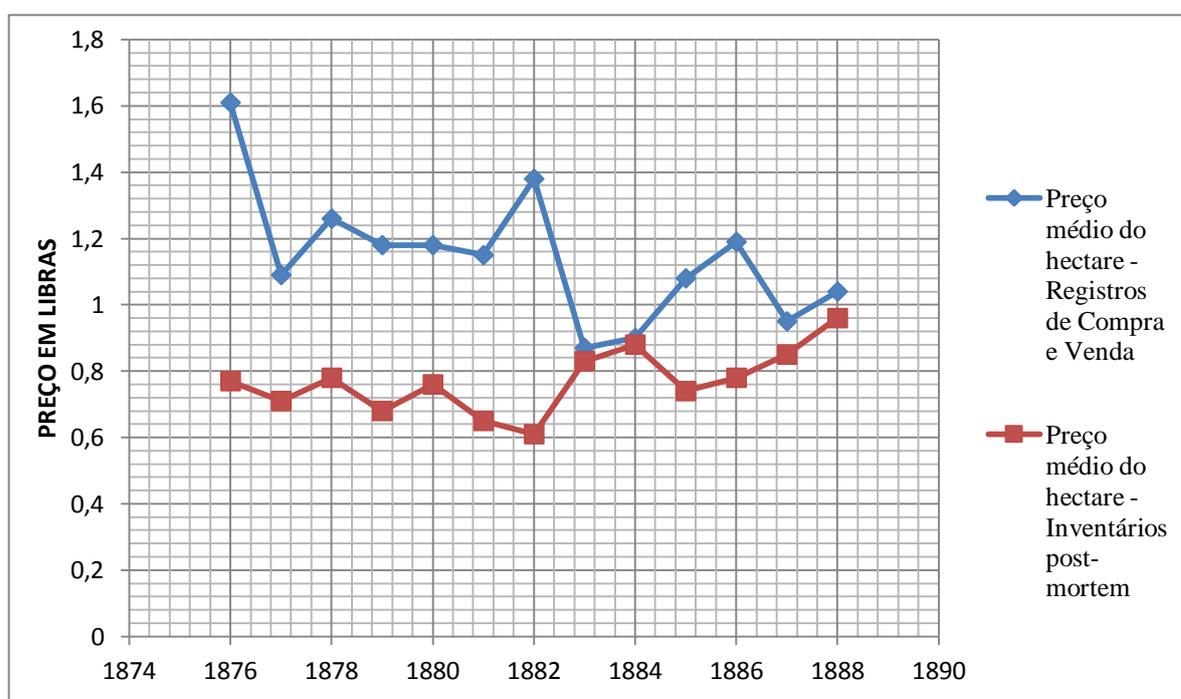
Um pouco mais de 92% dos registros de compra e venda em Santa Vitória do Palmar ao longo das três décadas foram formulados com preço de até 2 £ por hectare. Ou seja, há

²⁴¹ Registros de compra e venda. Livros de transmissão e nota. Santa Vitória do Palmar, APERS.

uma homogeneidade clara na série de preços. Mas como esses preços relacionam-se com a série de preços obtida dos inventários?

Não podemos concordar com a análise de J. Carlos Garavaglia²⁴² sobre a correspondência entre os preços apresentados nas avaliações dos inventários e aqueles produzidos em situação de mercado. A análise conjunta dos preços do hectare dos inventários e dos registros de compra e venda, dos anos finais da década de 1870 e dos oito anos analisados na década e 1880, demonstra que em Santa Vitória do Palmar a concordância de preços era praticamente inexistente.

Gráfico 26. Evolução do preço médio do hectare de terra apresentados nos Inventários *post-mortem* e nos Registros de compra e venda.



Fonte: Registros de compra e venda. Livros de Transmissões e Notas e Registros Diversos. APERS. Inventários *post-mortem*. Cartório de órfãos e Ausentes e Cartório Cível e Crime. APERS.

Ainda que houvesse certa homogeneidade nos preços fixados nos registros de compra e venda, os inventários *post-mortem* não refletem claramente as tendências de altas e baixas dos preços e também subvalorizam o preço das propriedades. O quadro, a seguir, apresenta o preço médio do hectare de terra por década, apresentando também a taxa de aumento em relação aos preços sugeridos nos inventários.

²⁴²GARAVAGLIA, Juan Carlos. Precios de los productos rurales y precio de La tierra em La Campaña de Buenos Aires: 1750-1826. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*. Tercera serie, número 11, 1º semestre de 1995.

Quadro 10. Preço médio do hectare de campo em Santa Vitória do Palmar por década – Registros de Compra e Venda (1858-1888).

	Número de registros	Média de preço do hectare em Libras	Aumento em relação aos preços dos inventários
1858-1868	37	0,90	55%
1869-1878	59	1,48	97%
1879-1888	204	1,70	107%

Fonte: Registros de compra e venda de terras. Livros de Transmissões e Notas e Registros Diversos. APERS.

Ao contrário do que supôs também Cristiano Christillino²⁴³, os registros de compra e venda também não apresentaram preços menores que os inventariados procurando diminuir com isso os custos burocráticos. Na verdade, o que percebemos é exatamente o oposto, a terra tinha um peso econômico ainda mais contundente do que o apresentado pelos estudos com inventários *post-mortem*. Quando analisado sobre a perspectiva do peso econômico da compra das terras, podemos supor que o grande volume de transações envolvendo pequenas extensões estava ligado muito mais à dificuldade do acesso, devido o alto custo, do que diretamente relacionado, por exemplo, ao processo de fragmentação das propriedades.

Em um sistema de pecuária extensiva que se calcula a necessidade de pelo menos três hectares para cada animal vacum (o que não era o caso da produção Santa Vitória do Palmar, ainda mais extensivo, como demonstramos no capítulo 2), a compra de uma propriedade com 1200 hectares (para o suporte de 400 animais) custaria na década de 1880, 2.040 libras esterlinas. Uma fortuna total que apenas 27% da população inventariada de Santa Vitória do Palmar teve ao longo do período.

Os altos custos do preço da terra em Santa Vitória do Palmar e a sua evolução ascendente também encontram reflexos no Uruguai, embora em menor proporção. De modo geral, como já afirmamos, o contexto de guerras instalado no território uruguaio desde o processo de independência, especialmente durante a Guerra Grande, depreciou o valor das terras uruguaias. E esse baixo preço combinado com a maior qualidade dos pastos, estimulou o fluxo de produtores em direção ao Uruguai.

Apesar da premissa sobre o baixo valor das terras uruguaias ser reproduzida constantemente em estudos sobre a presença brasileira no Uruguai²⁴⁴, não encontramos

²⁴³ CHRISTILLINO, Cristiano. *Litígios ao sul do Império...* Op. Cit. p.201.

²⁴⁴ Os estudos sobre a presença brasileira no Estado Oriental se orientam, sobretudo para as primeiras décadas do século XIX, quando a expansão agrária se relacionava aos contextos de guerra, apropriação ilícitas, etc. A seqüência desse movimento ao longo do século XIX, nem sempre é tratada com a devida atenção, estudos sobre o comércio de terras fronteiriço pode elucidar alguns desses aspectos, o que foi possível através da análise

nenhum estudo com uma análise sistemática sobre o tema ou com comparações de preço com outras regiões. De modo que nossa principal referência é a obra de Pedro Barran e Benjamin Nahum, *História Rural del Uruguay Moderno*, em que os autores procuram explicar a ascensão do preço da terra no Uruguai e suas implicações e reflexos no processo de modernização agropecuária e dinâmica econômica do país.

Para os autores, a questão da terra e da sua valorização econômica passou a ser um problema exatamente após a Guerra Grande, quando boa parte da estrutura produtiva do país já havia se recuperado dos prejuízos das guerras. De modo que entre os anos de 1856-1866 houve um vertiginoso aumento no preço. Segundo a análise de Barran e Nahum²⁴⁵, baseada no preço das terras de todo o país, a média de preço do hectare de terra entre os anos de 1852 e 1856 era de apenas 0,60 pesos. Já a média de preço durante os anos de 1862-1866 foi de 3,47 pesos por hectares, 3\$331 mil réis, ou seja, um crescimento de 478% em apenas dez anos²⁴⁶.

Os dados apresentados aqui através da análise dos preços de mercado são parcialmente compatíveis com a análise de Barrán e Nahum, como fica claro na comparação do preço médio comercializado na década de 1860 com o dado dos anos entre 1862-1866, apresentado acima.

Quadro 11. Preço médio do hectare de campo no Uruguai por década – Registros de Compra e Venda (1858-1888).

	Número de registros	Média de preço do hectare em Libras	Media de preço em Réis
1858-1868	22	0,36	3\$561
1869-1878	55	0,61	7\$566
1879-1888	43	0,50	5\$620

Fonte: Registros de compra e venda de terras. Livros de Transmissões e Notas e Registros Diversos. APERS.

bibliográfica é que as justificativas em relação aos custos das terras uruguiaias são sempre sintéticas e nem sempre contextualizadas como as diferentes conjunturas econômicas e sociais tanto do lado brasileiro como uruguiaio, assim, John Chasteen afirma “*La oportunidad de acumular gado cimarrón (sin marca) y tierra barata em territorio español atrajo la atención de los hijos de Manuel Saraiva*”.

Segundo Susana Bleil e Fabrício Prado, após a independência e principalmente na década de 1850: “as excelentes pastagens e o preço convidativo das terras da banda Oriental, somada as garantias legais agora respaldadas pelo governo imperial constituíram- em forte argumento para o afluxo de estancieiros brasileiros”. (p:132).

²⁴⁵ BARRAN, José P.; NAHUM, Benjamin. *História Rural del Uruguay Moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. p.73.

²⁴⁶ Considerando a partir de 1862 a equivalência entre um patacão brasileiro de 960 reis igual a 1 peso. Temos que o preço do hectare de terra no Uruguai correspondia a 3\$331 mil réis, ou 0,36 £. Ver: NAHUM, Benjamin (coord). *Estadísticas Históricas del Uruguay 1900 – 1950. Tomo IV*. Universidad de La República, Montevideo, 2009. p.7.

A evolução do preço médio da terra uruguaia comercializada e registrada no tabelionato de Santa Vitória do Palmar indica que durante a década de 1880 o preço da terra sofreu uma redução de quase 20% em relação à década anterior. Para Barran e Nahum, até 1885 o preço da terra nunca deixou de progredir, embora tenha sofrido desaceleração durante períodos de comprovadas crises. Ressalta-se que os dados apresentados pelos autores não trata de situações de mercado, mas de dados provenientes de estatísticas anuais, de modo que, o ritmo das oscilações pode ter sido modificados.

Independente das oscilações na dinâmica dos preços, a série de preços organizada pelos registros de compra e venda mostra que a terra uruguaia era significativamente mais barata que as terras brasileiras localizadas em Santa Vitória do Palmar. A comparação do preço médio ao longo da década de 1870, momento de elevação dos preços nas duas regiões, apresenta o preço médio do hectare de terra em 140% maior do que hectare localizado no Uruguai.

Em situações de mercado imperfeito²⁴⁷, somente a análise da composição dos agentes envolvidos nas transações pode determinar até que ponto os preços apresentados nos tabelionatos concordavam com a dinâmica econômica da região e do país. Se atentarmos para o fato de que os mercados eram realmente locais e que pelo tamanho da população de Santa Vitória do Palmar, menos de 7.000 habitantes em 1890, o número de consumidores era realmente reduzido, é provável que a nossa conclusão aponte para um descompasso entre o “preço real” (produzido em uma situação de mercado regulado ou por um levantamento estatístico, como os dados utilizados por Barrán e Nahum) e aqueles apresentados nos tabelionatos influenciados por aspectos sociais e culturais.

Todavia, a análise comparativa do preço do hectare de terra avaliado nos inventários *post-mortem* em outras regiões da província com o preço das terras no Uruguai relativiza a premissa que defende o apelo econômico alto das terras uruguaias com preços baixos. Com preço médio de 0,61 £ por hectare durante a década de 1870, o preço apresentado é quase o mesmo encontrado por Graciela Garcia na análise dos inventários de Alegrete, Rosário e Quaraí (0,59 £)²⁴⁸.

²⁴⁷ Garavaglia conceitou “mercado imperfeito” de maneira bastante sintética em sua análise sobre o preço da terra na campanha de Buenos Aires, utilizamos a mesma conceituação para o presente trabalho. Segundo o autor “mercado “imperfecto” en el sentido de que solo parcialmente los mecanismos de mercado rigen el acceso a este vital medio del producción”. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos. Precios de los productos rurales y precio de La tierra em La Campaña de Buenos Aires: 1750-1826. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*. Tercera serie, número 11, 1º semestre de 1995. p.95. ,

²⁴⁸ GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, trabalho e propriedade...* Op. Cit. p.112.

Quer dizer, pelo menos para a década de 1870 o preço das terras no Uruguai não era tão baixo e mesmo assim o tamanho médio das propriedades negociadas era consideravelmente maior que aqueles transacionadas em Santa Vitória do Palmar. Quando o preço na década de 1880 sofreu uma considerável redução e ficou um pouco mais de três vezes mais barato que o preço do hectare no Brasil, o volume de transações não acompanhou um novo fluxo de brasileiros para compra de terras no Uruguai.

O comércio de terras na fronteira, então, não operava apenas em razão dos preços da terra. Os investimentos no Uruguai até o início da década de 1880 parecem ter sido mais contundentes ainda que nem sempre o preço fosse realmente baixo. O que o pequeno volume de transações, especialmente no final do século, parece apontar é que havia alguma restrição não apenas econômica na compra de terra no Uruguai mas, institucional com o fortalecimento das políticas contrárias a presença brasileira no Uruguai. Ao mesmo tempo a compra de pequenas frações de terras em Santa Vitória do Palmar determinou a lógica do mercado local.

Uma vez compreendido os aspectos econômicos envolvidos no mercado de terras, o perfil dos negócios e a dinâmica das flutuações do preço, faz-se necessário iniciar a análise qualitativa das transações, seus agentes e os possíveis comportamentos em relação à organização das propriedades. O pequeno grau de variação do preço do hectare de terra em Santa Vitória do Palmar demonstrou que, talvez, alheio ao processo de regulamentação das propriedades, o processo de afirmação da terra como mercadoria tenha se refletido mais claramente/facilmente em seus fatores econômicos²⁴⁹. Mas essa mercantilização veio acompanhada de impessoalidade? Os comportamentos sociais em relação à terra modificam-se à medida que sua face econômica se homogeniza e parece funcionar sob os mecanismos de mercado?

O objetivo central da última parte do capítulo é compreender as transações para além dos aspectos conjunturais que determinam a formação dos preços. Analisar como os laços sociais e familiares incidiram e construíram as transações em Santa Vitória do Palmar e também no Uruguai. E questionar até que ponto os altos preços apresentados nos registros de compra e venda podem ter correspondência com os graus de proximidade/pessoalidade envolvendo compradores e vendedores.

²⁴⁹ BANZATO, G.; BARCOS, M.F.; D'AGOSTINO, V. (2011) *Problemas, métodos y abordajes teóricos en torno al mercado de tierras. La campaña bonaerense entre los siglos XVIII y XIX*. In: II Jornadas Interdisciplinarias de Investigaciones Regionales, Mendoza, Argentina, 2011.

3.2. Sobre a constituição dos mercados impessoais e as características do mercado de terras em Santa Vitória do Palmar e no Uruguai.

É possível definir o que é mercado de uma maneira extremamente simples. Como qualquer outro conceito a complexidade da definição dependerá do objetivo proposto, por hora podemos definir “mercado” através da concepção mais básica contida nos manuais de economia, isto é, o mercado é “um lugar ou contexto em que compradores e vendedores de bens, serviços ou recursos estabelecem contatos e realizam transações”²⁵⁰.

A ciência econômica procurou ao longo de toda sua evolução compreender os mercados a partir da apreensão de uma série de mecanismos e conceito; como a oferta e procura, preço, valor, renda, mecanismos de controle etc. Para maior parte da tradição econômica as dinâmicas de oferta e demanda são os fundamentos que ainda explicam a constituição dos mercados autorregulados e as relações entre os mercados locais.

Por sua vez, a antropologia, referenciada aqui pelo antropólogo austríaco Karl Polanyi²⁵¹, afirma que a compreensão do mercado limitada ao entendimento dos mecanismos de circulação de bens e dinâmicas de oferta e procura, e, portanto, desarticulada dos aspectos sociais e culturais é uma tarefa que só pode ser empreendida em sociedades capitalistas que sofreram “a grande transformação”. A grande transformação, para Polanyi, foi o desenvolvimento de uma economia de mercado apartada da sociedade, em que as relações sociais e a produção são condicionadas pelo mercado e não o contrário, como havia sido até o século XIX.

Para Karl Polanyi nunca na história da humanidade até a Revolução Industrial os mercados e os sistemas econômicos das sociedades desarticularam-se da vida social dos grupos humanos. Mesmo diante da existência de mercados locais e de grande distância, esses nunca haviam se tornado fatores para mudança de comportamento econômico baseados em princípios não econômicos estritamente ligados à sobrevivência e à sociabilidade como reciprocidade, redistribuição e domesticidade²⁵².

Nesse sentido, a economia de mercado só se estabeleceu à medida que a sociedade foi transformada, especialmente por meio de medidas reguladoras, em uma sociedade de mercado, isto é, uma sociedade subordinada às exigências de uma economia que espera um comportamento humano baseado nos máximos lucros monetários e no equilíbrio determinado pelo preço entre a oferta e a demanda. Nestas economias de mercado toda a produção é

²⁵⁰ PASSOS, R. C. M.; NOGAMI, O. *Princípios de economia*. São Paulo: Pioneira Thomson Laerning, 2006. p.16.

²⁵¹ POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

²⁵² POLANYI, Karl. *A grande transformação...* p.65-74.

destinada à venda e isso inclui não apenas bens e serviços, mas também a terra, o trabalho e o dinheiro.

O aspecto central sobre a incorporação da terra à economia de mercado é que a terra não é uma mercadoria, mas é a própria natureza, o espaço da ação humana²⁵³. A sua inclusão no mercado foi historicamente condicionada pela exigência de controlar e manter a produção industrial. Quando tratamos de mercado de terras, tratamos, portanto, de relacionar como a terra tornou-se uma mercadoria ordinária, como o desenvolvimento da sociedade de mercado alterou tão profundamente as relações a ponto de submeter o espaço de sobrevivência ao próprio mercado.

Em seus estudos sobre mercados de terras os historiadores têm procurado dialogar com essa perspectiva que não desarticula as esferas econômicas e sociais. A análise estrita do mercado de terras é um meio de compreender como as sociedades operam esse recurso fundamental e como ele revela os comportamentos sociais e não-econômicos que estruturam essas sociedades²⁵⁴.

De modo geral, refletindo parte das premissas que diferenciam os mercados capitalistas daqueles não-capitalistas, as análises sobre o mercado de terras tem se utilizado do conceito de “mercado imperfeito” em contraposição a mercados cujo modo de funcionamento remete à concorrência perfeita. Os chamados mercados imperfeitos impõem algumas características como; certo grau de acidentalidade nas transações, pessoalidade e restrição no número de compradores e vendedores, em resumo, tratam-se de um mercado sem a determinação exclusiva da oferta e demanda.

A partir de uma série de trabalhos, é possível definir algumas características dos mercados de terras em sociedades não capitalistas, entre elas está a constatação de que os mercados de terras não costumavam ser abertos, pelo contrário, tratavam-se de mercados restritos e locais. De tal forma que a circulação “*no dependía de um mercado regido por la oferta y la demanda, sino que era el resultado de un mercado impulsado por consideraciones locales, contigentes, sin una verdadera consideración económica por parte de los actores*”²⁵⁵. Para alguns historiadores, tratam-se de mercados fundamentalmente intrafamiliares e, portanto, sem grande número de compradores e vendedores, estimulados pelas práticas de heranças igualitárias dos bens e pela relativa imobilidade espacial dos proprietários de terra.

²⁵³ POLANYI, Karl. *A grande transformação...* p.93.

²⁵⁴ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial...* Op.Cit.

²⁵⁵ BÉAUR, Gérard. *El mercado de la tierra en la Francia preindustrial (siglo XVIII – inicios Del siglo XIX)*. Siglos Históricos, número 17, janeiro-julho 2007, 138-163.

A esses mercados também se presume lógicas particulares, já que cada transação supõe uma negociação própria com determinantes específicos. Além das características objetivas da terra, tamanho, qualidade do solo, localização, a terra encerra em si um importante valor simbólico que transcende o seu valor mercantil e afeta a transação, como a constituição do *status* social e os vínculos dependência e solidariedade gerados entre proprietários e também com a parcela da população desprovida da propriedade de terra. Em um sentido mais prático, cada transação abriga uma situação diferente, em que a situação/posição dos sujeitos em relação ao bem, lindeiros, parentes, forasteiros, condicionam o seu valor, o preço e a forma como a terra é transmitida.

A pouca dispersão do preço da terra comercializada em Santa Vitória do Palmar demonstrou que embora os processos de constituição absoluta da propriedade da terra estivessem em andamento do ponto vista burocrático, o mercado na região estava em plena fase de consolidação²⁵⁶. Essa conclusão, reforça o entendimento, apontado pela análise dos Registros Paroquiais de Terra, de que nas áreas de ocupação antiga, os mecanismos de compra já haviam se consolidado como formas de acesso à terra concomitante ou mesmo anteriormente à Lei de Terras, um processo que foi estabelecido fruto, sobretudo dos processos de partilhas igualitária dos bens.

Está claro que a oferta em áreas sem a presença de terras devolutas era condicionada especialmente pelas heranças e isso fica evidente com a averiguação das formas de aquisição declaradas nos registros de compra e venda de Santa Vitória do Palmar.

A herança foi declarada como forma de apropriação em 71% dos registros de compra e venda de terras em Santa Vitória do Palmar, incluem-se aqui além dos registros que declararam apenas a herança também aqueles registros que declararam múltiplas formas de aquisição envolvendo as partilhas como “herança e compra” e “herança e permuta”. A tabela abaixo apresenta a totalidade das declarações:

²⁵⁶ Sobre a relação entre o comportamento dos preços e o perfil dos mercados Banzato, Barcos e d'Agostino afirmam “*en los mercados em formación, la dispersión es una constante lo que no implica en todo los casos un comportamiento anárquico puesto que, como planteo Levi em su caso, se pueden aislar variables*”. In: BANZATO, G.; BARCOS, M.F.; D'AGOSTINO, V. (2011) *Problemas, métodos y abordajes teóricos en torno al mercado de tierras...* Op.Cit.

Tabela 13. Forma declarada de aquisição das terras negociadas em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)

Forma de aquisição	Nº de registros	%
Herança	355	56%
Herança e compra	19	3%
Herança e permuta	4	12%
Compra	33	5%
Contrato	6	1%
Permuta	4	1%
Doação	1	0%
Hipoteca	1	0%
S/R	210	33%
TOTAL	633	100%

Fonte: Registros de compra e venda de terras. Livros de Transmissões e Notas e Registros Diversos. APERGS.

Ainda que o volume de transações ao longo do período analisado seja significativo, a compra foi uma forma de aquisição pouco declarada, apenas 5% das transações foram efetuadas sobre propriedades adquiridas exclusivamente pela compra. Como hipótese é possível relacionar esse baixo percentual ao caráter estritamente local e fechado do mercado de terras em Santa Vitória do Palmar, pois havia um número limitado de compradores “forasteiros”, indivíduos não vinculados à população e famílias historicamente estabelecidas ali – o que significa dizer, uma fronteira agrária fechada. Por outro lado, esse pequeno número de propriedades negociadas adquiridas anteriormente por compra demonstra que mecanismos como especulação imobiliária e frequentes transações entre compradores e vendedores não se configuravam como uma característica deste mercado local²⁵⁷.

Em nenhum dos 378 registros de compra e venda que citaram as “heranças” como forma de aquisição das terras há menções sobre concessões do período colonial, como “datas de terras” ou “sesmarias”. Note-se que também não houve nenhum registro explícito de terras que foram tomadas pela posse e mais tarde vendidas, mas um 1/3 das propriedades vendidas

²⁵⁷ Não nos interessa aqui o pequeno número de registros que declararam as doações e permutas como forma de aquisição. Mapeamos os quatro registros de permutas que foram mais tarde vendidos, percebemos que assim como as doações, os campos permutados e mais tarde vendidos não envolveram trocas monetárias. Se entendermos os contratos de doações e permutas como mecanismos de ajustes dos sistemas de partilhas e transmissão das propriedades podemos supor que as vendas refletem talvez um revés ou aprimoramento estratégias familiares, talvez pessoais que se manifestaram em uma nova transação. Certamente, a análise dos contratos de permuta e doações de bens elucidam esses aspectos, mas excedem este trabalho.

não declarou nenhuma forma de aquisição anterior²⁵⁸. De tal forma que não pode descartar a possibilidade das propriedades desses terrenos resultarem de posse ou expansões ilícitas.

É preciso deixar claro que o acesso ao mercado de terras, nem sempre é o mecanismo de aquisição de terras predominante. Dificilmente a compra da terra para populações historicamente estabelecidas em uma região é a principal forma de acesso a esse bem, os mecanismos de dotes, o estabelecimento de matrimônios, por exemplo, também eram/são maneiras de organizar e expandir patrimônios fundiários. Quer dizer, quando analisamos as formas de aquisição declaradas nas terras negociadas em Santa Vitória do Palmar, não estamos tratando especificamente de dinâmicas de apropriação, mas da compreensão de quais parcelas de terras compunham esse mercado. Essa aproximação é essencial quando relacionamos as formas de aquisição aos vínculos entre compradores e vendedores.

Somente em 25% dos registros de compra e venda consta a relação entre compradores e vendedores. Tal percentual pode ser justificado pela relativa simplicidade do documento de compra e venda.

A análise bibliográfica acerca das características dos mercados de terras não capitalistas, ou não plenamente capitalistas, é marcada pela defesa de um perfil intrafamiliar desses mercados. Giovanni Levi²⁵⁹, ao dialogar com estudos sobre economias e sociedades camponesas, acabou estruturando algumas questões e conclusões sobre as características familiares dos mercados de terra. Em sua análise de um mercado “sem demanda” e de uma estrutura fundiária bastante fragmentada, o autor afirma que a terra circulava preferencialmente em um âmbito familiar²⁶⁰. E as razões para essas compras não estavam vinculadas nem à oferta e procura, nem à tentativa de assenhoreamento entre familiares, mas costumavam ser o último recurso dentro de um sistema de reciprocidade que primava pela manutenção dos recursos de sobrevivência dos indivíduos²⁶¹.

A proeminência das relações familiares não se manifestou em nosso exame dos registros de compra e venda de Santa Vitória do Palmar, do total de registros que declaram

²⁵⁸ Em apenas um registro de compra e venda há uma indicação tangencial a existência de terrenos devolutos em Santa Vitória do Palmar. Trata-se do registro de compra e venda efetuado entre Modesto Dias de Oliveira e Salvador Rodrigues, de um pequena fração de campo, adquirida pela compra e situada na “cabeceira do Arroio del Rey”, com extensão de 6 braças de frente e uma légua de fundo (8,76 hectares), vendido por 8,76£. Em suas confrontações está indicada ao leste a existência de “*campos devolutos*”. Fonte: Registros de compra e venda. Livro de Transmissões e Notas. 2º Tabelionato. Livro 17. p.77. 1881.

²⁵⁹ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial...* Op. Cit.

²⁶⁰ As relações entre familiares não constituem a maior parte dos contratos analisados por Giovanni Levi; é entre estranhos que o maior volume de transações se concentra. Ver: Gráfico 3-5. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial...* p. 158.

²⁶¹ *Ibidem.* p. 159-161.

algum vínculo entre compradores e vendedores, 25% envolviam parentes, e estes registros constituíram apenas 6% do total.

O estudo de Gérard Béaur²⁶² sobre o mercado de terras na França pré-industrial, mais especificamente na região da Normandia, também verificou que as transações entre familiares constituíram uma parcela muito pequena do conjunto de registros de transmissão de propriedades. Para o autor, no final do século XVIII aquela região da França possuía um mercado muito mais aberto do que supunham as considerações sobre sociedades camponesas e seu *“apego visceral a la tierra y el afán por mantenerla em la familia”*²⁶³.

Em Santa Vitória do Palmar eram as relações de vizinhança que apareciam com maior frequência entre compradores e vendedores, 75% dos registros que declaram vínculos eram entre confinantes, ou 18% do total do universo dos registros. Compreender as relações de vizinhança é particularmente difícil. Por um lado elas revelam o aspecto prático da expansão das propriedades, da demanda sempre presente de compra de terrenos contíguos, especialmente em se tratando da pecuária extensiva. Por outro lado, “ser vizinho” podia se sobrepor a outros tipos de relações envolvendo reciprocidades, antigos laços familiares e também conflitos. Em um espaço de ocupação antiga como era o caso de Santa Vitória, e de mercado de terras bastante restrito, como se demonstrou, é possível que quase toda relação de vizinhança remetesse a um vínculo anterior ou futuro.

Não é possível considerarmos com segurança a totalidade dos registros sem referência aos vínculos entre compradores e vendedores como transações efetuadas entre “estranhos”. Esse procedimento foi adotado por Giovanni Levi²⁶⁴ baseado em uma extensa pesquisa prosopográfica, que não se repetiu no presente trabalho. Definir quais indivíduos estavam à margem das relações estabelecidas em Santa Vitória do Palmar é uma tarefa complexa, que envolve problemas como a ausência das genealogias e a própria característica dessa sociedade marcada pela mobilidade espacial e pelo estabelecimento de vínculos familiares e econômicos tanto do outro lado da fronteira como no restante da província.

A análise conjunta da forma de aquisição das terras e do vínculo entre compradores desfez uma das principais hipóteses deste trabalho, a de que em um sistema de partilha igualitária a busca pela anexação e manutenção das propriedades ocorria dentro do próprio núcleo familiar. Apenas 4%, do total de 633 transações, envolveram propriedades antes

²⁶² BÉAUR, Gérard. *El mercado de la tierra en la Francia preindustrial (siglo XVIII – inicios Del siglo XIX)*. Signos Históricas, número 17, janeiro-julho 2007, 138-163.

²⁶³ Ibidem. p.147-148.

²⁶⁴ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

adquiridas por herança e transmitidas entre parentes. Ou seja, o sistema de partilha igualitária parece não ter necessariamente cooptado compradores e vendedores²⁶⁵.

Um pouco mais de 13% do total das transações envolveram propriedades adquiridas por herança e transmitidas a vizinhos. Então, se as partilhas igualitárias das propriedades na prática envolvem a fragmentação dos terrenos, a demanda dos lindeiros impulsionava o mercado.

Ao menos no nível das relações envolvendo compradores e vendedores o mercado de terra de Santa Vitória do Palmar na segunda metade do século XIX parece ter sido bastante aberto, a análise geral dos preços do hectare também apontou para uma situação de homogeneidade condizente com um mercado de terras estabelecido.

Seguindo o procedimento adotado por Giovanni Levi analisamos os preços entre vizinhos, parentes e “estranhos”, procurando identificar as mínimas variações nos preços negociados e apontar para uma conclusão efetiva sobre as características do mercado de terras em Santa Vitória do Palmar. Os gráficos, a seguir, ilustram a dispersão dos preços entre cada conjunto de envolvidos:

²⁶⁵ Os vínculos declarados são majoritariamente entre sogros e genros, irmãos, não há sequer nenhum registro envolvendo transações entre primos, de tal forma que uma avaliação mais profunda das genealogias pode alterar minimamente as conclusões sobre o perfil intrafamiliar do mercado de terras em Santa Vitória do Palmar. De qualquer forma a ausência de referência também pode ser compreendida como um indicativo de como as famílias se reconheciam e operavam os seus patrimônios.

Gráfico 27. Preço médio (£) do hectare de terra negociado com “estranhos”, Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888

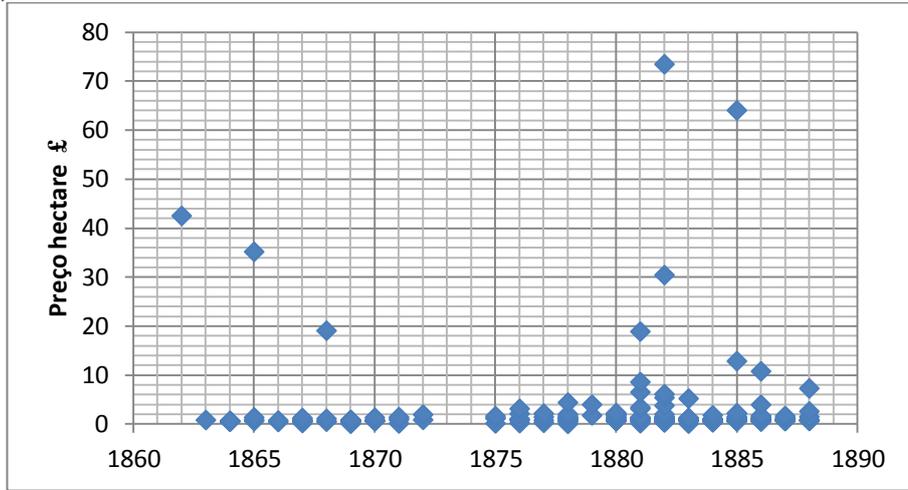


Gráfico 28. Preço médio (£) do hectare de terra negociado com “vizinhos”, Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888

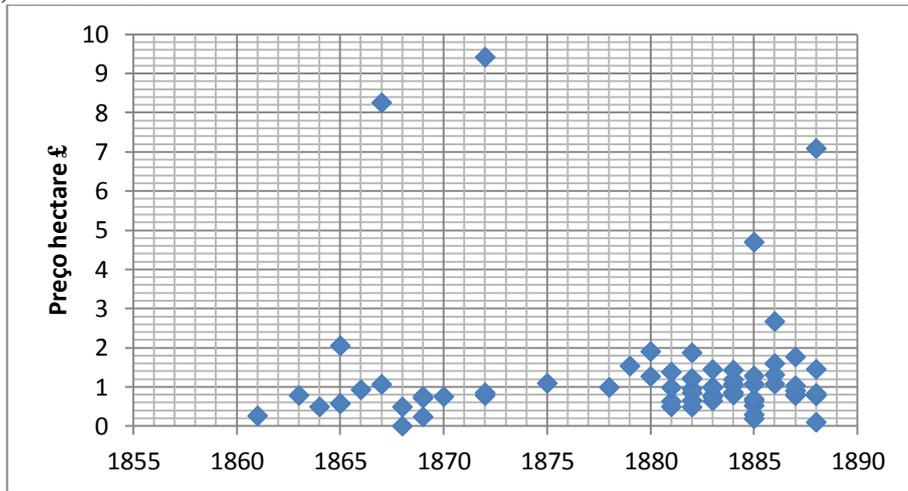
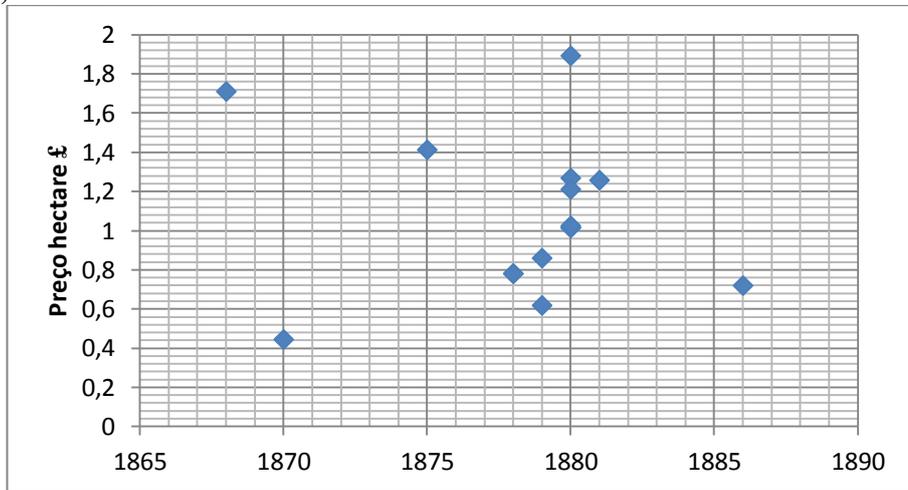


Gráfico 28. Preço médio (£) do hectare de terra negociado com “vizinhos”, Santa Vitória do Palmar, 1858 – 1888



Como já foi dito, 92% das transações de compra e venda referem-se a contratos cujo preço do hectare era de até 2£. Assim, a análise da dispersão de preços formulados nas transações entre familiares, vizinhos e estranhos tende a uma artificialidade. De qualquer maneira, entendemos que diante da pequena bibliografia e dos incipientes avanços sobre o tema, faz-se necessária a utilização desse recurso, que de fato é o único possível, como parte da construção da argumentação sobre o avanço das lógicas capitalistas sobre os mercados rurais do Rio Grande do Sul.

A análise dos gráficos acima demonstra uma situação completamente diferente daquela apresentada por Giovanni Levi para Santena no século XVII. As transações entre parentes são aquelas que apresentam a menor dispersão em relação ao conjunto de transação, sendo que nenhum contrato foi firmado com o custo do hectare superior a 2 £. Para esse pequeno conjunto de transações (11) não havia preços preferenciais; as transações foram feitas levando em conta ou os preços dos inventários ou refletindo claramente as médias anuais negociadas no mercado.

Quanto às transações envolvendo vizinhos, elas também não foram marcadas pela grande dispersão: há apenas 7 registros com hectares vendidos a mais de 2 £. O fundamental sobre esses preços discrepantes é que eles refletem em si duas pistas fundamentais para o entendimento dos preços. O primeiro deles é que 6 dos 7 registros possuem extensões inferiores a 50 hectares, com média de apenas 15 hectares por operação, no mercado de terras, mesmo os atuais, costuma haver uma relação inversa entre o tamanho da propriedade e o preço do hectare – assim, é provável que essas pequenas faixas de terra tenham sido compradas por razões que incluem a expansão das propriedades, mas diante de empreendimentos tão diminutos os altos preços também apontam para outras situações, que podem ser como propõe Giovanni Levi, resultado de negócios e reciprocidades anteriores.

A segunda pista está relacionada com o cercamento dos campos, a nova demanda social e produtiva que se instalou na região da campanha na segunda metade do século XIX, e que pode ter afetado o comportamento dos preços. De modo geral, há pouquíssimos registros sobre o cercamento das propriedades em Santa Vitória do Palmar, tanto nos inventários *post-mortem* como nos registros de compra e venda. Esse caso com um preço ligeiramente mais alto é umas dessas situações, trata-se de uma propriedade com 380 hectares na localidade Cordão, em parte aramada e por 13.048\$000 ou 2,66 £/hectare, vendida a João Uladisau Correa, vizinho ao norte e oeste, além de antigo arrendador²⁶⁶.

²⁶⁶ Registro de Compra e Venda. Santa Vitória do Palmar. Livro de Transmissão e Nota. 2º Tabelionato, livro 26, p. 155.

Entre os “estranhos” é que encontramos uma maior dispersão nos preços negociados, 14% dos registros possuíam preços superiores a 2£. Mais uma vez entre os “estranhos” existe a relação inversa entre tamanho da propriedade negociada e preço do hectare. A extensão média das propriedades negociadas com valores superiores a 2£ foi de 54 hectares. Como o gráfico sugere, foram as transações entre estranhos que movimentaram o maior capital, seis entre os dez maiores negócios registrados no tabelionato de Santa Vitória do Palmar foram feitos entre indivíduos que não declararam nenhum vínculo familiar ou de vizinhança. Todavia, esses maiores investimentos não reverteram em propriedades maiores. O quadro 12 demonstra como o volume de dinheiro investido entre estranhos não foi proporcional ao tamanho das propriedades.

Quadro. 12. Preço médio (£) e Extensão média das propriedades negociadas por familiares, vizinhos e estranhos.

	Preço médio por hectare (£)	Extensão média
Familiares	1,06	139,6
Vizinhos	1,30	246,5
Estranhos	2,48	165,0

Fonte: Registros de compra e venda. Livros de Transmissões e Notas, Registros Diversos. Santa Vitória do Palmar. APERS

Entre as dez maiores propriedades negociadas em Santa Vitoria do Palmar seis foram efetuadas entre vizinhos. Os preços negociados entre estranhos foi 90% maior que aqueles negociados por proprietários confinantes. Contudo as propriedades tinham extensões 33% menor. No intuito de concluir o tema temos que o comércio de terras em Santa Vitória do Palmar não se configurou como proeminente familiar. Embora a análise geral dos preços tenha demonstrado que as condições de mercado já havia se estabelecido, o acesso a grandes propriedades através do mercado não parece não ter sido “universal”. Especialmente os vizinhos parecem ter acessado com maior frequência os grandes terrenos.

Por sua vez, a análise da composição e dos vínculos dos agentes que operavam o mercado de terras uruguaias expressa um perfil de mercado ligeiramente mais personalizado. No total 13% das propriedades foram comercializadas entre familiares, um pouco mais que o dobro do total registrado em Santa Vitória do Palmar (6%), e 12% das transações envolveu vizinhos. Independente da análise conjugada entre as relações de vendedores e compradores e

da extensão das propriedades comercializadas, fica claro que o mercado de terras envolvendo bens no Uruguai não só movimentava as maiores propriedades como também tinha um caráter muito mais restrito, limitado especialmente a elite econômica local.

Ao analisar o comportamento dos preços nas transações no mercado de terras em uma comunidade *ejidataria* na região de Mercedez, próximo a Buenos Aires, durante a segunda metade do século XIX, Guillermo Banzato, Maria F. Barcos e Valeria D'Agostino²⁶⁷ também perceberam comportamentos diferentes daqueles demonstrado por Giovanni Levi²⁶⁸ para o Piemonte. Em suas análises os preços praticados por estranhos também foram mais altos do que entre os próprios *ejidatários* e familiares diretos. Sobre o mercado de terras na França, Gérard Béaur também cita uma série de trabalhos que contestam esse modelo em que os preços acordados por familiares, vizinhos e estranhos se diferem entre si. Para o autor, em comunidades em que as partilhas eram igualitárias, compradores e vendedores que possuíam vínculos familiares negociavam suas vendas de terras praticamente ao mesmo preço do mercado²⁶⁹ - situação que se assemelha a encontrada em Santa Vitória do Palmar no final do século XIX.

Análise geral dos preços e de seus comportamentos em relação aos envolvidos nas transações demonstra que, assim como concluiu Gérard Béaur, havia:

“um precio de mercado aproximativo, alrededor del cual giraba el precio de las trasacciones em función de critério perfectamente incorporados em los cálculos de los operadores inmobiliarios (...). Esto no significa que el precio del mercado se impusiera siempre y de forma sistemática em las trasacciones, ni siquiera tomando em cuenta um número infinito de factores objetivos.”²⁷⁰

Não podemos considerar que o mercado de terras constituído em Santa Vitória do Palmar foi “sem demanda”, em um espaço de fragmentação das propriedades, as compras são sempre um recurso para a manutenção ou reorganização do patrimônio fundiário. A segunda metade do século XIX foi marcada por algumas mudanças na estrutura produtiva da produção pecuária, que afetaram os preços dos produtos agrícolas e, por sua vez, refletiram-se na

²⁶⁷ BANZATO, G.; BARCOS, M.F.; D'AGOSTINO, V. (2011) *Problemas, métodos y abordajes teóricos en torno al mercado de tierras. La campaña bonaerense entre los siglos XVIII y XIX*. In: II Jornadas Interdisciplinarias de Investigaciones Regionales, Mendoza, Argentina, 2011.

²⁶⁸ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial...* Op. Cit.

²⁶⁹ BÉAUR, Gérard. *El mercado de la tierra en la Francia preindustrial (siglo XVIII – inicios del siglo XIX)*. Signos Históricas, número 17, janeiro-julho 2007, p.148.

²⁷⁰ BÉAUR, Gérard. *El mercado de la tierra en la Francia preindustrial (siglo XVIII – inicios del siglo XIX)*. Signos Históricas, número 17, janeiro-julho 2007, p.148.

ascensão do preço dos imóveis rurais, que já sofriam as influências das mudanças em relação a propriedade territorial no Brasil.

O aumento do preço do hectare foi acompanhado da redução do tamanho das propriedades comercializadas. Até o início da década de 1880, as compras no Uruguai parecem ter cooptado os maiores negócios em termos de extensão das propriedades. Todavia, esse espaço de expansão dos negócios brasileiros parece ter se restringido com a proximidade do final do século; uma das razões pode estar vinculada, também, às imposições burocráticas do governo uruguaio sobre a terra e seu o conseqüente encarecimento.

Embora a mercantilização da terra não fosse uma novidade para essas áreas de fronteira agrária fechada, uma vez que o comércio de terras nessas regiões estabeleceu-se praticamente concomitante à própria ocupação européia, foi ao longo do século XIX e a partir de uma legislação específica que esse mercado se consolida. Pelo que foi apresentado em relação ao comportamento dos preços e das relações estabelecidas entre compradores e vendedores, podemos afirmar que a constituição da terra como mercadoria caminhava a passos largos no campo econômico, mesmo que do ponto de vista burocrático ainda refletisse a imprecisão que marcou a propriedade da terra desde os primórdios das concessões metropolitanas.

Conclusão

Ao longo deste trabalho foi imposto um desafio incessante, comparar a estrutura agrária e fundiária de Santa Vitória do Palmar com outras áreas de produção pecuária ocupadas no início do século XIX. O desafio constituiu-se em buscar sentidos em um conjunto de diferenças e proporções que nem sempre tornou mais inteligível a análise dos dados sobre Santa Vitória do Palmar. A ausência de outros trabalhos sobre a produção rural nos mais antigos núcleos de ocupação portuguesa no Rio Grande do Sul dificultou o entendimento sobre o mundo rural na metade sudeste, foi complexo definir até que ponto o nosso objeto de análise era atípico.

Por outro lado, a insistência nas comparações sobre a distribuição de recursos em Santa Vitória do Palmar e nas mais diferentes regiões da província tornou mais clara a perspectiva de que a fronteira sul, na segunda metade do século XIX, era uma região de pecuárias de diferentes envergaduras e não apenas uma paisagem agrária única. A análise da composição dos rebanhos apontou para algumas especificidades produtivas como o rápido crescimento da produção ovina na região e o caráter extremamente extensivo de sua produção.

Em síntese, assinalmos as mudanças engendradas na estrutura produtiva do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. A análise centrada sobre a propriedade da terra em Santa Vitória do Palmar demonstrou que, talvez, a mais significativa das transformações do período foi a redução no tamanho das propriedades. No início do século XIX, o caminho da ocupação de terras no Rio Grande do Sul foi orientado no sentido da apropriação de grandes extensões, contudo esse modelo sofreu com suas restrições já no princípio da segunda metade do século e, como apontou a análise dos censos das primeiras décadas de século XX, manteve o seu percurso por quase um século.

Em áreas de produção extensiva como Santa Vitória do Palmar, a redução em menos de 30 anos de mais de 50% do tamanho das propriedades foi acompanhada pela redução do tamanho dos rebanhos na mesma proporção. O que a comparação com outras regiões como Bagé e Alegrete, revelou é que já na segunda metade século XIX, a configuração da estrutura fundiária de Santa Vitória do Palmar era diferenciada, a extensão média das propriedades não correspondia nem de longe as antigas sesmarias e os grandes domínios. Defendemos, assim como fez John Chasteen, que havia um complexo de ocupação antiga no Rio Grande do Sul

que, independente da localização geográfica, sofreu mais intensamente o processo de partilhas igualitárias, bem como a falta de investimentos por parte das famílias que constituíram algum capital comercial a longo do século XIX e o revertiam em propriedades no interior.

A análise comparativa entre as taxas de ocupação de rebanho apresentados no Código Rural de 1898 e aqueles verificados a partir dos inventários *post-mortem* não apontou para nenhuma dificuldade natural na criação de animais em Santa Vitória do Palmar. Os dados afirmam que era possível manter, em campos sem cercas, até quatro vezes mais animais do que eles realmente comportavam ao longo do período analisado. Tais dados não devem ser desprezados, a produção histórica sobre a economia rural da segunda metade do século XIX ainda mantêm sérias lacunas na compreensão do processo de empobrecimento da metade sul. Parece-nos que, no caso de Santa Vitória do Palmar, não havia recursos para manutenção de maiores rebanhos na região, ainda que o preço dos animais tenha apresentado significativa alta.

Sobre as restrições econômicas dos produtores rurais no final do século XIX, o editorial do jornal “O Canabarro”, de Santana do Livramento, comentava a situação dos estancieiros locais em 1888:

“Estancieiros há, com um par de mil reses e campos correspondentes, ovelhas, éguas, mulas e cavalos, que, muita vez, não dispões de uma libra esterlina no bolso; e como não ser assim se todo o produto que eles conseguem apurar em seus bem povoados estabelecimentos de criação e de desfrute, mal chega para enfrentar com as suas necessidades mais premiantes?”

A partir da análise da distribuição dos rebanhos, sabemos que a existência de “estancieiros com um par de mil reses” em Santa Vitória do Palmar era uma situação que atingia menos de 5% dos produtores rurais, o que certamente ilustra como viviam os outros produtores. Quer dizer, é impossível desarticular a situação econômica da região e dos produtores aos comportamentos em relação à terra e ao seu mercado. Está claro que o acesso à terra pela compra e os gastos burocráticos pela regularização da propriedade da terra eram restritos a certas parcelas da população.

Em meados do século XIX mudaram as concepções e também as atitudes em relação à terra, que se transformava em uma mercadoria. A transição para a mercantilização plena da terra ocorreu concomitante a existência de um mercado de terras, de modo que, a Lei de Terras não instaurou o mercado de terras no país, especialmente nas zonas previamente ocupadas. A análise sobre as dinâmicas da apropriação no Rio Grande do Sul, por exemplo,

demonstraram que a compra era uma forma de acesso à terra que remetia as primeiras ocupações do território, o resultado da lei foi, portanto, a criação de um estatuto jurídico que legitimava as práticas de compra e venda de terras que já ocorriam e intensificavam-se no final do século.

Ainda que as transações fossem usuais a análise de como a terra era legada e comercializada em Santa Vitória do Palmar mostrou que a existência das imprecisões parece não ter influenciado na constituição da terra como uma mercadoria negociável, em um mercado de terra com preços relativamente homogêneos. Quer dizer, a expressão da terra como mercadoria relacionada à quantidade como extensão, valor e rendimento foi posterior a sua comercialização. Outras lógicas parecem ter determinado o manejo desse bem e a determinação do seu preço. Em uma comunidade reduzida como Santa Vitória do Palmar, percebeu-se que os comportamentos sociais em relação à terra não se alteraram completamente à medida que os mecanismos de mercado de estabeleciam, havia diferenças na forma de acesso à terra marcadas pela posição dos sujeitos em relação ao bem e ao vendedor.

As compras e vendas envolvendo familiares não eram, por exemplo, o maior conjunto de negócios, todavia eram entre os familiares que a terra era comercializada a um preço mais baixo ou mais próximo daqueles avaliados nos inventários *post-mortem*. A análise dos negócios envolvendo terras recebidas por herança e negociadas dentro dos círculos familiares demonstrou que mesmo diante do processo de fragmentação das propriedades, não havia tendência a reconcentração dos patrimônios por apenas um herdeiro. A pouca presença de negócios efetuados entre familiares pode significar que a configuração da estrutura fundiária se mantinha fundada na manutenção do conjunto de campo divididos por herança.

Em um espaço em que havia demanda pela anexação de novos terrenos aos patrimônios fundiários, foram entre compradores e vendedores que mantinham relações de vizinhança que as maiores extensões de terras foram comercializadas. Ou seja, era principalmente fora dos núcleos familiares que os recursos disponíveis para compra de terras se localizavam, a análise do alto preço do hectare negociado entre estranhos confirma esta perspectiva. Por outro lado, a restrição ao acesso a grandes propriedades por indivíduos que não mantinham nenhum laço prévio ilustram, uma característica comum aos mercados de terras, a sua limitação local.

Diante de uma produção pecuária tão extensiva e em um espaço sem a disponibilidade de áreas devolutas, o volume de transações de compra e venda só aumentou até o final da década de 1880 bem como o preço médio do hectare. A mesma tendência de alta dos preços foi verificada nas transações envolvendo bens no Uruguai, mas o volume de transações caiu

drasticamente na segunda metade da década de 1880. É possível, avaliar essa redução como resultado do fechamento da “fronteira uruguaia” para brasileiros, que se concretizou com as mudanças institucionais em relação à propriedade da terra, aos movimentos do governo uruguaio de reduzir a influência brasileira naquele território, e também as mudanças na estrutura produtiva e na produção rural local que envolveu o cercamento dos campos, o crescimento dos rebanhos, aspectos esses que certamente encareceram as propriedades.

O perfil do comércio de terras nessa zona de fronteira mostrou que em média as propriedades uruguaias negociadas no tabelionato local eram dez vezes maiores que as localizadas em Santa Vitória do Palmar. Mantendo a perspectiva que afirma, que ao longo do século XIX, o espaço uruguaio funcionava como um apêndice econômico da produção pecuária sul-rio-grandense, pela análise da circulação da terra notou-se que o acesso aos bens do outro lado da fronteira era restrito, no caso de Santa Vitória do Palmar basicamente controlado por algumas famílias. De modo que a análise dos agentes que operavam o mercado de terras no Uruguai apontou que os vínculos familiares entre compradores e vendedores eram mais frequentes.

Não há como desassociar da história econômica e social do campo do final do século XIX o advento das cercas de arame. Mais do que uma inovação produtiva que reduzia o número da mão-de-obra necessária para pecuária, a cerca protegia a propriedade dos animais de raças nobres, e era naquele período a representação física de uma série de mudanças sobre a propriedade da terra e do advento de uma nova concepção de propriedade e sociedade. Em Santa Vitória do Palmar, apenas 4 produtores inventariaram propriedades parcialmente cercadas, ainda que a presença das cercas tenha sido minguada ao longo do nosso recorte cronológico, julgamos que foi possível reconhecer as transformações sobre a propriedade por meio de outras perspectivas através dos inventários e da análise dos contratos de compra e venda. Estamos cientes que as mudanças em relação à terra não se encerram com o final do século XIX ou início do século. O fim da escravidão e a consolidação das relações capitalistas de produção intensificaram essas mudanças e as conseqüências humanas desses processos que envolveu a expulsão das famílias, o aumento nos conflitos agrários, enfim, a própria sujeição dos indivíduos ao mercado.

ANEXO 1
Lista de qualificação de Votantes – Santa Vitória do Palmar, 1865 - Distribuição por
Grupos Ocupacionais

	Total
Estancieiros	18
Fazendeiros	53
Criadores	143
Lavradores	49
Capatazes	14
Campeiros	13
Agregados	4
Proprietários	3
Agencia	6
Alfaiate	4
Boticário	1
Caixeiro	2
Carpinteiro	6
Farmacêutico	1
Jornaleiro	1
Negociante	11
Ouvires	1
Pedreiro	2
Sapateiro	5
Marítimo	4
Empregado público	10
Militares	2
Padre Vigário	1
TOTAL	354

Fonte: Lista de qualificação de votantes de Santa Vitória do Palmar - Fundo Eleições, maço 3, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ANEXO 2

Extensão das Propriedades de Terras segundo os Registros Paroquiais de Terra – John Chasteen, 1991

DISTRITOS	Pequenas prop. (100 – 1500 ha)			Médias prop. (1501-7000 ha)		
	n°	%	tam. Med.	n°	%	tam. Med.
Arroio Grande	53	55	532	38	39	3296
Herval	61	53	696	46	40	3175
São Gabriel	100	67	755	124	46	3509
Alegrete	104	35	612	128	43	3416
Uruguaiana	15	14	953	50	48	3315

	Grandes prop. (7001-26.500 ha)			Imensas prop. (+ 26500 ha)		
	n°	%	tam. Med.	n°	%	tam. Med.
Arroio Grande	5	6	12422	0	0	0
Herval	7	6	12582	1	1	80000
São Gabriel	40	15	13369	5	2	39748
Alegrete	65	22	13135	3	1	45012
Uruguaiana	34	33	13362	5	5	43124

Fonte: ADAPTADO. Registros paroquiais, APERS, Seção extrajudiciária. CHASTEEN, J. C. *Backgrounds of the civil war: The process of land tenure in Brazil's southern borderland, 1801-1893*. Hispanic American Historical Review, v. 71, n.4, p.746.

ANEXO 3

Tabela preço médio anual das “reses de criar” nos inventários *post-mortem*.

Ano	Preço médio em réis	Observações	Preço médio em libras
1858	6\$914		0,79
1859	7\$140		0,74
1860	s/r		s/r
1861	6\$071		0,64
1862	6\$022		0,66
1863	4\$918		0,55
1864	s/r		s/r
1865	5\$092	Apenas um registro na série	0,53
1866	s/r		s/r
1867	4\$790		0,44
1868	5\$000	1 registro discrepante	0,35
1869	4\$898		0,38
1870	s/r		s/r
1871	6\$444		0,64
1872	7\$666		0,86
1873	6\$500		0,7
1874	s/r		s/r
1875	s/r		s/r
1876	8\$093		0,85
1877	8\$166		0,85
1878	8\$695		0,83
1879	8\$464		0,75
1880	9\$228		0,84
1881	9\$289		0,89
1882	9\$000		0,79
1883	10\$095		0,9
1884	9\$549		0,82
1885	9\$781		0,75
1886	9\$263		0,72
1887	9\$500		0,88
1888	9\$317		0,98

Fonte: Inventários post-mortem Santa Vitória do Palmar. APERS. Para a análise do preço médio foram desconsiderados elementos dentro das séries anuais que gerariam discrepâncias estatísticas. Na coluna das observações são enumerados os número de registros desconsiderados, bem como, informado os anos que apresentam apenas *um registro*.

ANEXO 4

Tabela preço médio anual do hectare de terra “campo” nos inventários *post-mortem*.

Ano	Preço médio em réis	Observações	Preço médio em libras
1858	s/r		0,79
1859	4\$179		0,74
1860	s/r		s/r
1861	5\$689		0,64
1862	7\$227		0,66
1863	10\$217	Apenas um registro na série	0,55
1864	s/r		s/r
1865	s/r		0,53
1866	s/r		s/r
1867	5\$505		0,44
1868	7\$747		0,35
1869	6\$331		0,38
1870	s/r		s/r
1871	7\$847		0,64
1872	2\$125	Apenas um registro na série	0,86
1873	5\$510		0,7
1874	s/r		s/r
1875	s/r		s/r
1876	7\$314		0,85
1877	7\$007		0,85
1878	8\$050		0,83
1879	7\$745		0,75
1880	8\$425		0,84
1881	7\$138		0,89
1882	6\$904	1 registro discrepante	0,79
1883	10\$301		0,9
1884	9\$643	1 registro discrepante	0,82
1885	10\$042		0,75
1886	9\$160	1 registro discrepante	0,72
1887	9\$500		0,88
1888	8\$995		0,98

Fonte: Inventários post-mortem Santa Vitória do Palmar. APERS. Para a análise do preço médio foram desconsiderados elementos dentro das séries anuais que gerariam discrepâncias estatísticas. Na coluna das observações são enumerados os número de registros desconsiderados, bem como, informado os anos que apresentam apenas um registro.

FONTES

Fontes Manuscritas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS)

Inventários *post-mortem*.

- Santa Vitória do Palmar, Órfãos e Ausentes. m.7a. Autos 147-165, 1879-1915.
 Santa Vitória do Palmar, Órfãos e Ausentes. m.1 - 5. Autos 01-120, 1856 - 1880.
 Santa Vitória do Palmar, Órfãos e Ausentes. m. 6 - 9. Autos 121- 218, 1878-1888.
 Santa Vitória do Palmar, Órfãos e Ausentes. m.1. Autos 01-17, 1886 - 1996.
 Santa Vitória do Palmar, Cível e Crime. m.01. Autos 01- 28, 1863 – 1889.
 Santa Vitória do Palmar, Provedoria. m.01. Autos 01 – 07, 1826 – 1880.
 Santa Vitória do Palmar, Provedoria. m.02. Autos 08 – 28, 1881 – 1897.
 Santa Vitória do Palmar, Provedoria. m.03. Autos 29 – 48, 1872 – 1904.

Escrituras públicas de compra e venda de terras, compra e venda de animais, permutas de bens rurais, arrendamentos.

- Santa Vitória do Palmar, 1º Tabelionato, Transmissões e Notas, Livros 1- 5, 1876, 1879.
 Santa Vitória do Palmar, 2º Tabelionato, Registros Diversos, Livros 1-2, 1876-1886.
 Santa Vitória do Palmar, 2º Tabelionato, Transmissões e Notas, Livros 7-28, 1875-1889.

Rio Grande, Freguesia de Santa Vitória do Palmar, Transmissões e Notas, Livros 1-5, 1858-1873.

Autos de medição e demarcação.

- Santa Vitória do Palmar, Cartório Cível e Crime, Maço 5, 1863 – 1880.
 Santa Vitória do Palmar, Cartório Cível e Crime, Maço 6, 1881 – 1883.
 Santa Vitória do Palmar, Cartório Cível e Crime, Maço 7, 1883 – 1901.
 Santa Vitória do Palmar, Cartório Cível e Crime, Maço 12, 1871 – 1901.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS)

Mapas Estatísticos

Mapa Estatístico e Geográfico de Santa Vitória do Palmar, Fundo de Estatísticas, maço 2, Santa Vitória do Palmar, 1869 e 1871

Mapa Estatístico e Geográfico do Taim, Fundo de Estatísticas, maço 2, Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Taim, 1869

Mapa Estatístico e Geográfico de Povo Novo, Fundo de Estatísticas, maço 2, Paróquia Nossa Senhora das Necessidades do Povo Novo, 1869 e 1871.

Lista de Qualificação de Votantes.

Lista de qualificação de votantes de Santa Vitória do Palmar, Fundo Eleições, maço 3, 1865.

Correspondência Câmaras Municipais.

Santa Vitória do Palmar, Correspondência expedida pela câmara municipal, maço ?, 1874-1889.

Fontes Impressas

REIS, Mario Goulart. *Inventário da situação do município de Santa Vitória do Palmar*. S/ Ed. 1964

Censos e compilações estatísticas

Recenseamento geral de 1872. Séries estatísticas e históricas, Censos - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>.

Repertório Estatístico do Brasil. Series Estatísticas Retrospectivas: Vol., 1. Estatísticas - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>.

De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS (1803-1950). Porto Alegre: FEE, 1981.

Legislação

BIBLIOTECA DE RIO GRANDENSE

Código de Posturas Rurais de Santa Vitória do Palmar. Promulgado em 1903.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Anselmo. *Os campos neutrais*. Porto Alegre: Planus Artes Ltda, 1972.
- BANZATO, Guillermo. *La formación del mercado de tierras durante la expansión de la frontera bonaerense. Chascomús y Junín, 1860-1890*. Trabajos y Comunicaciones, n. 35. In: Memoria Académica, 2009 p. 255-277.
- BANZATO, G.; BARCOS, M.F.; D'AGOSTINO, V. *Problemas, métodos y abordajes teóricos en torno al mercado de tierras. La campaña bonaerense entre los siglos XVIII y XIX*. In: II Jornadas Interdisciplinarias de Investigaciones Regionales, Mendoza, Argentina, 2011.
- BARRAN, José P.; NAHUM, Benjamin. *História Rural del Uruguay Moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.
- BÉAUR, Gérard. *El mercado de la tierra en la Francia preindustrial (siglo XVIII – inicios del siglo XIX)*. Signos Históricos, número 17, janeiro-julho 2007
- BELL, Stephen. *Campanha gaúcha. A brazilian ranching system, 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla, STALLA, Natalia. *Esclavitud y Trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*. Montevideo: Mastergraf, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro; Edições Graal, 2002.
- CHASTEEN, J. C. *Backgrounds of the civil war: The process of land tenure in Brazil's southern borderland, 1801-1893*. Hispanic American Historical Review, 1991, v. 71, n. 4, p.746.
- CHASTEEN, John Charles. *Fronteira Rebelde: A Vida e a Época dos Últimos Caudilhos Gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 2003.
- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre, Corag, 2005.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *A pecuária no Brasil Meridional: a estrutura dos rebanhos e a classificação dos criadores*. ANAIS ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010

CORSETTI, Berenice. Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999

CUNHA, Noel Gomes da. *Estudo dos solos do município de Santa Vitória do Palmar*. Pelotas: Editora Universitária / UFPel; EMBRAPA/CPACT; 1996.

DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre, Nova Dimensão/Editora PUCRS, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Escravos do Pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil* In: *Ciência e Ambiente*. Número 33 (julho/dezembro 2006). Santa Maria: UFSM, 2006.

FARINATTI, Luis A. Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845 – 1880)*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1999.

FARINATTI, Luis A. Ebling. *Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FOLETTTO, Arlene. *Os campos junto ao Uruguai aos matos em cima da serra: a paisagem agrária na paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GAMERO ROJAS, Mercedes, PARIAS SAINZ DE ROZAS, María. *El valor de la tierra en los siglos XVIII y XIX. Un estudio del mercado y los precios*, Revista De Historia Contemporánea, 1998, pp. 139-164.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815).” In: FRADKIN, Raúl O. (org.) *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Precios de los productos rurales y precios de la tierra en la campaña de Buenos Aires: 1750-1826*. Boletín del Instituto de Historia Agraria Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”. Tercera serie, nº11. 1º semestre 1995.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Intensidad de uso de la tierra y tasas de ocupación ganadera en la pradera pampeana (1816-1852)*. Quinto Sol, Nº2, 1998, p.5-23.

GARAVAGLIA, J. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una historia de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge. *Capitalismo agrário em la frontera. Buenos Aires y la región pampeana en el siglo XIX*. Revista Historia Agraria. n.29. 2003. p.105-121.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; GAUTREAU, Pierre. Inventando um novo saber estatal sobre el território: la definición de prácticas comportamientos y agentes em las instituciones topográficas de Buenos Aires, 1824-1864. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos; GAUTREAU, Pierre. (org.). *Mensurar la tierra, controlar el territorio. América Latina, siglos XVIII-XIX*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2011.

GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870 – 1890)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros: una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

GUIMARÃES, Elione; MOTTA, Márcia. *História Social da agricultura revisitada: fontes e metodologias de pesquisa*. Revista Diálogos. DHI/PPH/UEM, v.11, n.3. p. 95-117, 2007.

KULA, Witold. *Las medidas y los hombres*. Madrid. Siglo Veintiuno. 1980.

KULZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento à Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LHEMOS, Gustavo. *Pessoal e imperfeito: um análise do mercado de terras sob ótica das relações familiares. Guarapiranga, primeira metade do século XIX*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, Diamantina – MG, Demografia, historia, economia e política públicas, 2012.

LINHARES, M. Yeda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos T. 1980 *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MELLO, Tancredo Fernandes de Mello. *O município de Santa Vitória do Palmar: Estudo histórico, físico e político*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1992.

MILLOT, Julio; BERTINO, Magdalena. *História económica del Uruguay. Tomo II*. Fundación de Cultura Universitária, 1996.

MORAES, Maria Ines; POLLERO, Raquel. Categorias ocupacionales y *status* em uma economia de orientação pastoril: Uruguay en la primera mitad del siglo XIX. BOTELHO, Tarcísio R.; LEEUWEN, Marco. *Desigualdade Social na América do Sul: perspectiva históricas*. Belo Horizonte, Veredas e Cenários, 2010.

MORAES, Maria Inés. *Los hombres, la tierra y el ganado. Una propuesta sobre la ocupación Del espacio y la formación de los paisajes agrários em el Uruguay*. In: SEGUNDAS JORNADAS DE HISTORIA REGIONAL COMPARADA. PRIMERAS JORNADAS DE ECONOMÍA REGIONAL COMPARADA, Porto Alegre, 2005.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Sesmaria e o mito da primeira ocupação*. Revista Justiça e História. N.7. 2004.

MOTTA, Márcia.; GUIMARÃES, Elione. (orgs.), *Propriedades e disputas: fontes para história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, 2011.

NAHUM, Benjamin (coord). *Estadísticas Históricas del Uruguay 1900 – 1950. Tomo IV*. Universidad de La República, Montevideo, 2009.

NEVES, Hugo Alberto Pereira Neves. *A criação de ovinos e o comércio de lã no Rio Grande do Sul (1851-1889)*. BIBLOS, Rio Grande. N.º4, 1992, p.55-61.

OLIVEIRA, Osvaldo André; TEIXEIRA, Claudia Adriana. *Os currais de palmas em Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil*. Biblos, Rio Grande, 19: 61-71, 2006.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: A lei de terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Passo Fundo, Editora UPF, 2011.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra. República Velha gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José Hidelbrando; GONZAGA, Sergius. (orgs.) *RS: Economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979

PEDROZA, Manoela. *Passa-se uma engenhoca ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XVIII e XIX)*. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 26, p. 241-266. Jan/jun 2010.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REYDON, Bastiaan Philip. *Mercados de terras agrícolas e determinantes de seus preços no Brasil: um estudo de casos*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

SCHMIT, Roberto. *Los pastores-labradores de las lomadas entrerrianas: ganadería, agricultura y medio ambiente en el litoral argentino del siglo XIX*. Santa Maria: Editora Ciência & Ambiente. Santa Maria. N° 33, jul-dez. 2006. p.43-56

SECRETO, Maria Veronica. *Fronteiras em movimento. História Comparada – Argentina e Brasil no século XIX*. Niterói: Editora UFF, 2012.

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, Ligia Osório. Latifúndio e construção do Estado. Brasil e Argentina no século XIX. *Revista Ciência & Ambiente*, n° 33, Santa Maria, UFSM, 2006.

SMITH, Roberto. *Propriedade de terra e transição. Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1990.

SOUZA, Susana B; PRADO, Fabricio. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. EDUFRGS, 2004.

TOGNETTI, Luis Alberto. *La conformación del mercado, la evolución de los precios y los efectos de la privatización de la tierra pública durante la expansión de la frontera en el sureste cordobés*. Trabajos y Comunicaciones, n. 35. In: Memoria Académica, 2009, p. 233-254.

TOGNETTI, Luis Alberto. *Mercado de tierras en un espacio agrícola tardío de la región pampeana argentina, fines del siglo XIX comienzos de XX*. XIV Congreso Internacional de Historia Agraria. Badajoz, Espanha, 2013.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; FARINATTI, Luís Augusto E. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio M.. (Org.). *Experiências Nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo, 2009, p. 145-177.

VARGAS, Jonas Moreira. “Um olho no atlântico, outro na fronteira”. *Os charqueadores de Pelotas, o comércio de carne-seca e suas propriedades na fronteira com o Uruguai (século XIX)*. Clio – Revista de Pesquisa histórica. N. 30.2 UFPE, 2012.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.